

PROSPECTO PRELIMINAR DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DE COTAS DE SEGUNDA EMISSÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTIESTRATÉGIA

CNPJ nº 17.158.705/0001-34 ("Fundo"),
no montante de até

R\$250.000.003,50

(duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos)

Código ISIN: BRLFCRCTF004,

Aprovada na Assembleia Geral de Cotistas realizada em 5 de maio de 2017.

Registro CVM da Oferta: [•], concedido em [•] de [•] de [•]

Valor unitário das Cotas no âmbito da Oferta: R\$ 13,39

Quantidade de Cotas objeto da Oferta: 18.670.650

Registro de funcionamento do Fundo: 1269621, concedido em 24 de outubro de 2012

O Fundo está realizando a segunda emissão e oferta pública primária de distribuição de 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentas e setenta mil, seiscentas e cinquenta) cotas de emissão do Fundo, com valor unitário de emissão de R\$ 13,39 (treze reais e trinta e nove centavos), totalizando o montante de R\$ 250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos) ("Oferta"). A Oferta será realizada exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado e não-organizado, nos termos da Instrução CVM nº 578/16 e da Instrução CVM nº 400/03, sob o regime de melhores esforços.

A constituição do Fundo foi aprovada por deliberação da Geração Futuro Corretora de Valores S.A., administradora do Fundo à época ("Geração Futuro"), datada de 22 de outubro de 2012, registrada no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 2012, sob o nº 1269621. A primeira emissão das Cotas do Fundo ("1ª Emissão") foi aprovada também por deliberação da Geração Futuro, datada de 19 de dezembro de 2014, registrada no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 2014, sob o nº 1318608. A segunda emissão de Cotas do Fundo ("2ª Emissão"), cujas Cotas compõem a Oferta, foi aprovada por deliberação da assembleia geral de cotistas do Fundo, datada de 5 de maio de 2017, registrada no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo, em 19 de maio de 2017, sob o nº 1.509.607. O inteiro teor do Regulamento atualmente em vigor foi aprovado por deliberação da assembleia geral de cotistas do Fundo, datada de 25 de abril de 2017, registrada no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo, em 18 de maio de 2017, sob o nº 1.509.495. O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento, pela Instrução CVM nº 578/16, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A quantidade de Cotas inicialmente ofertada poderá ser acrescida de lote suplementar de até 2.800.597 (dois milhões, oitocentas mil, quinhentas e noventa e sete) Cotas, equivalentes a até 15% (quinze por cento) do total das Cotas inicialmente ofertadas ("Cotas do Lote Suplementar"), sem considerar as Cotas do Lote Adicional, conforme abaixo definidas, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. A opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar foi outorgada pela Administradora, em nome do Fundo, ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03.

Sem prejuízo da opção de distribuição das Cotas do Lote Suplementar, a quantidade total de Cotas inicialmente ofertada poderá ser, a critério da Administradora, em nome do Fundo, acrescida em até 3.734.130 (três milhões, setecentas e trinta e quatro mil, cento e trinta) Cotas, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03 ("Cotas do Lote Adicional").

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS COTAS DE EMISSÃO DO FUNDO A SEREM DISTRIBUÍDAS.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ATENTAMENTE A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 45 A 52 DO PRESENTE PROSPECTO.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos seus cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo, preponderantemente, na aquisição de títulos e valores mobiliários representativos de participações em sociedades limitadas, bem como ações, bônus de subscrição, debêntures simples e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, que atuem, direta ou indiretamente, no segmento funerário (*Deathcare*), incluindo mas não se limitando a cemitérios, crematório, funerárias, planos funerários e atividades correlatas, nos termos legislação aplicável e do regulamento do Fundo ("Regulamento").

A Oferta será coordenada pela INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo e Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, 152, 1º andar, CEP 04552-020, inscrita no CNPJ sob o nº 15.489.568/0001-95, na qualidade de instituição líder da Oferta ("Coordenador Líder") e pela HORUS INVESTIMENTOS - GESTORA DE RECURSOS LTDA., sociedade com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Cacilda Becker, nº 50, sala 503, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 11.333.851/0001-72 ("Coordenador Contratado"), com a participação de outras instituições que venham a aderir ao Contrato de Distribuição previamente à data de obtenção do registro da Oferta junto à CVM ("Instituições Participantes").

O Fundo é administrado pela INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, 152, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.489.568/0001-95 ("Administradora"). O Fundo pagará, mensalmente, a título de taxa de administração, 2% (dois por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), além das despesas e dos encargos previstos na seção "Características do Fundo", sob o título "Taxa de Administração, Taxa de Performance e Outras Taxas", constante da página 65 deste prospecto.

O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a gestora abaixo identificada mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

Somente investidores qualificados, conforme definidos no Regulamento e neste prospecto, podem adquirir as Cotas.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade do patrimônio líquido.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este prospecto poderão ser obtidas junto à Administradora, à Gestora, ao Coordenador Líder, ao Coordenador Contratado, às Instituições Participantes e à CVM.

É ADMISSÍVEL O RECEBIMENTO DE RESERVAS A PARTIR DA DATA A SER INDICADA EM AVISO AO MERCADO, PARA SUBSCRIÇÃO DAS COTAS, CONFORME PROCEDIMENTO DEFINIDO NESTE PROSPECTO, AS QUAIS SOMENTE SERÃO CONFIRMADAS APÓS A DIVULGAÇÃO DO ANÚNCIO DE INÍCIO DA OFERTA.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA E, DO CUSTODIANTE, ABAIXO IDENTIFICADOS, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

LEIA O PRESENTE PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA. VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 1 DESTES PROSPECTO.

ADMINISTRADORA E COORDENADOR LÍDER

GESTORA E COORDENADOR CONTRATADO



AUDITOR INDEPENDENTE

CUSTÓDIA

ESCRITURAÇÃO

ASSESSORIA JURÍDICA

MOORE STEPHENS



Itaú Corretora



INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES



A data deste prospecto é 04 de outubro de 2017

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora, do Coordenador Líder, das Instituições Participantes, da CETIP e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS ADICIONAIS

O tratamento tributário aplicável ao investidor do Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como do prazo médio dos ativos que compõem sua carteira. Não há garantias de que a alíquota aplicável, quando do resgate das cotas do Fundo, será a menor dentre as previstas pela legislação vigente.

Não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo.

Para informações adicionais sobre a tributação aplicável ao Fundo e aos seus cotistas, os investidores devem ler a seção “Regras de Tributação do Fundo”, nas páginas 107 a 111 deste prospecto.

No âmbito da Oferta, os investidores deverão realizar a sua oferta firme de subscrição de cotas junto ao Coordenador Líder, ao Coordenador Contratado ou às Instituições Participantes, mediante a celebração de pedido de reserva até o dia 9 de novembro de 2017.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui expectativas de retorno, estimativas e declarações acerca do futuro.

As expectativas de retorno, estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam ou possam potencialmente vir a afetar os negócios e resultados do Fundo. Embora se acredite que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que se dispõe atualmente. As expectativas de retorno, estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- Intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- Alterações nas leis e regulamentos, conforme aplicáveis;
- Capacidade do Fundo de implementar a Política de Investimentos com sucesso;
- Alterações da conjuntura econômica, da política e de negócios no Brasil, inclusive dos índices de crescimento econômico, nível de desemprego, crescimento populacional e confiança do consumidor, além de flutuações nas taxas de câmbio, de juros ou de inflação;
- Capacidade de acessar o mercado de capitais em condições favoráveis; e
- Outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco”, constante das páginas 45 a 52 do presente Prospecto.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e expectativas. Tais estimativas e expectativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não se pode assegurar que serão atualizadas ou revisadas quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em garantia de um desempenho futuro do Fundo, sendo que os reais resultados do Fundo ou o desenvolvimento de suas atividades podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas, expectativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros do Fundo podem diferir substancialmente das expectativas dos prestadores de serviços do Fundo, das partes envolvidas na Oferta e dos investidores. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e expectativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento no Fundo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO.....	7
IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	17
DECLARAÇÕES DO COORDENADOR LÍDER E DA ADMINISTRADORA.....	23
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA.....	27
CONDIÇÕES DA OFERTA.....	33
Informações Relativas à Oferta.....	35
Oferta	35
Autorização da Emissão das Cotas da Oferta.....	35
Quantidade de Cotas da Oferta.....	35
Valor de Emissão das Cotas da Oferta.....	35
Destinação dos Recursos.....	36
Público Alvo e Inadequação do Investimento.....	38
Classificação de Risco das Cotas	38
Direito de Preferência	38
Procedimento de Distribuição das Cotas	38
Recebimento de Reservas	39
Cronograma Tentativo de Etapas	39
Regime de Distribuição.....	40
Início e encerramento da distribuição	40
Divulgação de anúncios relacionados à Oferta	41
Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação.....	41
Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta.....	41
Devolução e reembolso aos investidores.....	41
Procedimentos para a Subscrição das Cotas na Oferta.....	42
Negociação das Cotas.....	42
Meta de Remuneração.....	43
Demonstrativo do Custo da Oferta.....	43
Outras Informações	43
FATORES DE RISCO.....	45
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	53
Denominação.....	55
Base Legal.....	55
Objeto.....	57
Forma de Constituição	57
Prazo de Duração.....	57
Público Alvo.....	57
Objetivo de Investimento.....	57
Participação no Processo Decisório da Investida.....	58
Política de Investimento	58
Período de Investimento e Período de Desinvestimento.....	59
Da Distribuição dos Resultados, da Amortização das Cotas e da Liquidação do Fundo.....	60
Comitê de Investimentos	61
Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional.....	63
Política de Coinvestimento	64
Gerenciamento de Riscos.....	64
Taxa de Administração, Taxa de Performance e Outras Taxas	65
Informações Complementares	66
Política de Divulgação de Informações.....	67
COTAS DO FUNDO.....	69
Características Gerais	71
Subscrição de Cotas.....	71

Procedimentos de Integralização	71
Regras de Movimentação.....	73
Amortização das Cotas	73
Resgate das Cotas	73
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo, do Patrimônio Líquido e das Cotas.....	73
Assembleia Geral de Cotistas	74
ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DO FUNDO.....	77
Estratégia de Investimento	79
Critérios de Elegibilidade das Investidas	80
Governança das Sociedades Investidas.....	80
Política de Distribuição de Resultados	82
Situações de Conflito de Interesses.....	82
VISÃO GERAL DO SETOR FUNERÁRIO (DEATHCARE)	85
VISÃO GERAL DA ROVER.....	103
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	107
Tributação Aplicável ao Fundo.....	109
Tributação Aplicável aos Cotistas do Fundo.....	109
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	113
Administradora	115
Gestora	118
Custodiante	123
Coordenador Líder.....	124
Coordenador Contratado	124
Escriturador.....	124
Auditor Independente.....	125
Conflitos de Interesse e Relações Societárias e Contratuais entre as Partes.....	125
Conflitos de Interesse e Relações Societárias e Contratuais entre a Investida do Fundo e os prestadores de serviço do Fundo e da Oferta	126
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES.....	127
Contrato de Custódia	129
Contrato de Gestão	129
Contrato de Escrituração	129
Contrato de Distribuição	129
Contrato de Garantia de Liquidez ou de Estabilização de Preço	129
ANEXOS.....	131
Anexo I Regulamento e Suplementos	133
Anexo II Deliberações da Administradora e Atas de Assembleias Gerais Relevantes	169
Anexo III Declarações Coordenador e Administradora	201
Anexo IV Critérios para Contratação, Controle e Monitoramento de Prestadores.....	205
Anexo V Laudo de avaliação	211
Anexo VI Estudo de Viabilidade	251
Anexo VII Opção de Compra	261
Anexo VIII Demonstrações Financeiras	269
Anexo IX Informe Trimestral	331

GLOSSÁRIO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para os fins deste prospecto, adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo do presente documento:

1ª Emissão	A primeira emissão de Cotas do Fundo
2ª Emissão	A segunda emissão de Cotas do Fundo, cujas Cotas compõem a Oferta
Administradora	A INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. , instituição financeira autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 13.646, de 5 de maio de 2014, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, inscrita no CNPJ sob o nº 15.489.568/0001-95, ou sua sucessora a qualquer título
ANBIMA	A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Assembleia Geral de Cotistas	A assembleia geral de Cotistas, ordinária ou extraordinária
Ativo(s) Alvo	As Investidas, conforme previsto no artigo 3º do Regulamento e descrito na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”, constante da página 58 do presente Prospecto
Ativos Líquidos	Os seguintes ativos que poderão compor o Patrimônio Líquido, em adição ao(s) Ativo(s) Alvo: (a) títulos ou valores mobiliários de renda fixa, públicos ou privados; e (b) cotas de fundos de investimento regulados pela CVM, inclusive fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora, pela Gestora ou por empresas a eles ligadas
Auditor Independente	A MOORE STEPHENS PRIME AUDITORES INDEPENDENTES S/S , empresa de auditoria independente credenciada junto à CVM, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, na Avenida Cristóvão Colombo, 3.084, sala 707, inscrita no CNPJ sob o nº 07.048.269/0001-97, ou sua sucessora a qualquer título
B3	A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
BACEN	O Banco Central do Brasil
Capital Integralizado	O valor total das Cotas integralizadas pelos Cotistas

Cemitério Parque das Allamandas	O cemitério Parque das Allamandas, localizado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, de propriedade da Rover
Chamada de Capital	Cada Chamada de Capital aos Cotistas para aportar recursos ao Fundo, mediante integralização parcial ou total das Cotas objeto da Oferta que tenham sido subscritas por cada um dos Cotistas, nos termos dos respectivos boletins de subscrição
CMN	O Conselho Monetário Nacional
Comitê de Investimentos	O Comitê de Investimentos do Fundo, formado por 3 (três) a 5 (cinco) membros titulares nomeados pela Gestora, que possui as funções descritas na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Comitê de Investimentos”, constante da página 61 deste Prospecto
Compromisso de Investimento	O compromisso de investimento a ser celebrado entre o Fundo e os Cotistas que venham a integralizar Cotas em moeda corrente nacional, a cada subscrição de Cotas
Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional	O Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional do Fundo, formado por 3 (três) membros escolhidos pela Assembleia Geral de Cotistas, cuja função consiste em supervisionar as atividades do Comitê de Investimentos do Fundo, para prevenir situações de conflito de interesse, conforme na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional”, constante da página 63 deste Prospecto
Contrato de Custódia	O contrato para prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Custodiante
Contrato de Distribuição	O “ <i>Contrato de Estruturação e Distribuição Primária, sob regime de Melhores Esforços, da 2ª (Segunda) Emissão de Cotas do Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia</i> ”, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, o Coordenador Líder e o Coordenador Contratado
Contrato de Gestão	O contrato para prestação dos serviços de gestão profissional da carteira do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora
Coordenador Contratado	A HORUS INVESTIMENTOS – GESTORA DE RECURSOS LTDA. , sociedade com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Cacilda Becker, nº 50, sala 503, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 11.333.851/0001-72

Coordenador Líder	A INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. , instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, inscrita no CNPJ sob o nº 15.489.568/0001-95
Cotas	As cotas de emissão do Fundo
Cotas do Lote Adicional	O lote adicional de até 3.734.130 (três milhões, setecentas e trinta e quatro mil, cento e trinta) Cotas, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar, que poderá ser emitido, a critério da Administradora, em nome do Fundo, nas mesmas condições e preços das Cotas inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03
Cotas do Lote Suplementar	O lote suplementar de até 2.800.597 (dois milhões, oitocentas mil, quinhentas e noventa e sete) Cotas, equivalentes a até 15% (quinze por cento) das Cotas inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Adicional, que poderá ser emitido com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03. A opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar foi outorgada pela Administradora, em nome do Fundo, ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03
Cotista	O titular de cotas emitidas pelo Fundo
Custodiante	A BRB – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. , instituição financeira com sede em Brasília/DF, na SBS, Quadra 01, Bloco E, Edifício Brasília, 7º Andar, Asa Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.850.686/0001-69, ou sua sucessora a qualquer título
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários
Data de Subscrição	A data de subscrição da Cota pelo Cotista, mediante assinatura do respectivo boletim de subscrição
Deathcare	Setor da economia que compreende a exploração de cemitérios, crematórios, funerárias, bem como todo e qualquer serviço correlato ao setor funerário
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado nacional ou, ainda, dia em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional

Escriturador	A ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. , com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, parte, inscrita no CNPJ sob nº 61.194.353/0001-64, ou sua sucessora a qualquer título, na qualidade de escriturador das Cotas do Fundo
Estudo de Viabilidade	O estudo de viabilidade econômico-financeiro do Fundo, elaborado pela Gestora e integrante do Prospecto como Anexo VI
FIP Maria Izabel	O Fundo de Investimento em Participações Maria Izabel Multiestratégia (anteriormente denominado “Pernambuco Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia”), inscrito no CNPJ sob o nº 26.691.095/0001-20
Fundo	O Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia
Geração Futuro	A Geração Futuro Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, 12º andar, grupo 1201 B, inscrita no CNPJ sob o nº 27.652.684/0001-62, na qualidade de instituição administradora do Fundo no período entre a data de sua constituição (22 de outubro de 2012) e o dia 18 de janeiro de 2017, conforme deliberado na Assembleia Geral de Cotistas realizada em 3 de janeiro de 2017.
Gestora	A HORUS INVESTIMENTOS – GESTORA DE RECURSOS LTDA. , sociedade autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 11.572, expedido em 14 de março de 2011, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Cacilda Becker, nº 50, sala 503, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 11.333.851/0001-72, ou sua sucessora a qualquer título
Instituições Participantes	As instituições que venham a assinar o termo de adesão ao Contrato de Distribuição previamente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM, para participar como distribuidor das Cotas no âmbito da Oferta
Investida Companhia	Cada sociedade por ações, abertas ou fechadas, cujas ações, bônus de subscrição, debêntures simples e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações venham a ser adquiridos pelo Fundo, de acordo com a Política de Investimento do Fundo, conforme prevista no artigo 3º do Regulamento e descrito na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”, constante da página 58 do presente Prospecto
Investida Limitada	Cada sociedade limitada cujos títulos e valores mobiliários representativos de suas participações venham a ser adquiridos pelo Fundo, de acordo com a Política de Investimento do Fundo, conforme prevista no artigo 3º do

	Regulamento e descrita na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”, constante da página 58 do presente Prospecto
Investidas	As Investidas Companhia e as Investidas Limitadas, quando referidas em conjunto
Investidores Qualificados	Os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13
IPCA	O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
JMB Assessoria Empresarial	A JMB ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. , sociedade limitada, com sede em Londrina, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.689.834/0001-96
KPMG	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES S/S , empresa de auditoria independente credenciada junto à CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, 6º (parte), 7º (parte), 8º (parte), 11º (parte) e 12º (parte) andares, inscrita no CNPJ sob o nº 57.755.217/0001-29
Laudo de Avaliação Rover	O laudo de avaliação da Rover elaborado em 30 de março de 2017 pela empresa JMB Assessoria Empresarial, cuja cópia integra o Anexo V ao presente Prospecto.
Meta de Remuneração	A meta de remuneração das Cotas, equivalente à variação do IPCA adicionada de sobretaxa de 8% (oito por cento) ao ano
Montante Mínimo da Oferta	O número mínimo de 355.000 (trezentas e cinquenta e cinco mil) Cotas que devem ser distribuídas para fins de manutenção da Oferta
Oferta	A presente distribuição pública de Cotas
Opção de Compra	O instrumento particular de opção de compra de participações societárias celebrado entre o Fundo e o FIP Maria Izabel, em 25 de abril de 2017, cuja cópia integra o Anexo VII ao presente Prospecto, por meio do qual foi concedida ao Fundo a opção para a aquisição de até 34% (trinta e quatro por cento) do capital social total da Rover, de modo que o Fundo possa ser titular de até 49% (quarenta e nove por cento) do capital social total da referida companhia

Patrimônio Líquido	O patrimônio líquido do Fundo, equivalente à soma do disponível, do valor da carteira do Fundo e dos valores a receber, deduzidas as exigibilidades, conforme previsto no artigo 60 do Regulamento e descrito na seção “COTAS DO FUNDO”, sob o título “Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo, do Patrimônio Líquido e das Cotas”, constante da página 73 deste Prospecto
Pedido de Reserva	O pedido de reserva deverá ser firmado, durante o Período de Reserva, pelos investidores que estejam interessados em investir nas Cotas, por meio do qual realizarão sua reserva irrevogável e irretroatável para a subscrição e a aquisição das Cotas, junto ao Coordenador Líder, ao Coordenador Contratado ou às Instituições Participantes
Pedidos de Reserva Admitidos	Os Pedidos de Reserva apresentados pelos investidores que sejam efetivamente admitidos à Oferta
Período de Reserva	O período em que os investidores poderão formalizar sua reserva para a subscrição e aquisição das Cotas, mediante celebração dos Pedidos de Reserva, compreendido entre os dias 6 de junho de 2017 e 9 de novembro de 2017
Peer(s)	São as empresas que atuam no segmento das Investidas no exterior, utilizadas como parâmetro para a concepção do Estudo de Viabilidade e do <i>case</i> de investimento do Fundo
Prazo de Duração	O prazo de duração do Fundo, o qual será de 10 (dez) anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 (dez) anos, caso a Assembleia Geral de Cotistas não delibere em sentido contrário, conforme previsto no artigo 9º do Regulamento e descrito na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Prazo de Duração”, constante da página 57 do presente Prospecto
Prospecto	O Prospecto Preliminar ou o Prospecto Definitivo, quando referidos de forma indistinta
Prospecto Preliminar	O presente prospecto preliminar da Oferta
Prospecto Definitivo	O prospecto definitivo da Oferta, a ser divulgado após o registro da Oferta junto à CVM
Regulamento	O regulamento do Fundo, conforme Anexo I ao presente Prospecto
Rover	A ROVER NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. , com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Joana Rodrigues Jondral, nº 155, CEP 86067-050, inscrita no CNPJ sob o nº 02.839.631/0001-24, sociedade Investida do Fundo, sendo que

atualmente o Fundo detém ações ordinárias representativas de 15% (quinze por cento) de seu capital social

SPC	A Secretaria de Previdência Complementar
Suplementos	Os suplementos ao Regulamento que contêm as características de cada emissão de Cotas do Fundo, quando referidos em conjunto
Suplemento da 1ª Emissão	O suplemento que contém as características da 1ª Emissão de Cotas do Fundo e que consta do Anexo I ao presente Prospecto
Suplemento da 2ª Emissão	O suplemento que contém as características da 2ª Emissão de Cotas do Fundo e que consta do Anexo I ao presente Prospecto
Taxa de Administração	A remuneração devida nos termos do artigo 43 do Regulamento, conforme descrita na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Taxa de Administração, Taxa de Performance e Outras Taxas”, constante da página 65 deste Prospecto
Taxa de Performance	A remuneração devida à Gestora em razão da performance do Fundo, nos termos do artigo 44 do Regulamento, conforme descrita na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Taxa de Administração, Taxa de Performance e Outras Taxas”, constante da página 65 deste Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, DA ADMINISTRADORA
E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS**

Coordenador Líder	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, CEP 04552-020 São Paulo - SP At.: Sra. Elisangela Katia Capassi Telefone: 11 31985 5151 Fax: 11 3198 5151 Correio eletrônico: elisangela@intrader.com.br
Coordenador Contratado	Horus Investimentos – Gestora de Recursos Ltda. Rua Cacilda Becker, nº 50, sala 503, Centro CEP: 86015-010 Londrina - PR At.: Sr. Tiago Oliva Schietti Telefone: +55 43 3031-4600 Fax: +55 43 3031-4600 Correio eletrônico: horus@horusinvestimentos.com
Instituição Participante	Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores Rua Boa Vista, nº 356, 7º andar CEP: 01014-910 São Paulo - SP At.: Sr. Lucas Buscarioli Stefanini Telefone: 11 3576-6963 Fax: 11 3576-6963 Correio eletrônico: lstefanini@guideinvestimentos.com.br
Instituição Participante	Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 3º andar CEP: 01452-002 São Paulo – SP At.: Sr. Fabricio Tota Telefone: (11) 3093-8333 Correio eletrônico: fabricio@socopa.com.br

Administradora	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, CEP 04552-020 São Paulo - SP At.: Sra. Elisangela Katia Capassi Telefone: 11 31985 5151 Fax: 11 3198 5151 Correio eletrônico: elisangela@intrader.com.br
Gestora	Horus Investimentos – Gestora de Recursos Ltda. Rua Cacilda Becker, nº 50, sala 503, Centro CEP: 86015-010 Londrina - PR At.: Sr. Tiago Oliva Schietti Telefone: +55 43 3031-4600 Fax: +55 43 3031-4600 Correio eletrônico: horus@horusinvestimentos.com
Custodiante	BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. SBS Quadra 1, Bloco “E”, Edifício Brasília, 7º andar – CEP 70072-900 Brasília – DF At.: Sr. Silvano de Oliveira Júnior Telefone: (61) 3412-8924 Fax: (61) 3412-8924 Correio eletrônico: liquida@dtvm.brb.com.br
Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, parte CEP 04538-132 São Paulo, SP At.: Sra. Bruna Moreira Telefone: (11) 3072-6256 Correio eletrônico: bruna.monteiro-moreira@itau-unibanco.com.br

Auditores Independentes	<p><i>Para o exercício social encerrado em 28/2/2017 e para as demonstrações financeiras levantadas em 26/4/2017, por conta da cisão parcial do Fundo:</i></p> <p>MOORE STEPHENS PRIME AUDITORES INDEPENDENTES S/S Avenida Cristóvão Colombo, 3.084, sala 707 CEP 90560-001 Porto Alegre – RS At.: Jarbas Lima da Silva Telefone: 61 3553-9933 Correio eletrônico: msdf@msbrasil.com.br</p> <p><i>Para o exercício social encerrado em 28/2/2016:</i></p> <p>KPMG Auditores Independentes S/S Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, 6º (parte), 7º (parte), 8º (parte), 11º (parte) e 12º (parte) andares Vila São Francisco CEP 04711-904 São Paulo – SP At.: Sr. Vinícius Telles Leal Telefone: 11 3940-1500 Fax: 11 3940-1500 Correio eletrônico: vleal@kpmg.com.br</p>
Consultor Legal	<p>Perlman Vidigal Godoy Advogados Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.306, 6º andar 01451-914 – São Paulo – SP At.: Sr. Rubens Vidigal Neto Telefone: (11) 3093-8333 Correio eletrônico: rubens@pvg.com.br www.pvg.com.br</p>
Entidade administradora do Mercado de Balcão Organizado em que as Cotas serão registradas para Negociação	<p>B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (segmento CETIP UTMV) Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar Rio de Janeiro – RJ Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3111-1477 Fax: (11) 3111-1475 http://www.cetip.com.br</p>
Entidade Reguladora	<p>Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111, Centro Rio de Janeiro – RJ Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º ao 4º andares São Paulo – SP Telefone e fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br</p>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÕES DO COORDENADOR LÍDER E ADMINISTRADORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÕES DO COORDENADOR LÍDER E ADMINISTRADORA

*A Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de instituição administradora do Fundo e instituição intermediária líder da Oferta, por meio de sua diretora responsável, Sra. Elisangela Katia Capassi, termos do Artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, declara que **(a)** este Prospecto **(1)** foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e **(2)** contém, na data de sua publicação, as informações relevantes sobre o Fundo, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e **(b)** as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro de negociação das Cotas, inclusive aquelas constantes do estudo de viabilidade econômico-financeira que integra o prospecto da Oferta, são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.*

Versão assinada da declaração acima pode ser encontrada no **Anexo III** a este Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA OFERTA

A presente seção contém informações sobre a Oferta. Para maiores informações, o investidor deve ler as seções “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO” e “COTAS DO FUNDO” abaixo.

Fundo	Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia
Forma de Constituição	Condomínio fechado
Regime de Distribuição e Mercado	Nos termos da Instrução CVM nº 578/16 e da Instrução CVM nº 400/03, sob o regime de melhores esforços de colocação, em mercado de balcão organizado e não organizado, exclusivamente no mercado brasileiro, admitindo-se reservas
Volume de Emissão e Valor Unitário das Cotas	Emissão de até 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentas e setenta mil, seiscentas e cinquenta) Cotas com valor unitário de R\$ 13,39 (treze reais e trinta e nove centavos), perfazendo o volume total de emissão de até R\$250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos)
Cotas do Lote Adicional	A quantidade total de Cotas inicialmente ofertada poderá ser, a critério da Administradora, em nome do Fundo, acrescida em até 3.734.130 (três milhões, setecentas e trinta e quatro mil, cento e trinta) Cotas, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03
Cotas do Lote Suplementar	A quantidade de Cotas inicialmente ofertada poderá ser acrescida de lote suplementar de até 2.800.597 (dois milhões, oitocentas mil e quinhentas e noventa e sete) Cotas, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Cotas inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Adicional, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. A opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar foi outorgada pela Administradora, em nome do Fundo, ao Coordenador Líder, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03
Valor Mínimo de Aplicação por Investidor	R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
Valor Máximo de Aplicação por Investidor	É admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas da Oferta. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas

Montante Mínimo da Oferta	Número mínimo de 355.000 (trezentas e cinquenta e cinco mil) Cotas que devem ser distribuídas para fins de manutenção da Oferta
Taxa de Ingresso	Não há
Meta de Remuneração	A Meta de Remuneração será equivalente à variação do IPCA adicionada de sobretaxa de 8% (oito por cento) ao ano
Taxa de Performance	20% (vinte por cento) do que exceder a Meta de Remuneração
Taxa de Saída	Não há
Prazo de Duração do Fundo	O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 (dez) anos, caso a Assembleia Geral de Cotistas não delibere em sentido contrário
Prazo de Distribuição	A colocação das Cotas deverá ser efetuada no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da divulgação do anúncio de início da Oferta
Procedimento para Subscrição e Integralização de Cotas da Oferta	<p>Os investidores interessados na subscrição de Cotas da Oferta antes do dia de divulgação do anúncio de início da Oferta, durante o Período de Reserva, deverão formular o seu respectivo Pedido de Reserva junto ao Coordenador Líder, ao Coordenador Contratado ou às Instituições Participantes</p> <p>A subscrição das Cotas da Oferta será realizada pelo seu valor unitário na Data de Subscrição, mediante assinatura dos respectivos boletins de subscrição, os quais especificarão as condições da subscrição</p> <p>A integralização das Cotas da Oferta deverá ser realizada pelo valor de emissão, atualizado pelo IPCA, calculado <i>pro rata die</i>, desde a primeira data de integralização de Cotas realizada no âmbito da Oferta, até a data de integralização de Cotas em questão (a) a prazo, em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas pela Administradora, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível – TED ou outros mecanismos de transferência de recursos autorizados pelo BACEN ou por meio dos procedimentos adotados pela B3 – segmento CETIP UTVM, ou (b) à vista, mediante a conferência de bens e direitos, desde que aprovado pela Administradora, pela Gestora e pelo Comitê de Investimentos, levando-se em consideração sempre o melhor interesse do Fundo e de seus Cotistas, de acordo com os procedimentos a serem definidos pela Administradora e pela Gestora em função das características dos bens ou direitos a serem conferidos ao Fundo</p>

Chamada de Capital

A integralização financeira das Cotas do Fundo colocadas no âmbito da Oferta, objeto de integralização em moeda corrente nacional, deverá ser realizada pelos subscritores em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas pela Administradora, solicitando aos subscritores o aporte de recursos no Fundo, mediante integralização parcial ou total das Cotas objeto da Oferta que tenham sido subscritas por cada um dos Cotistas, nos termos dos respectivos boletins de subscrição

As Chamadas de Capital serão realizadas pela Administradora, mediante instrução da Gestora, na medida em que sejam necessários aportes de recursos no Fundo para realização de investimentos ou pagamento de despesas e encargos do Fundo

Negociação das Cotas

As Cotas serão registradas para negociação em mercado de balcão organizado no sistema Fundos 21 – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela B3 – segmento CETIP UTMV

Divulgação de informações referentes ao Fundo e à Oferta

Todos os comunicados e informações referentes ao Fundo, mencionadas no Regulamento ou exigidas nos termos da regulamentação em vigor serão divulgados exclusivamente nas páginas da internet da Administradora e da Gestora indicadas na seção “CONDIÇÕES DA OFERTA”, sob o título “Outras Informações”, constante da página 43 deste Prospecto.

As divulgações relativas à Oferta, por sua vez, quais sejam, o aviso ao mercado e os anúncios de início e de encerramento da Oferta, serão realizadas exclusivamente nos sites da Administradora, do Coordenador Líder, do Coordenador Contratado, das Instituições Participantes e da CVM indicados no presente Prospecto, indicadas na seção “CONDIÇÕES DA OFERTA”, sob o título “Outras Informações”, constante da página 43 deste Prospecto.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos decorrentes da integralização das Cotas objeto da Oferta, incluindo os recursos provenientes das Cotas objeto do Lote Adicional e do Lote Suplementar, após deduzidas as comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, serão destinados, preponderantemente, à subscrição e integralização e/ou aquisição de participações societárias e/ou investimentos no(s) Ativo(s) Alvo, notadamente na aquisição de participação societária adicional na Rover, nos termos da Opção de Compra. A parcela do Patrimônio Líquido não alocada nas referidas participações societárias ou investimentos poderá ser aplicada nos Ativos Líquidos, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 15 do Regulamento, conforme descritos na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”, constante da página 58 do presente Prospecto. Maiores informações sobre a destinação dos recursos obtidos com a Oferta estão descritas na seção “CONDIÇÕES DA OFERTA”, sob o título “Destinação dos Recursos”, constante da página 36 deste Prospecto

Público Alvo

Os Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONDIÇÕES DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Relativas à Oferta

Oferta

A Oferta compreenderá a distribuição pública primária das Cotas no Brasil em mercado de balcão organizado e não organizado, a ser conduzida pelo Coordenador Líder, pelo Coordenador Contratado e pelas Instituições Participantes, observado o disposto na Instrução CVM nº 400/03.

Autorização da Emissão das Cotas da Oferta

A 2ª Emissão do Fundo, cujas Cotas compõem esta Oferta, foi aprovada por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, datada de 5 de maio de 2017, registrada no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo, em 19 de maio de 2017, sob o nº 1.509.607.

Quantidade de Cotas da Oferta

A Oferta compreende o total de até 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentas e setenta mil, seiscentas e cinquenta) Cotas. A quantidade de Cotas inicialmente ofertada poderá ser acrescida de Cotas do Lote Suplementar e de Cotas do Lote Adicional.

Valor de Emissão das Cotas da Oferta

O valor de emissão das Cotas da Oferta foi fixado em R\$ 13,39 (treze reais e trinta e nove centavos) por Cota emitida, na primeira data de integralização das Cotas objeto da Oferta, totalizando o montante de até R\$ 250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos), sem prejuízo da opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar e de Cotas do Lote Adicional. Os procedimentos para subscrição e integralização das Cotas da Oferta emitidas estão descritos no Capítulo XIII do Regulamento e no título “Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas na Oferta” abaixo.

O valor unitário da Cota foi definido a partir da avaliação patrimonial do Fundo, cujo patrimônio consiste atualmente no investimento realizado na Rover, única Investida do Fundo, tendo o respectivo valor calculado nos termos do Laudo de Avaliação Rover, que integra o **Anexo V** ao presente Prospecto. O Fundo teve suas demonstrações financeiras auditadas pela KPMG nas datas base 28 de fevereiro de 2016 e 18 de janeiro de 2017, e, nas datas base de 28 de fevereiro de 2017 e 26 de abril de 2017, pelo Auditor Independente, sendo reconhecido o valor justo do ativo investido através de teste de *impairment*.

O Laudo de Avaliação Rover foi elaborado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, em observância ao Artigo 264 da Lei nº 6.404/76, a uma taxa de desconto de 16,23% (dezesseis inteiros e vinte e três centésimos por cento), atribuindo-se às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de emissão da Rover o valor total de R\$ 151.539.000,00 (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais), equivalente a R\$ 505,13 (quinhentos e cinco reais e treze centavos) por ação, valor esse que foi aceito e aprovado pelos Cotistas como o valor justo dos referidos ativos.

O Fundo possui atualmente 45.000 (quarenta e cinco mil) ações emitidas pela Rover, representativas de 15% (quinze por cento) de seu capital social, de modo que, considerando o valor por ação da Rover calculado nos termos do Laudo de Avaliação Rover, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo perfaz o montante de R\$22.730.850,00 (vinte e dois milhões, setecentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta reais).

Atualmente o Fundo possui 1.606.565 (um milhão, seiscentas e seis mil, quinhentas e sessenta e cinco) Cotas, cujo valor patrimonial atualizado, considerando o valor do Patrimônio Líquido acima mencionado, corresponde a R\$ 14,15 (quatorze reais e quinze centavos) cada.

Destaca-se que, para a definição do valor das Cotas no âmbito da Oferta, **(a)** foi atribuído um deságio de 11,24% (onze inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) ao valor patrimonial atualizado da Cota, a título

de prêmio para os novos Cotistas ingressantes no Fundo em decorrência da Oferta, o que fora proposto pela Gestora e aprovado sem ressalvas pelos atuais Cotistas e **(b)** foram acrescidos os valores referentes aos custos da Oferta (considerando a colocação da totalidade das Cotas objeto da Oferta, incluindo as Cotas do Lote Adicional e do Lote Suplementar) correspondentes a **(1)** Taxa de Coordenação e Estruturação, no montante equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento); **(2)** remuneração do Coordenador Líder, do Coordenador Contratado e das Instituições Participantes, no montante equivalente a 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento); e **(3)** os outros custos envolvidos na Oferta, conforme descritos no título “Demonstrativo do Custo da Oferta” desta seção do Prospecto, constante da página 43 abaixo:

Composição Valor da Cota			
Patrimônio Líquido		R\$	22.730.850,00
Quantidade de Cotas			1.606.565
Valor Patrimonial da Cota		R\$	14,15
Deságio (Prêmio)			11,24%
Valor da Cota		R\$	12,56
Taxa de Coordenação e Estruturação	1,50%	R\$	0,20
Coordenador Líder, Coordenador Contratado e Instituições Participantes	4,50%	R\$	0,60
Outros Custos Oferta	0,17%	R\$	0,03
Valor Final da Cota - Oferta Pública		R\$	13,39

O ativo integrante da carteira, bem como o Fundo foram auditados pela KPMG (nas datas base de 28 de fevereiro de 2016 e 18 de janeiro de 2017) e pelo Auditor Independente (nas datas base de 28 de fevereiro de 2017 e 26 de abril de 2017).

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos decorrentes da integralização das Cotas objeto da Oferta, incluindo os recursos provenientes das Cotas objeto do Lote Adicional e do Lote Suplementar, após deduzidas as comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, serão destinados, preponderantemente, ao investimento em Ativos de sociedades que atuem, diretamente no segmento funerário (*Deathcare*), observadas as condições definidas no Regulamento do Fundo e na legislação aplicável, conforme venha a ser orientado pelo Comitê de Investimentos.

A Gestora já prospectou Ativos Alvo, atuantes, direta ou indiretamente, no segmento funerário, incluindo, mas não se limitando, a cemitérios, crematórios, funerárias, planos funerários e atividades correlatas, que atendam aos critérios de elegibilidade listados na seção “ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DO FUNDO”, sob o título “Critérios de Elegibilidade das Investidas”, constante da página 80 deste Prospecto.

Até o presente momento, a Gestora mapeou 47 (quarenta e sete) Ativos Alvo e, dentre eles, foram identificados 18 (dezoito) Ativos Alvo que poderiam ser elegíveis ao investimento pelo Fundo.

A depender do montante total captado no âmbito da Oferta, a Gestora estima que seja possível realizar investimentos em até 7 (sete) Ativos Alvo.

O investimento em cada novo Ativo Alvo será precedido da realização de extenso e rigoroso processo de *due diligence*, inclusive para verificar **(a)** eventuais contingências e riscos atrelados a cada Ativo Alvo, e **(b)** o efetivo atendimento de cada um dos Ativos Alvo **(1)** aos critérios de elegibilidade listados na seção “ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DO FUNDO”, sob o título “Critérios de Elegibilidade das Investidas”, constante da página 80 deste Prospecto; **(2)** aos critérios previstos no Regulamento do Fundo; e **(3)** às demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Adicionalmente, a aquisição de um ou mais Ativos Alvo dependerá, além da efetiva captação de recursos no âmbito da Oferta, da negociação das condições do investimento em termos satisfatórios à Gestora, no melhor interesse do Fundo, de modo a permitir um adequado retorno do investimento realizado pelos Cotistas, observada a Meta de Remuneração.

No âmbito da negociação para o investimento do Fundo em Ativos Alvo, no intuito de se obter o melhor uso dos recursos do Fundo e a adequada composição de sua carteira de investimentos, desde que aprovado pela Gestora e pelo Comitê de Investimentos, poderá ser autorizada a integralização de Cotas pelos atuais detentores dos Ativos Alvo mediante a conferência desses ativos ao Fundo.

Conforme aprovado na Assembleia Geral de Cotistas que deliberou sobre a realização da Oferta, e mediante a orientação do Comitê de Investimentos, no melhor interesse do Fundo, o Fundo poderá também destinar até R\$ 45.900.000,00 (quarenta e cinco milhões e novecentos mil reais) do montante líquido captado no âmbito da Oferta (correspondente a 18,36% (dezoito inteiros e trinta e seis centésimos por cento) do montante total a ser captado no âmbito da Oferta, desconsiderando-se o Lote Adicional e o Lote Suplementar), para a aquisição de participação societária adicional na Rover, equivalente a até 102.000 (cento e duas mil) ações ordinárias, as quais correspondem a até 34% (trinta e quatro por cento) do capital social da Rover, de modo que o Fundo venha a deter até 147.000 (cento e quarenta e sete mil) ações ordinárias, correspondentes a até 49% (quarenta e nove por cento) do capital social da Rover.

A aquisição de participação adicional na Rover será realizada nos termos da Opção de Compra celebrada entre o Fundo e o FIP Maria Izabel, cuja cópia integra o **Anexo VII** ao presente Prospecto. De acordo com a Opção de Compra, o Fundo poderá exercer a opção de adquirir junto ao FIP Maria Izabel até 147.000 (cento e quarenta e sete mil) ações ordinárias de emissão da Rover, pelo valor unitário de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por ação.

O valor por ação da Rover estabelecido na Opção de Compra foi calculado com base no Laudo de Avaliação Rover, que integra o **Anexo V** ao presente Prospecto. Por meio do referido Laudo de Avaliação Rover, a Rover foi avaliada em R\$ 151.539.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e nove mil reais), o que representa um valor por ação de R\$ 505,13 (quinhentos e cinco reais e treze centavos). Dessa forma, o preço unitário por ação ordinária a ser pago pelo Fundo, caso exerça a Opção de Compra, contempla um deságio de, aproximadamente, 11,24% (onze inteiros e vinte quatro centésimos por cento) sobre o valor por ação calculado no âmbito do Laudo de Avaliação Rover. Maiores detalhes a respeito do Laudo de Avaliação Rover encontram-se descritas no título “Valor de Emissão das Cotas da Oferta” desta seção do Prospecto, constante da página 35 acima.

A destinação dos recursos para o investimento adicional na Rover ou para o investimento em outros Ativos Alvo prospectados pela Gestora observará as orientações do Comitê de Investimento, considerando o melhor interesse do Fundo, o volume e a disponibilidade de recursos captados no âmbito da Oferta, a adequada diversificação da carteira e os princípios de conveniência e oportunidade.

A parcela do Patrimônio Líquido não alocada na aquisição de participação societária adicional na Rover ou de novos Ativos Alvo poderá ser aplicada nos Ativos Líquidos, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 15 do Regulamento e descritos na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”, constante da página 58 do presente Prospecto.

Público Alvo e Inadequação do Investimento

Somente Investidores Qualificados poderão subscrever as Cotas da Oferta, conforme definidos na regulamentação pertinente.

O Fundo visa a atingir Investidores Qualificados, quer sejam pessoas naturais, jurídicas e/ou investidores institucionais, que tenham por objetivo o retorno, no longo prazo, de rentabilidade condizente com a Meta de Remuneração, e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à política de investimento do Fundo e à baixa de liquidez das Cotas.

O investimento nas Cotas não é adequado a investidores que **(a)** necessitem de liquidez em prazo inferior ao Prazo de Duração do Fundo; e **(b)** não estejam dispostos a correr os riscos descritos na seção “FATORES DE RISCO”, constante das páginas 45 a 52 do presente Prospecto.

A META DE REMUNERAÇÃO NÃO REPRESENTA, NEM DEVERÁ SER CONSIDERADA, SOB QUALQUER HIPÓTESE OU CIRCUNSTÂNCIA, COMO PROMESSA, OBRIGAÇÃO, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE AOS COTISTAS.

Classificação de Risco das Cotas

Não haverá classificação de risco para as Cotas objeto da Oferta.

Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência dos atuais Cotistas do Fundo no âmbito da Oferta.

Procedimento de Distribuição das Cotas

O Coordenador Líder, o Coordenador Contratado e as Instituições Participantes colocarão publicamente junto aos Investidores Qualificados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de melhores esforços até 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentas e setenta mil, seiscentas e cinquenta) Cotas, no valor total de até R\$250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos), na primeira data de integralização de Cotas no âmbito da Oferta, sem prejuízo da opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar e de Cotas do Lote Adicional.

A Oferta será realizada na forma e condições seguintes:

- (a)** a subscrição e a transferência, respectivamente, das Cotas da Oferta somente poderá ser realizada após **(1)** o registro da Oferta na CVM; **(2)** a divulgação do anúncio de início da Oferta; e **(3)** a divulgação do Prospecto Definitivo aos investidores;
- (b)** todos os materiais publicitários relacionados à Oferta deverão ser submetidos à prévia aprovação da CVM; sem prejuízo do disposto acima, quaisquer documentos de suporte para apresentações aos Investidores Qualificados serão encaminhados à CVM previamente à sua utilização pelo Coordenador Líder, pelo Coordenador Contratado e/ou pelas Instituições Participantes;
- (c)** a distribuição das Cotas será realizada em mercado de balcão organizado e não organizado, sendo permitido o recebimento de reservas antecipadas;
- (d)** a Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados;

- (e) as Cotas da Oferta serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional ou mediante a conferência de bens e direitos, pelo valor unitário da Cota definido no âmbito da Oferta, constante da capa deste Prospecto, podendo ser atualizado o valor da Cota caso a integralização ocorra em data diferente da subscrição;
- (f) a colocação das Cotas deverá ser efetuada no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da divulgação do anúncio de início da Oferta; e
- (g) não serão constituídos fundos de liquidez nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas.

O Fundo autorizou o Coordenador Líder a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo o Coordenador Líder assegurar **(a)** que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo; e **(b)** a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

No âmbito da Oferta, não haverá a utilização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*).

Recebimento de Reservas

No âmbito da Oferta, qualquer investidor que esteja interessado em investir nas Cotas deverá realizar a sua reserva para subscrição de Cotas mediante assinatura de Pedido de Reserva junto ao Coordenador Líder, ao Coordenador Contratado ou às Instituições Participantes, durante o Período de Reserva previsto neste Prospecto, nos termos do Cronograma Tentativo de Etapas da Oferta. Os Pedidos de Reserva serão irrevogáveis e irretratáveis, exceto na ocorrência das hipóteses de cancelamento da Oferta previstas neste Prospecto.

No âmbito da Oferta, os investidores poderão formalizar Pedidos de Reserva condicionando a aceitação da Oferta à colocação do montante total da Oferta ou de uma quantidade mínima de Cotas entre o Montante Mínimo da Oferta e o montante total da Oferta até o dia de divulgação do anúncio de encerramento da Oferta, sendo que, na hipótese de implemento desta condição, os investidores poderão indicar o desejo de adquirir **(a)** a totalidade das Cotas indicadas no Pedido de Reserva; ou **(b)** a proporção entre a quantidade de Cotas efetivamente distribuídas até o dia de divulgação do anúncio de encerramento da Oferta e a quantidade de Cotas originalmente objeto da Oferta.

Na hipótese de excesso de demanda nas Cotas, ou seja, caso o total de Cotas objeto dos Pedidos de Reserva Admitidos seja superior ao montante de Cotas objeto da Oferta, os Pedidos de Reserva Admitidos serão atendidos, parcialmente, sendo observado o critério proporcional ao montante de Cotas indicado nos respectivos Pedidos de Reserva Admitidos.

Cronograma Tentativo de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM:

Nº	Evento	Data*
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	26 de maio de 2017
2.	Disponibilização do Prospecto Preliminar nos sites da Administradora e do Coordenador Líder	29 de maio de 2017
3.	Divulgação do Aviso ao Mercado	29 de maio de 2017
4.	Início de apresentações a potenciais investidores	6 de junho de 2017
5.	Início de Período de Reservas	6 de junho de 2017
6.	Disponibilização da nova versão do Prospecto Preliminar nos sites da Administradora, do Coordenador Líder, do Coordenador Contratado e das Instituições Participantes	6 de outubro de 2017
7.	Divulgação da nova versão do Aviso ao Mercado	6 de outubro de 2017
8.	Término do Período de Reservas	9 de novembro de 2017
9.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	10 de novembro de 2017
10.	Disponibilização do Prospecto Definitivo nos sites da Administradora, do Coordenador Líder, do Coordenador Contratado e das Instituições Participantes	13 de novembro de 2017
11.	Divulgação do anúncio de início da Oferta	13 de novembro de 2017
12.	Primeira data de liquidação da Oferta	17 de novembro de 2017
13.	Divulgação do anúncio de encerramento da Oferta	Até 13 de maio de 2018

**Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações, a critério do Coordenador Líder.*

Após a concessão do registro da Oferta pela CVM, qualquer modificação no Cronograma Tentativo de Etapas da Oferta deverá ser comunicada à CVM e poderá ser considerada como modificação dos termos da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 28 da Instrução CVM nº 400 e conforme detalhado no título “Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta” desta seção, constante da página 41 abaixo.

Regime de Distribuição

A Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, sendo permitido o recebimento de reservas antecipadas.

Início e encerramento da distribuição

A subscrição das Cotas da Oferta somente poderá ser realizada após:

- (a) o registro da Oferta na CVM;
- (b) a divulgação do anúncio de início da Oferta; e
- (c) a divulgação do Prospecto Definitivo aos investidores.

A quantidade de Cotas da Oferta inicialmente ofertada poderá ser acrescida das Cotas do Lote Adicional, sem a necessidade de pedido de novo registro ou de modificação da Oferta.

Caso opte por distribuir as Cotas do Lote Suplementar, o Coordenador Líder informará à CVM, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do exercício de tal opção, a data do respectivo exercício e a quantidade de Cotas da Oferta envolvida.

A colocação das Cotas, inclusive, caso venham a ser objeto da Oferta, das Cotas do Lote Suplementar e das Cotas do Lote Adicional, deverá ser efetuada no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da divulgação do anúncio de início da Oferta. A Oferta será encerrada **(a)** ao término do prazo de colocação; **(b)** com a colocação da totalidade das Cotas; ou **(c)** por decisão do Coordenador Líder.

Será admitida a distribuição parcial das Cotas, estando a manutenção da Oferta condicionada, contudo, à colocação do Montante Mínimo da Oferta. Na hipótese de distribuição parcial, as Cotas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas serão canceladas pela Administradora. Caso haja integralização de novas Cotas e a Oferta seja cancelada, ficará a Administradora obrigada a ratear entre os subscritores que tiverem integralizado as novas Cotas, na proporção das Cotas integralizadas, os recursos recebidos pelo

Fundo, acrescidos de eventuais rendimentos líquidos auferidos no período provenientes da integralização das novas Cotas. Em nenhuma hipótese, haverá captação de recursos por meio de fontes alternativas.

Após o encerramento da distribuição das Cotas deverá ser divulgado o anúncio de encerramento da Oferta.

O Coordenador Líder deverá suspender a Oferta, a qualquer momento, na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento e que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta.

Divulgação de anúncios relacionados à Oferta

Todas as publicações mencionadas no Regulamento bem como as divulgações relativas à Oferta, quais sejam, o aviso ao mercado e os anúncios de início e de encerramento da Oferta, serão realizadas nos sites da Administradora, da Gestora, do Coordenador Líder, do Coordenador Contratado, das Instituições Participantes e da CVM indicados no presente Prospecto.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo Investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses de modificação e suspensão da Oferta, conforme previstas na Instrução CVM nº 400/03, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede do Coordenador Líder até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou a suspensão da Oferta.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados ou ser revogada, conforme previsto pela Instrução CVM nº 400/03, em seus artigos 25 a 27. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados, por meio de carta com aviso de recebimento, pelo Coordenador Líder a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, o Coordenador Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que os respectivos manifestantes estão cientes de que a Oferta original foi alterada e têm conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM, ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A Oferta poderá, ainda, ser cancelada em outras situações, observado o disposto na regulamentação vigente. Nesse caso, o Fundo deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta, presumida a manutenção em caso de silêncio. Não obstante, a comunicação ao mercado da suspensão ou do cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de divulgação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas da Oferta subscritas, conforme o caso: **(a)** todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e **(b)** os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta.

Caso a Oferta não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas da Oferta deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, sem qualquer remuneração, deduzidos, ainda, os encargos e tributos devidos.

A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação, por meio de carta com aviso de recebimento, aos investidores ou da divulgação do aviso ao mercado informando sobre a modificação, a suspensão ou o cancelamento da Oferta, conforme o caso, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas na Oferta

Os investidores interessados em adquirir Cotas da Oferta devem contatar o Coordenador Líder, o Coordenador Contratado ou as Instituições Participantes e tomar as providências por eles definidas.

As Cotas da Oferta serão subscritas, mediante a celebração de boletim de subscrição, e integralizadas **(a)** a prazo, conforme venham a ser apresentadas Chamadas de Capital pela Administradora, em moeda corrente nacional, ou **(b)** à vista, mediante a conferência de bens e direitos, desde que aprovado pela Administradora, pela Gestora e pelo Comitê de Investimentos, levando-se em consideração sempre o melhor interesse do Fundo e de seus Cotistas.

O investidor deverá assinar também termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, declarando sua condição de Investidor Qualificado, além de indicar representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou pelo Custodiante, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico. Caberá a cada Cotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

O pagamento da integralização das Cotas da Oferta será realizado, para as integralizações em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível – TED ou outros mecanismos de transferência de recursos autorizados pelo BACEN ou por meio dos procedimentos adotados pela B3 – segmento CETIP UTMV, cabendo ao Coordenador Líder, ao Coordenador Contratado e às Instituições Participantes assegurarem a condição de Investidor Qualificado do investidor.

Para a integralização de Cotas em bens e direitos, a integralização deverá ocorrer em observância aos procedimentos a serem definidos pela Administradora e pela Gestora em função das características dos bens ou direitos a serem conferidos ao Fundo. Caso ativos a serem conferidos ao Fundo sejam valores mobiliários de emissão de Investida negociadas em bolsa ou em mercado de balcão organizado, estes serão integralizados pelo seu valor de mercado ou, caso os valores mobiliários sejam de emissão de Investida não negociados em bolsa ou em mercado de balcão organizado, estes serão integralizados pelo seu valor justo apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, e desde que **(a)** apresentados todos os demais documentos solicitados pela Administradora; e **(b)** haja aprovação do laudo em Assembleia Geral de Cotistas.

Para o cálculo do número de Cotas da Oferta a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue ao Fundo quaisquer taxas ou despesas.

O valor unitário diário das Cotas para fins de integralização será atualizado pelo IPCA, calculado *pro rata die*, desde a data de primeira integralização de Cotas realizada no âmbito da Oferta até a data de efetiva integralização de Cotas em questão.

Com base no valor a ser investido por cada investidor nas Cotas objeto da Oferta, caberá ao Coordenador Líder atribuir a cada investidor a quantidade de Cotas objeto da Oferta que lhe serão alocadas.

O montante mínimo para aplicação em Cotas da Oferta é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

É admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas da Oferta. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas da Oferta.

Negociação das Cotas

As Cotas, após a sua integralização, poderão ser negociadas no mercado secundário em mercado de balcão organizado, por meio do sistema Fundos 21 – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela B3 – segmento CETIP UTMV. A negociação das Cotas no mercado secundário apenas ocorrerá após a concessão

do registro da Oferta por parte da CVM e liberação das Cotas para negociação pela B3.

Meta de Remuneração

A Meta de Remuneração será equivalente à variação do IPCA adicionada de sobretaxa de 8% (oito por cento) ao ano.

A META DE REMUNERAÇÃO NÃO REPRESENTA, NEM DEVERÁ SER CONSIDERADA, SOB QUALQUER HIPÓTESE OU CIRCUNSTÂNCIA, COMO PROMESSA, OBRIGAÇÃO, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE AOS COTISTAS.

Demonstrativo do Custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas da Oferta, a ser arcado pelo Fundo:

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)*	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE COLOCAÇÃO*	VALOR POR COTA OFERTADA*
Coordenador Líder, Coordenador Contratado e Instituições Participantes	Até R\$15.187.499,91	4,500%	R\$ 0,603
Despesas de registro na CVM	R\$ 283.281,00	0,084%	R\$ 0,011
B3 – segmento CETIP UTM	R\$ 19.174,21	0,006%	R\$ 0,001
Taxa de Coordenação e Estruturação	Até R\$ 5.062.500,00	1,500%	R\$ 0,201
Assessores legais	Até R\$ 192.000,00	0,057%	R\$ 0,008
Cartório de Títulos e Documentos	R\$ 30.000,00	0,009%	R\$ 0,001
Impressões, publicações e material publicitário	Até R\$ 40.000,00	0,012%	R\$ 0,002
Total	R\$ 20.814.455,12	6,167%	R\$ 0,826

**Considerando a colocação da totalidade das Cotas da Oferta, inclusive daquelas correspondentes às Cotas do Lote Adicional e às Cotas do Lote Suplementar, que por sua vez, perfaz o montante de R\$ 337.499.998,03 (trezentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e três centavos).*

Os valores indicados na tabela acima já contemplam a totalidade de potenciais comissões devidas aos prestadores de serviços contratados no âmbito da Oferta. Os tributos incidentes sobre as comissões a serem pagas aos prestadores de serviços contratados no âmbito da Oferta serão arcadas pelos respectivos receptores.

Outras Informações

Para esclarecimentos adicionais a respeito da Oferta, do Fundo e deste Prospecto, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à B3 e/ou à sede do Coordenador Líder, do Coordenador Contratado ou das Instituições Participantes ou, ainda, acessar as respectivas páginas mantidas na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo:

Coordenador Líder e Administradora:

Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia

São Paulo – SP

Site: www.intraderdtvm.com.br (no campo “Área de atuação”, acessar “Administração de Fundos” – clicar em “Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia”)

Coordenador Contratado

Horus Investimentos – Gestora de Recursos Ltda.

Rua Cacilda Becker, nº 50, sala 503, Centro

Londrina – PR

Site: <http://www.horusinvestimentos.com/> (na parte superior da página, clicar em “Fundos”, em seguida em “FIP Life Care”)

Instituições Participantes

Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores

Rua Boa Vista, nº 356, 7º andar

CEP: 01014-910

São Paulo - SP

Site: <http://www.guideinvestimentos.com.br/> (na parte superior da página, clicar em “Investimentos”, em seguida em “Ofertas Públicas”, e depois, logo abaixo do título “Ofertas Atuais”, clicar em “Fundo de Investimento em Participações Lifecare Multiestratégia”).

Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 3º andar

CEP: 01452-002

São Paulo – SP

Site: <http://www.socopa.com.br/> (na parte superior da página, clicar em “Fundos & Ofertas Públicas”, em seguida em “Ofertas Públicas”, e depois em “FIP Lifecare Multiestratégia”).

Ambiente de negociação das Cotas

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (segmento CETIP UTM)

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar

São Paulo – SP

Site: <http://www.cetip.com.br> (na parte superior da página, clicar em “Comunicados e Documentos”, em seguida em “Prospectos”, e depois em “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados” e procurar por “FIP Lifecare”).

Entidade Reguladora

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, nº 111, Centro

Rio de Janeiro – RJ

Site: <http://www.cvm.gov.br> (no campo “Informações e Regulados”, acessar “Fundos de Investimento” – clicar em “Consultas a Informações de Fundos” – clicar em “Fundos de Investimento Registrados” – no primeiro campo, preencher com o nome do Fundo – clicar em “Continuar” – clicar no nome do Fundo – acessar “Documentos Eventuais” – no campo “Tipo de Documento”, selecionar “Prospecto Distribuição” – clicar em “Exemplar do Prospecto”)

Eventuais informações adicionais, reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede do Coordenador Líder.

FATORES DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Sobre os Fatores de Risco

Não obstante a diligência da Gestora em colocar em prática a política de investimento aqui delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, riscos decorrentes de alterações legais ou regulamentares, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, dentre outros, e, mesmo que a Gestora mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

O investidor, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por escrito, estar ciente dos riscos de seu investimento e expressar sua concordância em, ainda assim, realizá-lo, por meio da assinatura do termo de adesão ao Regulamento e de ciência de risco.

Os recursos que constam na carteira do Fundo e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

Riscos de liquidez em relação às Cotas do Fundo

Por constituir um condomínio fechado, os Cotistas poderão enfrentar dificuldade ou mesmo inexistência de mercado para a negociação de suas cotas, não havendo, ainda, possibilidade de resgate antecipado.

Risco de liquidez em relação aos investimentos do Fundo

As aplicações na(s) Investida(s) do Fundo apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimentos brasileiros, em razão das características do ativo, de prazo e duração do mesmo. Caso o Fundo precise se desfazer de parte desses valores mobiliários, como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, ou quotas de sociedades limitadas, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Risco do mercado secundário

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas somente poderá ser feito ao término do Prazo de Duração do Fundo, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

Risco de distribuição parcial

Existe a possibilidade de que, ao final do Período de Distribuição, não sejam subscritas todas as Cotas ofertadas pelo Fundo, o que, consequentemente, fará com que o Fundo detenha um patrimônio menor que o estimado. Tal fato pode ensejar uma redução nos planos de investimento do Fundo e, consequentemente, na expectativa de rentabilidade do Fundo.

Risco de não atingimento do Montante Mínimo da Oferta e o cancelamento da Oferta

A Oferta será cancelada caso não seja subscrita quantidade de Cotas suficiente para o atendimento ao Montante Mínimo da Oferta descrito neste Prospecto.

Riscos de não listagem das Cotas em mercado de bolsa

Após a realização da totalidade das Chamadas de Capital, a Administradora pretende realizar a listagem das Cotas no mercado de bolsa administrado pela B3. A listagem das Cotas em mercado de bolsa poderá não ser concretizada, caso o Fundo não consiga atender à totalidade das exigências a serem formuladas pela B3 para essa listagem.

Risco relativo ao Prazo de Duração determinado do Fundo

Considerando que o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, não é permitido o resgate de Cotas, salvo na hipótese de liquidação do Fundo. Caso os Cotistas decidam pelo desinvestimento no Fundo, os mesmos terão que alienar suas Cotas em mercado secundário, observado que os Cotistas poderão enfrentar falta de liquidez na negociação das Cotas no mercado secundário ou obter preços reduzidos na venda das Cotas.

Risco de derivativos

Consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de mercado

Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

Risco de concentração da carteira do Fundo

O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único Ativo Alvo, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal ativo. O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em um único Ativo Alvo, do mesmo setor econômico e região geográfica, sem restrições quanto à condição econômica, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

Risco relacionado ao critério de precificação dos ativos

A precificação dos ativos integrantes da carteira do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação estabelecidos no Regulamento e na regulamentação em vigor, mas tais critérios e procedimentos poderão não ser suficientes para evitar distorções entre o valor contabilizado do ativo e o respectivo valor real de venda.

Risco de descontinuidade

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, hipóteses em que os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo.

Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora e da Gestora, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, podendo resultar em **(a)** perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo, **(b)** inadimplência dos emissores dos ativos, e **(c)** incremento significativo no volume das amortizações de Cotas aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos regates por ocasião da liquidação do Fundo. Não obstante, o Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o Governo Brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do Fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas do Fundo. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do Fundo.

Riscos relacionados ao desempenho e à solvência das Investidas

Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A carteira de investimentos estará concentrada em títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Investidas. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Investidas, não há garantias de **(a)** bom desempenho de quaisquer das Investidas, **(b)** solvência das Investidas e **(c)** continuidade das atividades das Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado da Gestora, os pagamentos relativos aos títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, mau desempenho operacional da respectiva Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Não há garantias implícitas ou explícitas de bom desempenho das Investidas, da solvência das Investidas e da continuidade das Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos do Fundo e o valor das Cotas.

Riscos operacionais das sociedades Investidas

Por ser alvo dos investimentos ativos de sociedades, todos os riscos operacionais que as Investidas incorrerem, no decorrer da existência do Fundo, são também riscos operacionais do Fundo, uma vez que o desempenho do mesmo decorre do resultado obtido nas atividades das referidas sociedades.

Risco de investimento em companhia fechada

Os investimentos do Fundo serão feitos em ativos de sociedades, incluindo sociedades limitadas e companhias fechadas, as quais não estão obrigadas a observar as mesmas regras aplicáveis às companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode

representar uma dificuldade para o Fundo quanto ao bom acompanhamento das atividades e resultados das Investidas e a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o Fundo e o valor das Cotas.

Riscos de insolvência, falência e mau desempenho operacional das sociedades Investidas

Os pagamentos relativos ao investimento nas Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação, podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional, ou, ainda, de outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Riscos relacionados à participação no processo decisório das sociedades Investidas

Caso uma Investida tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica de uma Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Investida poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das Cotas, o que poderá resultar em Patrimônio Líquido negativo e a necessidade dos Cotistas realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo.

Riscos de alteração da legislação aplicável ao Fundo e/ou Cotistas

A legislação aplicável ao Fundo e aos Cotistas e aos investimentos efetuados pelo Fundo, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentam investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil, está sujeita a alterações. Ainda, poderão ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, bem como moratórias e alterações das políticas monetárias e cambiais. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas, inclusive as regras de fechamento de câmbio e de remessa de recursos do e para o exterior. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados do Fundo.

Risco de investimento em Ativo(s) Alvo constituídos e em funcionamento

O Fundo poderá investir em Ativo(s) Alvo plenamente constituídos e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade de tais Investidas: (a) estarem inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) estarem descumprindo obrigações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuírem considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, o Fundo e, consequentemente, os Cotistas, poderão ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima.

Risco de diluição

O Fundo poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos da Lei em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Investidas. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital das Investidas no futuro, o Fundo poderá ter sua participação no capital nestas diluída.

Riscos de alterações tributárias e mudanças na legislação tributária

Embora as regras tributárias relativas a fundos de investimento em participações e ao(s) Ativo(s) Alvo estejam vigentes há anos, não existindo perspectivas de mudanças, existe o risco de tal regra ser modificada no contexto de uma eventual reforma tributária. Assim, o risco engloba o risco de perdas decorrente de criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo, seus Cotistas ou ainda o(s) Ativo(s) Alvo a novos recolhimentos e/ou fatos geradores não existentes inicialmente.

Riscos jurídicos

Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico deste Fundo considera um conjunto de rigores e obrigações contratuais tendo por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange a este tipo de operação financeira, em situações atípicas ou conflitantes poderá haver perdas por parte dos investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual.

Riscos relacionados aos setores de atuação das Investidas

O objetivo do Fundo é realizar investimentos no(s) Ativo(s) Alvo sujeitos a riscos característicos e individuais dos distintos segmentos em que atuam, os quais não são necessariamente relacionados entre si, e que podem direta ou indiretamente influenciar negativamente o valor das Cotas.

Riscos relacionados à distribuição de dividendos diretamente aos Cotistas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas ao(s) Ativo(s) Alvo integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de bens emitidos pelas Investidas. Portanto, a capacidade do Fundo de amortizar Cotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Risco de patrimônio negativo

As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo.

Risco de crédito

Consiste no risco do(s) Ativo(s) Alvo e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira do Fundo e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

Propriedade das Cotas versus a propriedade do(s) Ativo(s) Alvo

Apesar de a carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelo(s) Ativo(s) Alvo, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas a propriedade direta sobre tal(is) Ativo(s) Alvo. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas que detém no Fundo.

Não realização de investimento pelo Fundo

Os investimentos do Fundo são considerados de longo prazo e o retorno do investimento nas Investidas pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na sua não realização.

Inexistência de garantia de rentabilidade

Ao analisar quaisquer informações fornecidas no Prospecto, no caso aplicável, e/ou em qualquer material de divulgação do Fundo que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, do Fundo, ou de quaisquer investimentos em que a Administradora e/ou a Gestora tenha de qualquer forma participado, os potenciais investidores devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão

alcançados pelo Fundo no futuro. Os investimentos estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, sem limitação, a disponibilidade de Ativo(s) Alvo. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em Investidas que apresentam riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o Fundo.

Conflito de interesses – Participação em Investidas

Na data do presente Prospecto, o Fundo detém participação em Investida da qual participam, direta ou indiretamente, partes relacionadas aos sócios da Gestora. Adicionalmente, o Fundo poderá realizar novos investimentos **(a)** na atual Investida do Fundo, inclusive por meio do exercício da Opção de Compra, com a destinação de parcela significativa dos recursos obtidos com a Oferta para referido exercício, conforme descrito na seção “CONDIÇÕES DA OFERTA”, sob o título “Destinação dos Recursos”, constante da página 36 deste Prospecto; e **(b)** em outros Ativos Alvo dos quais participem, na qualidade de sócios ou acionistas, a Gestora e/ou suas partes relacionadas. Em razão desse fato, não obstante os investimentos realizados nessas circunstâncias serem avaliados de forma especial pelo Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional, não se pode afastar o risco de conflito de interesses para o Fundo, com os prejuízos daí decorrentes que possam afetar negativamente a rentabilidade do Fundo.

Riscos relacionados ao Estudo de Viabilidade

O Estudo de Viabilidade apresentado no **Anexo VI** deste Prospecto foi elaborado pela Gestora, na qualidade de gestora da carteira de investimentos do Fundo. A Gestora tem como uma de suas funções primordiais identificar oportunidades de investimento para o Fundo, com base na análise das sociedades a serem alvo de investimento pelo Fundo e na elaboração de estudos que visam a projetar seu desempenho em diferentes cenários, de forma a verificar o potencial de retorno futuro do investimento e adequação desse potencial retorno aos objetivos do Fundo. O Estudo de Viabilidade apresenta, de uma forma resumida, alguns desses estudos.

Não obstante a diligência e a capacidade técnica da Gestora em realizar tais trabalhos, não se pode afastar o risco das projeções constantes do Estudo de Viabilidade se mostrarem incorretas, inclusive em virtude de uma avaliação incorreta da Gestora ou das premissas utilizadas para a elaboração do Estudo de Viabilidade não serem verificadas no futuro ou se mostrarem insuficientes, em razão da existência de outros fatos, situações ou informações que não eram de conhecimento da Gestora na data de sua elaboração e/ou que, por qualquer circunstância, não tenham sido considerados nessa análise.

Além disso, tendo em vista que a Rover é sociedade na qual participam partes relacionadas à Gestora, não se pode afastar o risco de conflito de interesses da Gestora na elaboração do Estudo de Viabilidade. O conflito de interesses, nesse caso, pode ter resultado em uma análise da Rover que, em alguma medida, considere premissas ou cenários com viés mais benéfico que aqueles que poderiam ser considerados caso uma empresa independente elaborasse o referido Estudo de Viabilidade, refletindo em projeções mais otimistas que aquelas que poderiam ser traçadas pela eventual empresa independente.

Qualquer inadequação, erro e/ou inconsistência do Estudo de Viabilidade, assim como a não verificação de qualquer de suas premissas ou cenários, pode resultar em um desempenho das Investidas abaixo das expectativas, afetando negativamente o Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Demais riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora e/ou da Gestora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras, legislação e regulamentação aplicáveis ao(s) Ativo(s) Alvo, mudanças impostas ao(s) Ativo(s) Alvo, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos em determinados ativos financeiros integrantes da carteira de investimentos do Fundo.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Denominação

O Fundo denomina-se Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia.

Base Legal

O Fundo é um fundo de investimento em participações multiestratégia, regulado pela Instrução CVM nº 578/16.

A modificação do tipo do Fundo por outro diferente dependerá de aprovação dos Cotistas do Fundo em Assembleia Geral de Cotistas, observado o quórum estabelecido no Capítulo XI do Regulamento e na seção “COTAS DO FUNDO”, sob o título “Assembleia Geral de Cotistas”, constante da página 74 deste Prospecto.

Histórico do Fundo

Constituição e alterações da denominação do Fundo

O Fundo foi constituído por meio de deliberação da Geração Futuro, administradora do Fundo à época, datada de 22 de outubro de 2012, registrada em 24 de outubro de 2012 perante o 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de Rio de Janeiro, sob o nº 1269621, sob a denominação de “*Fundo de Investimento em Participações Brasil Plural I*”, a qual também aprovou o inteiro teor da primeira versão do Regulamento.

Por meio de instrumento particular de deliberação da Geração Futuro, datado de 3 de maio de 2013, registrado na mesma data perante o 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1290140, a denominação do Fundo foi alterada para “*Banrisul Mais Energia Fundo de Investimento em Participações*”.

Destaca-se que, quando das deliberações acima mencionadas, o Fundo não estava operacional e não realizou quaisquer investimentos.

Adicionalmente, por meio de instrumento particular de deliberação da Geração Futuro, datado de 19 de dezembro de 2014, registrado em 29 de dezembro de 2014 perante o 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1318608, a denominação do Fundo foi novamente alterada para “*Fundo de Investimento em Participações Allamandas*”.

Primeira Emissão de Cotas do Fundo

A 1ª Emissão foi aprovada por deliberação da Geração Futuro, administradora do Fundo à época, datada de 19 de dezembro de 2014, registrada no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 2014, sob o nº 1318608, a qual também aprovou o Suplemento da 1ª Emissão, constante do **Anexo I** ao presente Prospecto, que estabeleceu as características e condições da 1ª Emissão.

A 1ª Emissão era composta por até 20.000.000 (vinte milhões) de Cotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada na respectiva data de emissão, perfazendo o montante total de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

A oferta restrita relativa à 1ª Emissão teve seu início em 19 de dezembro de 2014 e foi encerrada em 18 de junho de 2015. Como resultado da 1ª Emissão, foram subscritas e integralizadas, por parte de 5 (cinco) investidores, o total de 10.748.126,20 (dez milhões, setecentas e quarenta e oito mil, cento e vinte e seis e vinte centésimos) de cotas, perfazendo o montante total de R\$ 10.748.126,20 (dez milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e vinte e seis reais e vinte centavos).

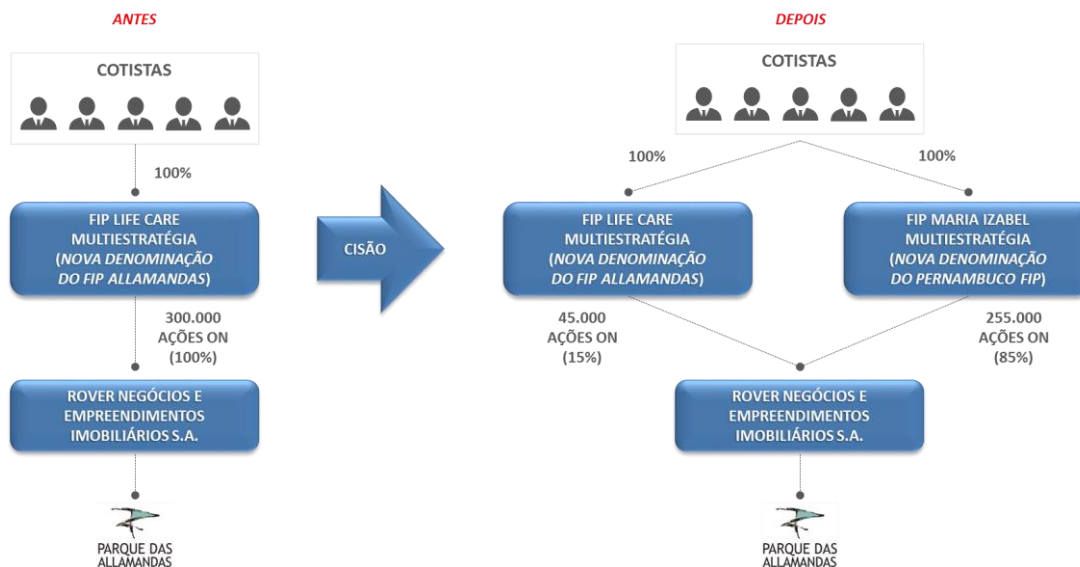
A totalidade de recursos obtidos no âmbito da 1ª Emissão foi destinada à subscrição e integralização, pelo Fundo, de ações de emissão da Rover, passando o Fundo a deter ações equivalentes a 100% (cem por cento).

Substituição da instituição administradora do Fundo

A Assembleia Geral de Cotistas do Fundo realizada em 3 de janeiro de 2017, cuja ata foi registrada no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 2017, sob o nº 1891032, bem como no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo, em 18 de maio de 2017, sob o nº 1.509.483, aprovou, dentre outras matérias, a substituição da Geração Futuro como instituição administradora do Fundo, com a assunção das funções de administração pela Administradora, a vigorar a partir dia 18 de janeiro de 2017.

Cisão Parcial do Fundo

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 25 de abril de 2017, foi deliberada e aprovada, dentre outras matérias, a cisão parcial do Fundo, por meio da qual foi cindida a parcela de 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo, representado por 255.000 (duzentas e vinte e cinco mil) ações ordinárias de emissão da Rover, equivalentes a 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social da Rover. Após a cisão, o Fundo permaneceu com o equivalente a 45.000 (quarenta e cinco mil) ações ordinárias de emissão da Rover, representativas de 15% (quinze por cento) do capital social da Rover. A parcela cindida do patrimônio do Fundo foi vertida e incorporada ao patrimônio do FIP Maria Izabel (atual denominação de Pernambuco Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia), conforme ilustrado abaixo:



A ata da Assembleia Geral de Cotistas realizada em 25 de abril de 2017 foi registrada perante o 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo, em 18 de maio de 2017, sob o nº 1.509.495.

Aprovação da denominação atual do Fundo e do Regulamento em vigor

A mesma Assembleia Geral de Cotistas realizada em 25 de abril de 2017, aprovou também a denominação atual do Fundo, qual seja, “Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia”, bem como a versão em vigor do Regulamento.

A ata da Assembleia Geral de Cotistas realizada em 25 de abril de 2017 foi registrada perante o 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo, em 18 de maio de 2017, sob o nº 1.509.495.

Segunda Emissão de Cotas do Fundo

A 2ª Emissão foi aprovada por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, realizada em 5 de maio de 2017, cuja ata foi registrada no 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital do Estado de São Paulo, em 19 de maio de 2017, sob o nº 1.509.607, a qual também aprovou o Suplemento da 2ª Emissão, constante do **Anexo I** ao presente Prospecto, que estabeleceu as características e condições da 2ª Emissão.

A 2ª Emissão é composta por até 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentas e setenta mil, seiscentas e cinquenta) Cotas, com valor nominal unitário de R\$ 13,39 (treze reais e trinta e nove centavos) cada na respectiva data de emissão, perfazendo o montante total de até R\$ 250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões e três reais e cinquenta centavos), as quais são objeto da presente Oferta, nos termos da Instrução CVM nº 400/03. A quantidade de Cotas emitidas no âmbito da 2ª Emissão poderá ser acrescida **(a)** do Lote Suplementar, composto por até 2.800.597 (dois milhões, oitocentas mil, quinhentas e noventa e sete) Cotas, equivalentes a até 15% (quinze por cento) do total das Cotas inicialmente integrantes da 2ª Emissão, e **(b)** do Lote Adicional, composto por até 3.734.130 (três milhões, setecentas e trinta e quatro mil, cento e trinta) Cotas, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas inicialmente integrantes da 2ª Emissão.

Os recursos obtidos no âmbito da 2ª Emissão serão destinados de acordo com o disposto na seção “CONDIÇÕES DA OFERTA”, sob o título “Destinação dos Recursos”, constante da página 36 deste Prospecto.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para investimento nas Investidas, nos termos da política de investimento estabelecida no Regulamento e descrita no título “Política de Investimento” desta seção do Prospecto, constante da página 58 abaixo.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente poderão ser resgatadas ao fim do Prazo de Duração, nos termos previstos no Regulamento e no presente Prospecto.

Prazo de Duração

O Fundo terá Prazo de Duração de 10 (dez) anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 (dez) anos, caso a Assembleia Geral de Cotistas não delibere em sentido contrário.

Público Alvo

O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados.

Objetivo de Investimento

É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, no longo prazo, por meio da aplicação dos recursos do Fundo em Investidas que atuem, direta ou indiretamente, no segmento funerário (*Deathcare*), incluindo, mas não se limitando a cemitérios, crematórios, funerárias, planos funerários e atividades correlatas.

Em caráter complementar, a valorização das Cotas será buscada mediante a aplicação em Ativos Líquidos, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 15 do Regulamento e descritos na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo”, constante da página 58 do presente Prospecto.

Participação no Processo Decisório da Investida

O Fundo deve participar do processo decisório da Investida, com influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, que pode ocorrer **(a)** pela detenção de ações ou quotas que integrem o respectivo bloco de controle; **(b)** pela celebração de acordo de acionistas ou quotistas, conforme aplicável; ou **(c)** pela celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio jurídico ou a adoção de outro procedimento que assegure ao Fundo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive por meio da indicação de membros do conselho de administração ou diretoria.

Fica dispensada a participação do Fundo no processo decisório da Investida quando: **(a)** o investimento do Fundo na Investida for reduzido da menos da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da Investida; ou **(b)** o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a zero e haja deliberação dos cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas mediante aprovação da maioria das cotas subscritas presentes, caso o Regulamento não estipule um quórum mais elevado.

O requisito de efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Investidas não se aplica ao investimento em Investidas Companhias listadas em segmento especial de negociação de valores mobiliários, instituído por bolsa de valores ou por entidade do mercado de balcão organizado, voltado ao mercado de acesso, que assegure, por meio de vínculo contratual, padrões de governança corporativa mais estritos que os exigidos por lei, desde que corresponda a até 35% (trinta e cinco por cento) do capital subscrito do Fundo.

O limite estabelecido acima será de 100% (cem por cento) durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido em até 6 (seis) meses contados de cada um dos eventos de integralização de Cotas previstos no Compromisso de Investimento.

Caso o investimento em determinada Investida Companhia ultrapasse o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do capital subscrito do Fundo por motivos alheios à vontade da Gestora no encerramento do respectivo mês e tal desenquadramento perdure quando do encerramento do mês seguinte, a Administradora deve comunicar à CVM imediatamente a ocorrência de desenquadramento passivo, com as devidas justificativas, bem como previsão para reenquadramento; e comunicar à CVM o reenquadramento da carteira, no momento em que ocorrer.

Política de Investimento

Composição e Diversificação da Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo estão sujeitos à política de investimento e aos requisitos de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento, conforme descritos abaixo.

O Fundo deverá ter no mínimo 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido em Investidas que atuem, direta ou indiretamente, no segmento funerário (*Deathcare*), incluindo, mas não se limitando a cemitérios, crematórios, planos funerários e atividades correlatas.

O remanescente do Patrimônio Líquido, que não for investido em Investidas, poderá ser mantido em Ativos Líquidos.

O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos na(s) Investida(s), sem restrições quanto às condições econômicas, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

É vedado ao Fundo realizar quaisquer operações em mercados de derivativos, exceto quando tais operações **(a)** forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou **(b)** envolverem opções de compra ou venda de ações das companhias que integram a carteira do fundo com o propósito de ajustar o preço de aquisição da companhia com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Os Cotistas do Fundo deverão aprovar, quando da subscrição de Cotas, a possibilidade de o Fundo:

- (a)** investir em Investida(s) e/ou outros ativos de emissão de sociedades nas quais participem: **(1)** a Administradora, a Gestora, os membros de comitês ou conselhos criados ou que venham a ser criados pelo Fundo, ou Cotistas do Fundo, ainda que titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) ou mais do Patrimônio Líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto ou ainda pessoas a eles ligadas; ou **(2)** quaisquer das pessoas mencionadas no item (1) anterior que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários e/ou outros ativos a serem subscritos ou adquiridos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo;
- (b)** realizar operações em que o Fundo figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea “a” acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora.

Salvo se previsto no Regulamento ou se houver a aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, permanecerá vedada a realização de operações pelo Fundo nas quais haja indícios acerca da existência de conflitos de interesses entre a Administradora, a Gestora e/ou os Cotistas do Fundo, e o investimento realizado.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

Atualmente, o Fundo detém em seu patrimônio 15% (quinze por cento) das ações emitidas pela Rover, participação esta que foi avaliada pela JMB Assessoria Empresarial em R\$22.730.850,00 (vinte e dois milhões, setecentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta reais).

Período de Investimento e Período de Desinvestimento

As decisões de investimento e desinvestimento do Fundo na(s) Investida(s) dependerão da aprovação do Comitê de Investimentos, conforme estabelecido na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Comitê de Investimentos”, constante da página 61 do presente Prospecto.

A Gestora e/ou a Administradora poderão, sem a necessidade de prévia aprovação do Comitê de Investimentos do Fundo, realizar investimentos e desinvestimentos com relação a recursos investidos nos Ativos Líquidos, observado o disposto na seção II do Capítulo VI do Regulamento, conforme descrição constante do título “Composição e Diversificação da Carteira do Fundo” desta seção, na página 58 do presente Prospecto, e na regulamentação aplicável.

A realização dos investimentos e desinvestimentos do Fundo caberá à Gestora, que observará o disposto no Capítulo VI do Regulamento, conforme descrito no título “Política de Investimento” acima e na seção “ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DO FUNDO”, constante da página 58 do presente Prospecto.

Na formação, manutenção e desinvestimento da carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (a) os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Cotas, por meio de Chamada de Capital, conforme aplicável, **(1)** deverão ser utilizados para a aquisição da(s) Investida(s) até o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente à integralização por qualquer Cotista, ou, no caso de oferta pública, até o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente à data de encerramento da Oferta, sob pena de devolução aos Cotistas; ou **(2)** poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo, conforme discriminado no Capítulo XV do Regulamento e na seção “COTAS DO FUNDO”, sob o título “Despesas e Encargos do Fundo”, constante da página 66 deste Prospecto;
- (b) até que os investimentos do Fundo na(s) Investida(s) sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Cotas, serão aplicados em Ativos Líquidos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério da Gestora, no melhor interesse do Fundo e dos Cotistas; e
- (c) durante o período compreendido entre **(1)** o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nas Investidas e Ativos Líquidos integrantes da carteira do Fundo e **(2)** a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Cotistas, a título de pagamento de amortização, tais recursos deverão ser mantidos em Ativos Líquidos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério da Gestora, no melhor interesse do Fundo e dos Cotistas.

Da Distribuição dos Resultados, da Amortização das Cotas e da Liquidação do Fundo

Os recursos provenientes da alienação do(s) Ativo(s) Alvo, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos, forma e condições do Regulamento, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de Cotas, pela Assembleia Geral de Cotistas.

A amortização abrangerá todas as Cotas do Fundo, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes.

As quantias que forem atribuídas ao Fundo a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio decorrentes da participação nas Investidas do Fundo poderão, a exclusivo critério da Gestora: **(a)** ser distribuídas diretamente aos Cotistas; ou **(b)** ser incorporadas ao Patrimônio Líquido do Fundo. Caso a Gestora opte pela distribuição das referidas quantias diretamente aos Cotistas, quando ocorrer de o dia previsto para o pagamento não ser Dia Útil na sede da Administradora, o pagamento aos Cotistas deverá ser efetuado no primeiro Dia Útil seguinte ao previsto.

As amortizações de Cotas e os pagamentos de rendimentos aos Cotistas serão feitos por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, não devendo ultrapassar o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente à data inicial para integralização de Cotas.

Mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, bem como na liquidação do Fundo, devendo a respectiva Assembleia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

O Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Por ocasião da liquidação do Fundo, a Administradora promoverá a alienação dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o produto resultante será entregue aos Cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas.

A alienação dos ativos que compõem a carteira do Fundo, por ocasião da liquidação do Fundo, poderá ser feita por meio de uma das formas a seguir, a critério de Cotistas representando a maioria das Cotas emitidas pelo Fundo:

- (a) alienação por meio de transações privadas;
- (b) alienação em bolsa de valores ou no mercado de balcão, no Brasil, com ou sem esforços de colocação no exterior; e
- (c) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos ativos componentes da carteira aos Cotistas.

A Administradora deverá convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, caso encontre dificuldade na alienação desses ativos a preço justo.

Mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, a Administradora poderá promover a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas. Caberá à respectiva Assembleia Geral de Cotistas estabelecer os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

Mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na liquidação do Fundo, devendo a respectiva Assembleia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

A Administradora não poderá ser responsabilizada, salvo em decorrência de culpa ou dolo no desempenho de suas funções, por quaisquer eventos que acarretem em:

- (a) liquidação do Fundo, previamente ao encerramento do Prazo de Duração; ou
- (b) impossibilidade de pagamento dos resgates de Cotas, por ocasião da liquidação do Fundo, de acordo com os critérios estabelecidos no Artigo 72 do Regulamento e desta seção do Prospecto.

A liquidação do Fundo e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre a liquidação do Fundo, conforme o caso.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, a Administradora promoverá o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM a documentação pertinente, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos Cotistas, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do Fundo perante quaisquer autoridades.

Comitê de Investimentos

O Fundo possuirá um Comitê de Investimentos, que terá como função, nos termos do Capítulo X do Regulamento:

- (i) acompanhar e autorizar as decisões inerentes à composição da carteira do Fundo, incluindo, mas não se limitando, a aquisição e/ou a venda de ativos da carteira do Fundo, a partir de propostas apresentadas pela Gestora, e discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- (ii) discutir acerca da antecipação do término do período de investimento e submeter à aprovação da Assembleia Geral de Cotistas proposta acerca de eventual prorrogação do término do período de investimento;

- (iii)** discutir e deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do Fundo, inclusive sobre a realização de investimentos pelo Fundo após o término do período de investimento;
- (iv)** discutir acerca das datas em que deverão ser realizadas as Chamadas de Capital, quando os Cotistas deverão aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Cotas por eles subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento;
- (v)** discutir sobre a remuneração, amortização e resgate das Cotas;
- (vi)** acompanhar o desempenho das Investidas e as atividades do Fundo, da Administradora e da Gestora, inclusive durante o período de desinvestimento;
- (vii)** orientar e instruir a Gestora, quando do exercício dos direitos inerentes aos valores mobiliários e/ou aos outros ativos integrantes da Carteira, inclusive, mas não se limitando, indicando os representantes do Fundo no conselho de administração e/ou da diretoria das Sociedades Alvo, conforme o caso;
- (viii)** opinar sobre o valor estabelecido em laudo de avaliação de precificação dos Ativo(s) Alvo a serem entregues por Cotista para fins de integralização das Cotas do Fundo; e
- (ix)** demais matérias não atribuídas à Assembleia Geral de Cotistas.

O Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros titulares.

Todos os membros do Comitê de Investimentos deverão declarar sua reputação ilibada quando da sua posse no cargo de membro do Comitê de Investimentos, podendo ser indicados funcionários, diretores e representantes da Gestora.

Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos pela Gestora e exercerão seus mandatos pelo Prazo de Duração do Fundo, podendo renunciar ao cargo ou serem substituídos antes do término do mandato. Na hipótese de renúncia de qualquer membro do Comitê de Investimentos, um novo membro será nomeado pela Gestora, devendo o renunciante permanecer no cargo até sua efetiva substituição.

Somente poderá ser eleito para o Comitê de Investimentos, o profissional que preencher os seguintes requisitos: **(a)** possuir graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no país ou no exterior; **(b)** possuir disponibilidade e compatibilidade para participação das reuniões do Comitê de Investimentos; **(c)** assinar termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos incisos (a) e (b) acima; e **(d)** assinar termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de conflito de interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria.

Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte de um membro do Comitê de Investimentos, ou de grave descumprimento das disposições do Regulamento ou deste Prospecto a ele aplicáveis, o referido membro poderá ser destituído de suas funções por decisão da maioria dos demais membros do Comitê de Investimento, devendo a Gestora nomear o respectivo substituto.

O Comitê de Investimentos será considerado devidamente instalado após a nomeação dos respectivos membros pela Gestora.

Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão semestralmente ou, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os interesses do Fundo, sempre na sede da Gestora, mediante convocação por escrito ou por correio eletrônico (e-mail), feita com 15 (quinze) dias corridos de antecedência decorrente de solicitação da

Administradora, da Gestora ou de qualquer dos membros do Comitê de Investimentos, com cópia à Administradora, da qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada tal reunião e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação para as reuniões do Comitê de Investimentos será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimentos.

As reuniões do Comitê de Investimentos serão instaladas com a presença de pelo menos 2 (dois) membros e as decisões serão tomadas por maioria dos membros presentes à reunião.

Será permitida a participação de qualquer membro do Comitê de Investimentos nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de videoconferência, telefone e correio eletrônico (e-mail), sua sugestão de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.

O secretário de cada reunião do Comitê de Investimentos **(a)** lavrará ata da reunião, a qual deverá ser obrigatoriamente assinada por todos os membros presentes; **(b)** disponibilizará cópia da ata à Administradora e à Gestora em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de realização da respectiva reunião; e **(c)** encaminhará cópia da ata a todos os membros do Comitê de Investimentos dentro de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da realização da respectiva reunião.

Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar a Administradora, a qual deverá informar os Cotistas e a Gestora, acerca de qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo e, nestes casos, deverão se abster de deliberação sobre a matéria relativa a tal conflito.

Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional

O Fundo possuirá um Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional cuja atividade será de supervisionar as atividades do Comitê de Investimentos e do Fundo, para prevenir situações de conflitos de interesses e fiscalizar a evolução operacional das investidas, nos termos do Capítulo XI do Regulamento. O Conselho será formado por 3 (três) membros, escolhidos dentre pessoas de reputação ilibada, eleitos na primeira Assembleia Geral de Cotistas realizada após o encerramento da Oferta.

O mandato dos membros do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional será de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir de sua eleição, podendo ser reeleitos por igual período, renunciar ao cargo ou serem substituídos antes do término do mandato. Na hipótese de vaga em cargo do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional, por substituição, renúncia, morte ou interdição, um novo membro será indicado imediatamente pela Assembleia Geral de Cotistas.

Somente poderá ser eleito para o Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional, o profissional que preencher os seguintes requisitos: **(a)** possuir graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no país ou no exterior; **(b)** possuir disponibilidade e compatibilidade para participação das reuniões do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional; **(c)** assinar termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos incisos (a) e (b) acima; e **(d)** assinar termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de conflito de interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria.

Compete ao Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional a ratificação das decisões do Comitê de Investimentos, nas situações em que: **(a)** qualquer membro do Comitê de Investimentos, ou qualquer membro da equipe de gestão, possuir interesse direto nas Investidas; **(b)** qualquer membro do Comitê de Investimentos possuir interesse direto em empresa operando no país, no mesmo setor da Investida; **(c)** a Gestora possuir interesse, diretamente ou por meio de outro veículo de investimento por ela gerido, na Investida; **(d)** haja remarcação dos preços ou reavaliação dos ativos do fundo após o investimento inicial; e **(v)** outras situações previstas no Regulamento.

Competirá também a este Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional a fiscalização do desempenho operacional das Investidas do Fundo, por meio de informações fornecidas pela Gestora de maneira periódica.

Nos casos previstos nos parágrafos acima, quando for necessária a ratificação pela Assembleia Geral de Cotistas, o Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional deverá opinar sobre a respectiva matéria previamente à deliberação da Assembleia de Geral de Cotistas.

O Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional se reunirá sempre que assim exigirem os interesses do Fundo. A convocação será feita por escrito com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência, realizada pelo Comitê de Investimentos, a pedido da Gestora, e/ou por qualquer dos membros do Comitê de Investimentos, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional.

As reuniões do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional serão realizadas na sede da Gestora e serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

O Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional poderá reunir-se, por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios de comunicação.

Das reuniões do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros presentes e registradas no livro de atas do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional.

Os membros do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional não receberão qualquer remuneração do Fundo pelo exercício de suas funções.

Política de Coinvestimento

A Administradora não será Cotista do Fundo e não investirá em conjunto com o Fundo nas Investidas, assim como os Cotistas não investirão diretamente nas Investidas, exceto se forem pessoas ligadas à Gestora, ficando desde já autorizada à Gestora e às pessoas a ela ligadas, a qualquer tempo, investir direta ou indiretamente nas Investidas ou no caso de compra e venda de ações listadas em bolsa, conforme previsto no Capítulo XVIII do Regulamento.

A Gestora e/ou outros veículos de investimento geridos pela Gestora ou geridos por pessoas a ela ligadas, poderão, respeitadas as restrições legais e regulatórias, investir nas Investidas em condições equitativas e juntamente com o Fundo, montante excedente ao investimento que o Fundo deliberou realizar.

Gerenciamento de Riscos

Não obstante a diligência da Gestora em colocar em prática a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo prevista no Capítulo III do Regulamento e descrita na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Política de Investimento”, constante da página 58 do presente Prospecto, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco

de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, ainda que a Gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas em detrimento da baixa liquidez dos ativos. É recomendada ao investidor a leitura atenta dos fatores de risco a que o investimento nas Cotas está exposto, conforme indicados no Capítulo VI do Regulamento e na seção “FATORES DE RISCO”, constante das páginas 45 a 52 do presente Prospecto.

Taxa de Administração, Taxa de Performance e Outras Taxas

Taxa de Administração

Como remuneração pelos serviços de administração, gestão e custódia, o Fundo pagará a Taxa de Administração de 2% (dois por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme previsto no artigo 43 do Regulamento.

A Taxa de Administração deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela Administradora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da remuneração fixada no Regulamento.

A Taxa de Administração não inclui os valores de auditoria das demonstrações contábeis do Fundo, nem os valores correspondentes aos demais encargos do Fundo indicados no Capítulo XV do Regulamento, os quais serão debitados diretamente do Fundo.

Taxa de Performance

Será devida à Gestora uma Taxa de Performance equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade do Fundo, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% (oito por cento) ao ano, conforme previsto no artigo 44 do Regulamento.

A Taxa de Performance será calculada e apropriada a partir da data em que a soma das distribuições de resultados aos Cotistas, por meio da amortização de Cotas ou da transferência dos pagamentos de dividendos ou juros sobre o capital próprio diretamente aos Cotistas (conforme disposto no artigo 45 do Regulamento e descrito na seção “ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DO FUNDO”, sob o título “Política de Distribuição de Resultados”, constante da página 82 deste Prospecto) totalizarem montante superior ao valor total do Capital Integralizado.

O Capital Integralizado será atualizado pelo IPCA, acrescido de 8% (oito por cento) ao ano, a partir da data de cada integralização até a data das referidas distribuições de resultados.

Uma vez pago aos Cotistas o Capital Integralizado, atualizado nos termos deste item, o montante correspondente a quaisquer distribuições aos Cotistas, por meio da amortização de Cotas ou da transferência dos pagamentos de dividendos ou juros sobre o capital próprio diretamente aos Cotistas, conforme disposto no artigo 56 do Regulamento e descrito na seção “ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DO FUNDO”, sob o título “Política de Distribuição de Resultados”, constante da página 82 deste Prospecto, será distribuído de maneira que 80% (oitenta por cento) do montante seja pago aos Cotistas, na proporção de sua participação no Fundo, e 20% (vinte por cento) à Gestora, a título de Taxa de Performance.

A Gestora fará jus à Taxa de Performance prevista nesse item ainda que venha a ser substituído ou destituído de suas funções.

Outras Taxas

Não serão cobradas dos Cotistas taxa de ingresso ou taxa de saída.

Informações Complementares

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem despesas e encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, nos termos do artigo 59 do Regulamento:

- (a) emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos ou valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo;
- (b) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (c) despesas com registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação aplicável;
- (d) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (e) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações financeiras e contábeis do Fundo;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- (g) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência da Administradora no exercício de suas funções;
- (h) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (i) quaisquer despesas inerentes fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembleias Gerais de Cotistas;
- (j) taxa e emolumentos decorrentes de registro, negociação, custódia e escrituração dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (k) a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, incluindo, mas não se limitando, a assessoria na aquisição do(s) Ativo(s) Alvo;
- (l) relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos do Fundo;
- (m) contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradoras do mercado organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação;
- (n) gastos da distribuição primária em caso de novas emissões de cotas, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários;
- (o) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado; e

- (p) reembolso de despesas incorridas pela Administradora e Gestora destinadas à constituição do Fundo e estruturação da Oferta, mesmo que incorridas anteriormente à constituição do Fundo, tais como, mas não se limitando, despesas cartorárias, laudos de avaliação, contratação de *due diligence*, assessoria jurídica, taxa de registro na CVM e em qualquer órgão regulador ou mercado de negociação que por ventura seja necessário, observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a ser verificado entre a ocorrência da despesa e o início das atividades do Fundo.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Política de Divulgação de Informações

Informações Obrigatórias e Periódicas

Nos termos do artigo 68 do Regulamento, a Administradora remeterá aos Cotistas e à CVM todas as informações periódicas e eventuais constantes da Instrução CVM nº 578/16 nos prazos e nas condições aplicáveis ao Fundo, incluindo, mas não se limitando a:

- (a) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:
- (1) valor do Patrimônio Líquido do Fundo; e
 - (2) número de Cotas emitidas;
- (b) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:
- (1) a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos ou valores mobiliários que a integram;
 - (2) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 39, inciso IV, da Instrução CVM nº 578/16;
 - (3) os encargos debitados ao Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento e na seção “Cotas do Fundo”, sob o título “Despesas e Encargos do Fundo”, constante da página 669 deste Prospecto, devendo ser especificado o seu valor; e
 - (4) a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos ou valores mobiliários componentes da carteira do Fundo;
- (c) anualmente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
- (3) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do Auditor Independente;
 - (4) o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - (5) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações acima poderão ser remetidas por meio eletrônico pela Administradora aos Cotistas.

O exercício social do Fundo terá duração de 1 (um) ano e encerrar-se-á em 28 de fevereiro de cada ano, conforme previsto no artigo 65 do Regulamento.

A Administradora deverá divulgar a todos os Cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, salvo com relação a informações sigilosas referentes às Investidas, obtidas pela Administradora e/ou pela Gestora sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva Investida.

A Administradora deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

Atendimento aos Cotistas

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo poderão ser obtidos junto à Administradora e à CVM, em suas respectivas sedes, nos endereços abaixo informados:

Administradora:

Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia

São Paulo – SP

Site: www.intraderdtvm.com.br

Entidade Reguladora

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, nº 111, Centro

Rio de Janeiro – RJ

Site: <http://www.cvm.gov.br>

Eventuais informações adicionais, reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Administradora.

COTAS DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Características Gerais

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, podendo somente ser resgatadas ao fim do Prazo de Duração, nos termos previstos no Regulamento e no presente Prospecto.

As Cotas do Fundo terão a forma nominativa e serão escriturais. A propriedade das Cotas escriturais presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada Cotista.

As Cotas assegurarão aos seus titulares direitos e obrigações idênticas.

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas.

Subscrição de Cotas

As Cotas deverão ser subscritas pelos Cotistas até a data de encerramento da respectiva Oferta e serão integralizadas em moeda corrente nacional e/ou mediante a entrega de ativos, em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pela Administradora, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento e dos procedimentos descritos na seção “CONDIÇÕES DA OFERTA”, sob o título “Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas na Oferta”, constante da página 42 acima.

No ato da subscrição de Cotas, o subscritor **(a)** assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Administradora, **(b)** para os subscritores que venham a integralizar Cotas em moeda corrente nacional, se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar as Cotas por ele subscritas em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser realizadas pela Administradora, mediante instrução da Gestora, nos termos do Regulamento, deste Prospecto e do respectivo Compromisso de Investimento, **(c)** receberá exemplar atualizado do Regulamento, quando deverá declarar, por meio da assinatura do termo de adesão ao Regulamento, sua condição de Investidor Qualificado e atestar que está ciente: **(1)** das disposições contidas no Regulamento e, conforme o caso, no Compromisso de Investimento, **(2)** de que a oferta foi ou não devidamente registrada na CVM, e **(3)** de que as Cotas estão sujeitas às restrições de negociação previstas no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Por ocasião de qualquer investimento no Fundo, o Cotista deverá assinar o respectivo boletim de subscrição, do qual deverão constar **(a)** o nome e a qualificação do Cotista; **(b)** o número de Cotas subscritas; e **(c)** preço de subscrição, valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo.

Procedimentos de Integralização

As Cotas subscritas na Oferta serão integralizadas pelo preço de subscrição, **(a)** a prazo, em atendimento às Chamadas de Capital que venham a ser apresentadas pela Administradora, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível – TED ou outros mecanismos de transferência de recursos autorizados pelo BACEN ou por meio dos procedimentos adotados pela B3 – segmento CETIP UTVM, ou **(b)** à vista, mediante a conferência de bens e direitos, desde que aprovado pela Administradora, pela Gestora e pelo Comitê de Investimentos, levando-se em consideração sempre o melhor interesse do Fundo e de seus Cotistas, nos termos do Regulamento.

Para as Cotas a serem integralizadas em moeda corrente nacional, na medida em que a Gestora **(a)** identifique oportunidades de investimento; ou **(b)** identifique necessidades de recebimento pelo Fundo de aportes adicionais de recursos para pagamento de despesas e encargos, a Gestora instruirá a Administradora a notificar os Cotistas de tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo, mediante a integralização parcial ou total das Cotas que tenham sido subscritas por cada um dos Cotistas nos termos dos boletins de subscrição.

Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, conforme solicitado pela Administradora, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Chamada de Capital, nos termos dos respectivos boletins de subscrição. Esse procedimento será repetido para cada Chamada de Capital do Fundo até que 100% (cem por cento) das Cotas subscritas pelos Cotistas tenham sido integralizadas pelos Cotistas.

A integralização das Cotas subscritas em Oferta deverá ser realizada até o final do Prazo de Duração do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

A integralização das Cotas do Fundo poderá ser realizada por meio das modalidades de transferência de recursos admitidas em lei e adotadas pela Administradora, sempre em moeda corrente nacional, conforme previsto em cada boletim de subscrição e no Suplemento.

As Cotas poderão ser integralizadas mediante a conferência de bens e direitos, desde que aprovado pela Administradora, pela Gestora e pelo Comitê de Investimentos, levando-se em consideração sempre o melhor interesse do Fundo e de seus Cotistas.

Para a integralização de Cotas em bens e direitos, a integralização deverá ocorrer em observância aos procedimentos a serem definidos pela Administradora e pela Gestora em função das características dos bens ou direitos a serem conferidos ao Fundo. Caso ativos a serem conferidos ao Fundo sejam valores mobiliários de emissão de Investida negociadas em bolsa ou em mercado de balcão organizado, estes serão integralizados pelo seu valor de mercado ou, caso os valores mobiliários sejam de emissão de Investida não negociados em bolsa ou em mercado de balcão organizado, estes serão integralizados pelo seu valor justo apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, e desde que **(a)** apresentados todos os demais documentos solicitados pela Administradora; e **(b)** haja aprovação do laudo em Assembleia Geral de Cotistas.

Cada boletim de subscrição será devidamente autenticado pela Administradora e corresponderá ao comprovante de pagamento pelo Cotista da respectiva integralização de Cotas do Fundo.

O Cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas no Regulamento e/ou no respectivo boletim de subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA (ou, na sua ausência, qualquer índice que venha a substituí-lo), *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 1% (um por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo.

Na hipótese de o Cotista não realizar o pagamento nas condições previstas no Regulamento e/ou no respectivo boletim de subscrição: **(a)** o Cotista inadimplente perderá o direito de votar nas Assembleias Gerais de Cotistas; **(b)** o Cotista inadimplente perderá o direito a qualquer distribuição de proventos, os quais serão revertidos ao Fundo, abatendo a obrigação do Cotista inadimplente com o Fundo; e **(c)** os demais Cotistas não responderão por tal inadimplemento.

O montante mínimo para as aplicações em Cotas é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

É admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

Após terem sido integralizadas, as Cotas poderão ser negociadas em mercado secundário, na B3 – segmento CETIP UTMV.

Regras de Movimentação

Emissão e Distribuição das Cotas

A integralização das novas Cotas emitidas observará o que dispõe os artigos 41 e 42 do Regulamento, conforme descrito na seção “COTAS DO FUNDO”, sob a denominação “Procedimentos de Integralização”, constante da página 71 do presente Prospecto.

Pedidos de subscrição poderão ser feitos por meio de carta dirigida às instituições ofertantes, que, observado o limite de Cotas emitidas, poderão atender às solicitações de acordo com o disposto no respectivo Contrato de Distribuição.

Caso o Fundo autorize nova oferta com subscrição parcial, e não seja atingido o montante mínimo para subscrição de Cotas, a referida distribuição pública de novas Cotas será cancelada. Caso haja integralização de novas Cotas e a oferta seja cancelada, ficará a Administradora obrigada a ratear entre os subscritores que tiverem integralizado as novas Cotas, na proporção das Cotas integralizadas, os recursos recebidos pelo Fundo, acrescidos de eventuais rendimentos líquidos auferidos no período provenientes da integralização das novas Cotas.

Amortização das Cotas

As características, os direitos e as condições de amortização de Cotas estarão descritas nos Suplementos referentes a cada emissão de Cotas, na forma do **Anexo I** ao Regulamento e ao presente Prospecto.

Os recursos provenientes da alienação do(s) Ativo(s) Alvo, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, poderão ser distribuídos, a título de amortização de Cotas, pela Assembleia Geral de Cotistas. Caberá à Administradora tornar operacional a decisão da Assembleia Geral de Cotistas no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis.

A amortização abrangerá todas as Cotas do Fundo, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes.

As amortizações de Cotas serão feitas por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, não devendo ultrapassar o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente à data inicial para integralização de Cotas.

Mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, devendo a respectiva Assembleia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

Resgate das Cotas

Não haverá resgate de Cotas, a não ser por ocasião do término do Prazo de Duração, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no Regulamento.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo, do Patrimônio Líquido e das Cotas

O Patrimônio Líquido do Fundo é constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da carteira e dos valores a receber, subtraído das exigibilidades.

Nos termos do Capítulo XVI do Regulamento, a avaliação do valor da carteira, os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos, assim como os de reconhecimento de receitas, apropriação de despesas e divulgação de informações nas demonstrações contábeis do Fundo serão feitas observando as disposições legais, bem como da Instrução CVM nº 579/16.

A Administradora assume a responsabilidade perante a CVM e os Cotistas pelos critérios, valores, premissas e adaptações decorrentes da Instrução CVM nº 579/16, utilizados na avaliação econômica adotada pelo Fundo e garante, ainda, que, uma vez adotado o referido critério de avaliação, este será regularmente utilizado ao longo dos exercícios contábeis subsequentes, bem como em eventuais reavaliações do ativo.

Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do Fundo.

Assembleia Geral de Cotistas

Competência

Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do Capítulo XI do Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas:

- (a) tomar, semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram apresentadas pela Administradora;
- (b) tomar, anualmente, em Assembleia Geral de Cotistas ordinária, até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente e do relatório da Administradora e Gestora, nos termos da regulamentação vigente;
- (c) alterar o Regulamento do Fundo;
- (d) deliberar sobre a destituição ou substituição do(s) prestadores de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do Fundo e escolha de seu(s) substituto(s);
- (e) deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do Fundo;
- (f) deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração da Administradora, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- (g) deliberar sobre a prorrogação ou redução do Prazo de Duração;
- (h) deliberar sobre a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (i) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos do Fundo e do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional, quando for o caso;
- (j) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por Cotistas, observado o disposto no artigo 16, §1º, do Regulamento, conforme descrito na seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Período de Investimento e Período de Desinvestimento”, constante da página 59 deste Prospecto;
- (k) deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do Fundo na amortização de Cotas e liquidação do Fundo, bem como estabelecer critérios detalhados e específicos para a adoção desse procedimento;
- (l) deliberar sobre amortização parcial ou total, a qualquer tempo, de Cotas de emissão do Fundo;
- (m) eleger e destituir os membros do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional, quando for o caso, nos termos do Regulamento e deste Prospecto;

- (n) deliberar sobre a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação, em nome do Fundo;
- (o) a aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses entre o Fundo e sua Administradora ou Gestora e entre o Fundo e qualquer Cotista, ou grupo de Cotistas, que detenham mais de 10% (dez por cento) das Cotas subscritas;
- (p) a inclusão de encargos não previstos no Regulamento ou o seu respectivo aumento acima dos limites máximos; e
- (q) a aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos utilizados na integralização de Cotas do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado pela Administradora independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessária comunicação aos Cotistas.

Procedimento de Convocação

A Assembleia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pela Administradora ou por Cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas pelo Fundo.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, mediante correspondência eletrônica (e-mail), encaminhada a cada um dos Cotistas, sendo que as convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

A presença da totalidade dos Cotistas supre a falta da convocação.

Os Cotistas deverão manter atualizados perante a Administradora todos os seus dados cadastrais para fins de recebimento da convocação, bem como outras comunicações previstas no Regulamento, neste Prospecto e na regulamentação aplicável.

Instalação e Deliberação

A Assembleia Geral de Cotistas instalar-se-á com a presença de qualquer número de Cotistas.

As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem a maioria dos presentes à Assembleia Geral de Cotistas, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada Cota o direito a 1 (um) voto, com exceção das matérias de competência do Comitê de Investimentos e do parágrafo abaixo.

As deliberações abaixo deverão ser aprovadas, em Assembleia Geral de Cotistas, por quórum qualificado por Cotistas representando 95% (noventa e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo:

- (a) alteração do Regulamento;
- (b) destituição ou substituição do(s) prestadores de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do Fundo e escolha de seu(s) substituto(s);

- (c) fusão, incorporação, cisão e eventual liquidação do Fundo;
- (d) aumento na Taxa de Administração da Administradora, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- (e) alteração de quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- (f) instalação, composição e destituição de membros, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos do Fundo; e
- (g) prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação, em nome do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado pela Administradora independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessária comunicação aos Cotistas.

Poderão comparecer à Assembleia Geral de Cotistas, ou votar no processo de deliberação por consulta formal, os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembleia Geral de Cotistas ou do envio da consulta formal, conforme o caso, estiverem inscritos na conta de depósito, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembleia Geral de Cotistas.

Das deliberações adotadas em Assembleia Geral de Cotistas serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais serão assinadas por todos os presentes e/ou terão a elas anexadas as manifestações de voto proferidas nos termos do parágrafo anterior, dispensadas neste caso as respectivas assinaturas, sendo a seguir registradas no livro próprio; e das deliberações adotadas por meio de consulta formal será lavrado ato da Administradora reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

O resumo das deliberações adotadas pela Assembleia Geral de Cotistas deverá ser enviado a cada Cotista até, no máximo, 30 (trinta) dias após a sua realização.

Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as Cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da Assembleia Geral de Cotistas não têm direito a voto sobre a respectiva totalidade das Cotas subscritas, mesmo que tenham sido integralizadas parcialmente.

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estratégia de Investimento

A Gestora buscará oportunidades de investir no setor funerário (*Deathcare*) no Brasil, por meio de aquisição de participações societárias em 2 (dois) a 7 (sete) Ativos Alvo, que atuem, direta ou indiretamente, no segmento, incluindo, mas não se limitando a cemitérios, crematórios, funerárias, planos funerários e atividades correlatas, com vistas a realizar uma potencial consolidação nesse setor, buscando ganhos de escala, compartilhando o *know-how* acumulado e implementando conceitos de eficiência operacional e governança corporativa na gestão das Investidas.

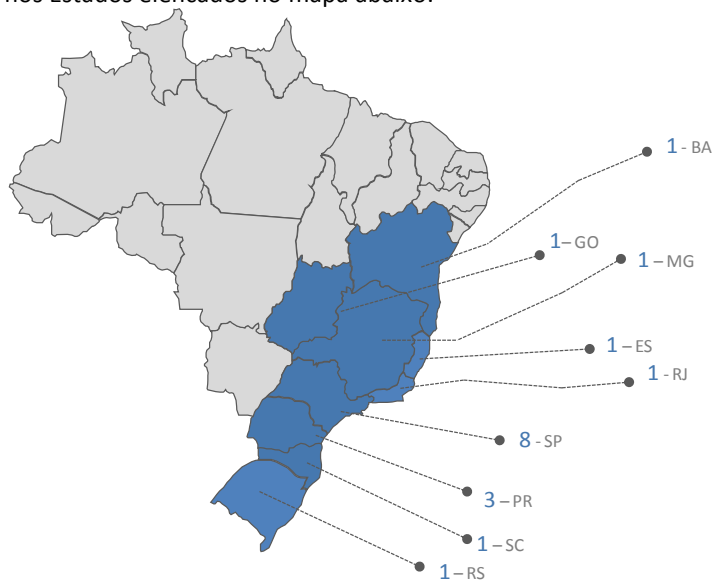
O processo de investimento em aquisição de Investidas do Fundo se dará da seguinte forma:

- (a) **Seleção e Avaliação:** serão levados em consideração para seleção e avaliação da Investida o potencial de crescimento e alinhamento com os seus sócios. Não haverá investimento em empresas em fase pré-operacional.
- (b) **Due Diligence:** no rigoroso processo de *due diligence*, serão mapeados todos os eventuais passivos da Investida e gargalos para melhorias em processo de sinergia.
- (c) **Valuation:** as Investidas serão avaliadas por meio de metodologia de fluxo de caixa descontado a uma taxa mínima de IPCA acrescida de 10% (dez por cento) elaborados por empresas independentes.
- (d) **Aquisição:** serão adquiridas preferencialmente participações minoritárias, sem prejuízo de ser garantida a influência na administração do Investida através de acordo de acionistas/quotistas.
- (e) **Gestão:** serão aplicadas as melhores práticas de gestão e governança corporativa à Investida, visando seu crescimento e perpetuação no longo prazo.

Acredita-se que o investimento do Fundo nas Investidas poderá acelerar o crescimento das Investidas, melhorando o seu desempenho financeiro e operacional, aumentando a sua valorização no mercado por meio da implantação dos mais altos níveis de governança corporativa e adotando práticas de gestão modernas e transparentes.

Tese de Investimento

A Gestora mapeou e visitou 47 (quarenta e sete) Ativos Alvo e, dentre eles, foram identificados 18 (dezoito) Ativos Alvo elegíveis nos Estados elencados no mapa abaixo:



A Gestora está em estágio de negociação mais avançado para a realização de investimentos pelo Fundo (memorando de entendimentos ou instrumento de opção de compra firmados, etc.) para 4 (quatro) Ativos Alvo. Não obstante, é importante destacar que tais Ativos Alvo apenas serão objeto de investimento pelo

Fundo caso sejam captados no âmbito da Oferta recursos líquidos suficientes, e observado que tais Ativos Alvo ainda serão objeto de extenso e rigoroso processo de *due diligence*, inclusive para verificar **(a)** eventuais contingências e riscos atrelados a cada Ativo Alvo e **(b)** o efetivo atendimento de cada um dos Ativos Alvo **(1)** aos critérios de elegibilidade listados abaixo; **(2)** aos critérios previstos no Regulamento do Fundo; e **(3)** às disposições legais e regulamentares.

Atualmente, o Fundo detém em seu patrimônio 15% (quinze por cento) das ações emitidas pela Rover, detentora dos direitos de administrar e explorar o “Cemitério Parque das Allamandas”. Na Assembleia Geral de Cotistas que aprovou a Oferta, também foi objeto de deliberação a aquisição de até 34% (trinta e quatro por cento) das ações da Rover pelo Fundo, nos termos da Opção de Compra, de modo que o Fundo possa ser titular de até 49% (quarenta e nove por cento) do capital social total da Rover, considerando que tal ativo, além de atender os requisitos formais de elegibilidade, vem demonstrando a performance almejada pelo Fundo.

Critérios de Elegibilidade das Investidas

O Fundo poderá investir livremente na aquisição de títulos e valores mobiliários representativos de participações em sociedades limitadas, bem como ações, bônus de subscrição, debêntures simples e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, que atuem, direta ou indiretamente, no segmento funerário, incluindo, mas não se limitando, a cemitérios, crematórios, planos funerários e atividades correlatas, que a Gestora identifique como oportunidade de investimento com potencial de valorização das Cotas a uma taxa igual ou superior à Meta de Remuneração.

Governança das Sociedades Investidas

Investidas com Receita Bruta Anual Maior que R\$ 300.000.000,00

A(s) Investida(s) que tenha(m) apresentado receita bruta anual maior que R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) apurada no exercício social encerrado em ano anterior ao primeiro aporte do Fundo, ou que tenha apresentado receita superior ao retro referido limite nos 3 (três) últimos exercícios sociais, deverão observar as seguintes práticas de governança corporativa, a saber:

- (a)** proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (b)** estabelecimento de mandato unificado de até 2 (dois) anos para todo o conselho de administração;
- (c)** disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários;
- (d)** adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (e)** no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- (f)** auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Investidas com Receita Bruta Anual entre R\$ 16.000.000,00 e R\$ 300.000.000,00

A(s) Investida(s) que tenha(m) apresentado receita bruta anual maior que R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) apurada no exercício social encerrado em ano anterior ao primeiro aporte do Fundo, mas menos que R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sem que tenha apresentado receita superior ao retro referido limite nos 3 (três) últimos exercícios sociais, deverão observar, apenas, as seguintes práticas de governança corporativa, a saber:

- (a) disponibilização de acesso a todos os sócios e ao Fundo de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários;
- (b) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- (c) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM;

Nos casos em que, após o investimento pelo Fundo, a receita bruta anual da Investida exceda a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), a Investida deverá atender, no prazo de até 2 (dois) anos, contado a partir da data de encerramento do exercício social em que a receita bruta anual superior ao retro referido limite, adicionalmente, as seguintes práticas de governança corporativa, a saber:

- (a) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (b) estabelecimento de mandato unificado de até 2(dois) anos para todo conselho de administração; e
- (c) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários.

A(s) Investida(s) de que trata o caput do Artigo 7º do Regulamento não pode(m) ser controlada(s), direta ou indiretamente, por sociedade ou grupo de sociedades, de fato ou de direito, que apresente ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), no encerramento do exercício social imediatamente anterior ao primeiro aporte do Fundo.

O disposto acima não se aplica quando a(s) Investida(s) for(em) controlada(s) por outro fundo de investimento em participações, desde que as demonstrações contábeis desse fundo de investimento em participações não sejam consolidadas nas demonstrações contábeis de qualquer de seus cotistas, hipótese em que a Investida se sujeitará às regras contidas no disposto acima.

Investidas com Receita Bruta Anual até R\$ 16.000.000,00

A(s) Investida(s) que tenha(m) apresentado receita bruta anual de até R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) apurada no exercício social encerrado em ano anterior no primeiro aporte do Fundo, sem que tenha apresentado receita superior ao retro referido limite nos últimos 3 (três) exercícios sociais ficam desobrigadas a observar as seguintes práticas de governança corporativa, a saber:

- (a) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (b) estabelecimento de mandato unificado de até 2 (dois) anos para todo o conselho de administração;

- (c) disponibilização de acesso a todos os sócios e ao Fundo de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários;
- (d) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (e) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- (f) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM, observado o disposto abaixo.

A dispensa do disposto no inciso “f”, acima, se aplica conquanto o Fundo seja classificado como entidade de investimento, nos termos da regulamentação contábil específica.

Nos casos em que, após o investimento pelo Fundo, a receita bruta anual da Investida exceder R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), a Investida deve, em até 2 (dois) anos contados a partir da data de encerramento do exercício social em que apresente receita bruta anual superior ao retro referido montante, atender ao disposto nas alíneas (c), (e) e (f), acima, enquanto a sua receita bruta anual não exceder à R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); ou atender integralmente às práticas de governança listadas acima, caso a sua receita supere R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Política de Distribuição de Resultados

As quantias que forem atribuídas ao Fundo a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio decorrentes da participação nas sociedades emissoras integrantes da carteira do Fundo poderão, a exclusivo critério da Gestora: **(a)** ser distribuídas diretamente aos Cotistas; ou **(b)** ser incorporadas ao Patrimônio Líquido do Fundo, conforme previsto no artigo 57 do Regulamento. Caso a Gestora opte pela distribuição das referidas quantias diretamente aos Cotistas, quando ocorrer de o dia previsto para o pagamento não ser Dia Útil na sede da Administradora, o pagamento aos cotistas deverá ser efetuado no primeiro Dia Útil seguinte ao previsto.

Os pagamentos de rendimentos aos Cotistas serão feitos por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, não devendo ultrapassar o último Dia Útil do 2º (segundo) mês subsequente à data inicial para integralização de Cotas.

Situações de Conflito de Interesses

O Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional do Fundo deverá analisar as eventuais situações de conflito de interesses e aprovar, ou não, operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial. A Administradora e a Gestora deverão sempre agir de boa-fé, e na hipótese de potencial conflito de interesses, submeter sua resolução à aprovação do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional.

O Cotista e/ou membro do Comitê de Investimentos conflitado, ou seja, que se encontre em uma situação que o coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses, de qualquer natureza, deverá informar a referida situação à Administradora, o qual informará essa mesma situação os demais membros do Comitê de Investimentos, à Gestora e aos demais Cotistas.

A Gestora se compromete a levar ao conhecimento da Administradora e do Comitê de Investimentos toda e qualquer operação e situação verificada que possam ser caracterizadas como de potencial conflito de interesses.

Na presente data, o Fundo detém participação na Rover, Investida do Fundo, da qual participam indiretamente como acionistas partes relacionadas ao sócio da Gestora, Sr. Tiago Oliva Schietti, por meio do FIP Maria Izabel, que tem como cotistas parentes de segundo e terceiro grau do Sr. Tiago nos termos do Art. 6º da Instrução CVM nº 579.

Visando reduzir e eliminar eventuais situações decorrentes do conflito de interesses ora pormenorizado, foi firmado entre o Fundo e o FIP Maria Izabel, os únicos acionistas da Rover, um acordo de acionistas contemplando regras de governança corporativa, visando ajustar de maneira equânime a convivência na sociedade, dentro dos mais altos padrões de governança corporativa.

É importante ressaltar que Rover e sua administração passaram por um processo de adaptação às melhores práticas de governança corporativa, processo este conduzido pela Fundação Dom Cabral em 2015, por meio do qual a sociedade passou a ter, dentre outros aspectos, Conselho de Administração, Código de Ética e Conduta, Conselho Consultivo, etc.

Após a realização da Oferta e a consequente ingresso de novos Cotistas no Fundo, os Cotistas que são partes relacionadas ao Sr. Tiago, se declararão e estarão impedidos de votar nas Assembleias Gerais de Cotistas.

Sem prejuízo, novos investimentos em Investidas que possam ser caracterizados como conflito de interesses deverão ser aprovados na forma do artigo 62 do Regulamento e da presente seção do Prospecto.

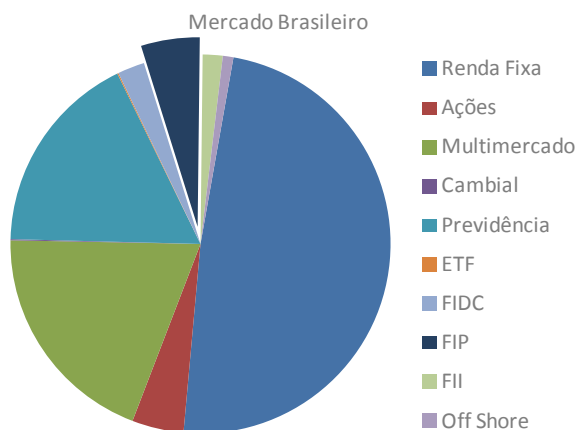
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VISÃO GERAL SOBRE O MERCADO DE FIP E O SETOR FUNERÁRIO (*DEATHCARE*)

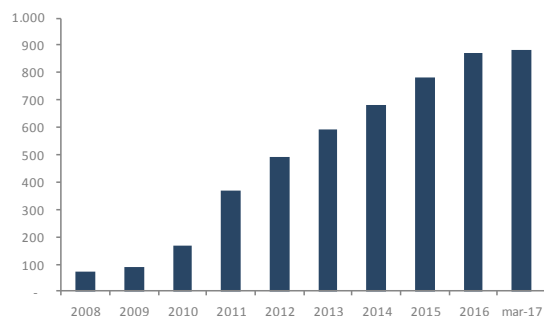
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Visão geral do mercado de FIP no Brasil

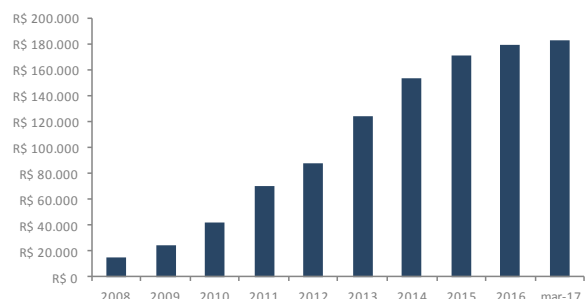
De acordo com informações disponibilizadas pela ANBIMA¹ e pela B3², hoje há mais de R\$ 185 bi (cento e oitenta e cinco bilhões de reais) investidos em FIP, aproximadamente 5% (cinco por cento) do mercado de fundos brasileiro.



O gráfico abaixo mostra o crescente número FIP no Brasil:



Abaixo, constata-se a evolução do patrimônio investido em FIP:

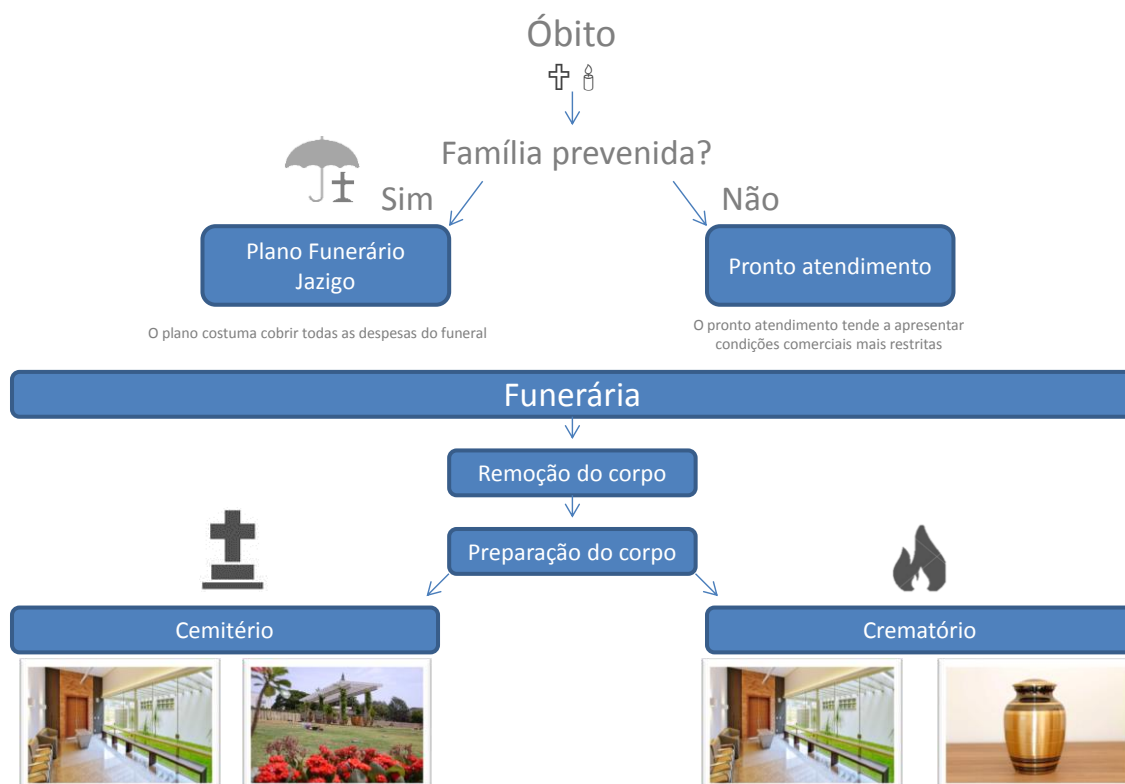


¹ http://www.anbima.com.br/pt_br/assuntos/fundos-de-investimento.htm

² http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/fundos-de-investimento-em-participacoes-fip.htm

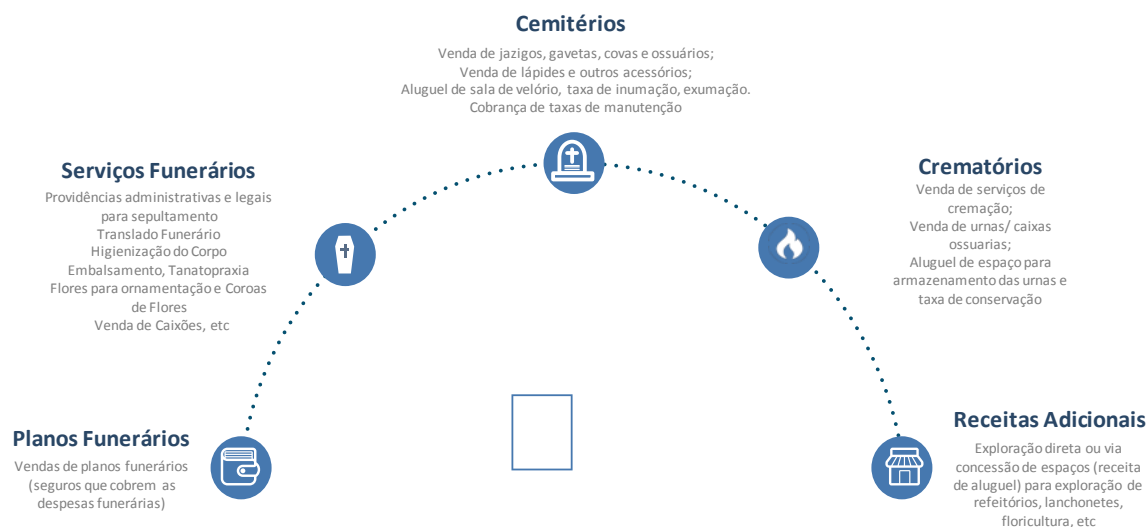
Panorama do Setor Funerário (*Deathcare*)

Ciclo Operacional do Setor



Fontes de Receita do Setor

As empresas privadas atuantes no setor funerário (*Deathcare*) estão se especializando cada dia mais na venda de produtos e serviços de forma preventiva. Nos países de primeiro mundo esse tipo de prática é comum, proporcionando às empresas margens financeiras elevadas, devido à forte geração de caixa.



O Setor Funerário [Deathcare] no Exterior

O Mercado Internacional



O Mercado nos Estados Unidos

O projeto de consolidação não nasceu por si só. Ele teve influência de vários *Peers* internacionais que fazem e fizeram uso de estratégias semelhantes para se expandir e se tornaram os maiores do setor mundial.

Nos Estados Unidos da América, país em que estão as maiores empresas consolidadoras do setor, conta com um faturamento anual estimado em US\$ 20.5 bilhões (vinte bilhões e quinhentos milhões de dólares norte-americanos) e emprega aproximadamente 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas³.

Além disso, cumpre notar que a taxa de mortalidade americana é de 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento)⁴ e o custo médio de um funeral nos Estados Unidos da América varia entre US\$ 8.000,00 (oito mil dólares norte-americanos) a US\$ 9.000,00 (nove mil dólares norte-americanos)⁵.

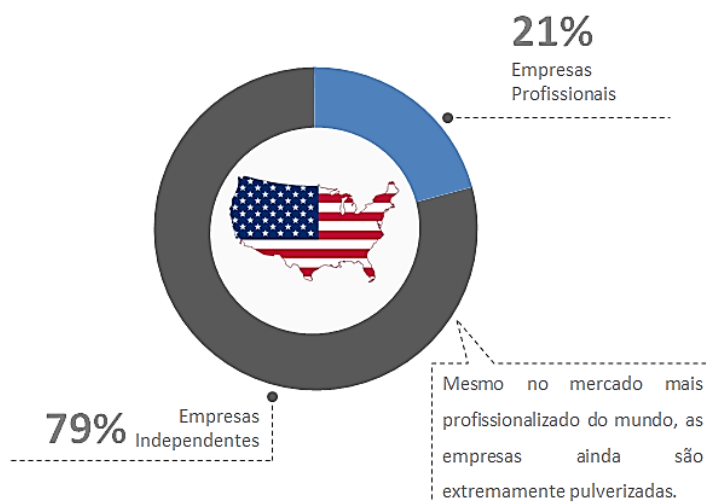
O mercado americano conta com três principais grandes empresas consolidadoras, que somadas, em conjunto detém 21% (vinte e um por cento) do *marketshare*⁶.

³ Fonte: <http://investors.sci-corp.com/phoenix.zhtml?c=108068&p=irol-presentations/>

⁴ Fonte: Central Intelligence Agency <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/br.html>

⁵ Fonte: <https://www.forbes.com/sites/perianneboring/2014/04/25/the-death-of-the-death-care-industry-and-eternal-life-online/#3fd22e341c1a>

⁶ Fonte: <http://investors.sci-corp.com/phoenix.zhtml?c=108068&p=irol-presentations/>



Os principais *players* do mercado americano são:



**Service Corporation
International⁷**

- 514 cemitérios e 1600 funerárias;
- Histórico de crescimento via aquisições;
- Maior empresa do setor.



StoneMor Partners L.P.⁸

- 277 cemitérios e 90 funerárias;
- Histórico de crescimento via aquisições;
- Originada pela parceria do fundo de *private equity* o McCown De Leeuw e sócios gestores.



Carriage Services⁹

- 33 cemitérios e 167 funerárias;
- Histórico de crescimento via aquisições.

A estratégia comum de crescimento destes *players* desde o início foi de ganho na eficiência por escala. Por meio de aquisições de outras operações em mercados comuns, tais sociedades conseguiram diluir seus custos fixos compartilhando recursos como: contabilidade, transporte, serviços de embalsamento e pessoal.

Essas empresas representam US\$ 6.7 bilhões (seis bilhões e setecentos milhões de dólares norte-americanos) no mercado de capitais americano.¹⁰

⁷ Fonte: www.sci-corp.com/

⁸ Fonte: www.stonemor.com/

⁹ Fonte: www.carriageservices.com/

¹⁰ Fonte: <https://finance.yahoo.com/quote/SCI?ltr=1>; <https://finance.yahoo.com/quote/ston?ltr=1>; <https://finance.yahoo.com/quote/CSV?ltr=1>




	Companhia	IPO	Cemitérios	Funerárias	Mkt Cap (2016)	Receita	Marg EBITDA	Dividendo Bruto	P/E
	SCI	1987	400	1500	5.88	3.031	25,13%	1,71%	19.42
	Carriage	1991	32	171	430	248	23,00%	0,73%	22.94
	Stonemor	2004	317	105	363	316	8%	14,07%	–

Tabela comparativa de companhias de capital aberto nos EUA (USDmm) FONTE: [HTTPS://WWW.BLOOMBERG.COM](https://www.bloomberg.com)

A estratégia acima mencionada consiste em:

- **Aquisições:** Aquisição dos principais concorrentes.
- **Parcerias com seguradoras:** Possuem parcerias fortes com empresas que vendem seguros de vida e planos de assistência funeral.
- **Operações Combinadas:** Procuram sempre manter operações de cemitério e funerária juntas, pois normalmente essa operação combinada apresenta melhores margens.
- **Segmentação da Gestão:** A empresa segmentou seus mercados e os agrupou dividindo em centros administrativos, de forma a reduzir custos de operação. Cada centro fornece suporte a um grupo de cemitérios que atuam em mercados parecidos.
- **Ganhos em desinvestimento:** A empresa também realiza frequentemente negócios com aquisição de funerárias e cemitérios. Escolhendo cemitérios em locais estratégicos, ela executa melhoras na sua estrutura e posteriormente vende com ágio.
- **Equipe de Marketing:** Possuem uma equipe de marketing que procura gerar vendas utilizando mídias variadas conforme seu público e perfil, definidos por meio de venda direta, telemarketing, televisão.
- **Aquisição e Arrendamentos:** Forte programa de aquisições de cemitérios em todo país. Em muitos casos, a **Stonemor** estabelece um contrato de arrendamento com os proprietários dos cemitérios de forma que passa a gerir o cemitério por um longo período (normalmente de 40 (quarenta) anos) a custo de um percentual da receita daquele cemitério.
- **Segmentação de Mercado:** Segmentou seus mercados pelo perfil do seu cliente por região, ou seja, os mercados são separados, de forma que os clientes que nele se encontram possuem características únicas e comuns que os identifiquem. Toda a equipe de venda e suporte a vendas são separadas por essa segmentação.

Verifica-se que o mercado americano está em consolidação desde a década de 90 (noventa), não obstante, ainda encontra-se bastante fragmentado, conforme demonstram os dados abaixo:

- 21% (vinte e um por cento) do mercado concentrado nos maiores players¹¹;
- 22.000 (vinte e três mil) casas funerárias¹²;
- 115.000 (cento e quinze mil) cemitérios¹³

¹¹ Fonte: <http://investors.sci-corp.com/phoenix.zhtml?c=108068&p=irol-presentations/>

¹² Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Death_care_industry_in_the_United_States

¹³ Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Death_care_industry_in_the_United_States



Primeira empresa não familiar do setor, que, após receber aporte de um fundo de *private equity*, iniciou a consolidação e profissionalização no setor funerário mexicano e cresce em média 20% (vinte por cento) ao ano.

O Grupo Gayosso se prepara agora para abrir o capital promovendo uma oferta pública inicial de cerca de 150 (cento e cinquenta) milhões de dólares norte-americanos, por parte da sociedade, sendo a primeira empresa do setor a abrir capital na América Latina.



Funeraria Gayosso entraria con 150 mdd al mercado bursátil mexicano

Fonte: <http://www.oronoticias.com.mx/nota/163490/Funeraria-Gayosso-entraria-con-150-mdd-al-mercado-bursatil>



A 3i, fundo de investimento britânico, colocou à venda a Mémora, seu negócio funeral na Espanha. O preço para tentar obter a empresa espanhola varia entre 520 (quinhentos e vinte) e 550 (quinhentos e cinquenta) milhões de euros.

A Mémora teve o apoio de capital estrangeiro para empreender uma expansão meteórica no território espanhol. A Mémora possui 125 (cento e vinte e cinco) casas funerárias em 21 (vinte e um) estados, emprega 1.200 (mil e duzentas) pessoas e mantém um volume de negócios anual de cerca de 153 (cento e cinquenta e três) milhões de euros.



Los británicos de 3i buscan un pelletazo de 550 millones con el negocio funerario español

Fonte: http://cronicaglobal.elespanol.com/business/los-britanicos-de-3i-buscan-un-pelotazo-de-550-millones-con-el-negocio-funerario-espanol_61475_102.html



Fundada em 1990, a Nirvana é o maior provedor de serviços de assistência à morte na Ásia, presente na Malásia, Cingapura e Indonésia.

O modelo de negócio da empresa se concentra na venda preventiva (antes da morte), que representa 85% (oitenta e cinco por cento) das receitas e a venda de pronto atendimento representa os 15% (quinze por cento) restantes. Sua base de principais clientes é de acima de 40 (quarenta) anos, população budista, taoísta e confucionista étnica chinesa.



In-Depth Investment Thesis on Nirvana Asia

Fonte: <http://latticework.com/in-depth-investment-thesis-on-nirvana-asia/>

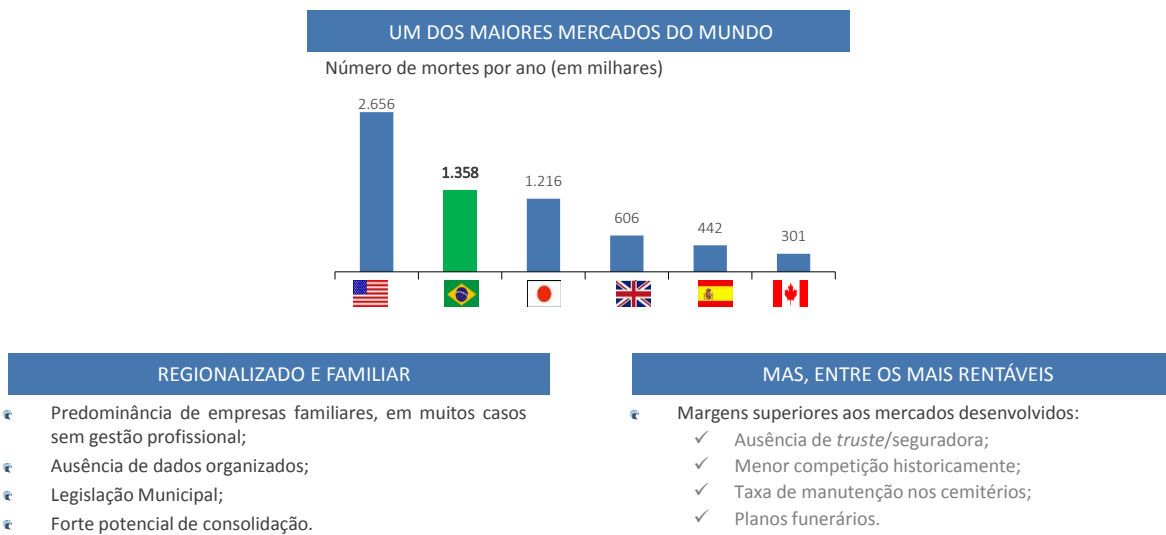
As práticas de atuação das investidas foram absorvidas dos *Peers* internacionais como:

Parcerias com seguradoras: Aos moldes dos *Peers* internacionais, particularmente a **SCI**, os gestores do parque buscaram parcerias com seguradoras que fornecem planos de assistência funerária. Ao possuir um maior número de operações sob seu comando, o parque terá ganhos em redução de custo e poderá oferecer serviços mais baratos e de mais qualidade as seguradoras.

Ganho de escala: Aos moldes dos *Peers* internacionais, particularmente a **Stonemor**, os gestores do parque buscaram parcerias com fabricantes de caixões e outros artefatos funerários. Ao possuir uma escala maior o parque possuirá maior barganha na compra desses materiais e consequentemente menores custos.

Arrendamento de cemitérios: No Brasil, semelhante aos Estados Unidos, cemitérios e funerárias são normalmente empresas familiares de longa tradição. Esse fato pode ser um dificultador de novas aquisições e para tal o parque possui uma estratégia semelhante ao que a **Stonemor** utiliza no mercado americano que é o arrendamento. Quando a compra não for possível ou estiver com um ágio muito alto, poderá se oferecer contratos de arrendamento aonde será paga uma parcela fixa mensal ao proprietário há um valor que lhe seja atraente, e o parque passará a “explorar” o cemitério tendo direito sobre os resultados.

O Setor funerário (*Deathcare*) no Brasil



Aspectos Demográficos

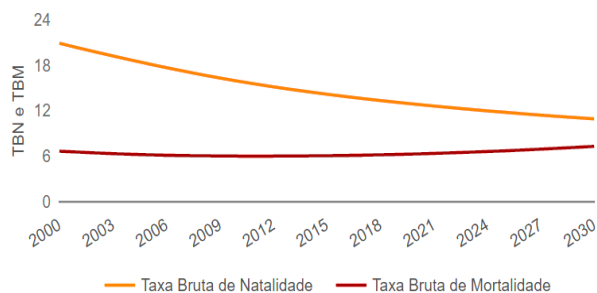
A taxa de mortalidade no Brasil em 2015 foi de 0,66 mortes (sessenta e seis centésimos) por 1000 (mil) habitantes.

Este indicador é significativamente afetado pela distribuição etária, que crescerá muito rapidamente com o envelhecimento da população brasileira nas próximas três décadas.

O gráfico ao lado mostra a evolução na taxa de mortalidade e queda da natalidade no Brasil.

Brasil

Taxas Brutas de Natalidade (TBN) e Mortalidade (TBM) 2000-2030

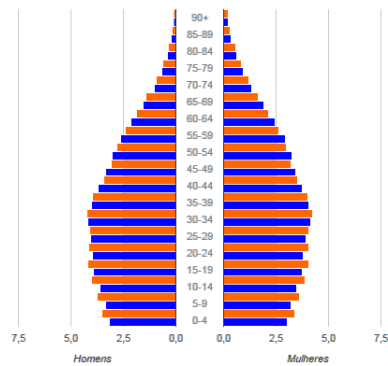


Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil

As pirâmides etárias a seguir mostram a evidente tendência de envelhecimento da população entre 2017 e 2030.

Brasil e São Paulo

Pirâmide etária 2000-2030



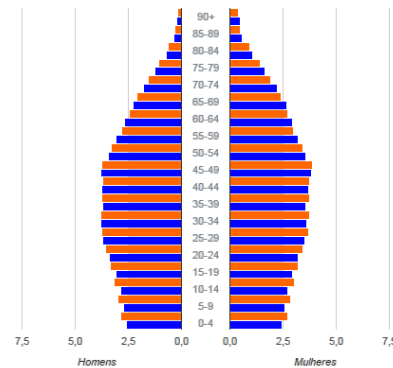
Exibindo ano de: 2017

Brasil SP

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil

Brasil e São Paulo

Pirâmide etária 2000-2030



Exibindo ano de: 2030

Brasil SP

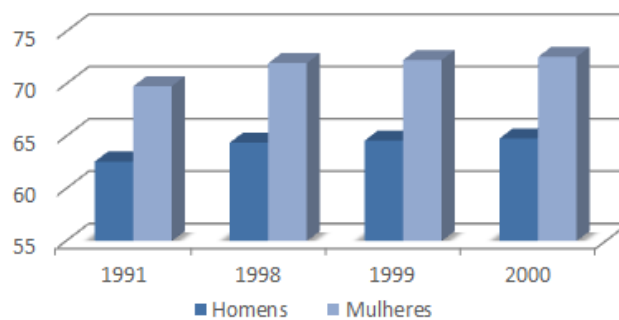
A queda na taxa de natalidade somado ao envelhecimento da população acabam por sua vez impulsionando o crescimento do setor.

O setor possui alguns drivers de crescimento que são relacionados à questão demográfica do País.

O aumento da expectativa de vida é algo natural nos países em desenvolvimento e é um caminho que não tem volta. O brasileiro vive mais tempo acima da faixa dos 65 (sessenta e cinco) anos, como mostra o gráfico acima, o que favorece espontaneamente o crescimento das vendas nos cemitérios particulares, especialmente as vendas antecipadas.

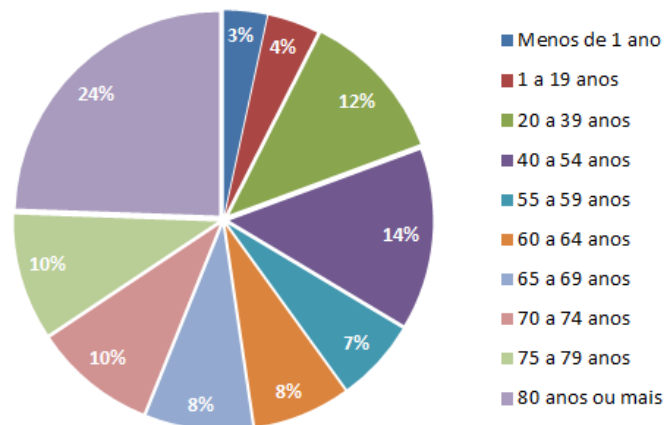
Tais vendas consistem naquelas em que a compra é efetuada antes de morte, de forma preventiva, a fim de evitar maiores custos e problemas em um momento difícil.

EXPECTATIVA DE VIDA ENTRE HOMENS E MULHERES



Fonte: IBGE, adaptado tábua de vida

MORTALIDADE POR FAIXA ETÁRIA NO BRASIL, 2010.



Fonte: Adaptado IBGE, Censo 2010

Diante das perspectivas apresentadas, constata-se que a mortalidade no país se concentra nas faixas de idade alvo de cemitérios.

- 67% (sessenta e sete por cento) do número de mortes no Brasil encontram-se na faixa etária acima dos 55 (cinquenta e cinco) anos. A partir dessa faixa de idade é comum aumentar a preocupação quanto a morte, o que pode impulsionar a aquisição de jazigos preventivamente, de forma a não onerar a família no momento do falecimento;
- Dos 33% (trinta e três por cento) restante, 26% (vinte e seis por cento) concentram-se na idade entre 20 (vinte) a 54 (cinquenta e quatro) anos. Nessa faixa etária há menos preocupação com falecimento eventual, sendo, para esses casos, a venda é preventiva;

Há uma tendência demográfica no Brasil, demonstrado nas páginas anteriores, de aumento da faixa etária média do brasileiro, o que implica, somado a outros fatores, um fomento do crescimento da demanda por serviços funerários.

Setor Funerário: Cemitérios Públicos

A situação dos cemitérios públicos é trágica, com diversos problemas ambientais, falta de segurança, escassez de jazigos e preços altos.

No Brasil, cemitérios são serviços majoritariamente públicos, administrados pelos municípios. Sete em cada dez cemitérios públicos possuem problemas de ordem sanitária e ambiental.

Em resumo, os cemitérios públicos contam com problemas:

- **Escassez de Jazigos:** Jazigos públicos em sua maioria estão escassos, forçando a administração pública a buscar alternativas. Atual patamar de preços altos;
- **De Conservação:** Problemas básicos de conservação e limpeza, como acúmulo de lixo, restos de animais mortos entre outros, são comuns;
- **Problemas Ambientais:** Muitos dos cemitérios têm apresentado problemas ambientais e sanitários como, por exemplo, infiltrações nos lençóis freáticos.
- **De Custos Elevados:** A administração pública em muitos municípios tem instituído altos preços de jazigos, taxas de manutenção elevadas sem oferecer ao menos serviços básicos, como retratados anteriormente; e
- **Falta de Segurança:** Muitos cemitérios apresentam diversas falhas de segurança, tais como: invasões, violação de sepulturas e assaltos dentro das unidades. Segundo o jornal Último Segundo (2014), os cemitérios públicos de São Paulo têm em média de 1,2 furtos por dia.



Restos de exumação jogadas em qualquer canto



Sepulturas violadas



Lixo acumulado



Graves problemas ambientais

Notícias Relacionadas:



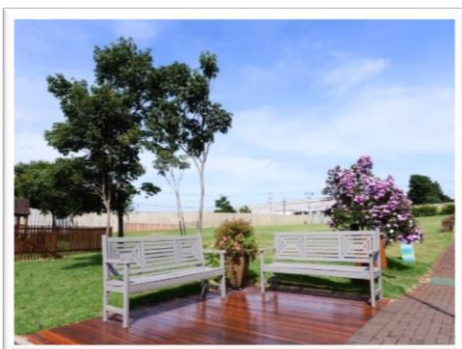
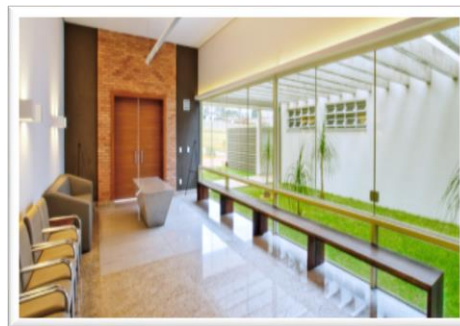
Cerca de 75% dos cemitérios públicos do país têm problemas ambientais e sanitários
<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-02/cerca-de-75-dos-cemiterios-publicos-do-pais-tem-problemas-ambientais-e-sanitarios>



Cemitérios públicos de SP têm média de mais de uma ocorrência de furto por dia
<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2014-08-24/cemiterios-publicos-de-sp-tem-media-de-mais-de-uma-ocorrencia-de-furto-por-dia.html>

Setor Funerário: Cemitérios Privados

A carência de qualidade nos serviços públicos e a falta de capacidade em melhorá-los cria um ambiente favorável ao crescimento dos privados.



Fonte: Fotos do Cemitério Parque das Allamandas.

Em decorrência da gestão e de um melhor manejo de recursos, os cemitérios privados oferecem uma maior conservação de suas instalações, proporcionando comodidade às famílias, bem como quando se trata da segurança de seus frequentadores, considerando que diversos cemitérios privados possuem sistema de vigilância 24 (vinte e quatro) horas e monitoramento interno de câmeras.

Há ainda a tendência em cemitérios privados de oferecer toda gama de produtos e serviços dentro de uma mesma estrutura (conceito “One Stop Shop”), quais sejam, de cemitérios, crematórios, planos funerários e serviços funerários, o que também proporciona comodidade e eficiência na prestação de serviços.

Importante destacar, ainda, que em questão de sustentabilidade, especificamente no que se refere aos cemitérios serem fonte geradora de impactos ambientais, tal assunto é tratado com a devida importância e responsabilidade pelos cemitérios privados.

A carência de qualidade nos serviços públicos e a falta de capacidade em melhorá-los cria um ambiente favorável ao crescimento dos privados.

Ainda assim, as taxas de manutenção cobradas pelos cemitérios privados são equivalentes ao valor cobrado pelos cemitérios públicos¹⁴. Importante destacar que a taxa de manutenção cobrada pelos cemitérios privados é a fonte de receita mais representativa dentro das altas margens do setor. Além de o recebimento ser perpétuo, a inadimplência da mesma é motivo para rescisão contratual e devolução do jazigo ao cemitério.

Notícias Relacionadas:



Indústria da morte' cresce com vigor e se mostra imune à crise
<http://veja.abril.com.br/economia/industria-da-morte-cresce-com-vigor-e-se-mostra-imune-a-crise/>

Dória quer privatizar cemitérios municipais
<http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2016/08/doria-quer-privatizar-cemiterios-municipais.html>

Cemitérios Privados no Brasil

Por conta de diversos problemas dos cemitérios públicos, sua contraparte tem ganhado força e apresentado crescimento cada vez mais expressivo. As razões desse movimento vão além da necessidade de suprir as carências dos cemitérios públicos, ganhando um contexto social e econômico. Isto porque, além da insuficiência de cemitérios públicos e uma impossibilidade real de ampliação desses serviços, devido à falta de capacidade do Estado, as empresas do setor privado tem ganhado mercado e relevância dentro do setor.

Segundo o SINCEP (Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares no Brasil), no Brasil existem mais de 1000 (mil) cemitérios privados. 250 (duzentos e cinquenta) deles estão na base do Sindicato, sendo dividido entre os Estados da seguinte forma:

¹⁴ Fonte: Pesquisa setorial promovida pelo Gestor.



PARANÁ

☁ 30



SÃO PAULO

☁ 87



RIO DE JANEIRO

☁ 17



MINAS GERAIS

☁ 17



RIO GRANDE DO SUL

☁ 20



SANTA CATARINA

☁ 10



MATO GROSSO DO SUL

☁ 6



BAHIA

☁ 8

Barreiras de Entrada

Para operar um cemitério são necessárias diversas licenças ambientais de zoneamento e de atividade que devem ser expedidas pelas prefeituras e órgãos ambientais. Abaixo temos uma breve descrição das principais licenças:



- O prazo médio que leva para a aprovação de todas as licenças ambientais e operacionais para gerir um cemitério gira em torno de **5 (cinco) anos**;
- O estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) para o projeto de um cemitério é oneroso e pode levar bastante tempo, a depender da disponibilidade do órgão responsável no município;
- Investimentos iniciais elevados: terreno, licenças, obras.

A título de exemplo do exposto, o processo de licenciamento do Cemitério Parque das Allamandas levou 12 (doze) anos até ser completamente concluído.

Setor: Oportunidade

Diante de todas as circunstâncias abordadas, entende-se que existe uma oportunidade de consolidação ainda não explorada, tendo em vista:

- **SETOR ALTAMENTE FRAGMENTADO:** o Brasil conta com mais de 1.000 (mil) cemitérios privados em operação;
- **EMPRESAS COM GESTÃO FAMILIAR E FALTA DE SUCESSÃO:** os cemitérios privados no Brasil são majoritariamente geridos por famílias. Pelo fato de o modelo de negócios ser altamente gerador de caixa e com receita resiliente, muitos gestores não buscaram a profissionalização, melhorar processos e expandir;
- **PLATAFORMA DE CONSOLIDAÇÃO:** Atualmente, o Brasil não conta com um player profissionalizado e capitalizado para assumir o papel de consolidador do setor.



Fonte: Sincep

Em suma:

- Setor defensivo e altamente resiliente à crise;
- Mercado em franco crescimento e fragmentado;
- Ausência de *player* consolidador;
- Gestão preponderantemente familiar: geralmente não profissionalizada; e
- Oportunidades de ganhos de escala.

Impacto Social

Acreditamos que a tomada de decisão em um investimento não se deve pautar apenas por sua rentabilidade e risco agregado.

Entendemos que o projeto possui impacto social relevante pois democratiza o acesso aos serviços funerários de qualidade através de financiamento de longo prazo, proporcionando aos usuários finais uma experiência menos dolorosa em um momento difícil como a morte.

Concluimos que uma tese de investimentos deve possuir impacto social à medida que seu objeto impacte não somente os *stakeholders* do projeto, mas também a sociedade em geral.

VISÃO GERAL DA ROVER

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Visão Geral

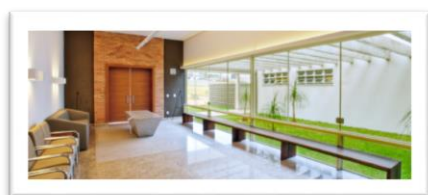
Atualmente, o Fundo detém 15% (quinze por cento) da totalidade das ações emitidas pela Rover, sociedade que, por sua vez, detém os direitos exclusivos e perpétuos de exploração do Cemitério Parque das Allamandas na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

A Rover foi fundada em novembro de 1999 e foi a responsável por todo o processo de constituição, viabilização, licenciamento e operação do Cemitério Parque das Allamandas.

O funcionamento do Cemitério Parque das Allamandas foi autorizado pela Lei Municipal nº 8.311/00, tendo sido inaugurado em 2010.

A administração do Cemitério Parque das Allamandas tem por estratégia principal a viabilização do acesso a serviços de qualidade às classes sociais menos favorecidas, por meio da venda de jazigos e planos funerários com financiamento de longo prazo e a preços acessíveis.

O Cemitério Parque das Allamandas conta com a seguinte infraestrutura:



4 salões de velório



Salão Ecumênico



Crematório



Amplo Saguão



Lanchonete e Floricultura



170 vagas de estacionamento



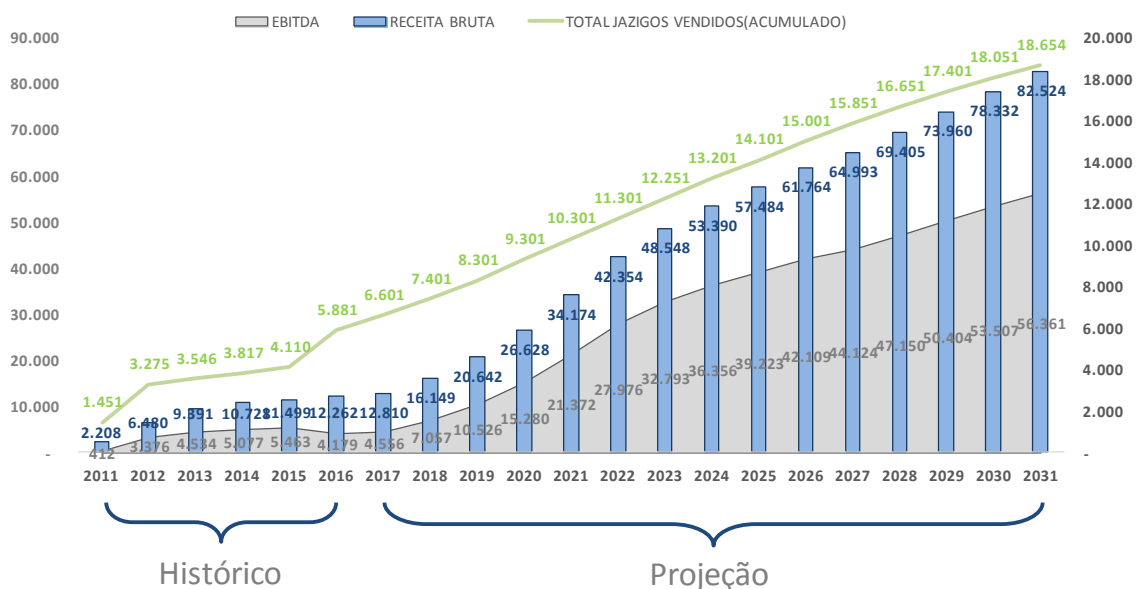
Recantos Paisagísticos



Ambiente monitorado 24 horas

Financials

<div>Destaques Operacionais</div> <div>Financials</div> <div>Posição Atual</div>	<ul style="list-style-type: none"> 18.654 jazigos <ul style="list-style-type: none"> 5.881 vendidos (31/12/2016) 12.773 a venda 54.000 gavetas (em média, 3 gavetas por jazigo) 4.206 jazigos construídos Venda Anual – Média Histórica: 1.447 jazigos Preço Médio do jazigo – à vista: R\$12.509,00 Preço Médio taxa de manutenção: 562,00 (2016) Forte equipe comercial com televendas e suporte a vendas
	<ul style="list-style-type: none"> CAGR 2015-2016: 11,8% Margem EBITDA: 40% Margem Líquida 2016: 29,8% Receita Anual – Taxa de Manutenção: R\$ 2.296 mm Receita Anual – Serviços: R\$ 1.636mm
	<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Recebíveis: R\$ 48.301mm (valores a receber decorrentes de jazigos vendidos); Valor Geral de Venda (VGV) Jazigos: R\$ 264.688mm Potencial Manutenção: R\$ 30.568mm/ano (100% de ocupação)



Após 6 (seis) anos de existência, a Rover foi reavaliada pela empresa independente JMB Assessoria Empresarial, a qual emitiu o Laudo de Avaliação Rover, datado de 30 de março de 2017 que integra o **Anexo V** ao presente Prospecto, precificando as ações da sociedade.

O Laudo de Avaliação Rover foi elaborado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, em observância ao artigo 264 da Lei nº 6.404/76, a uma taxa de desconto de 16,23% (dezesesseis inteiros e vinte e três centésimos por cento), atribuindo-se às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de emissão da Rover o valor total de R\$ 151.539.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, e quinhentos e trinta e nove mil reais), valor esse que fora aceito e aprovado pelos Cotistas como o valor justo dos referidos ativos.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas.

A incidência de tributos adicionais e exceções às regras apresentadas nesta seção podem existir, motivo pelo qual os investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

Tributação Aplicável ao Fundo

Imposto sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF/Títulos

Operações que tenham por objeto a aquisição, a cessão, o resgate ou a repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como a respectiva liquidação, sujeitam-se ao IOF/Títulos, na forma prevista no Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia, conforme artigos 29 e 32, §2º, inciso II, do Decreto nº 6.306/07.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos líquidos ou de capital, auferidos e apurados nas operações pela carteira do Fundo são isentos do Imposto sobre a Renda, nos termos do artigo 28, §10, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, bem como do artigo 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 31 de agosto de 2015.

Tributação Aplicável aos Cotistas do Fundo

Imposto sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF/Títulos

Operações que tenham por objeto a aquisição, a cessão, o resgate ou a repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como a respectiva liquidação, sujeitam-se ao IOF/Títulos, na forma prevista no Decreto nº 6.306/07.

Atualmente, a realização de tais operações em prazo inferior a 30 (trinta) dias sujeita-se à tributação do IOF/Títulos à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate ou da repactuação das Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme tabela regressiva anexa ao artigo 32 do Decreto nº 6.306/07. Nos termos do referido Decreto, a partir do 30º (trigésimo) dia de investimento, o percentual do rendimento sujeito à incidência da tributação do IOF/Títulos é 0% (zero por cento).

A alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia.

Imposto sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio

Operações relativas a conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas, estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio. Portanto, no caso de Cotista não residente no Brasil, as operações de câmbio relacionadas ao investimento ou desinvestimento no Fundo poderão gerar a incidência do referido tributo.

Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável às operações de câmbio para ingresso de recursos para aplicação nos mercados financeiro e de capitais, bem como para retorno dos recursos investidos ao exterior, é, em regra, de 0% (zero por cento), nos termos do artigo 15-B, incisos XVI e XVII, do Decreto nº 6.306/07.

A alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 15 do Decreto nº 6.306/07.

Imposto de Renda

Os rendimentos auferidos no resgate das Cotas estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda, de acordo com a residência dos Cotistas no Brasil ou no exterior.

Cotistas Residentes no Brasil

No resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo imposto de renda na fonte conforme classificação da carteira do Fundo a seguir descrita. A carteira será classificada como de longo ou curto prazo, conforme disposto nos artigos 6º e 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.585/15.

Caso a carteira seja classificada como de longo prazo, ou seja, cujos títulos tenham prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados de acordo com as seguintes alíquotas: **(a)** 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias; **(b)** 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; **(c)** 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e **(d)** 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso a carteira seja classificada como de curto prazo, ou seja, cujos títulos tenham prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os Cotistas serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento) ou, caso o resgate e/ou a liquidação ocorra em prazo inferior a 181 (cento e oitenta e um) dias, à alíquota de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento).

Em fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, como o Fundo, quando não houver o resgate das Cotas até o último Dia Útil dos meses de maio e de novembro de cada ano, haverá a incidência do imposto de renda na fonte sob a sistemática do “come-cotas” em valor equivalente a 20% (vinte por cento), caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou a 15% (quinze por cento), caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo. Não obstante a referida tributação semestral, por ocasião do resgate das Cotas, será aplicada a alíquota complementar de acordo com o prazo de aplicação, adotando-se as alíquotas regressivas indicadas acima.

Não há garantia de que o Fundo receberá tratamento tributário de longo prazo.

A tributação da pessoa física é, nos termos da legislação em vigor, considerada definitiva e, portanto, não é admitida a compensação do imposto retido com o imposto calculado quando da elaboração da Declaração de Ajuste Anual.

A tributação da pessoa jurídica é, nos termos da legislação em vigor, considerada mera antecipação do imposto devido no encerramento de cada período de apuração, exceção feita às pessoas jurídicas optantes pelo Simples e isentas.

Cotistas Residentes no Exterior

Aos Cotistas residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) (“**Paraíso Fiscal**”).

Cotistas Residentes no Exterior – Não Residentes em Paraíso Fiscal:

No resgate das Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), nos termos do artigo 89 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/15.

No caso de investidores não residentes, ainda que o Fundo seja constituído sob a forma de condomínio aberto, não haverá a incidência do imposto de renda na fonte sob a sistemática do “come-cotas”, nos termos do artigo 88, §2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.585/15. Assim, a incidência do imposto sobre a renda ocorrerá exclusivamente por ocasião do resgate das Cotas.

Cotistas Residentes no Exterior – Residentes em Paraíso Fiscal:

Os Cotistas residentes em local Paraíso Fiscal não se beneficiam do tratamento privilegiado descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário aplicável aos Cotistas residentes no Brasil, no que tange à tributação incidente sobre o resgate das Cotas, nos termos do artigo 89 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/15.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Para as pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, os resultados auferidos em decorrência do investimento no Fundo devem ser considerados na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, exceto quando haja previsão de isenção ou imunidade.

Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em relação às contribuições PIS e COFINS, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime não cumulativo, por força do Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015 (com vigência a partir de 1º de julho de 2015), os resultados auferidos em decorrência do investimento no Fundo sujeitam-se à incidência das referidas contribuições às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente.

No caso de pessoa jurídica que apure as mencionadas contribuições sob o regime de apuração cumulativa, a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, na redação alterada pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, estabelece que a base de cálculo das contribuições PIS e COFINS fica restringida ao faturamento, correspondente a receita bruta, que alcança o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço da prestação de serviços em geral, o resultado auferido nas operações de conta alheia e as demais receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica, não compreendidas nos itens anteriores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PRESTADORES DE SERVIÇOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Administradora

O Fundo é administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Histórico e Atividades

A Administradora é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e pela CVM, atuando principalmente na administração de fundos de investimentos estruturados e a distribuição de suas cotas.

Fundada em 2012, a Administradora tinha como foco o mercado de brokeragem. Em 2014, passou por uma reestruturação, e passou a atuar na administração fiduciária de fundos de investimento de terceiros.

A Administradora atua como administradora, gestora, distribuidora e custodiante de fundos, originando, estruturando e fazendo a colocação de cotas de fundos que administra.

Breve Descrição das Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo, do Regulamento e do presente Prospecto, são obrigações da Administradora:

- (a) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
 - (1) os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - (2) o livro de atas das Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (3) o livro de presença de Cotistas;
 - (4) o arquivo de relatórios ou pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
 - (5) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; e
 - (6) a documentação relativa às operações e ao patrimônio do Fundo.
- (b) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- (c) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou no Regulamento;
- (d) elaborar, em conjunto com a Gestora, relatório a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 578/16 e do Regulamento do Fundo;
- (e) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pela Gestora ou pela Administradora, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (f) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida na alínea (a), acima, até o término do mesmo;
- (g) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- (h) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Administradora;

- (i) manter os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvado o disposto no art. 37 da Instrução CVM nº 578/16;
- (j) elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo XX do Regulamento;
- (k) outorgar procuração para pessoa indicada pela Gestora para comparecer e votar em assembleias gerais e especiais das Investidas do Fundo, devendo a referida pessoa seguir as instruções de voto transmitidas pela Gestora, bem como dar conhecimento a respeito das deliberações e disponibilizar aos Cotistas e à Administradora cópia da respectiva ata, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a sua assinatura;
- (l) tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular do Banco Central do Brasil nº 3.461/09, na Instrução CVM nº 301/99, na Instrução da SPC nº 22/99 e no Ofício-Circular SPC nº 08/SPC/GAB/04, e respectivas alterações posteriores, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613/98, alterada pela Lei nº 12.683/12, e eventuais alterações posteriores;
- (m) cumprir fielmente as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas;
- (n) manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo Fundo e informados no momento do seu registro, bem como as demais informações cadastrais;
- (o) fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo Fundo; e
- (p) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento.

Em hipótese alguma a Administradora e a Gestora poderão contratar prestador de serviço que tenha real ou potencial conflito de interesse pertinente às Investidas Companhias. A contratação de terceiros prestadores de serviços que sejam do mesmo conglomerado econômico da Gestora, ou ainda sociedade a ela ligada, direta ou indiretamente, não configurará conflito de interesse.

É vedado à Administradora, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (a) receber depósito em conta corrente;
- (b) contrair ou efetuar empréstimos, salvo:
 - (1) o Fundo que obtenha apoio financeiro direto de organismos de fomento está autorizado a contrair empréstimos, diretamente, dos organismos de fomento, limitados ao montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos ativos do Fundo.
 - (i) o exercício da faculdade prevista no item (b)(1) somente é permitido após a obtenção do compromisso formal de apoio financeiro de organismos de fomento, que importe na realização de investimentos ou na concessão de financiamentos em favor do Fundo;
 - (ii) para efeitos do disposto no item (b)(1), são considerados como organismos de fomento os organismos multilaterais, as agências de fomento ou os bancos de desenvolvimento que possuam recursos provenientes de contribuições e cotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multigovernamental.
 - (1) nas modalidades estabelecidas pela CVM; ou

- (2) para fazer frente ao inadimplemento de Cotistas que deixem de integralizar as suas Cotas subscritas.
- (c) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto mediante aprovação da maioria qualificada dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto;
- (d) vender Cotas à prestação;
- (e) realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com os termos do Regulamento e do presente Prospecto;
- (f) negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134/90, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (g) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (h) aplicar recursos:
 - (1) no exterior;
 - (2) na aquisição de bens imóveis,
 - (3) na aquisição de direitos creditórios, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 5º da Instrução CVM nº 578/16 ou caso os direitos creditórios sejam emitidos por Investidas Companhias ou Investidas Limitadas do Fundo; e
 - (4) ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.
- (i) utilizar recursos do Fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras de Cotistas; e
- (j) praticar qualquer ato de liberalidade.

A contratação de empréstimos referida no item (b)(1), acima, só pode ocorrer no valor equivalente ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento de compromisso de investimento previamente assumido pelo Fundo.

Caso existam garantias prestadas pelo Fundo, conforme disposto na alínea (c), acima, a Administradora deverá zelar pela ampla disseminação das informações sobre todas as garantias existentes, por meio, no mínimo, de divulgação de fato relevante e permanente disponibilização, com destaque, das informações na página da Administradora na rede mundial de computadores.

Remuneração da Administradora

Como remuneração pelos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará a Taxa de Administração de 2% (dois por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme previsto no artigo 43 do Regulamento.

A Taxa de Administração deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela Administradora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da remuneração fixada no Regulamento.

A Taxa de Administração não inclui os valores de auditoria das demonstrações contábeis do Fundo, nem os valores correspondentes aos demais encargos do Fundo indicados no Capítulo XV do Regulamento, os quais serão debitados diretamente do Fundo.

Substituição e Renúncia da Administradora

A Administradora poderá ser substituída nas seguintes hipóteses, conforme previsto no artigo 28 do Regulamento:

- (a) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM;
- (b) renúncia; ou
- (c) destituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará a Administradora obrigada a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu substituto, a se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo também facultado aos Cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, ou ainda, por qualquer outro Cotista caso não ocorra a convocação dessa Assembleia Geral de Cotistas pela Administradora ou pelos primeiros Cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas.

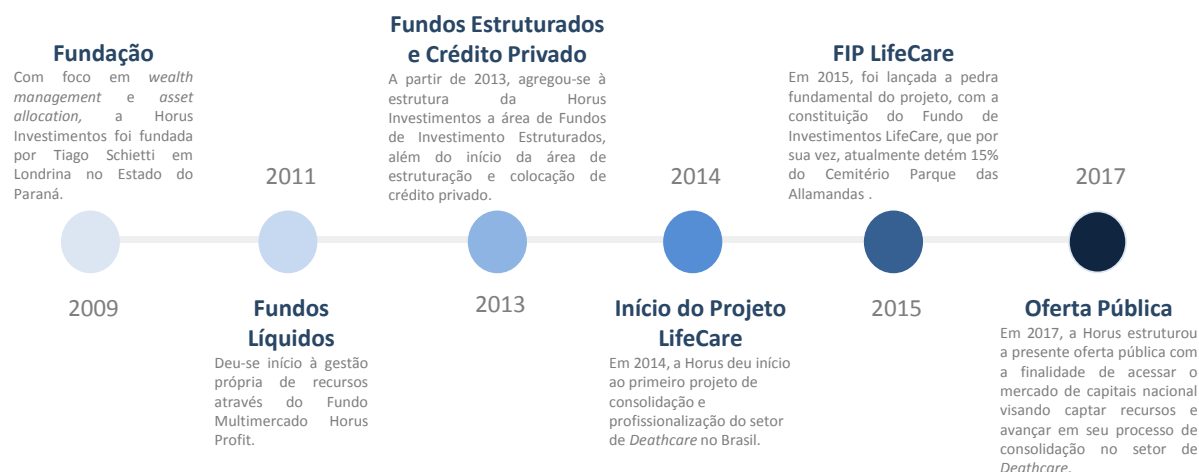
No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até 30 (trinta) dias contados do pedido de renúncia endereçado aos Cotistas, convocando a Assembleia Geral de Cotistas mencionada no parágrafo acima.

No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar prestador de serviços de administração temporário até a eleição da nova administração.

Gestora

Foi contratada a Horus Investimentos – Gestora de Recursos Ltda. para prestar os serviços de gestão profissional dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

Histórico e Atividades



Time sênior responsável pelo projeto



TIAGO SCHIETTI – Diretor Executivo e de Relação com Investidores - Sócio fundador da Horus Investimentos participando das decisões estratégicas da empresa desde 2009. Tiago possui 10 anos de experiência no mercado financeiro. Atualmente está envolvido na consolidação do setor funerário (cemitérios, crematórios e planos funerários) por meio do Fundo, o primeiro fundo de investimentos do setor no Brasil. No projeto, é responsável pela distribuição das Cotas do Fundo e do atendimento aos Cotistas e investidores.



VICENTE CONTE NETO – Diretor de Novos Negócios - Profissional com mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro. É sócio diretor da Zion Participações, holding com participações em 3 gestoras (H11 Capital, Mérito Investimentos e Horus Investimentos) e investimentos em cemitérios. Foi sócio fundador da Blackwood, onde exerceu cargo de diretor executivo durante 6 anos. É oriundo de família sócia do Cemitério Jardim da Paz de São José do Rio Preto, que é uma referência de sucesso no setor. Vicente foi Director do Credit Suisse Brasil, atuando na Área de Renda Fixa. E também foi por 7 anos membro da equipe de estruturação do Banco Itaú BBA e Banco BBA. No projeto, é responsável pelas diretrizes estratégicas e condução da tomada de decisão do Fundo.



BRUNO BURILLI – Diretor Jurídico - Profissional com mais de 8 anos de experiência na área jurídica. Bruno atuou no departamento jurídico de grandes companhias, tais como Suzano Papel e Celulose e Companhia Melhoramentos de São Paulo, tendo transitado pelas áreas de mercado de capitais, societária, *real estate* e participado de processos de *M&A* e reestruturações societárias. Atualmente é responsável pela estruturação dos produtos da Gestora e pela coordenação jurídica de todas as transações do Fundo.



THAIS DOMINICALI – Analista e Research - Responsável pela estruturação análise, modelagem financeira do(s) Ativo(s)-Alvo(s) e todo *research* do Fundo e do projeto como um todo. Thais integra a equipe da Horus Investimentos desde 2014 e participa da estruturação do Fundo e da Oferta desde sua origem.

Breve Descrição das Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Gestora:

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo, do Regulamento, do presente Prospecto, do contrato de gestão a ser firmado com a Administradora, nos termos do artigo 40, da Instrução CVM nº 578/16, são obrigações da Gestora:

- (a) elaborar, em conjunto com a Administradora, relatório a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições Instrução CVM nº 578/16 e do Regulamento do Fundo;
- (b) fornecer aos Cotistas que assim requererem, estudos e análises de investimento para fundamentar as decisões a serem tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (c) fornecer aos Cotistas, conforme conteúdo e periodicidade previstos no Regulamento, atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (d) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (e) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas e/ou quotistas das Investidas ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Investidas;
- (f) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestora;
- (g) manter a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da Investida, nos termos do disposto no Regulamento e no presente Prospecto;
- (h) comunicar à Administradora qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de que tenha conhecimento;
- (i) cumprir fielmente as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas;
- (j) indicar todos os membros do Comitê de Investimentos;
- (k) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento aplicáveis às atividades de gestão de carteira;

- (l)** encaminhar à Administradora as atas dos comitês que porventura venham a ser constituídos, para arquivo;
- (m)** prospectar, selecionar e negociar negócios para a carteira do Fundo segundo a política de investimento estabelecida no Regulamento e propor aos Cotistas os desinvestimentos do Fundo;
- (n)** executar as transações de investimento, de acordo com a política de investimentos do Fundo e de desinvestimento, conforme aprovação dos Cotistas que representem a maioria das Cotas do Fundo;
- (o)** representar o Fundo, na forma da legislação aplicável, perante as Investidas e monitorar os investimentos do Fundo, mantendo documentação hábil par demonstrar tal monitoramento;
- (p)** enviar todas as informações relativas a negócios realizados pelo Fundo à Administradora do Fundo;
- (q)** manter documentação hábil para que se verifique como se deu o seu processo decisório relativo à composição da carteira do Fundo, independentemente da classificação dotada pelo Fundo;
- (r)** contratar, em nome do Fundo, bem como coordenar, os serviços de assessoria e consultoria correlatos aos investimentos ou desinvestimentos do Fundo no(s) Ativo(s) Alvo; e
- (s)** fornecer à Administradora todas as informações e documentos necessários para que este possa cumprir suas obrigações, incluindo, dentre outros:
 - (1)** as informações necessárias para que a Administradora determine se o Fundo se enquadra ou não como entidade de investimento, nos termos da regulamentação contábil específica;
 - (2)** as demonstrações contábeis auditadas das Investidas, quando aplicável; e
 - (3)** o laudo de avaliação do valor justo das Investidas, quando aplicável nos termos da regulamentação contábil específica, bem como todos os documentos necessários para que a Administradora possa validá-lo e formar suas conclusões acerca das premissas utilizadas pela Gestora para o cálculo do valor justo.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista as alíneas (b) e (c), acima, a Gestora poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

A Gestora reúne todo o conhecimento proporcionado pela qualidade e experiência de seus profissionais, buscando o máximo de sinergia entre as diversas técnicas de administração de ativos, para agregar valor à carteira de investimentos do Fundo.

É vedado à Gestora, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- (a)** receber depósito em conta corrente;
- (b)** contrair ou efetuar empréstimos, salvo:
 - (1)** o Fundo que obtenha apoio financeiro direto de organismos de fomento está autorizado a contrair empréstimos, diretamente, dos organismos de fomento, limitados ao montante correspondente a 30% (trinta por cento) dos ativos do Fundo.
 - (i)** o exercício da faculdade prevista no item (b)(1) somente é permitido após a obtenção do compromisso formal de apoio financeiro de organismos de fomento, que importe na realização de investimentos ou na concessão de financiamentos em favor do Fundo;

- (ii) para efeitos do disposto no item (b)(1), são considerados como organismos de fomento os organismos multilaterais, as agências de fomento ou os bancos de desenvolvimento que possuam recursos provenientes de contribuições e cotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multigovernamental.
- (3) nas modalidades estabelecidas pela CVM; ou
- (4) para fazer frente ao inadimplemento de Cotistas que deixem de integralizar as suas Cotas subscritas.
- (c) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto mediante aprovação da maioria qualificada dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do Regulamento e deste Prospecto;
- (d) vender Cotas à prestação;
- (e) realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com os termos do Regulamento e do presente Prospecto;
- (f) negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134/90, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (g) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (h) aplicar recursos:
 - (5) no exterior;
 - (6) na aquisição de bens imóveis,
 - (7) na aquisição de direitos creditórios, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 5º da Instrução CVM 578 ou caso os direitos creditórios sejam emitidos por Investidas Companhias ou Investidas Limitadas do Fundo; e
 - (8) ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.
- (i) utilizar recursos do Fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras de Cotistas; e
- (j) praticar qualquer ato de liberalidade.

A contratação de empréstimos referida no item (b)(1) só pode ocorrer no valor equivalente ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento de compromisso de investimento previamente assumido pelo Fundo.

Caso existam garantias prestadas pelo Fundo, conforme disposto na alínea (c) acima, a Administradora deverá zelar pela ampla disseminação das informações sobre todas as garantias existentes, por meio, no mínimo, de divulgação de fato relevante e permanente disponibilização, com destaque, das informações na página da Administradora na rede mundial de computadores.

Remuneração da Gestora

Será devida à Gestora uma Taxa de Performance equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade do Fundo, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% (oito por cento) ao ano, nos termos do artigo 33 do Regulamento e da seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Taxa de Administração, Taxa de Performance e Outras Taxas”, constante da página 65 deste Prospecto.

A Gestora também é beneficiária de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) da taxa de administração devida pelo Fundo.

Substituição da Gestora

As disposições relativas à substituição e à renúncia da Administradora, descritas no Capítulo IX do Regulamento e no título “Substituição e Renúncia da Administradora” desta seção “PRESTADORES DE SERVIÇOS”, constante da página 118 deste Prospecto, aplicam-se, no que couberem, à substituição da Gestora.

Especificamente para o caso de renúncia, a Gestora deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar a sua decisão aos Cotistas e à CVM, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Custodiante

Foi contratada a BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para prestar os serviços de custódia e controladoria dos ativos do Fundo.

Histórico e Atividades

O Custodiante é sociedade por ações de capital fechado, subsidiária integral do BRB -Banco de Brasília S.A., criada conforme autorização contida na Lei nº 6.385/76 e na Resolução CMN nº 1.120/86, regida pela Lei nº 6.404/76, por seu estatuto social e demais disposições legais aplicáveis.

Possui como atividades principais a administração e a gestão dos fundos de investimento disponibilizados aos clientes do BRB -Banco de Brasília S.A. Além disso, também oferece serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente fundos de pensão, seguradoras e regimes próprios de previdência social. Atualmente possui cerca de R\$ 3,6 bilhões em custódia de títulos e valores mobiliários.

O Custodiante é membro da – ANBIMA e aderente a 7 (sete) Códigos da ANBIMA, com destaque para os códigos: Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE; Código de Processos da Regulação e Melhores Práticas; Código para Fundos de Investimento – categoria Distribuidor; Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais. É detentora do Selo ANBIMA, que atesta o compromisso da Instituição em zelar pela transparência e pela confiabilidade no exercício de suas atividades. O Custodiante é aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act –FATCA.

Breve Descrição de suas Funções

O Custodiante será responsável pela custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo.

Remuneração do Custodiante

Como remuneração pelos serviços de custódia, o Fundo pagará uma taxa de custódia de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Substituição do Custodiante

As disposições relativas à substituição e à renúncia da Administradora, descritas no Capítulo IX do Regulamento e no título “Substituição e Renúncia da Administradora” desta seção “PRESTADORES DE SERVIÇOS”, constante da página 118 deste Prospecto, aplicam-se, no que couberem, à substituição do Custodiante.

Coordenador Líder

O Coordenador Líder da Oferta é a própria Administradora do Fundo, Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Breve Descrição de suas Funções

O Coordenador Líder realizará a distribuição das Cotas, sob o regime melhores esforços, nos termos da Instrução CVM nº 578/16 e da Instrução CVM nº 400/03.

Coordenador Contratado

O Coordenador Contratado da Oferta é a própria Gestora do Fundo, Horus Investimentos – Gestora de Recursos Ltda.

Breve Descrição de suas Funções

O Coordenador Contratado será responsável pela estruturação da Oferta e auxiliará o Coordenador Líder na coordenação e na distribuição das Cotas objeto da Oferta.

Escriturador

Foi contratada como Escriturador a Itaú Corretora de Valores S.A.

Histórico e Atividades

A Itaú Corretora vem oferecendo produtos e serviços de qualidade para seus clientes desde 1965 e é uma das corretoras líderes no Brasil desde a sua fundação até os dias de hoje. Atua na B3 para todos os tipos de investidores, além de ter forte atuação no mercado de *home broker*, com o Itautrade.

A Itaú Corretora é uma das maiores corretoras do mercado, oferecendo aos seus clientes assessoria e recomendações, conveniência e comodidade. Atua para clientes pessoa física, clientes institucionais e estrangeiros, e amplo reconhecimento internacional, possui analistas premiamos e com forte posição no ranking da Institutional Investor e extensa cobertura de companhias de capital aberto.

Breve Descrição de suas Funções

O Escriturador será responsável pela escrituração de Cotas do Fundo.

Remuneração do Escriturador

Como remuneração pelos serviços de escrituração, o Fundo pagará o valor fixo mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Substituição do Escriturador

As disposições relativas à substituição e à renúncia da Administradora, descritas no Capítulo IX do Regulamento e no título “Substituição e Renúncia da Administradora” desta seção **“PRESTADORES DE SERVIÇOS”**, constante da página 118 deste Prospecto, aplicam-se, no que couberem, à substituição do Escriturador.

Auditor Independente

Foi contratada como Auditor Independente a Moore Stephens Prime Auditores Independentes S/S.

Breve Descrição de suas Funções

O Auditor Independente será responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e pela análise de sua situação e da atuação da Administradora, sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação vigente ou pelo Regulamento.

Remuneração do Auditor Independente

Como remuneração pelos serviços prestados pelo Auditor Independente, o Fundo pagará o valor fixo anual de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Substituição do Auditor Independente

Desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas, a Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra empresa de auditoria independente para revisar as demonstrações financeiras e as contas do Fundo.

Conflitos de Interesse e Relações Societárias e Contratuais entre as Partes

Relacionamento entre a Administradora / Coordenador Líder e a Gestora / Coordenador Contratado

Além do relacionamento decorrente do Fundo e da presente Oferta, a Gestora / Coordenador Contratado, suas controladas e coligadas e/ou fundos de investimento geridos pela Gestora / Coordenador Contratado não mantém junto à Administradora / Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora / Coordenador Líder quaisquer operações.

A Gestora / Coordenador Contratado poderá vir a ser contratada, no futuro, pela Administradora / Coordenador Líder e/ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora / Coordenador Líder para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, assessoria em emissões de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários, consultoria financeira ou outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Administradora / Coordenador Líder.

A Administradora / Coordenador Líder, suas controladas e coligadas poderão vir a ser contratadas, no futuro, pela Gestora / Coordenador Contratado, suas controladas e coligadas e/ou fundos de investimento geridos pela Gestora / Coordenador Contratado para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, entre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições, investimentos, assessoria em emissões de valores mobiliários, distribuição de ativos e valores mobiliários, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou outras operações financeira necessárias à condução das atividades da Gestora / Coordenador Contratado.

A Administradora / Coordenador Líder entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da Horus Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. como Gestora / Coordenador Contratado do Fundo.

Relacionamento entre a Administradora / Coordenador Líder e o Custodiante

O relacionamento entre Administradora / Coordenador Líder e o Custodiante se restringe à relação estritamente comercial decorrente do fato de ambos prestarem serviços ao Fundo.

Relacionamento entre a Administradora / Coordenador Líder e o Escriturador

O relacionamento entre Administradora / Coordenador Líder e o Escriturador se restringe à relação estritamente comercial decorrente do fato de ambos prestarem serviços ao Fundo.

Relacionamento entre a Gestora / Coordenador Contratado e o Custodiante

O relacionamento entre a Gestora / Coordenador Contratado e o Custodiante se restringe à relação estritamente comercial decorrente do fato de ambos prestarem serviços ao Fundo.

Relacionamento entre a Gestora / Coordenador Contratado e o Escriturador

O relacionamento entre a Gestora / Coordenador Contratado e o Escriturador se restringe à relação estritamente comercial decorrente do fato de ambos prestarem serviços ao Fundo.

Relacionamento entre o Custodiante e o Escriturador

O relacionamento entre o Custodiante e o Escriturador se restringe à relação estritamente comercial decorrente do fato de ambos prestarem serviços ao Fundo.

Conflitos de Interesse e Relações Societárias e Contratuais entre a Investida do Fundo e os prestadores de serviço do Fundo e da Oferta

Relacionamento entre a Rover e a Administradora / Coordenador Líder

Não há qualquer relacionamento entre o a Rover e a Administradora / Coordenador Líder, exceto aqueles decorrentes do fato da Administradora / Coordenador Líder ser a instituição administradora do Fundo, o qual, por sua vez, é sócio da Rover.

Relacionamento entre a Rover e a Gestora / Coordenador Contratado

Os atuais acionistas indiretos da Rover, que detêm participação por meio do FIP Maria Izabel e por meio do Fundo, são partes relacionadas do Sr. Tiago Oliva Schietti, que é sócio da Gestora / Coordenador Contratado.

Relacionamento entre a Rover e o Custodiante

Não há qualquer relacionamento entre o a Rover e o Custodiante, exceto aqueles decorrentes do fato do Custodiante ser a instituição responsável pelos serviços de custódia qualificada do Fundo, o qual, por sua vez, é sócio da Rover.

Relacionamento entre a Rover e o Escriturador

Não há qualquer relacionamento entre o a Rover e o Escriturador, exceto aqueles decorrentes do fato do Escriturador ser a instituição responsável pelos serviços de escrituração de Cotas do Fundo, o qual, por sua vez, é sócio da Rover.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Contrato de Custódia

O Contrato de Custódia foi celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Custodiante.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante foi contratado para prestar os serviços de custódia qualificada.

Pela prestação dos serviços contratados, o Fundo pagará ao Custodiante, remuneração equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) do Patrimônio Líquido ao ano, observada, em qualquer caso, a remuneração mensal mínima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão foi celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e a Gestora.

Nos termos do Contrato de Gestão, a Gestora foi contratada para prestar os serviços de gestão profissional dos ativos integrantes da carteira do Fundo.

Pela prestação dos serviços contratados, o Fundo pagará à Gestora a título de taxa de gestão 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos).

Adicionalmente à taxa de gestão acima descrita, a Gestora fará jus ao recebimento de Taxa de Performance, na forma prevista na Seção “CARACTERÍSTICAS DO FUNDO”, sob o título “Taxa de Administração, Taxa de Performance e Outras Taxas”, constante da página 65 deste Prospecto.

Contrato de Escrituração

O Contrato de Gestão foi celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Escriturador.

Nos termos do Contrato de Escrituração, o Escriturador foi contratado para prestar os serviços de escrituração de Cotas do Fundo.

Pela prestação dos serviços contratados, o Fundo pagará ao Escriturador a título de taxa de escrituração o valor fixo mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição foi celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, o Coordenador Líder e o Coordenador Contratado, com a posterior adesão das Instituições Participantes, mediante a celebração de termo de adesão ao Contrato de Distribuição.

Pelo Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder, o Coordenador Contratado e as Instituições Participantes foram contratados para prestar os serviços de distribuição das Cotas no âmbito da Oferta. O Coordenador Contratado foi contratado também para estruturar a Oferta.

Nos termos do Contrato de Distribuição, o Fundo pagará **(a)** ao Coordenador Líder o equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do montante total efetivamente colocado no âmbito da Oferta, a título de remuneração pela coordenação da Oferta; **(b)** ao Coordenador Líder, ao Coordenador Contratado e às Instituições Participantes, o equivalente a 4% (quatro por cento) do montante total efetivamente colocado diretamente pelo Coordenador Líder, Coordenador Contratado ou pela respectiva Instituição Participante no âmbito da Oferta, a título de remuneração pela efetiva distribuição das Cotas; e **(c)** ao Coordenador Contratado, o equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do montante total efetivamente colocado no âmbito da Oferta, a título de remuneração pela estruturação da Oferta.

Contrato de Garantia de Liquidez ou de Estabilização de Preço

Não há contrato de garantia de liquidez ou de estabilização de preço.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

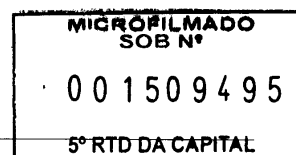
ANEXO I	REGULAMENTO E SUPLEMENTOS
ANEXO II	DELIBERAÇÕES DA ADMINISTRADORA E ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS RELEVANTES
ANEXO III	DECLARAÇÕES COORDENADOR E ADMINISTRADORA
ANEXO IV	CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DE PRESTADORES
ANEXO V	LAUDO DE AVALIAÇÃO
ANEXO VI	ESTUDO DE VIABILIDADE
ANEXO VII	OPÇÃO DE COMPRA
ANEXO VIII	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANEXO IX	INFORME TRIMESTRAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

REGULAMENTO E SUPLEMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



REGULAMENTO

DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTISTRATÉGIA

Datado de

25 de abril de 2017

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD DA CAPITAL

ÍNDICE

CAPÍTULO I - CLASSIFICAÇÃO DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO II - DO PÚBLICO ALVO	3
CAPÍTULO III - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	3
CAPÍTULO IV- PRAZO DE DURAÇÃO	6
CAPÍTULO V - DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	6
CAPÍTULO VI - COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, PERÍODO DE INVESTIMENTO E PERÍODO DE DESINVESTIMENTO	6
CAPÍTULO VI - DOS FATORES DE RISCO	8
CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR.....	12
CAPÍTULO VIX - VEDAÇÕES AO ADMINISTRADOR E AO GESTOR.....	15
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E/OU GESTÃO.....	16
CAPÍTULO X - COMITÊ DE INVESTIMENTOS.....	17
CAPÍTULO XI - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	19
CAPÍTULO XII - DA REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	21
CAPÍTULO XIII - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS	22
CAPÍTULO XIV- AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E PAGAMENTO DE RENDIMENTOS AOS COTISTAS	24
CAPÍTULO XV - ENCARGOS DO FUNDO	25
CAPÍTULO XVI - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
CAPÍTULO XVII - CONFLITO DE INTERESSE.....	26
CAPÍTULO XVIII - POLÍTICA DE COINVESTIMENTO	26
CAPÍTULO XIX - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
CAPÍTULO XX - INFORMAÇÕES AO COTISTA E À CVM	27
CAPÍTULO XXI - LIQUIDAÇÃO	28
CAPÍTULO XXII - DO FORO	29

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

5º RTD DA CAPITAL

CAPÍTULO I - CLASSIFICAÇÃO DO FUNDO

Artigo 1º - O FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTIESTRATÉGIA (o "FUNDO"), constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por este regulamento (o "Regulamento") e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 578, de 30 de agosto de 2016, e alterações posteriores ("Instrução CVM 578/16").

Parágrafo 1º - O FUNDO classifica-se, de acordo com a Instrução CVM 578/16, como FIP-Multiestratégia.

Parágrafo 2º - A modificação do tipo do FUNDO por outro diferente daquele inicialmente previsto neste Regulamento dependerá de aprovação dos Cotistas do FUNDO (os "Cotistas") em Assembleia Geral de Cotistas, observado o quórum estabelecido neste Regulamento.

CAPÍTULO II - DO PÚBLICO ALVO

Artigo 2º - O FUNDO será destinado à aplicação exclusivamente por investidores qualificados ou profissionais – assim entendidos as pessoas naturais ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, que se enquadrem no conceito de investidor qualificado, nos termos dos artigos 9-A e 9-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, ("Instrução CVM 539/13") conforme alterada, incluindo, mas não se limitando às entidades fechadas de previdência complementar e regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em observância às Resoluções emitidas pelo BACEN – Banco Central do Brasil sob os nº 3792/2009 alterada e 3.922/2010.

CAPÍTULO III - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Artigo 3º - O FUNDO é uma comunhão de recursos destinados a buscar, no longo prazo, a valorização dos recursos captados, investindo livremente na aquisição de títulos e valores mobiliários representativos de participações em sociedades limitadas (a "Investida Limitada"), bem como ações, bônus de subscrição, debêntures simples e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas (a "Investida Companhia"), que atuem, diretamente, no segmento funerário, incluindo mas não se limitando à cemitérios, crematórios, funerárias, planos funerários e atividades correlatas, o qual, observadas as condições definidas neste Regulamento e a legislação aplicável, deve participar do processo decisório da investida, com influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão ("Investida Limitada" em conjunto com "Investida Companhia", doravante conjuntamente simplesmente "Investidas").

Parágrafo único – O Fundo pode realizar adiantamentos para futuro aumento de capital nas Investidas Companhias que compõem a sua carteira, desde que:

- I. O Fundo possua investimento em ações da companhia na data da realização do referido adiantamento;
- II. O limite do capital subscrito que poderá ser utilizado para a realização de adiantamentos é de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- III. É vedado qualquer forma de arrendimento do adiantamento por parte do FUNDO; e
- IV. O adiantamento será convertido em aumento de capital da Investida Companhia em, no máximo, 12 (doze) meses.

Artigo 4º - A participação do FUNDO no processo decisório da Investida pode ocorrer: (i) pela detenção de ações ou quotas que integrem o respectivo bloco de controle; (ii) pela celebração de acordo de acionistas ou quotistas conforme aplicável; ou (iii) pela celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio jurídico ou a adoção de outro procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, inclusive por meio da indicação de membros do conselho de administração ou diretoria.

Parágrafo Único – Fica dispensada a participação do FUNDO no processo decisório da Investida quando: (i) o investimento do FUNDO na Investida for reduzido da metade do percentual originalmente investido e passe a representar parcela inferior a 15% (quinze por cento) do capital social da Investida; ou (ii) o valor contábil do investimento tenha sido reduzido a zero e haja deliberação dos cotistas reunidos em assembleia geral mediante aprovação da maioria das cotas subscritas presentes, caso o regulamento não estipule um quórum mais elevado.

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD DA CAPITAL

Artigo 5º - O requisito de efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das sociedades investidas de que trata este Artigo 3º acima, não se aplica ao investimento em Investidas Companhias listadas em segmento especial de negociação de valores mobiliários, instituído por bolsa de valores ou por entidade do mercado de balcão organizado, voltado ao mercado de acesso, que assegure, por meio de vínculo contratual, padrões de governança corporativa mais estritos que os exigidos por lei, desde que corresponda a até 35% (trinta e cinco por cento) do capital subscrito do fundo.

Parágrafo Primeiro – O limite de que trata o caput deste Artigo será de 100% (cem por cento) durante o prazo de aplicação dos recursos, estabelecido em até 6 (seis) meses contados de cada um dos eventos de integralização de cotas previstos no compromisso de investimento.

Parágrafo Segundo – Caso o fundo ultrapasse o limite estabelecido no caput deste Artigo por motivos alheios à vontade do Gestor, no encerramento do respectivo mês e tal desenquadramento perdure quando do encerramento do mês seguinte, o Administrador deve: Comunicar à CVM imediatamente a ocorrência de desenquadramento passivo, com as devidas justificativas, bem como previsão para reenquadramento; e Comunicar à CVM o reenquadramento da carteira, no momento em que ocorrer.

Parágrafo Terceiro Não obstante os cuidados a serem empregados pelo ADMINISTRADOR e pelo GESTOR na implantação da política de investimento descrita neste Regulamento e das orientações do Comitê de Investimentos, os investimentos do FUNDO, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos a variações de mercado, a riscos inerentes aos emissores dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira e a riscos de crédito de modo geral, não podendo o ADMINISTRADOR ou o GESTOR, em hipótese alguma, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da Carteira ou por eventuais prejuízos impostos aos Cotistas.

Seção I

Investidas com Receita Bruta Anual Maior que R\$ 300.000.000,00

Artigo 6º - A(s) investida(s) que tenha(m) apresentado receita bruta anual maior que R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) apurada no exercício social encerrado em ano anterior ao primeiro aporte do FUNDO, ou que tenha apresentado receita superior ao retro referido limite nos 3 (três) últimos exercícios sociais, deverão observar as seguintes práticas de governança corporativa, a saber:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) estabelecimento de mandato unificado de até 2 (dois) anos para todo o conselho de administração;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Seção II

Investidas com Receita Bruta Anual entre R\$ 16.000.000,00 e R\$ 300.000.000,00

Artigo 7º - A(s) investida(s) que tenha(m) apresentado receita bruta anual maior que R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) apurada no exercício social encerrado em ano anterior ao primeiro aporte do FUNDO mas menos que R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sem que tenha apresentado receita superior ao retro referido limite nos 3 (três) últimos exercícios sociais, deverão observar, apenas, as seguintes práticas de governança corporativa, a saber:

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD DA CAPITAL

- (i) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários;
- (ii) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- (iii) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM;

Parágrafo 1º – Nos casos em que, após o investimento pelo FUNDO, a receita bruta anual da Investida exceda a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), a investida deverá atender, no prazo de até 2 (dois) anos, contado a partir da data de encerramento do exercício social em que a receita bruta anual superior ao retro referido limite, adicionalmente, as seguintes práticas de governança corporativa, a saber:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) estabelecimento de mandato unificado de até 2(dois) anos para todo conselho de administração; e
- (iii) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários.

Parágrafo 2º – A(s) investida(s) Companhia de que trata o caput do presente Artigo 7º não podem ser controladas, direta ou indiretamente, por sociedade ou grupo de sociedades, de fato ou de direito, que apresente ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), no encerramento do exercício social imediatamente anterior ao primeiro aporte do FUNDO.

Parágrafo 3º – O disposto no parágrafo 2º não se aplica quando as investida(s) Companhia for controlada por outro FIP, desde que as demonstrações contábeis desse FIP não sejam consolidadas nas demonstrações contábeis de qualquer de seus cotistas, hipótese em que a Investida se sujeitará às regras contidas no parágrafo 2º.

Seção III

Investidas com Receita Bruta Anual até R\$ 16.000.000,00

Artigo 8º - A(s) Investida(s) que tenham apresentado receita bruta anual de até R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) apurada no exercício social encerrado em ano anterior no primeiro aporte do FUNDO, sem que tenha apresentado receita superior ao retro referido limite nos últimos 3 (três) exercícios sociais ficam desobrigadas a observar as seguintes práticas de governança corporativa, a saber:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) estabelecimento de mandato unificado de até 2 (dois) anos para todo o conselho de administração;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM,



observado o parágrafo 1º, infra.

Parágrafo 1º – A dispensa do disposto no inciso “vi” do presente Artigo 8º se aplica conquanto o FUNDO seja classificado como entidade de investimento, nos termos da regulamentação contábil específica.

Parágrafo 2º – Nos casos em que, após o investimento pelo FUNDO, a receita bruta anual da Investida exceda R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), a Investida deve, em até 2 (dois) anos contados a partir da data de encerramento do exercício social em que apresente receita bruta anual superior ao retro referido montante, atender ao disposto nos incisos “iii”, “v” e “vi” do artigo 8º, acima, enquanto a sua receita bruta anual não exceder à R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); ou atender integralmente ao Art. 8º, caso a sua receita supere R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

CAPÍTULO IV- PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 9º - O FUNDO terá prazo de duração de 10 (dez) anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 (dez) anos, caso a assembleia de cotistas não delibere em sentido contrário (“Prazo de Duração”).

CAPÍTULO V - DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Seção I

Administrador do Fundo

Artigo 10 - O FUNDO é administrado pela **INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.489.568/0001-95 (“ADMINISTRADOR”).

Parágrafo Único - O ADMINISTRADOR poderá contratar em nome do FUNDO a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro das Investidas objeto de investimento pelo FUNDO, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado o disposto neste Regulamento.

Artigo 11 - Os serviços de controladoria dos ativos do FUNDO serão prestados pelo ADMINISTRADOR.

Seção II

Gestão do Fundo

Artigo 12 - A carteira do FUNDO será gerida pela **HORUS INVESTIMENTOS – GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Cacilda Becker, 50, sala 503, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.333.851/0001-72 e devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.572, expedido em 14 de março de 2011 (“GESTOR”).

Artigo 13 - Os serviços de custódia são prestados ao FUNDO pelo **BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede em Brasília/DF, na SBS, Quadra 01, Bloco E, Edifício Brasília, 7º Andar, Asa Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.850.686/0001.69. (“CUSTODIANTE”).

Artigo 14 - Os serviços de distribuição, agenciamento e colocação de cotas do FUNDO (“Cotas”) serão prestados, pelo próprio ADMINISTRADOR (“DISTRIBUIDOR”). A escrituração de cotas do FUNDO será realizada pela **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar-parte, Itaim Bibi, Cidade e Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 (“ESCRITURADOR”).

CAPÍTULO VI - COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, PERÍODO DE INVESTIMENTO E PERÍODO DE DESINVESTIMENTO

Seção I

Composição da Carteira

Artigo 15 - A carteira do FUNDO será composta da seguinte forma:

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

5º RTD DA CAPITAL

Composição da Carteira	Mínimo	Máximo
Investida(s)	90%	100%
Títulos ou valores mobiliários de renda fixa, públicos ou privados e/ou em cotas de fundos de investimento regulados pela CVM, inclusive fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou por empresas a eles ligadas ("Ativos Líquidos").	0%	10%

Parágrafo 1º - É vedado ao FUNDO a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações:

I – forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial; ou

II – envolverem opções de compra ou venda de ações das companhias que integram a carteira do fundo com o propósito de:

a) ajustar o preço de aquisição da companhia com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou

b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Parágrafo 2º - O FUNDO poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos na(s) Investida(s), sem restrições quanto às condições econômicas, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

Seção II

Período de Investimento e Período de Desinvestimento

Artigo 16 - As decisões de investimento e desinvestimento do FUNDO na(s) Investida(s) dependerão da aprovação do Comitê de Investimentos.

Parágrafo 1º - O GESTOR e/ou o ADMINISTRADOR poderão, sem a necessidade de prévia aprovação do Comitê de Investimentos do FUNDO, realizar investimentos e desinvestimentos com relação a recursos investidos nos Ativos Líquidos, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 17 - A realização dos investimentos e desinvestimentos do FUNDO caberá ao GESTOR que observará o disposto neste Regulamento.

Artigo 18 - Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira serão observados os seguintes procedimentos:

(i) os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, por meio de chamada de capital, conforme aplicável, (a) deverão ser utilizados para a aquisição da(s) Investida(s) até o último dia útil do 2º (segundo) mês subsequente à integralização por qualquer Cotista, ou, no caso de Oferta Pública, até o último dia útil do 2º mês subsequente à data de encerramento da Oferta, sob pena de devolução aos Cotistas; ou (b) poderão ser utilizados para pagamento de despesas e encargos do Fundo, conforme discriminado no Capítulo XV deste Regulamento;

(ii) até que os investimentos do Fundo na(s) Investida(s) sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Cotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do GESTOR, no melhor interesse do FUNDO e dos Cotistas; e

(iii) durante o período compreendido entre (a) o recebimento, pelo FUNDO, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Ativos de Participação Societária e Outros Ativos

integrantes da Carteira e (b) a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Cotistas, a título de pagamento de amortização, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou mantidos em caixa, em moeda corrente nacional, a critério do GESTOR, no melhor interesse do Fundo e dos Cotistas.

Artigo 19 - Os Cotistas do FUNDO deverão aprovar, quando da subscrição, a possibilidade de o FUNDO:

- I. investir em Investida(s) e/ou outros ativos de emissão de sociedades nas quais participem:
 - a. o ADMINISTRADOR, o GESTOR, os membros de comitês ou conselhos criados ou que venham a ser criados pelo FUNDO, ou Cotistas do FUNDO, ainda que titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio líquido do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto ou ainda pessoas a eles ligadas; ou
 - b. quaisquer das pessoas mencionadas na alínea anterior que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários e/ou outros ativos a serem subscritos ou adquiridos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO;
- II. realizar operações em que o FUNDO figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea a do inciso I acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR.

Parágrafo Único - Salvo se previsto neste Regulamento ou se houver a aprovação em Assembleia Geral de Cotistas, permanecerá vedada a realização de operações pelo FUNDO nas quais haja indícios acerca da existência de conflitos de interesses entre o ADMINISTRADOR, o GESTOR e/ou os Cotistas do FUNDO, e o investimento realizado.

CAPÍTULO VI - DOS FATORES DE RISCO

Artigo 20 - Não obstante a diligência do GESTOR em colocar em prática a política de investimento aqui delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, riscos decorrentes de alterações legais ou regulamentares, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, dentre outros, e, mesmo que o GESTOR mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os Cotistas.

Artigo 21 - Os recursos que constam na carteira do FUNDO e os Cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- (i) **RISCOS DE LIQUIDEZ EM RELAÇÃO ÀS COTAS DO FUNDO:** Por constituir um condomínio fechado, os Cotistas poderão enfrentar dificuldade ou mesmo inexistência de mercado para a negociação de suas cotas, não havendo, ainda, possibilidade de resgate antecipado.
- (ii) **RISCO DE LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO:** as aplicações nas Investida(s) do FUNDO apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimentos brasileiros, em razão das características do ativo, de prazo e duração do mesmo. Caso o FUNDO precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, ou quotas de sociedades limitadas, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do FUNDO e, consequentemente, do capital investido pelos Cotistas.
- (iii) **RISCO DO MERCADO SECUNDÁRIO:** O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

resgate das Cotas somente poderá ser feito ao término do Prazo de Duração do FUNDO, razão pela qual, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

(iv) **RISCO DE DISTRIBUIÇÃO PARCIAL:** Existe a possibilidade de que, ao final do Período de Distribuição, não sejam subscritas todas as Cotas ofertadas pelo Fundo, o que, consequentemente, fará com que o Fundo detenha um patrimônio menor que o estimado. Tal fato pode ensejar uma redução nos planos de investimento do Fundo e, consequentemente, na expectativa de rentabilidade do Fundo;

(v) **RISCO DE O FUNDO NÃO ATINGIR O PATRIMÔNIO INICIAL MÍNIMO E O CANCELAMENTO DA OFERTA:** A Oferta será cancelada e o Fundo não iniciará suas atividades caso não seja subscrita quantidade de Cotas suficiente para o atendimento do Patrimônio Inicial Mínimo descrito neste Prospecto.

(vi) **RISCOS DE NÃO LISTAGEM DAS COTAS:** Após a realização da totalidade das chamadas de capital, as Cotas subscritas pelos investidores passarão pelo processo de listagem no mercado de bolsa administrado pela BM&FBOVESPA, o que não poderá ser concretizado em decorrência de exigências formuladas pela mencionada entidades.

(vii) **RISCO RELATIVO AO PRAZO DE DURAÇÃO DETERMINADO DO FUNDO:** Considerando que o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, não é permitido o resgate de Cotas, salvo na hipótese de liquidação do Fundo. Caso os Cotistas decidam pelo desinvestimento no Fundo, os mesmos terão que alienar suas Cotas em mercado secundário, observado que os Cotistas poderão enfrentar falta de liquidez na negociação das Cotas no mercado secundário ou obter preços reduzidos na venda das Cotas.

(viii) **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO.

(ix) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

(x) **RISCO DE CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO:** O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO em um único Ativo-Alvo, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de tal emissora. O FUNDO poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em um único Ativo-Alvo, do mesmo setor econômico e região geográfica, sem restrições quanto à condição econômica, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

(xi) **RISCO RELACIONADO AO CRITÉRIO DE PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS:** A precificação dos ativos integrantes da carteira do Fundo será realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação estabelecidos no Regulamento e na regulamentação em vigor, mas tais critérios e procedimentos poderão não ser suficientes para evitar distorções entre o valor contabilizado do ativo e o respectivo valor real de venda;

(xii) **RISCO DE DESCONTINUIDADE:** O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral de Cotistas poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo, hipóteses em que os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo;

(xiii) **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS E À POLÍTICA GOVERNAMENTAL:** O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do ADMINISTRADOR

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

5º RTO DA CAPITAL

e do GESTOR, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, (b) inadimplência dos emissores dos ativos, e (c) incremento significativo no volume das amortizações de Cotas aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos regates por ocasião da liquidação do FUNDO. Não obstante, o FUNDO desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. Ocasionalmente, o Governo Brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do FUNDO e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas do FUNDO. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados do FUNDO.

(xiv) **RISCOS RELACIONADOS AO DESEMPENHO E À SOLVÊNCIA DAS INVESTIDAS:** Os investimentos do FUNDO são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A Carteira de Investimentos estará concentrada em títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Sociedades Investidas. Embora o FUNDO tenha sempre participação no processo decisório das respectivas Sociedades Investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das Sociedades Investidas, (ii) solvência das Sociedades Investidas e (iii) continuidade das atividades das Sociedades Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira de investimentos e o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do GESTOR, os pagamentos relativos aos títulos e/ou valores mobiliários de emissão das Sociedades Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, mau desempenho operacional da respectiva Sociedade Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, o FUNDO e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Vale dizer, que não há garantias implícita ou explícita de bom desempenho das Sociedades Investidas, da solvência das Sociedades Investidas e da continuidade das Sociedades Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativamente e significativamente os resultados da carteira de investimentos do Fundo e o valor das Cotas;

(xv) **RISCOS OPERACIONAIS DAS SOCIEDADES INVESTIDAS:** Por ser um investimento caracterizado pela participação nas sociedades, todos os riscos operacionais que as Sociedades Investidas incorrerem, no decorrer da existência do Fundo, são também riscos operacionais do Fundo, uma vez que o desempenho do mesmo decorre do resultado obtido nas atividades das referidas sociedades;

(xvi) **RISCO DE INVESTIMENTO EM COMPANHIA FECHADA:** Os investimentos do Fundo serão feitos em companhias fechadas, as quais não estão obrigadas a observar as mesmas regras aplicáveis às companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto ao bom acompanhamento das atividades e resultados das Companhias Investidas e a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o Fundo e o valor das Cotas;

(xvii) **RISCOS DE INSOLVÊNCIA, FALÊNCIA E MAU DESEMPENHO OPERACIONAL DAS SOCIEDADES INVESTIDAS:** Os pagamentos relativos ao investimento nas Sociedades Investidas, como dividendos, juros e outras formas de remuneração/bonificação, podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional, ou, ainda, de outros fatores. Em tais ocorrências, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos;

(xviii) **RISCOS RELACIONADOS À PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO DAS SOCIEDADES INVESTIDAS:** Caso determinada Companhia Investida tenha sua falência decretada ou caso haja a desconsideração da personalidade jurídica

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

de uma Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos do FIDC poderá ser atribuída ao Fundo, impactando o valor das Cotas, o que poderá resultar em Patrimônio Líquido negativo e a necessidade de os Cotistas realizarem aportes adicionais de recursos no Fundo;

(xix) RISCOS DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO E/OU COTISTAS: A legislação aplicável ao FUNDO e aos Cotistas e aos investimentos efetuados pelo FUNDO, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentam investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil, está sujeita a alterações. Ainda, poderão ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, bem como moratórias e alterações das políticas monetárias e cambiais. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas, inclusive as regras de fechamento de câmbio e de remessa de recursos do e para o exterior. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados do FUNDO.

(xx) RISCO DE INVESTIMENTO EM ATIVO(S) ALVO CONSTITUÍDOS E EM FUNCIONAMENTO: O Fundo poderá investir em Ativo(s) Alvo plenamente constituídos e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade de tais Sociedades Investidas: (a) estarem inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) estarem descumprindo obrigações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuírem considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, o FUNDO e, consequentemente os Cotistas, poderão ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima.

(xxi) RISCO DE DILUIÇÃO: O Fundo poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos da Lei em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Sociedades Investidas. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital das Sociedades Investidas no futuro, o Fundo poderá ter sua participação no capital nestas diluída.

(xxii) RISCOS DE ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIAS E MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: Embora as regras tributárias relativas a fundos de investimento em participações e aos Ativo(s)-Alvo(s) estejam vigentes há anos, não existindo perspectivas de mudanças, existe o risco de tal regra ser modificada no contexto de uma eventual reforma tributária. Assim, o risco engloba o risco de perdas decorrente de criação de novos tributos, interpretação diversa da atual sobre a incidência de quaisquer tributos ou a revogação de isenções vigentes, sujeitando o Fundo, seus Cotistas ou ainda os Ativo(s) Alvo a novos recolhimentos e/ou fatos geradores não existentes inicialmente.

(xxiii) RISCOS JURÍDICOS: Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico deste Fundo considera um conjunto de rigores e obrigações contratuais tendo por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a este tipo de operação financeira, em situações atípicas ou conflitantes poderá haver perdas por parte dos investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual.

(xxiv) RISCOS RELACIONADOS AOS SETORES DE ATUAÇÃO DAS SOCIEDADES INVESTIDAS: O objetivo do FUNDO é realizar investimentos nos Ativo(s) Alvo sujeitos a riscos característicos e individuais dos distintos segmentos em que atuam, os quais não são necessariamente relacionados entre si, e que podem direta ou indiretamente influenciar negativamente o valor das Cotas.

(xxv) RISCOS RELACIONADOS À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS DIRETAMENTE AOS COTISTAS: Os recursos gerados pelo FUNDO serão provenientes essencialmente dos rendimentos, dividendos e outras remunerações que sejam atribuídas aos Ativo(s) Alvo integrantes de sua carteira, bem como pela alienação de bens emitidos pelas Sociedades Investidas. Portanto, a capacidade do FUNDO de amortizar Cotas está condicionada a o recebimento pelo FUNDO dos recursos acima citados.

(xxvi) RISCO DE PATRIMÔNIO NEGATIVO: As eventuais perdas patrimoniais do FUNDO não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no FUNDO.

(xxvii) RISCO DE CRÉDITO: Consiste no risco dos Ativo(s) Alvo e ativos financeiros de renda fixa que integram ou

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTO DA CAPITAL

que venham a integrar a carteira do FUNDO e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo FUNDO, não cumpriram suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o FUNDO.

(xxviii) PROPRIEDADE DAS COTAS VERSUS A PROPRIEDADE DOS ATIVO(S) ALVO: Apesar de a carteira do FUNDO ser constituída, predominantemente, pelos Ativo(s) Alvo de emissão das Sociedades Investidas, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas a propriedade direta sobre tais Ativo(s) Alvo. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas que detêm no FUNDO.

(xxix) NÃO REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PELO FUNDO: Os investimentos do FUNDO são considerados de longo prazo e o retorno do investimento nas Sociedades Investidas pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo FUNDO estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua política de investimentos, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na sua não realização.

(xxx) INEXISTÊNCIA DE GARANTIA DE RENTABILIDADE: Ao analisar quaisquer informações fornecidas no prospecto, no caso aplicável, e/ou em qualquer material de divulgação do FUNDO que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, do FUNDO, ou de quaisquer investimentos em que a ADMINISTRADORA e/ou a GESTORA tenha de qualquer forma participado, os potenciais Cotistas devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pelo FUNDO no futuro. Os investimentos estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, sem limitação, a disponibilidade de Ativo(s) Alvo. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do FUNDO em Sociedades Investidas que apresentem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite que seja determinado qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para o FUNDO.

(xxxi) CONFLITO DE INTERESSES: Na data do presente Prospecto, o Fundo detém participação em Investida da qual participam partes relacionadas a um dos sócios da Gestora e/ou suas partes relacionadas. Adicionalmente, o Fundo poderá realizar novos investimentos em Investidas das quais participem a Gestora e/ou suas partes relacionadas nesta Investida. Em razão desse fato, não obstante os investimentos realizados nessas circunstâncias serem avaliados de forma especial pelo Comitê Fiscalização Operacional de Investimentos de Investimentos, não se pode afastar o risco de conflito de interesses para o Fundo, com os prejuízos daí decorrentes que possam afetar negativamente a rentabilidade do Fundo.

(xxxi) DEMAIS RISCOS: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras, legislação e regulamentação aplicáveis aos Ativo(s)-Alvo(s), mudanças impostas aos Ativo(s)-Alvo(s), alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos em determinados ativos financeiros integrantes da carteira de investimentos do FUNDO.

Artigo 22 – A realização de investimentos no FUNDO sujeita o investidor aos riscos aos quais o FUNDO e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas do FUNDO. O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIAS DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA, DO CONSULTOR DE INVESTIMENTOS, DO ESCRITURADOR, DO CUSTODIANTE, DE QUAISQUER TERCEIROS, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC, PARA REDUÇÃO OU ELIMINAÇÃO NOS RISCOS DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA PODERÁ TER SUA EFICIÊNCIA REDUZIDA. AS EVENTUAIS PERDAS PATRIMONIAIS DO FUNDO NÃO ESTÃO LIMITADAS AO VALOR DO CAPITAL SUBSCRITO, DE FORMA QUE OS COTISTAS PODEM SER FUTURAMENTE CHAMADOS A APORTAR RECURSOS ADICIONAIS NO FUNDO ALÉM DE SEUS COMPROMISSOS.

Artigo 23 – O FUNDO, a GESTORA e a ADMINISTRADORA não possuem qualquer obrigação de revisar e/ou atualizar quaisquer projeções constantes do prospecto, caso aplicável, e/ou de qualquer material de divulgação do FUNDO, incluindo, sem limitação, quaisquer revisões que reflitam alterações nas condições econômicas ou outras circunstâncias posteriores à data do prospecto e/ou do referido material de divulgação, conforme o caso, mesmo que as premissas nas quais tais projeções se baseiem estejam incorretas.

CAPÍTULO VII - DAS OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD DA CAPITAL

Artigo 24 - Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao FUNDO e deste Regulamento, são obrigações do ADMINISTRADOR:

- I. manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:
 - (a) os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - (b) o livro de atas das Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (c) o livro de presença de Cotistas;
 - (d) o arquivo de relatórios ou pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
 - (e) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
 - (f) a documentação relativa às operações e ao patrimônio do FUNDO.
- II. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou neste Regulamento;
- IV. elaborar, em conjunto com o GESTOR, relatório a respeito das operações e resultados do fundo, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições desta Instrução e do regulamento do fundo;
- V. se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR ou pelo ADMINISTRADOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VI. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste artigo até o término do mesmo;
- VII. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- VIII. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;
- IX. manter os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do fundo custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM, ressalvado o disposto no art. 37 da Instrução CVM 578;
- X. elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo XX deste Regulamento;
- XI. outorgar procuração para pessoa indicada pelo GESTOR para comparecer e votar em assembleias gerais e especiais das sociedades objeto de investimento pelo FUNDO, devendo a referida pessoa seguir as instruções de voto transmitidas pelo GESTOR, bem como dar conhecimento a respeito das deliberações e disponibilizar aos Cotistas e ao ADMINISTRADOR cópia da respectiva ata, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua assinatura;
- XII. tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular do Banco Central do Brasil nº 3.461, de 24 de julho de 2009, na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, na Instrução da Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") nº 22, de 19 de julho de 1999, e no Ofício-Circular SPC nº 08/SPC/GAB, de 16 de julho de 2004, e respectivas alterações posteriores, com a finalidade de prevenir e

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

FUNDO DA CAPITAL

combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, valores e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 alterada pela Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012, e eventuais alterações posteriores;

- XIII. cumprir fielmente as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas;
- XIV. manter atualizada junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo fundo e informados no momento do seu registro, bem como as demais informações cadastrais;
- XV. fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo fundo; e
- XVI. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento.

Parágrafo 1º - Em hipótese alguma o ADMINISTRADOR e o GESTOR poderão contratar prestador de serviço que tenha real ou potencial conflito de interesse pertinente as Companhias Investidas. A contratação de terceiros prestadores de serviços que sejam do mesmo conglomerado econômico do GESTOR, ou ainda sociedade à ele ligada direta ou indiretamente não configurará conflito de interesse.

CAPÍTULO VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR

Artigo 25 - Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao FUNDO, deste Regulamento e do contrato de gestão a ser firmado com o ADMINISTRADOR, nos termos do artigo 40, da Instrução CVM 578 são obrigações do GESTOR:

- I. elaborar, em conjunto com o ADMINISTRADOR, relatório a respeito das operações e resultados do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições desta Instrução e do regulamento do fundo;
- II. fornecer aos Cotistas que assim requererem, estudos e análises de investimento para fundamentar as decisões a serem tomadas em assembleia geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- III. fornecer aos Cotistas, conforme conteúdo e periodicidade previstos no regulamento, atualizações periódicas dos estudos e análises que permitam o acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- IV. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- V. firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas e/ou quotistas das Sociedades Investidas ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Sociedades Investidas;
- VI. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de GESTOR;
- VII. manter a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da sociedade investida, nos termos do disposto no Artigo 11, parágrafo 2º.
- VIII. comunicar ao ADMINISTRADOR qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO de que tenha conhecimento;
- IX. cumprir fielmente as deliberações da Assembleia Geral de Cotistas;

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

5º RTD DA CAPITAL

X. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento aplicáveis às atividades de gestão de carteira;

XI. encaminhar, ao ADMINISTRADOR, as atas dos comitês que porventura venham a ser constituídos, para arquivo;

XII. prospectar, selecionar e negociar negócios para a carteira do FUNDO segundo a política de investimento estabelecida no Regulamento e propor aos Cotistas os desinvestimentos do FUNDO;

XIII. executar as transações de investimento, de acordo com a política de investimentos do FUNDO e de desinvestimento, conforme aprovação dos Cotistas que representem a maioria das Cotas do FUNDO;

XIV. representar o FUNDO, na forma da legislação aplicável, perante as Companhias Investidas e monitorar os investimentos do FUNDO, mantendo documentação hábil par demonstrar tal monitoramento;

XV. enviar todas as informações relativas a negócios realizados pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR do FUNDO; e

XVI. manter documentação hábil para que se verifique como se deu o seu processo decisório relativo à composição da carteira do FUNDO, independentemente da classificação dotada pelo FUNDO.

XVII. contratar, em nome do fundo, bem como coordenar, os serviços de assessoria e consultoria correlatos aos investimentos ou desinvestimentos do FUNDO nos Ativo(s)-Alvo(s); e

XVIII. fornecer ao ADMINISTRADOR todas as informações e documentos necessários para que este possa cumprir suas obrigações, incluindo, dentre outros:

a) as informações necessárias para que o ADMINISTRADOR determine se o FUNDO se enquadra ou não como entidade de investimento, nos termos da regulamentação contábil específica;

b) as demonstrações contábeis auditadas das sociedades investidas, quando aplicável; e

c) o laudo de avaliação do valor justo das sociedades investidas, quando aplicável nos termos da regulamentação contábil específica, bem como todos os documentos necessários para que o ADMINISTRADOR possa validá-lo e formar suas conclusões acerca das premissas utilizadas pelo GESTOR para o cálculo do valor justo.

Parágrafo Único - Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos II e III deste artigo, o GESTOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembleia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

Artigo 26 - O GESTOR reúne todo o conhecimento proporcionado pela qualidade e experiência de seus profissionais, buscando o máximo de sinergia entre as diversas técnicas de administração de ativos, para agregar valor à carteira de investimentos do FUNDO.

CAPÍTULO VIX - VEDAÇÕES AO ADMINISTRADOR E AO GESTOR

Artigo 27 - É vedado ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:

- I. receber depósito em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo:

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

5º RTD DA CAPITAL

a. O FUNDO que obtenha apoio financeiro direto de organismos de fomento está autorizado a contrair empréstimos, diretamente, dos organismos de fomento, limitados ao montante correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos ativos do fundo.

(a.1) O exercício da faculdade prevista no **caput** deste artigo somente é permitido após a obtenção do compromisso formal de apoio financeiro de organismos de fomento, que importe na realização de investimentos ou na concessão de financiamentos em favor do fundo.

(a.2) Para efeitos do disposto no **caput** deste artigo, são considerados como organismos de fomento os organismos multilaterais, as agências de fomento ou os bancos de desenvolvimento que possuam recursos provenientes de contribuições e cotas integralizadas majoritariamente com recursos orçamentários de um único ou diversos governos, e cujo controle seja governamental ou multigovernamental.

b. nas modalidades estabelecidas pela CVM; ou

c. para fazer frente ao inadimplemento de cotistas que deixem de integralizar as suas cotas subscritas.

III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto mediante aprovação da maioria qualificada dos Cotistas reunidos em assembleia geral, nos termos do presente Regulamento;

IV. vender Cotas à prestação;

V. realizar qualquer investimento ou desinvestimento em desconformidade com os termos deste Regulamento;

VI. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;

VII. prometer rendimento predeterminado aos Cotistas; e

VIII. aplicar recursos:

- a. no exterior;
- b. na aquisição de bens imóveis,
- c. na aquisição de direitos creditórios, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 5º da Instrução CVM 578 ou caso os direitos creditórios sejam emitidos por companhias ou sociedades investidas do FUNDO; e
- d. ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

IX. utilizar recursos do fundo para pagamento de seguro contra perdas financeiras de cotistas; e

X. praticar qualquer ato de liberalidade.

Parágrafo 1º - A contratação de empréstimos referida no inciso II, alínea "a", do **caput**, só pode ocorrer no valor equivalente ao estritamente necessário para assegurar o cumprimento de compromisso de investimento previamente assumido pelo FUNDO.

Parágrafo 2º - Caso existam garantias prestadas pelo FUNDO, conforme disposto na alínea (iii) acima, o ADMINISTRADOR deverá zelar pela ampla disseminação das informações sobre todas as garantias existentes, por meio, no mínimo, de divulgação de fato relevante e permanente disponibilização, com destaque, das informações na página do ADMINISTRADOR na rede mundial de computadores.

CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E/OU GESTÃO

Artigo 28 - O ADMINISTRADOR e/ou GESTOR do FUNDO poderá ser substituído nas seguintes hipóteses:

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

PRIMEIRA CAPITAL

- I. descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da Assembleia Geral de Cotistas;
- II. renúncia; ou
- III. destituição por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 1º - Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral de Cotistas para eleger seu substituto e/ou o substituto do prestador de serviços de gestão da carteira do FUNDO, a se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo também facultado aos Cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, ou ainda, por qualquer outro Cotista caso não ocorra a convocação dessa Assembleia Geral de Cotistas pelo ADMINISTRADOR ou pelos primeiros Cotistas qualificados neste parágrafo.

Parágrafo 2º - No caso de renúncia, o Administrador do FUNDO deverá permanecer no exercício de suas funções até 30 (trinta) dias contados do pedido de renúncia endereçado aos Cotistas, convocando a Assembleia mencionada no parágrafo 1º acima.

Parágrafo 3º - No caso de renúncia, o Gestor do FUNDO deverá permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos Cotistas e à CVM, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 4º - No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar prestador de serviços de administração temporário até a eleição da nova administração.

CAPÍTULO X - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Artigo 29 - O FUNDO possuirá Comitê de Investimentos que terá como função:

- (i) acompanhar e autorizar as decisões inerentes à composição da carteira do FUNDO, incluindo, mas não se limitando, a aquisição e/ou a venda de ativos da carteira do FUNDO, a partir de propostas apresentadas pelo GESTOR, e discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO;
- (ii) discutir acerca da antecipação do término do Período de Investimento e submeter à aprovação da Assembleia Geral de Cotistas proposta acerca de eventual prorrogação do término do Período de Investimento;
- (iii) discutir e deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do FUNDO, inclusive sobre a realização de investimentos pelo FUNDO após o término do Período de Investimento;
- (iv) discutir acerca das datas em que deverão ser realizadas as Chamadas de Capital, quando os Cotistas deverão aportar recursos no FUNDO, mediante a integralização das Cotas por eles subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento;
- (v) discutir sobre a remuneração, amortização e resgate das Cotas;
- (vi) acompanhar o desempenho da(s) Investida(s), e as atividades do FUNDO, do ADMINISTRADOR e do GESTOR, inclusive durante o Período de Desinvestimento, junto as Sociedades Investidas;
- (vii) orientar e instruir o GESTOR, quando do exercício dos direitos inerentes aos Valores Mobiliários e/ou aos Outros Ativos integrantes da Carteira, inclusive, mas não se limitando, indicando os representantes do FUNDO no conselho de administração e/ou da diretoria das Companhias Alvo, conforme o caso;
- (viii) opinar sobre o valor estabelecido em laudo de avaliação do Ativo Alvo a serem entregues por Cotista para fins de integralização das Cotas do FUNDO; e
- (ix) demais matérias não atribuídas à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) membros a 5 (cinco) membros titulares, todos serão nomeados pelo GESTOR e exercerão seus mandatos pelo Prazo de Duração do FUNDO, podendo renunciar ao cargo ou serem substituídos antes do término do mandato.

Parágrafo 2º - Todos os membros do Comitê de Investimentos deverão ter reputação ilibada, a ser declarada quando da sua posse no cargo de membro do Comitê de Investimentos, podendo ser indicados funcionários, diretores e representantes do GESTOR. Somente poderá ser eleito para o Comitê de Investimentos, o profissional

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º FOLHA DA CAPITAL

que preencher os seguintes requisitos: (i) possuir graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no país ou no exterior; (ii) possuir disponibilidade e compatibilidade para participação das reuniões do Comitê de Investimentos; (iii) assinar termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos incisos (i) e (ii) acima; e (iv) assinar termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de Conflito de Interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria.

Parágrafo 3º - Havendo a renúncia de qualquer membro do Comitê de Investimentos no curso do respectivo mandato, o GESTOR nomeará o novo membro, devendo o renunciante permanecer no cargo até sua efetiva substituição.

Parágrafo 4º - Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte de um membro do Comitê de Investimentos, ou de grave descumprimento das disposições deste Regulamento a ele aplicáveis, o referido membro poderá ser destituído de suas funções por decisão da maioria dos demais membros do Comitê de Investimentos, devendo o GESTOR nomear o respectivo substituto.

Parágrafo 5º - O Comitê de Investimentos será considerado devidamente instalado após a nomeação dos respectivos membros pelo GESTOR.

Parágrafo 6º - Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão semestralmente ou, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os interesses do FUNDO, sempre na sede do GESTOR, mediante convocação por escrito ou por correio eletrônico (e-mail), feita com 15 (quinze) dias corridos de antecedência decorrente de solicitação do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de qualquer dos membros do Comitê de Investimentos, com cópia ao ADMINISTRADOR, da qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada tal reunião e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 7º - A convocação para as reuniões do Comitê de Investimentos será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimentos.

Parágrafo 8º - As reuniões do Comitê de Investimentos serão instaladas com a presença de pelo menos 2 (dois) membros e as decisões serão tomadas por maioria dos membros presentes à reunião.

Parágrafo 9º - Será permitida a participação de qualquer membro do Comitê de Investimentos nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de videoconferência, telefone e correio eletrônico (e-mail), sua sugestão de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.

Parágrafo 10 - O secretário de cada reunião do Comitê de Investimentos (i) lavrará ata da reunião, a qual deverá ser obrigatoriamente assinada por todos os membros presentes; (ii) disponibilizará cópia da ata ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR em até 03 (três) dias úteis contados da data de realização da respectiva reunião; e (iii) encaminhará cópia da ata a todos os membros do Comitê de Investimentos dentro de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da realização da respectiva reunião.

Parágrafo 11 - Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Parágrafo 12 - Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar o ADMINISTRADOR, o qual deverá informar os Cotistas e o GESTOR, acerca de qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o FUNDO e, nestes casos, deverão se abster de deliberação sobre a matéria relativa a tal conflito.

CAPÍTULO XI – COMITÊ DE SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL

Artigo 30 - O FUNDO possuirá 1 (um) Conselho de Supervisão cuja atividade será de supervisionar as atividades do Comitê de Investimentos e do FUNDO, para prevenir situações de conflitos de interesses. O Conselho será formado por 3 (três) membros, escolhidos dentre pessoas de reputação ilibada, eleitos na primeira Assembleia Geral de Cotistas.

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

5º RTD DA CAPITAL

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho serão eleitos pela Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 2º - Somente poderá ser eleito para o Conselho de Supervisão, o profissional que preencher os seguintes requisitos: (i) possuir graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no país ou no exterior; (ii) possuir disponibilidade e compatibilidade para participação das reuniões do Conselho de Supervisão; (iii) assinar termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos incisos (i) e (ii) acima; e (iv) assinar termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de Conflito de Interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria.

Artigo 31 - Compete ao Conselho de Supervisão a ratificação das decisões do Comitê de Investimentos, nas situações em que: (i) qualquer membro do Comitê de Investimentos, ou qualquer membro da equipe de gestão, possuir interesse direto nas Investida(s); (ii) qualquer membro do Comitê de Investimentos, ou qualquer membro da equipe de gestão, possuir interesse direto em empresa operando no país, no mesmo setor da(s) Investida(s); (iii) O GESTOR possuir interesse, diretamente ou por meio de outro veículo de investimento por ela gerido, na Sociedade Investida; (iv) haja remarcação dos preços ou reavaliação dos ativos do fundo após o investimento inicial; (v) outras situações previstas no Regulamento.

Artigo 32 - Nos casos previstos no Art. 31, quando for necessária a ratificação pela Assembleia Geral de Cotistas, o Conselho de Supervisão deverá opinar sobre a respectiva matéria previamente à deliberação da Assembleia de Geral de Cotistas.

Artigo 33 - O Conselho de Supervisão se reunirá, no mínimo, semestralmente, devendo ser convocado pelo Comitê de Investimentos ou pela equipe de gestão, conforme o caso, sempre que estes deliberarem sobre matéria sujeita a ratificação.

Artigo 34 - Os membros do Conselho de Supervisão exercerão seus mandatos pelo Prazo de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por igual período, renunciar ao cargo ou serem substituídos antes do término do mandato.

Parágrafo Único - Na hipótese de vaga em cargo do Conselho de Supervisão, por substituição, renúncia, morte ou interdição, um novo membro será indicado imediatamente pela Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 35 - Os membros do Conselho de Supervisão reunir-se-ão, sempre que necessário, atendendo a convocação escrita, feita com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, realizada pelo Comitê de Investimentos, a pedido do GESTOR, e/ou por qualquer dos membros do Comitê de Investimentos, conforme o caso. A convocação escrita será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Conselho de Supervisão.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Supervisão serão instaladas na sede do GESTOR, com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros em exercício.

Parágrafo 2º - O Conselho de Supervisão poderá reunir-se, por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou outro meio semelhante, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios de comunicação.

Parágrafo 3º - Das reuniões do Conselho de Supervisão serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros presentes e registradas no livro de Atas do Conselho de Supervisão.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Supervisão não receberão qualquer remuneração do FUNDO pelo exercício de suas funções.

Parágrafo 5º - Competirá a este Conselho a fiscalização do desempenho operacional das Investidas do Fundo, através de informações fornecidas pelo GESTOR de maneira periódica.

CAPÍTULO XI - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 36 - Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembleia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas:

- I. tomar, semestralmente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II. tomar, anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento do exercício social, as demonstrações contábeis auditadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório do ADMINISTRADOR e GESTOR nos termos da regulamentação vigente;
- III. alterar o Regulamento do FUNDO;
- IV. deliberar sobre a destituição ou substituição do(s) prestadores de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO e escolha de seu(s) substituto(s);
- V. deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do FUNDO;
- VI. deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração do ADMINISTRADOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- VII. deliberar sobre a prorrogação ou redução do Prazo de Duração;
- VIII. deliberar sobre a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas;
- IX. deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos e do Comitê de Supervisão do FUNDO, quando for o caso;
- X. deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por Cotistas, observado o disposto no artigo 16, §1º, deste Regulamento;
- XI. deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do FUNDO na amortização de Cotas e liquidação do FUNDO, bem como estabelecer critérios detalhados e específicos para a adoção desse procedimento;
- XII. deliberar sobre amortização parcial ou total, a qualquer tempo, de Cotas de emissão do FUNDO;
- XIII. deliberar sobre a prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação, em nome do FUNDO;
- XIV. a aprovação dos atos que configurem potencial conflito de interesses entre o fundo e seu administrador ou gestor e entre o fundo e qualquer cotista, ou grupo de cotistas, que detenham mais de 10% das cotas subscritas;
- XV. a inclusão de encargos não previstos neste Regulamento ou o seu respectivo aumento acima dos limites máximos;
- XVI. a aprovação do laudo de avaliação do valor justo de ativos utilizados na integralização de cotas do FUNDO; e
- XVII. Eleger os membros do Comitê de Supervisão.

Parágrafo Único - As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem a maioria dos presentes à Assembleia, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada Cota o direito a 1 (um) voto, com exceção das matérias previstas no artigo 37 abaixo e na Instrução CVM 578/16.

Artigo 37 - As deliberações abaixo deverão ser aprovadas, em Assembleia Geral de Cotistas, por quórum qualificado por Cotistas representando a 95% (noventa e cinco por cento) das Cotas emitidas pelo FUNDO:

- I. alteração do regulamento;
- II. destituição ou substituição do(s) prestadores de serviços de administração e/ou de gestão da carteira do FUNDO e escolha de seu(s) substituto(s);
- III. fusão, incorporação, cisão e eventual liquidação do FUNDO;
- IV. aumento na taxa de administração do ADMINISTRADOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- V. alteração de quórum de instalação e deliberação da Assembleia Geral;
- VI. prestação de fiança, aval, aceite, ou qualquer outra forma de coobrigação, em nome do FUNDO;

Artigo 38 - A Assembleia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, em até 150 (cento e cinquenta) dias após o término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO o exigirem.

Artigo 39 - A convocação da Assembleia Geral de Cotistas far-se-á com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, mediante correspondência eletrônica (e-mail), encaminhada a cada um dos Cotistas, sendo que as convocações

MICROFILMADO
SOB Nº

0 0 1 5 0 9 4 9 5

58 RTD DA CAPITAL

deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR ou por Cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo 2º - Os Cotistas deverão manter atualizados perante o ADMINISTRADOR todos os seus dados cadastrais para fins de recebimento da convocação, bem como outras comunicações previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Parágrafo 3º - A presença da totalidade dos Cotistas supre a falta da convocação.

Artigo 40 - A Assembleia Geral de Cotistas instalar-se-á com a presença de qualquer número de Cotistas.

Artigo 41 - Poderão comparecer à Assembleia Geral de Cotistas, ou votar no processo de deliberação por consulta formal, os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembleia Geral de Cotistas ou do envio da consulta formal, conforme o caso, estiverem inscritos na conta de depósito, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo 1º - Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 2º - Das deliberações adotadas em Assembleia Geral de Cotistas serão lavradas as respectivas atas, ainda que em forma de sumário, as quais serão assinadas por todos os presentes e/ou terão a elas anexadas as manifestações de voto proferidas nos termos do parágrafo anterior, dispensadas neste caso as respectivas assinaturas, sendo a seguir registradas no livro próprio; e das deliberações adotadas por meio de consulta formal será lavrado ato do ADMINISTRADOR reduzindo a termo as deliberações adotadas, para os mesmos fins e efeitos de uma ata.

Parágrafo 3º - O resumo das deliberações adotadas pela Assembleia Geral de Cotistas deverá ser enviado a cada Cotista até, no máximo, 30 (trinta) dias após a sua realização.

Parágrafo 4º - Os Cotistas que tenham sido chamados a integralizar as cotas subscritas e que estejam inadimplentes na data da convocação da assembleia não têm direito a voto sobre a respectiva totalidade das cotas subscritas, mesmo que tenham sido integralizadas parcialmente.

Artigo 42 - Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

CAPÍTULO XII - DA REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Artigo 43 - Como remuneração pelos serviços de administração e gestão, o FUNDO pagará taxa de administração de 2% (dois por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do FUNDO, observado o valor mínimo mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Parágrafo 1º - A remuneração deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. O ADMINISTRADOR poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pelo ADMINISTRADOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da remuneração fixada neste Regulamento.

Parágrafo 2º - A taxa de administração referida no caput não inclui os valores de auditoria das demonstrações contábeis do FUNDO, nem os valores correspondentes aos demais encargos do FUNDO indicados no Capítulo

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD DA CAPITAL

XV abaixo, os quais serão debitados diretamente do FUNDO.

Parágrafo 3º - O Fundo pagará a título de taxa de custódia 0,10% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do FUNDO, observado o mínimo mensal de R\$6.000,00 (seis mil reais).

Parágrafo 4º - O Fundo pagará a título de taxa de escrituração o valor fixo mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Artigo 44 – Será devida ao GESTOR uma taxa de performance equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade do FUNDO, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% (oito por cento) ao ano ("Taxa de Performance").

Parágrafo 1º - A Taxa de Performance será calculada e apropriada a partir da data em que a soma das distribuições de resultados aos Cotistas, por meio da amortização de Cotas ou da transferência dos pagamentos de dividendos ou juros sobre o capital próprio diretamente aos Cotistas, conforme disposto no artigo 51 abaixo, totalizarem montante superior ao valor total das Cotas integralizadas ("Capital Integralizado").

Parágrafo 2º - Para fins do disposto neste artigo, o Capital Integralizado será atualizado pelo IPCA, acrescido de 8% (oito por cento) ao ano, a partir da data de cada integralização até a data das referidas distribuições de resultados.

Parágrafo 3º - Uma vez pago aos Cotistas o Capital Integralizado, atualizado nos termos deste artigo, o montante correspondente a quaisquer distribuições aos Cotistas, por meio da amortização de Cotas ou da transferência dos pagamentos de dividendos ou juros sobre o capital próprio diretamente aos Cotistas, conforme disposto no artigo 51 abaixo, será distribuído de maneira que 80% (oitenta por cento) do montante seja pago aos Cotistas, na proporção de sua participação no Fundo, e 20% (vinte por cento) ao GESTOR, a título de Taxa de Performance.

Parágrafo 4º - O GESTOR fará jus à Taxa de Performance prevista nesse artigo ainda que venha a ser substituído ou destituído de suas funções.

Artigo 45 - Não haverá taxa ingresso ou de saída, em razão das aplicações de recursos no FUNDO e/ou quando do resgate de suas Cotas.

CAPÍTULO XIII - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS

Artigo 46 - As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, subscrição, integralização, amortização e resgate das Cotas estão descritos neste Regulamento, bem como nos suplementos referentes a cada emissão de Cotas.

Artigo 47 - As Cotas do FUNDO terão a forma nominativa, serão escriturais e corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, calculado nos termos deste Regulamento e dividido pelo número total de Cotas emitidas.

Parágrafo 1º - A propriedade das Cotas escriturais presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada Cotista.

Parágrafo 2º - As Cotas assegurarão aos seus titulares direitos e obrigações idênticas.

Artigo 48 - As Cotas do FUNDO somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados:

- I. quando distribuídas publicamente por meio de oferta registrada na CVM;
- II. quando distribuídas com esforços restritos, observadas as restrições da Instrução CVM 476; ou
- III. quando as Cotas já estejam admitidas à negociação em mercados regulamentados.

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD-DA CAPITAL

Parágrafo Único - Podem, ainda, ser negociadas em mercados regulamentados as Cotas que não se enquadram nas hipóteses dos incisos I a III do *caput*, desde que sejam previamente submetidas a registro de negociação, mediante apresentação de prospecto, nos termos da regulamentação aplicável.

Artigo 49 - Não haverá resgate de Cotas, a não ser por ocasião do término do Prazo de Duração, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas neste Regulamento.

Da Subscrição das Cotas

Artigo 50 - As Cotas poderão ser objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM 400 ou pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476.

Parágrafo Único - As Cotas deverão ser subscritas pelos Cotistas até a data de encerramento da respectiva oferta restrita e serão integralizadas em moeda corrente nacional e/ou mediante a entrega de ativos, em atendimento às chamadas de capital que venham a ser realizadas pelo ADMINISTRADOR.

Artigo 51 - No ato da subscrição de Cotas, o subscritor: (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo ADMINISTRADOR, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretirável, a integralizar as Cotas por ele subscritas em atendimento às chamadas de capital que venham a ser realizadas pelo ADMINISTRADOR, mediante instrução do GESTOR, nos termos deste Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento, (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento, quando deverá declarar por meio da assinatura do Termo de Adesão, sua condição de investidor qualificado e atestar que está ciente: (a) das disposições contidas neste Regulamento e no Compromisso de Investimento, (b) de que a oferta foi ou não devidamente registrada na CVM, e (c) de que as Cotas estão sujeitas às restrições de negociação previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 52 - Por ocasião de qualquer investimento no FUNDO, o Cotista deverá assinar o respectivo boletim de subscrição de Cotas do FUNDO ("Boletim de Subscrição"), do qual deverão constar:

- I. o nome e a qualificação do Cotista;
- II. o número de Cotas subscritas; e
- III. o preço de subscrição, valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo.

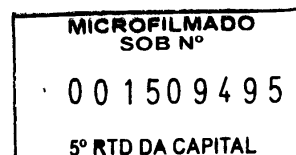
Da integralização das Cotas

Artigo 53 - A integralização das Cotas do FUNDO poderá ser realizada por meio das modalidades de transferência de recursos admitidas em lei e adotadas pelo ADMINISTRADOR, sempre em moeda corrente nacional, conforme previsto em cada Boletim de Subscrição e no Suplemento.

Parágrafo 1º - Admite-se, ainda, a critério do Comitê de Investimentos, a integralização de Cotas por meio da utilização de bens e direitos, inclusive potenciais Investida(s), avaliados por seu por seu valor justo, conforme o caso, observadas disposições legais e regulamentares a este respeito. Esta hipótese deverá ser submetida à apreciação do Comitê de Investimentos que deliberará o aceite à integralização levando-se em consideração sempre o melhor interesse do FUNDO e de seus Cotistas.

Parágrafo 2º - As aplicações no FUNDO poderão ser feitas em bens e direitos desde que o ADMINISTRADOR, com instrução do Comitê de Investimentos e do GESTOR, entenda que a sua realização se dá no interesse do FUNDO.

Parágrafo 3º - Na hipótese do Parágrafo Segundo acima, caso os Valores Mobiliários sejam de emissão de Investida(s) negociadas em bolsa ou em mercado de balcão organizado, estes serão integralizados pelo seu valor de mercado, ou, caso os Valores Mobiliários sejam de emissão de Investida(s) não negociados em bolsa ou em mercado de balcão organizado, estes serão integralizados pelo seu valor justo apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e desde que apresentados todos os demais documentos solicitados pelo ADMINISTRADOR e aprovação do laudo em Assembleia Geral de Cotistas..



Parágrafo 4º - Cada Boletim de Subscrição será devidamente autenticado pelo ADMINISTRADOR e corresponderá ao comprovante de pagamento pelo Cotista da respectiva integralização de Cotas do FUNDO.

Artigo 54 - O Cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas neste Regulamento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA) (ou, na sua ausência, qualquer índice que venha a substituí-lo), *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 1% (um por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do FUNDO.

Parágrafo Único - Na hipótese de o Cotista não realizar o pagamento nas condições previstas neste Regulamento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição:

- I. o Cotista inadimplente perderá o direito de votar nas assembleias de Cotistas;
- II. o Cotista inadimplente perderá o direito a qualquer distribuição de proventos os quais serão revertidos ao FUNDO abatendo a obrigação do Cotista inadimplente com o FUNDO; e
- III. os demais Cotistas não responderão por tal inadimplemento.

Da emissão de novas Cotas

Artigo 55 - A deliberação para emissão de novas Cotas caberá ao GESTOR. As ofertas públicas de emissões de Cotas do Fundo se darão através de instituições integrantes do sistema de distribuição do mercado de valores mobiliários, nas condições especificadas em ato por escrito da Administradora ou nas respectivas atas de Assembleia Geral de Cotistas, conforme o caso, bem como nos boletins de subscrição. Tais ofertas públicas dependerão de prévio registro na CVM em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400"), ou, alternativamente, serão realizadas na forma prevista na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476"), por meio da distribuição pública com esforços restritos, caso em que não haverá registro de oferta pública na CVM.

Parágrafo 1º - A integralização das novas Cotas emitidas observará o que dispõe os Artigos 47 e 48 deste Regulamento.

Parágrafo 2º - Após terem sido integralizadas, as Cotas poderão ser negociadas no mercado secundário, na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").

Parágrafo 4º - As Cotas farão jus aos rendimentos relativos a cada exercício social, calculados a partir da data de sua respectiva aquisição.

Parágrafo 5º - Caso o FUNDO autorize oferta com subscrição parcial, e não seja atingido o montante mínimo para subscrição de Cotas, a referida distribuição pública de novas Cotas será cancelada. Caso haja integralização de novas Cotas e a oferta seja cancelada, ficará a ADMINISTRADORA obrigada a ratear entre os subscritores que tiverem integralizado as novas Cotas, na proporção das Cotas integralizadas, os recursos recebidos pelo Fundo, acrescidos de eventuais rendimentos líquidos auferidos no período provenientes da integralização das novas Cotas.

Parágrafo 6º - Pedidos de subscrição poderão ser feitos por meio de carta dirigida às instituições ofertantes, que, observado o limite de Cotas emitidas, poderão atender às solicitações de acordo com o disposto no respectivo contrato de distribuição.

CAPÍTULO XIV- AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E PAGAMENTO DE RENDIMENTOS AOS COTISTAS

Artigo 56 - Os recursos provenientes da alienação dos Ativo(s)-Alvo(s), deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, assim como quaisquer valores recebidos pelo FUNDO, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos, forma e condições deste Regulamento, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de Cotas, pela Assembleia Geral de Cotistas. Caberá ao ADMINISTRADOR tornar operacional a decisão da Assembleia Geral de Cotistas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

5º RDO DA CAPITAL

Parágrafo Único - A amortização abrangerá todas as Cotas do FUNDO, mediante rateio das quantias por elas distribuídas pelo número de Cotas existentes.

- **Artigo 57** - As quantias que forem atribuídas ao FUNDO a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio decorrentes da participação nas sociedades emissoras integrantes da carteira do FUNDO poderão, a exclusivo critério do GESTOR: (I) ser distribuídas diretamente aos cotistas; ou (b) ser incorporadas ao patrimônio líquido do FUNDO. Caso o GESTOR opte pela distribuição das referidas quantias diretamente aos cotistas, quando ocorrer de o dia previsto para o pagamento não ser dia útil na sede do ADMINISTRADOR, o pagamento aos cotistas deverá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte ao previsto.

Artigo 58 - As amortizações de Cotas e os pagamentos de rendimentos aos Cotistas serão feitos por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente, não devendo ultrapassar o último dia útil do 2º mês subsequente à data inicial para integralização de Cotas.

Parágrafo Único – Mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, bem como na liquidação do FUNDO, devendo a respectiva Assembleia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

CAPÍTULO XV - ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 59 - Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração do ADMINISTRADOR, prevista neste Regulamento, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- I. emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos ou valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III. despesas com registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação aplicável;
- IV. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos Cotistas;
- V. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações financeiras e contábeis do FUNDO;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- IX. quaisquer despesas inerentes fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembleias Gerais de Cotistas;
- X. taxa e emolumentos decorrentes de registro, negociação, custódia e escrituração dos ativos integrantes da carteira do FUNDO;
- XI. a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, incluindo mas não se limitando à assessoria na aquisição dos Ativo(s) Alvo;
- XII. relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos do fundo;
- XIII. contribuição anual devida às entidades autorreguladoras ou às entidades administradoras do mercado organizado em que o fundo tenha suas cotas admitidas à negociação;
- XIV. gastos da distribuição primária em caso de novas emissões de cotas, bem como com seu registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários;
- XV. honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado; e
- XVI. reembolso de despesas incorridas pelo ADMINISTRADOR destinadas à constituição do FUNDO, mesmo que incorridas anteriormente a constituição do FUNDO, tais como, mas não se limitando, despesas cartorárias, laudos de avaliação, contratação de *due diligence*, assessoria jurídica, taxa de registro na CVM e em qualquer órgão regulador ou mercado de negociação que por ventura seja necessário, observado o prazo máximo de 06 (seis) meses a ser verificado entre a ocorrência da despesa e o início das atividades do FUNDO.

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD DA CAPITAL

Parágrafo 1º - Quaisquer despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 2º - O ADMINISTRADOR ou o GESTOR podem estabelecer que parcelas da taxa de administração ou de gestão sejam pagas diretamente pelo fundo aos prestadores de serviços que tenham sido contratados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração ou de gestão fixada no regulamento do fundo.

CAPÍTULO XVI - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 60 - O patrimônio líquido do FUNDO é constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da carteira e dos valores a receber, subtraído das exigibilidades.

Artigo 61 - A avaliação do valor da carteira, os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos, assim como os de reconhecimento de receitas, apropriação de despesas e divulgação de informações nas demonstrações contábeis do FUNDO serão feitas observando as disposições legais bem como a Instrução CVM 579.

Parágrafo 1º - O ADMINISTRADOR assume a responsabilidade perante a CVM e os Cotistas pelos critérios, valores, premissas e adaptações decorrentes da Instrução CVM 579, utilizados na avaliação econômica adotada pelo FUNDO e garante, ainda, que, uma vez adotado o referido critério de avaliação, este será regularmente utilizado ao longo dos exercícios contábeis subsequentes.

Parágrafo 2º - Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do FUNDO.

CAPÍTULO XVII - CONFLITO DE INTERESSE

Artigo 62 - O Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional do FUNDO deverá analisar as eventuais situações de Conflito de Interesses, conforme definido nos parágrafos abaixo, e aprovar, ou não, operações que envolvam tal conflito, ainda que potencial. O ADMINISTRADOR e o GESTOR deverão sempre agir de boa-fé, e na hipótese de potencial conflito de interesses, submeter sua resolução à deliberação do Conselho de Supervisão e Fiscalização Operacional.

Parágrafo 1º - O Cotista e/ou membro do Comitê de Investimentos conflitado, ou seja, que se encontre em uma situação que o coloque, potencial ou efetivamente, em situação de Conflito de Interesses, de qualquer natureza, deverá informar a referida situação ao ADMINISTRADOR, o qual informará essa mesma situação aos demais membros do Comitê de Investimentos, ao GESTOR e aos demais Cotistas.

Parágrafo 2º - O GESTOR se compromete a levar ao conhecimento do ADMINISTRADOR e do Comitê de Investimentos toda e qualquer operação e situação verificada que possam ser caracterizadas como de potencial Conflito de Interesses.

Parágrafo 3º - Na data do presente Regulamento, o FUNDO detém participação em Investida da qual participam sócios do GESTOR e/ou suas partes relacionadas. Sem prejuízo, novos investimentos em Investidas que possam ser caracterizados como Conflito de Interesses deverá ser aprovado na forma do artigo 30 acima.

CAPÍTULO XVIII - POLÍTICA DE COINVESTIMENTO

Artigo 63 - O ADMINISTRADOR não será Cotista do FUNDO e não investirá em conjunto com o FUNDO nas Investidas, assim como os Cotistas não investirão diretamente nas Investidas, exceto se forem pessoas ligadas ao GESTOR, ficando desde já autorizado ao GESTOR e às pessoas ligadas à ele, a qualquer tempo, investir direta ou indiretamente nas Investidas ou no caso de compra e venda de ações listadas em bolsa.

Artigo 64 - O GESTOR e/ou outros veículos de investimento geridos pelo GESTOR ou geridos por pessoas a ele ligadas, poderão, respeitadas as restrições legais e regulatórias, investir nas Investidas em condições equitativas e juntamente

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD DA CAPITAL

com o FUNDO, montante excedente ao investimento que o FUNDO deliberou realizar.

CAPÍTULO XIX - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Artigo 65** - O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 28 de fevereiro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

Artigo 66 - O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO serem segregadas das do ADMINISTRADOR e das do GESTOR.

Artigo 67 - As demonstrações financeiras do FUNDO, inclusive os critérios de contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos, assim como os de reconhecimento de receitas, apropriação de despesas e divulgação de informações nas demonstrações contábeis e provisionamento, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, devendo observar todas as disposições aplicáveis decorrentes da Instrução CVM 579, principalmente no que diz respeito aos artigos 15, 16, 17 e 18, bem como seus parágrafos e incisos.

Parágrafo Único - O FUNDO levantará balanços semestrais, em 30 de junho de cada ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XX - INFORMAÇÕES AO COTISTA E À CVM

Artigo 68 - O ADMINISTRADOR remeterá aos Cotistas e à CVM, todas as informações periódicas e eventuais constantes da Instrução CVM 578 nos prazos, e, nas condições aplicáveis ao FUNDO, incluindo mas não se limitando à:

- I. **trimestralmente**, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:
 - a. valor do patrimônio líquido do FUNDO; e
 - b. número de Cotas emitidas;
- II. **semestralmente**, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:
 - a. a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos ou valores mobiliários que a integram;
 - b. demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 39, inciso IV, da Instrução CVM 578;
 - c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto neste Regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
 - d. a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos ou valores mobiliários componentes da carteira do FUNDO;
- III. **anualmente**, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - a. as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - b. o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - c. os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Parágrafo Único - As informações acima poderão ser remetidas por meio eletrônico pelo ADMINISTRADOR aos Cotistas.

Artigo 69 - O ADMINISTRADOR fornecerá aos Cotistas, obrigatória e gratuitamente, no ato de seu ingresso no FUNDO,

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5º RTD DA CAPITAL

contra recibo:

- I. exemplar deste Regulamento e do prospecto do FUNDO, se for o caso;
- II. breve descrição de sua qualificação e experiência profissional na administração de carteira, bem como dos membros da equipe chave de gestão, em atendimento ao Código ABVCAP/ANBIMA; e
- III. documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Cotista tenha de arcar.

Artigo 70 - O ADMINISTRADOR deverá divulgar a todos os Cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao FUNDO, salvo com relação a informações sigilosas referentes às Companhias Investidas, obtidas pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva companhia.

Parágrafo Único - O ADMINISTRADOR deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao FUNDO divulgadas para Cotistas ou terceiros.

CAPÍTULO XXI - LIQUIDAÇÃO

Artigo 71 - O FUNDO entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 72 - Por ocasião da liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR promoverá a alienação dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e o produto resultante será entregue aos Cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas.

Parágrafo 1º - A alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, por ocasião da liquidação do FUNDO, poderá ser feita através de uma das formas a seguir, a critério de Cotistas representando a maioria das Cotas do FUNDO:

- I. alienação por meio de transações privadas; e
- II. alienação em bolsa de valores ou mercado de balcão, no Brasil, com ou sem esforços de colocação no exterior.
- III. na impossibilidade dos eventos acima, entrega dos ativos componentes da carteira aos Cotistas

Parágrafo 2º - O ADMINISTRADOR deverá convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, caso encontre dificuldade na alienação desses ativos a preço justo.

Artigo 73 - Mediante prévia aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, o ADMINISTRADOR poderá promover a divisão do patrimônio do FUNDO entre os Cotistas.

Parágrafo Único - Caberá à respectiva Assembleia Geral de Cotistas estabelecer os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

Artigo 74 - O ADMINISTRADOR não poderá ser responsabilizado, salvo em decorrência de culpa ou dolo no desempenho de suas funções, por quaisquer eventos que acarretem em:

- I. liquidação do FUNDO, previamente ao encerramento do Prazo de Duração; ou
- II. impossibilidade de pagamento dos resgates de Cotas, por ocasião da liquidação do FUNDO, de acordo com os critérios estabelecidos no Artigo 71, deste Regulamento.

Artigo 75 - A liquidação do FUNDO e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre a liquidação do FUNDO, conforme o caso.

Parágrafo Único - Após a divisão do patrimônio do FUNDO entre os Cotistas, o ADMINISTRADOR deverá

MICROFILMADO
SOB N°

001509495

5ª TD DA CAPITAL

promover o encerramento do FUNDO, encaminhando à CVM a documentação pertinente, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos Cotistas, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do FUNDO perante quaisquer autoridades.

CAPÍTULO XXII - DO FORO

Artigo 76 - Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

São Paulo, 25 de abril de 2017.

INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



**GERAÇÃO
FUTURO**

6RTD-RJ 29.12.2014
PROT. 1 31 8609

6ºRTD-RJ - 1318609
Emol: 865,30/Distrib: 15,65/Lex: 111/06 43,18
MA: 11,48/FSTJ: 172,75/LEI: 5281 - 34,54
Lei: 4.894/05 43,18 / Tot Emol (R\$): 1169,01
PARAM: Vies: 2 / Normas: 1 / Page: 21
Proc. Estr. N / Averb S / Dila.



ANEXO I - CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO DE COTAS DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS

CNPJ/MF: 17.158.705/0001-34

Montante Total da Emissão	Até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo o montante mínimo de subscrição de cotas no Prazo de Colocação é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Caso o montante mínimo de subscrição das Cotas da 1ª Emissão não seja atingido até o final do Prazo de Colocação, o saldo de Cotas não subscritas poderá ser cancelado sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas. Não haverá limite máximo de subscrição por investidor.
Quantidade de Classes	Única Classe.
Quantidade Total de Cotas	20.000.000 (vinte milhões).
Preço de Emissão	R\$ 1,00 (um real).
Subscrição de Cotas	<p>As Cotas da 1ª Emissão deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da oferta restrita. A oferta restrita das cotas da 1ª emissão terá início em 19/12/2014 e o prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de início. A distribuição de Cotas será ofertada publicamente com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), será liderada pela GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.652.684/0001-62, em regime de melhores esforços, em conjunto com BRASIL PLURAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Surubim, nº 373, térreo - cj. 01 - parte e cj. 02 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.816.451/0001-15 ("Distribuidores").</p> <p>Durante o Período de Distribuição, o Distribuidor acessará até 75 (setenta e cinco) investidores e será permitida a subscrição por até 50 (cinquenta) investidores, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo que o Administrador celebrará o(s) Compromisso(s) de Investimento com investidores e estes subscreverão as Cotas. Neste ato, os investidores deverão firmar os respectivos boletins de subscrição de Cotas e os Termos de Adesão ao Regulamento.</p> <p>O Cotista que desejar alienar suas Cotas, no todo ou em parte, que tenham sido adquiridas por meio de Oferta Restrita, deverá respeitar o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua respectiva subscrição, nos termos da Instrução CVM 476.</p>
Integralização de Cotas	<p>As Cotas da 1ª emissão deverão ser integralizadas mediante chamadas de capital a serem realizadas pelo ADMINISTRADOR, com instrução do GESTOR, em estrita observância às orientações deliberadas pela Assembleia Geral, observados os procedimentos descritos no Regulamento.</p> <p>As Cotas deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.</p>
Preço de Integralização das Cotas para cálculo do Preço de Integralização	R\$ 1,00 (um real).
Patrimônio Líquido Total do FUNDO se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da 1ª Emissão	R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvidoria 0800 605 8888



ANEXO I à assembleia geral de cotistas do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFECARE MULTIESTRATÉGIA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.158.705/0001-34, realizada em 05 de maio de 2017.

**SUPLEMENTO DA 2ª EMISSÃO DE COTAS DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
LIFECARE MULTIESTRATÉGIA**

1. O presente documento constitui o suplemento referente às cotas da 2ª (segunda) emissão do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFECARE MULTIESTRATÉGIA**, fundo de investimento em participações inscrito no CNPJ sob nº 17.158.705/0001-34 ("Suplemento", "Cotas" e "Fundo", respectivamente), com seu regulamento registrado em [...] de [...] de 2017, sob o nº [...], no [...]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"). O Fundo é administrado pela **INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, inscrita no CNPJ sob o nº 15.489.568/0001-95 ("Administradora").

2. Serão emitidas, nos termos deste Suplemento e do Regulamento, 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentas e setenta mil, seiscentas e cinquenta)) Cotas, com valor unitário de emissão de R\$ 13,39 (treze reais e trinta e nove centavos), perfazendo o volume total de emissão de até R\$ 250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos), para oferta pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, a ser coordenada pela própria Administradora ("Oferta").

2.1 O montante total de Cotas da 2ª Emissão previsto no item 2 acima poderá ser acrescido em até 35% (trinta e cinco por cento) em razão da opção de colocação de Lote Adicional e Lote Suplementar no âmbito da Oferta, nos termos dos itens abaixo.

2.2 Fica outorgada à Administradora, na qualidade de coordenadora líder da Oferta, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03, a opção de distribuição de lote suplementar, no montante de até 15% (quinze por cento) do total de Cotas objeto da 2ª Emissão, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.

2.3 Sem prejuízo da opção de distribuição das Cotas do Lote Suplementar, a quantidade inicial total de Cotas da 2ª Emissão poderá ser, a critério da Administradora, em nome do Fundo, acrescida em até 20% (vinte por cento), sem

MICROFILMADO
SOB Nº

001509607

5º RTD DA CAPITAL

4

SP - 16507407v2



considerar as Cotas do Lote Suplementar, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03 ("Lote Adicional").

3. A Oferta poderá ser encerrada ainda que não seja colocada a totalidade das Cotas da 2ª Emissão, desde que sejam colocadas, no mínimo, 355.000 (trezentas e cinquenta e cinco mil) Cotas ("**Montante Mínimo da Oferta**").

3.1 No ato da aceitação da Oferta, os investidores poderão condicionar sua adesão à Oferta, a que haja distribuição (a) da totalidade das Cotas objeto da 2ª Emissão, ou (b) de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas originalmente objeto da Oferta (desconsiderando-se o montante de Cotas objeto do Lote Adicional e do Lote Suplementar), definida conforme critério dos próprios investidores, mas que não poderá ser inferior ao Montante Mínimo da Oferta. No caso do item (b) acima, o investidor deverá, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Cotas por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre o número de Cotas efetivamente distribuídas e o número de Cotas originalmente ofertadas, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade dos valores mobiliários por ele subscritos.

3.2 Serão consultados sobre as condições em que desejam manter o investimento realizado, na hipótese de encerramento da Oferta com a colocação parcial das Cotas da 2ª Emissão, na forma prevista na Instrução CVM nº 400/03, podendo optar por (a) manter a aceitação da Oferta no montante total solicitado para subscrição e integralização, (b) aceitar parcialmente a Oferta, subscrevendo e integralizando uma quantidade de quotas inferior à solicitada inicialmente, na mesma proporção do montante total colocado no âmbito da Oferta em relação ao montante total inicial objeto da Oferta (desconsiderando as Cotas do Lote Adicional e do Lote Suplementar) e (c) cancelar totalmente a aceitação da Oferta.

3.3 Havendo o encerramento da Oferta com a colocação parcial das Cotas da 2ª Emissão, as Cotas que não tenham sido colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Administradora.

4. As Cotas serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, pelo seu respectivo valor calculado nos termos do Regulamento.

5. Quando não aqui expressamente definidos, os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

6. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas terão as



5
SP - 16507407V2



características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas pelo Regulamento.

7. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [•]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, [•] de maio de 2017.

INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Administradora

MICROFILMADO
SOB N°

001509607

5º RTD DA CAPITAL

6
SP - 16507407v2



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

DELIBERAÇÕES DA ADMINISTRADORA E ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS RELEVANTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6°RTD-RJ - 1269621

Enviado 145 480 (33:0 13:41) 11/10/12 7:14
Módulo: COTERJ 10 25 / FETJ 37 78
Linha 4 004/05 7:04 / 7:06 Envol: 218 81
PARAM: Vias 2 / Notas(s) 1 / Page 21
Prod. Ext. N.º 1269621/2012



INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO DE CONSTITUIÇÃO

Por este Instrumento Particular de Termo de Constituição ("Termo de Constituição") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BRASIL PLURAL I** ("Fundo"), a **GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62 ("Administrador"), devidamente autorizada pela CVM através do ato declaratório nº 6.819 de 17 de maio de 2002, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20 - 12º andar, Grupo 1201 B, Bairro Centro, CEP 20010-010, por seus representantes legais infra-assinados, vem pela presente, deliberar, a constituição Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e suas alterações posteriores, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, juntando para tanto:

- (i) o Regulamento do Fundo ("Anexo I"), ora devidamente aprovado, devendo ser registrado perante o Cartório de Títulos e Documentos junto como esse Termo de Constituição do Fundo; e
- (ii) a lista com os prestadores de serviços do Fundo ("Anexo II").

Ficará como condição precedente, a obtenção do CNPJ perante a Receita Federal do Brasil.

Sendo assim, assina o presente Termo de Constituição em 1 (um) via de igual teor.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2012.

AMILTON JOSÉ BARDELOTTI
DIRETOR

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

Fernando Filgueiras Medeiros
Procurador
OAB/SP 275.885

6RTD-RJ 24.10.2012
PROTOC. 1 269621



O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado sob o número e data declarados à margem. O que certifica.

SÔNIA MARIA ANDRADE DOS SANTOS - OFICINA - MATR. 901324
PAULO CÉSAR ANDRADE DOS SANTOS - 1º SUBSTITUTO - CTPS Nº 26123/924 - RJ
MARCOS ANTONIO DE A. SARDINHA SANTOS - 2º SUBSTITUTO - CTPS Nº 25236/90115 - RN
CLEIA DE ARAÚJO BARRETO - 3º SUBSTITUTA - CTPS Nº 7324128/991-4 - RJ
Rua do Carmo, 57 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro 20011-030 Tel: (21) 2333-7578 www.6oficio.com.br



ANEXO II – LISTA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Dentre os prestadores de serviços do Fundo tem-se:

6RTD-RJ 24.10.2012
PROT. 1269621

ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

ADMINISTRADOR	GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A CNPJ/MF nº 27.652.684/0001-62 Praça XV de Novembro, nº 20 -12º andar -1201 B Bairro Centro CEP 20010-010 Rio de Janeiro – RJ
GESTOR	BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA. CNPJ/MF nº 11.397.672/0002-80 Praia de Botafogo, nº 228, salas 901, 902 (parte), 903, 904, 905, 906, 911, 913 e 914 Botafogo Rio de Janeiro – RJ
Distribuidor das cotas do FUNDO	BRASIL PLURAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. CNPJ nº 05.816.451/0001-15 Rua Surubim, nº 373 Térreo – cj. 01 – parte e cj. 02 – parte Brooklin Novo São Paulo – SP
Custodiante	GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A, acima qualificada. BANCO BRADESCO S.A. CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12 Cidade de Deus, s/nº Vila Yara Osasco – SP
Auditor independente do FUNDO	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S.S CNPJ/MF nº 61.366.936/0001-25 Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1930 5º e 6º andares, Torre I Bairro Itaim Bibi CEP 04543-900 São Paulo - SP

[Assinatura]



6RTD-RJ 03.05.2013
PROT. 1290140



6ºRTD-RJ - 1290140

Emo: 158,66/Distrib: 14,80/Let: 111/06 8,49
MIA: 10,89/FIETU/34,01/LEI6281: 0,80
Lei 4.864/05 8,49 / Tot Emo (R\$): 242,11
PARAM Vias 2 / Nome(s): 1 / Págs: 1
Proc Estr: N / Averb: S / Dilig:



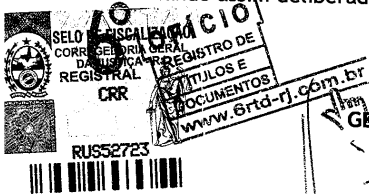
INSTRUMENTO PARTICULAR DE 1ª ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO E DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BRASIL PLURAL I

Pelo presente instrumento particular, **GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, 12º andar, Grupo 1201 B, credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para o exercício da atividade de administração de carteira por meio do Ato Declaratório nº 6.819, expedido em 17 de maio de 2002, inscrita no CNPJ sob o nº 27.652.684/0001-62, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos, na qualidade de administrador do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES BRASIL PLURAL I**, fundo de investimento em participações constituído por meio de instrumento particular datado de 22 de outubro de 2012, registrado junto ao 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade e Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1269621, em 24 de outubro de 2012 ("Administrador" e "Fundo", respectivamente), CONSIDERANDO que até a presente data não houve a subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente ao Administrador deliberar acerca de eventuais alterações ao regulamento do Fundo ("Regulamento"), RESOLVE, na melhor forma de direito:

- alterar a denominação do Fundo, para **BANRISUL MAIS ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**;
- alterar diversas disposições do Regulamento, que passa a vigorar nos termos do "Anexo I" ao presente instrumento; e
- aprovar a primeira emissão de cotas do Fundo, bem como a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das referidas cotas, nos termos do suplemento anexo ao Regulamento ora aprovado.

Estando assim deliberado, vai o presente instrumento particular de deliberação assinado.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2013.



GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

Por: Joaquim José Vieira Balão Neto
Cargo: Diretor

Por: Paulo César Viana Leite
Cargo: Procurador



O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado sob o número e data declarados à margem. O que certifico.

SÔNIA MARIA ANDRADE DOS SANTOS - OFICIAL - MATR: 90/126
PAULO CÉSAR ANDRADE DOS SANTOS - 1ª SUBSTITUTO - CTPS Nº 26122/024 - RJ
MARCO ANDRÉ DE A. SABÓIA SANTOS - 2ª SUBSTITUTO - CTPS Nº 25276/00015 - RN
CLEIA DE ARAUJO BARRETO - 3ª SUBSTITUTA - CTPS Nº 7324128/001-0 - RJ

Rua do Carmo, 57 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro 20011-020 Tel: (21) 2233-7878 www.6rd-rj.com.br

AVERBADO

A margem do registro nº 1.269.621
Art. 128 da Lei de Registro Público nº 6.015/73
6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro

INSTRUMENTO DE DELIBERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

BANRISUL MAIS ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF: 17.158.705/0001-34

GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A. ("Administrador"), com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, Grupo 1201 B, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.652.684/0001-62, neste ato devidamente representada, na qualidade de Administrador do **BANRISUL MAIS ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.158.705/0001-34 ("**Fundo**"), CONSIDERANDO que até a presente data não houve a subscrição de cotas de emissão do Fundo, cabendo, assim, única e exclusivamente ao Administrador deliberar acerca de eventuais alterações ao regulamento do Fundo ("**Regulamento**"), RESOLVE, na melhor forma de direito:

(i) alterar as seguintes disposições no Regulamento:

- a) a denominação social do Fundo para **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS**;
- b) tendo em vista a recente alteração da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, o número máximo de investidores, de 20 (vinte) para 50 (cinquenta); e
- c) demais ajustes para adequação do Regulamento.

(ii) aprovar a 1ª emissão de cotas do Fundo, bem como a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das referidas cotas, que constam definidas na forma do Anexo I do presente Instrumento de Deliberação; e

(iii) consolidar o Regulamento do Fundo ao presente Instrumento de Deliberação do Administrador refletindo os ajustes supracitados.

Este Instrumento de Deliberação do Administrador e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2014.

Evandro Luiz de Almeida Pereira
EVANDRO PEREIRA
DIRETOR

Patrick Perillier O'Reilly
Patrick Perillier O'Reilly
Proprietário

AVERBAUO

A margem do registro nº 10295853
Art. 129 da Lei de Registro Público nº 6.015/73
do Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro



O presente documento está protocolado, registrado e digitalizado sob o número e data declarados à margem. O que certifico.

SÔNIA MARIA ANDRADE DOS SANTOS - OFICIAL - MATR. 90/126
PAULO CÉSAR ANDRADE DOS SANTOS - 1º SUBSTITUTO - CTPS Nº 26122/024 - RJ
MARCOS ANDRÉ DE A. SÁBOTA SANTOS - 2º SUBSTITUTO - CTPS Nº 25276/00015 - RN
CLEIA DE ARAUJO BARRETO - 3º SUBSTITUTO - CTPS Nº 7324128/001-0 - RJ

Rua do Carmo, 57 - 3º andar Centro - Rio de Janeiro 20011-000 Tel: (21) 2233-7078 www.sred-rj.com.br

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvidoria 0800 605 8888

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EAKG84748 BBD
Consulte a Validade do Selo Em:
<https://www3.tjrr.jus.br/sitepublico>



AVERBAÇÃO

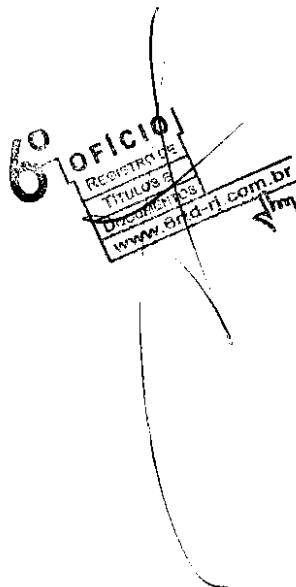
Instrumento Particular de Alteração do Regulamento e Regulamento do **BANRISUL
MAIS ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, registrado no 6º
Ofício Registro de Títulos e Documentos a ser averbado ao protocolo nº 1295853.

Rio de Janeiro, 29 de Dezembro de 2014.



Geração Futuro Corretora de Valores S/A.

Paulo Cesar Viana Leite





**GERAÇÃO
FUTURO**

6RTD-RJ 29.12.2014
PROT. 1 31 8609

6ºRTD-RJ - 1318609
Emol: 865,30/Distrib: 15,65/Lex: 111/06 43,18
MA: 11,48/FSTJ: 172,75/LEI: 5281 - 34,54
Lei: 4.894/05 43,18 / Tot Emol (R\$): 1169,01
PARAM: Vies: 2 / Normas: 1 / Page: 21
Proc. Estr: N / Averb: S / Dila:



ANEXO I - CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO DE COTAS DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS

CNPJ/MF: 17.158.705/0001-34

Montante Total da Emissão	Até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo o montante mínimo de subscrição de cotas no Prazo de Colocação é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Caso o montante mínimo de subscrição das Cotas da 1ª Emissão não seja atingido até o final do Prazo de Colocação, o saldo de Cotas não subscritas poderá ser cancelado sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas. Não haverá limite máximo de subscrição por investidor.
Quantidade de Classes	Única Classe.
Quantidade Total de Cotas	20.000.000 (vinte milhões).
Preço de Emissão	R\$ 1,00 (um real).
Subscrição de Cotas	<p>As Cotas da 1ª Emissão deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da oferta restrita. A oferta restrita das cotas da 1ª emissão terá início em 19/12/2014 e o prazo máximo de 6 (seis) meses contados da data de início. A distribuição de Cotas será ofertada publicamente com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), será liderada pela GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.652.684/0001-62, em regime de melhores esforços, em conjunto com BRASIL PLURAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Surubim, nº 373, térreo - cj. 01 - parte e cj. 02 - parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.816.451/0001-15 ("Distribuidores").</p> <p>Durante o Período de Distribuição, o Distribuidor acessará até 75 (setenta e cinco) investidores e será permitida a subscrição por até 50 (cinquenta) investidores, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo que o Administrador celebrará o(s) Compromisso(s) de Investimento com investidores e estes subscreverão as Cotas. Neste ato, os investidores deverão firmar os respectivos boletins de subscrição de Cotas e os Termos de Adesão ao Regulamento.</p> <p>O Cotista que desejar alienar suas Cotas, no todo ou em parte, que tenham sido adquiridas por meio de Oferta Restrita, deverá respeitar o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua respectiva subscrição, nos termos da Instrução CVM 476.</p>
Integralização de Cotas	<p>As Cotas da 1ª emissão deverão ser integralizadas mediante chamadas de capital a serem realizadas pelo ADMINISTRADOR, com instrução do GESTOR, em estrita observância às orientações deliberadas pela Assembleia Geral, observados os procedimentos descritos no Regulamento.</p> <p>As Cotas deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.</p>
Preço de Integralização das Cotas para cálculo do Preço de Integralização	R\$ 1,00 (um real).
Patrimônio Líquido Total do FUNDO se subscritas e integralizadas 100% das Cotas da 1ª Emissão	R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvidoria 0800 605 8888





FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS
CNPJ/MF: 17.158.705/0001-34

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS ("AGC")
REALIZADA EM 3 DE JANEIRO DE 2017

Data, hora e local:

Aos 3 (três) dias do mês de janeiro de 2017, às 17 (dezesete) horas, na filial da GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.652.684/0001-62 ("Geração Futuro"), situada na Av. Paulista, nº 1.106, 6º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, na Cidade e Estado de São Paulo, na qualidade de administrador do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS ("Fundo").

Composição Da Mesa:

Presidente: Rodrigo Godoy
Secretário: Gabriel Otavio Lansac

Convocação:

Convocação dispensada, nos termos do artigo 26, parágrafo primeiro, da Instrução n.º 578/16 da Comissão de Valores Mobiliários.

Presenças:

I. Cotistas signatários da lista de presença que se encontra depositada junto à Geração Futuro, os quais, tendo sido cientificados das vedações constantes do artigo 27 da Instrução CVM nº 578/16, declararam não estar impedidos de votar; II. a Geração Futuro, devidamente representada por seus representantes legais; III. Novo Administrador, abaixo qualificado, devidamente representado por seus representantes legais; e Gestor, abaixo qualificado, devidamente representado por seus representantes legais.

Ordem Do Dia:

Deliberar em Assembleia Geral de Cotistas sobre:

1. A transferência da administração do Fundo para a INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, 152, 1º andar, Vila Olimpia, inscrita no CNPJ sob o nº 15.489.568/0001-95, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 13.646, expedido em 13 de maio de 2014 e com "GIIN" number PS7Y1B.00000.SP.076. ("Novo Administrador"), e definir os procedimentos relativos à substituição da Geração Futuro.
2. A alteração do prestador dos serviços de custódia e controladoria do Fundo, que passará a ser o Novo Administrador, devidamente autorizado à prestação dos serviços de custódia de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 15.064, expedido pela CVM em 20 de junho de 2016 e a definição da remuneração a ser recebida pelo mesmo.

CONFERE COM O ORIGINAL
EM COPIA N.º 09/05/2017
RTO
GABRIEL CAMERINI MAGALHÃES
Substituta Oficial
CTPS nº 30015 Série nº 1

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvidoria 0800 605 8888





3. A contratação do prestador de serviços de auditoria independente do Fundo.
4. A destituição da Geração Futuro da função de distribuidor de cotas do Fundo e a contratação do Novo Administrador para o desempenho desta função.
5. A ratificação do prestador de serviços de gestão, que continuará a ser prestado pela **HORUS INVESTIMENTOS – GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Cacilda Becker, 50, sala 503, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.333.851/0001-72 e devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.572, expedido em 14 de março de 2011 ("Gestor").
6. A alteração da taxa de administração do Fundo.
7. A criação de taxa de performance para o Fundo.
8. A alteração da política de investimentos do Fundo
9. A alteração do prazo de duração do Fundo.
10. A celebração de novos contratos entre o Novo Administrador e os prestadores de serviços do Fundo.
11. O encerramento de quaisquer distribuições de cotas em aberto, incluindo eventuais ofertas via Instrução CVM nº 476 ou via Instrução CVM nº 400, sendo certo que novos aportes dependerão de novas ofertas, que poderão ser deliberadas pelos cotistas, reunidos em assembleias gerais.
12. A alteração da denominação do Fundo para "FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS MULTIESTRATÉGIA" em virtude do disposto no item anterior.
13. A alteração do regulamento do Fundo para contemplar as deliberações a serem tomadas nos termos dos itens acima, bem como a adequação do Fundo à Instrução CVM n.º 578/2016.
14. A implementação e eficácia das deliberações aprovadas acima e do novo Regulamento do Fundo, a partir do fechamento das operações do dia 18 de janeiro de 2017 ("Data de Transferência").
15. As aprovações e ratificações dos cotistas presentes no que tange à transferência do administrador do Fundo e das matérias acima aprovadas.

Deliberações tomadas por unanimidade:

Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os cotistas presentes resolvem:

1. A transferência da administração do Fundo para o Novo Administrador, nos termos e condições a seguir:
 - 1.1. O Novo Administrador do Fundo assumirá as obrigações oriundas da atividade de administração do Fundo a partir da Data de Transferência, não sendo responsabilidade do Novo Administrador, os atos de administração do Fundo originados antes da referida data.



CONFERE COM ORIGINAL
EM CD-ROM, NESTE OFÍCIO
RIO, 02/05/2017
CYNTHIA CAMERINI MAGALHÃES
1ª Oficial Substituta
CTPS nº 30015 Série nº

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvidoria 0800 605 8888





1.2. A Geração Futuro assume a responsabilidade de comunicar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e à Associação Brasileira de Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais ("ABRACAP") as deliberações desta Assembleia. Ao Novo Administrador cabe confirmar junto à CVM a sua condição de novo administrador do Fundo.

1.3. A Geração Futuro assume a responsabilidade de transferir ao Novo Administrador, na Data de Transferência, a administração do Fundo e a totalidade dos valores da carteira do Fundo, deduzidas as taxas de administração e as demais despesas administrativas devidas pelo Fundo até a Data de Transferência, calculadas de forma *pro rata temporis*, considerando o número de dias corridos até a Data de Transferência, incluindo as despesas e demais encargos que serão pagos à Geração Futuro na Data de Transferência ou *a posteriori* pelo Fundo.

1.4. As demonstrações financeiras do Fundo, acompanhadas do parecer do auditor independente, referentes ao período compreendido entre a data do último balanço anual e a Data de Transferência deverão ser encaminhadas pela Geração Futuro ao Novo Administrador no prazo de 90 (noventa) dias a contar da Data de Transferência do Fundo, sendo responsabilidade da Geração Futuro, nas hipóteses de atraso ou não de não elaboração, toda e qualquer medida que porventura o Fundo e/ou o Novo Administrador venha a sofrer direta ou indiretamente, em especial, mas não limitada, ao pagamento de multas impostas por órgãos reguladores. As despesas relativas aos trabalhos dos auditores independentes correrão por conta do Fundo, devendo o Novo Administrador provisioná-la e realizar o respectivo pagamento em nome do Fundo. A empresa que prestará o serviço de auditoria independente referido neste item 1.4. será a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, sendo tal nomeação ratificada pelos cotistas do Fundo na presente Assembleia.

1.5. A operacionalização da transferência de administração, ficando esta condicionada ao envio, pela Geração Futuro, da totalidade das seguintes informações:

- i. cópias simples dos documentos societários do Fundo inerentes ao período em que este esteve sob sua administração, sendo uma via original da presente ata e uma via registrada em Cartório de Títulos e Documentos da presente ata e do regulamento;
- ii. o código e a classificação do Fundo junto à ANBIMA, bem como as contas do Fundo na CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP") e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), conforme aplicável, e as informações de passivo do Fundo, inclusive os arquivos contendo os relatórios de perdas a compensar e de classificação tributária, bem como a informação sobre a classificação tributária do Fundo e, se for o caso, o histórico de desenquadramentos a que o Fundo se sujeitou nos últimos 3 (três) meses;
- iii. as informações do ativo do Fundo, inclusive os relatórios de carteira, extratos das "clearings" (CBL; CETIP; SELIC; SOMA FIX, Bolsas de Valores e de Mercadorias, conforme aplicável) e relatórios de posições dos depósitos em margem;
- iv. o registro da base cadastral dos cotistas do Fundo, da posição e do histórico de movimentação dos cotistas do Fundo, incluindo sua situação fiscal e os respectivos documentos e, ainda, as cópias dos documentos cadastrais, ficha cadastral, termos de adesão e ciência de risco e os documentos que amparam eventuais bloqueios de cotas do Fundo;

CONF. EM 12/01/2017
EM CD-ROM, NESTE OFÍCIO
001509483
CARMERIN MAGALHÃES
O Oficial Substituta
CIPS nº 30015 Série nº 242

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvidoria 0800 605 8888





- v. prestação de informações às autoridades reguladoras e fiscalizadoras, relativamente ao período até a Data de Transferência, em que o Fundo esteve sob sua administração;
- vi. atendimento à fiscalização do Banco Central do Brasil, CVM, Secretaria da Receita Federal do Brasil e das demais entidades reguladoras e fiscalizadoras, sempre que por elas exigido qualquer esclarecimento relativo ao período até a Data de Transferência, em que o Fundo esteve sob sua administração;
- vii. preparação e envio, aos cotistas, do informe de rendimentos do Fundo relativo ao período em que o fundo esteve sob sua administração, bem como de outros documentos que devam ser enviados aos cotistas do Fundo nos termos da regulamentação em vigor; e
- viii. preparação e envio ao Novo Administrador, do balancete e razão do Fundo, referentes ao último mês em que o mesmo esteve sob sua administração e a posição diária da carteira do Fundo relativamente ao dia útil imediatamente anterior à Data de Transferência.
- 1.6. A Geração Futuro conservará, durante o prazo legal exigido, às suas expensas e em perfeita ordem e estado de conservação, a posse da documentação relativa às operações do Fundo, incluindo, mas não limitando, aos documentos e registros contábeis e fiscais do Fundo, relativa às operações ocorridas até a Data de Transferência, inclusive pareceres, certificados de investimentos, comprovantes de recolhimentos de impostos, documentos das operações realizadas pelo Fundo, livro de assembleias e de presença de cotistas, bem como todos os documentos e registros referentes às posições e movimentações de cotistas do Fundo, inclusive situação fiscal e bloqueios relativos ao período em que o Fundo esteve sob a administração da Geração Futuro, os arquivos originais do acervo societário e documentos cadastrais do Fundo, e obriga-se a fornecê-los sempre que solicitado pelo Novo Administrador, pelos cotistas ou por qualquer autoridade fiscalizadora. As obrigações fiscais decorrentes dos fatos geradores ocorridos a partir da Data de Transferência caberão ao Novo Administrador.
- 1.7. O Novo Administrador fica responsável pela atualização do cartão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Fundo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como a indicação da Sra. Elisângela Katia Capassi, inscrita no CPF/MF sob o n.º 272.815.368-01 como Diretor Estatutário responsável perante a CVM e o Sr Edson Hydalgo Jr., inscrito no CPF/MF sob o n.º 167.354.618-86 como Diretor Estatutário responsável pelo Fundo perante a Receita Federal do Brasil.
- 1.8. O Novo Administrador declara que assume todas as obrigações impostas pela legislação em vigor que regula a atividade de administração do Fundo a partir da Data de Transferência. A Geração Futuro, por sua vez, declara que permanecerá responsável por todos os atos por ela praticados na administração, bem como as contas e as demonstrações contábeis do Fundo até a Data de Transferência, inclusive por eventuais questionamentos posteriores oriundos dos órgãos reguladores e/ou de autorregulação ou de quaisquer cotistas ou terceiros interessados, desde que relativos a atos originários do período em que a prestação de serviços de administração competiu à Geração Futuro.
- 1.9. A Geração Futuro declara, neste ato, que, até a data de realização desta Assembleia, as cotas do Fundo não são objeto de bloqueio por decisão judicial.

CONFERE COM O ORIGINAL
CD ROM: NESTE OFÍCIO
20 17
KATIA CAMERINI MAGALHÃES
1ª Oficial Substituta
CTPS nº 30015 Série 22

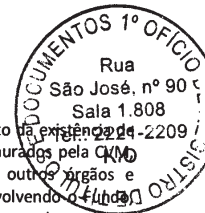
São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvvidoria 0800 605 8888





- 1.10. A Geração Futuro declara que até a presente data não tem conhecimento da existência de processos administrativos sancionadores ou inquéritos administrativos instaurados pela CVM, BM&FBOVESPA Supervisão de Mercados (BSM), ANBIMA ou quaisquer outros órgãos e instituições reguladoras ou de autorregulação do mercado de capitais, envolvendo o Fundo, bem como não há qualquer pendência de pagamento de eventual multa ou de envio de informações eventuais ou periódicas de responsabilidade do Fundo aos referidos órgãos e instituições e se responsabiliza pelo cumprimento fidedigno das suas obrigações legais e regulatórias desde a data em que assumiu suas funções até a Data de Transferência.
- 1.11. A Geração Futuro se obriga a entregar, no prazo aqui estipulado, as contas do Fundo na CETIP, conforme aplicável.
- 1.12. A Geração Futuro autoriza o Novo Administrador, a partir da data da presente Assembleia, para em nome do Fundo, tomar todas as providências necessárias para operacionalizar a transferência de administração já deliberada.
- 1.13. O Fundo passará a ter como endereço, a partir da efetiva Data de Transferência, a sede social do Novo Administrador, assim como o endereço eletrônico disponível na rede mundial de computadores e os números de telefones para prestação de serviço de atendimento ao cotista serão de responsabilidade do Novo Administrador, conforme dados constantes do Regulamento do fundo alterado.
- 1.14. O Fundo passará a ter Serviço de Atendimento ao Investidor, bem como Ouvidoria dados constantes do novo Regulamento do fundo.
- 1.15. Ficam aprovados todos os atos de administração e de gestão da carteira do Fundo praticados pelo Administrador e pelo Gestor, respectivamente, bem como as contas e as demonstrações financeiras do Fundo existentes, tudo até a data de Data de Transferência.
2. A alteração do prestador dos serviços de custódia e controladoria do Fundo, que passará a ser realizado pelo Novo Administrador.
3. A contratação da **BAKER TILLY BRASIL MG AUDITORES INDEPENDENTES**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua SAUS Quadra 04, Bl "A" lotes 9-10, salas 1225 A 1228, Edifício Victoria Office Tower – ASA SUL, Cep: 70.070-040, Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 26.230.862/0001-02, registro CVM 11533, para a prestação dos serviços de auditoria independente das atividades do Fundo.
4. A destituição da Geração Futuro da função de distribuidor de cotas do Fundo, de forma que os signatários da presente ata concordam em isentá-la de qualquer responsabilidade pela distribuição das cotas do Fundo a partir da Data de Transferência.
 - 4.1. Considerando a destituição da Geração Futuro da função de distribuidor das cotas do Fundo, os cotistas deliberam pela contratação do Novo Administrador para a prestação dos serviços de distribuição de cotas do Fundo.
5. A ratificação do prestador de serviço de gestão, que continuará ser prestado pelo Gestor.

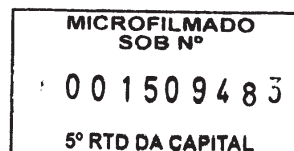
CONFERE COM ORIGINAL
EM COPIA NESTE OFÍCIO
RIO DE JANEIRO, 05/05/2017
CYNTHIA CAMERINI MAGALHÃES
1ª Oficiala Substituta
CTPS nº 30015 Série nº -

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvidoria 0800 605 8888





6. A alteração da taxa de administração do Fundo, que passa a ser de 2% (dois por cento) sobre o patrimônio Líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
7. A criação de taxa de performance para o Fundo, em montante equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade do Fundo, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a taxa de administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% (oito por cento) ao ano.
8. A alteração da política de investimentos do Fundo, de modo que o Fundo passe a investir em títulos e valores mobiliários representativos de participações em sociedades limitadas, bem como ações, bônus de subscrição, debêntures simples e outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, que atuem, direta ou indiretamente, no segmento funerário, incluindo mas não se limitando à cemitérios, crematório e afins.
9. A alteração do prazo de duração do Fundo, que passa a ser de 10 (dez) anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 (dez) anos, caso a assembleia geral de cotistas não delibere em sentido contrário.
10. A celebração de novos contratos entre o Novo Administrador e os prestadores de serviços do Fundo, nos termos do novo Regulamento do Fundo e da legislação vigente;
11. O encerramento de quaisquer distribuições de cotas em aberto, incluindo eventuais ofertas via Instrução CVM nº 476 ou via Instrução CVM nº 400, sendo certo que novos aportes dependerão de novas ofertas, que poderão ser deliberadas pelos cotistas, reunidos em assembleias gerais.
12. A alteração da denominação do fundo para "**Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia**" em virtude do disposto no item anterior.
13. A alteração do regulamento do Fundo para contemplar as deliberações tomadas nos termos dos itens acima, bem como a adequação do Fundo à Instrução CVM n.º 578/2016, passando o regulamento a vigorar, de modo consolidada, na forma do Anexo I à presente ata.
14. A implementação e eficácia das deliberações aprovadas acima e do novo Regulamento do Fundo, na forma do Anexo I, a partir da Data de Transferência do Fundo.
15. Os cotistas aprovam e ratificam por meio da presente todos os atos e operações executados pela Geração Futuro anteriormente à presente substituição de administrador e destituição do distribuidor, salvo eventual ressalva apontada na auditoria de transferência, desde a data de início das suas atividades como administrador e distribuidor de cotas do Fundo até a Data de Transferência, incluindo aqueles atos e operações relacionados à aquisição dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pelo que declaram: (i) ter ciência, através de meios próprios, dos ativos integrantes da carteira do Fundo, assumindo conscientemente todos os riscos inerentes a estes ativos; (ii) isentar a Geração Futuro de qualquer responsabilidade em relação à aquisição, administração, avaliação, cobrança ou precificação dos ativos do Fundo, bem como em relação à formalização ou constituição de suas garantias, conforme aplicável; e (iii) nada mais a reclamar, dando através da presente ata a mais ampla, total e rasa quitação, exceto caso, comprovadamente, algum prejuízo ao Fundo, ao Novo Administrador e/ou aos cotistas decorra, exclusivamente, de vícios nos atos praticados pela Geração Futuro, ainda que não se tenha conhecimento dos mesmos

CONFERE CCM O ORIGINAL ARQUIVADO
CONF. ROM. NESTE OFÍCIO
RIO DE JANEIRO, 03/03/2017
ANTIA CAMERIN MAGALHÃES
1ª Oficial Substituta
CIPS n.º 30015 Sem-

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

Ouvidoria 0800 605 8888





até a Data de Transferência, incluindo eventuais questionamentos de quaisquer órgãos de regulação ou autorregulação.

Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata no Livro próprio, que, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada.

Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel lavrada em livro próprio.

São Paulo, 3 de janeiro de 2017.

Rodrigo Godoy
Presidente

Gabriel Otavio Lansac
Secretário

CUSTAS E EMOLUMENTOS DESTE
ATO R\$ = 56,77 =

1º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - RIO DE JANEIRO
Rua São José, 90 / 1808 - Centro - Rio de Janeiro - (11) 221-2209
CERTIDÃO Extraída, a pedido da parte interessada, dos
assentamentos dessa serventia, conforme o requerido no
requerimento de no.: 6876
Dt: 12/01/2017 L: C-250 P: 1891032 FL: 100
Rio de Janeiro, 09/05/2017
SELO: EBY637623 ALEATORIO: FDE
Consulte a validade do selo em <https://www3.rj.gov.br/sitepublico>

CYNTHIA CAMERINI MAGALHÃES
02102626-25



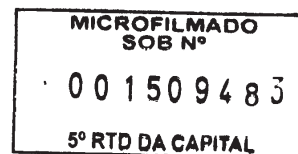
CONFERE COM O ORIGINAL E QUINADO
EM COPIA NESTE OFÍCIO
RIO DE JANEIRO 05/05/2017
CYNTHIA CAMERINI MAGALHÃES
1ª Oficiala Substituta
CTPS nº 30015 Série nº 1

São Paulo (11) 2137-8888

Porto Alegre (51) 2121-9500

Rio de Janeiro (21) 2169-9999

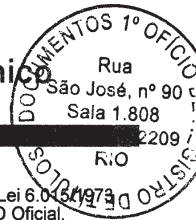
Ouvidoria 0800 605 8888



Evidência de Registro de Documento Eletrônico

Nº de controle: cc0e8f5811a67f6f30887d97c23b3784

Certifico e dou fé que esse documento eletrônico, foi registrado em conformidade com a Lei 6.045/1979 e Medida Provisória 2.200/2001 e que esta evidência transcreve as informações de tal registro. O Oficial.



Características do registro



1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro
Documento apresentado hoje e registrado
sob o nº de protocolo 1891032

CUSTAS:
Emolumentos: R\$ 146,23
Distribuidor: R\$ 19,64
Leis 590/82 e 3761/2002: R\$ 14,44
Lei 3217/99: R\$ 32,52
Lei 4.664/05: R\$ 8,12
Lei 111/06: R\$ 8,12
Lei 6281/12: R\$ 6,50
ISSQN: R\$ 7,69
Total: R\$ 243,26

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EBVD31230-EHH
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Dou fé, Rio de Janeiro 12/01/2017
CYNTIA CAMERINI MAGALHAES:02102626725



Características do documento original

Arquivo: ALLAMANDAS
AGC_Transferência_adm_FIP (certidão)
Versão correta 03 01 2017_Assinado por
Gabriel e Rodrigo.pdf
Páginas: 7
Nomes: 1
Descrição: Ata da Assembléia Geral dos Cotistas
Registro: Principal
Protocolo averbado: -

Assinaturas digitais do documento original

Certificado:
CN=GABRIEL OTAVIO LANSAC:33785606818, OU=Autenticado por AR
CERTISIGN, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, O=CP-Brasil, C=BR
Integridade da assinatura: Válida
Validade: 28/11/2016 à 28/11/2017
Data/Hora computador local: 12/01/2017 04:22:52
Carimbo do tempo: Não

Certificado:
CN=RODRIGO DE GODOY:00665141777, OU=Autenticado por AR
CERTISIGN, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, O=CP-Brasil, C=BR
Integridade da assinatura: Válida
Validade: 29/11/2016 à 29/11/2017
Data/Hora computador local: 12/01/2017 04:23:33
Carimbo do tempo: Não

CONFERE O SELO ORIGINAL ASSINADO
EM CD-ROM NESTE OFÍCIO
RIO DE JANEIRO 12/01/2017
CYNTIA CAMERINI MAGALHAES
1ª Oficial Substituta
CTPS nº 33015 Série 004

MICROFILMADO
SOB Nº

001509483

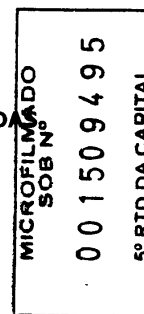
5º RTD DA CAPITAL

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS
MULTIESTRATÉGIA**

CNPJ/MF nº 17.158.705/0001-34

Ata da Assembleia Geral de Cotistas

realizada em 25 de abril de 2017





DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 dias do mês de abril de 2017, às 09h00min, na sede da administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS MULTIESTRATÉGIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 17.158.705/0001-34 ("Fundo"), a **Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, 152, 1º andar, conjunto 11, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.489.568/0001-95 ("Administrador").

COMPOSIÇÃO DA MESA: Lillian Castilho Menini, na qualidade de Presidente e Alexandre Lupércio, na qualidade de Secretário.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos cotistas do Fundo ("Cotistas") nesta data, conforme assinaturas apostas na Lista de Presença de Cotistas do Fundo. Presentes, ainda, representantes da gestora do Fundo, a **Horus Investimentos - Gestora de Recursos LTDA**, sociedade limitada com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Higienópolis, 1.601, 5º andar, conjunto 501, inscrita no CNPJ sob o nº 11.333.851/0001-72 ("Gestora").

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre **(i)** a reavaliação dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo, representados por títulos e valores mobiliários de emissão das sociedades designadas como Investidas, nos termos do Regulamento ("Investidas"); **(ii)** a cisão parcial do Fundo e o Protocolo de Justificação; **(iii)** deliberar a alteração da denominação do Fundo; **(iv)** a autorização ao Administrador para levantar balancete do Fundo, já considerando a reavaliação a ser deliberada nos termos do item (i) acima, o qual dará suporte à realização da cisão objeto de deliberação pelos Cotistas; **(v)** aprovar a versão da parcela cindida do Fundo para outro fundo de investimento em participações existente; **(vi)** a determinação para que as demonstrações contábeis do Fundo, levantadas na Data de Cisão (conforme definido abaixo), sejam auditadas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da Data de Cisão (conforme definida abaixo), pelos auditores independentes do Fundo, em observância da regulamentação aplicável; **(vii)** a autorização para que o Administrador, na qualidade de representante legal do Fundo, adote as medidas necessárias ao cumprimento das deliberações desta Assembleia Geral, incluindo, mas não se limitando, as obrigações de informar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") acerca da cisão, cuja divulgação se faça necessária nos termos da regulamentação aplicável; **(viii)** Aprovar novos prestadores de serviço do fundo, na qualidade de Custodiante e Escriturador; **(ix)** reformar integralmente o Regulamento do Fundo, modificando capítulos, artigos e parágrafos, incluindo a criação do Comitê de

 ¹ 

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

5º RTD DA CAPITAL

Investimentos; **(x)** eleger os membros do Comitê de Investimentos; **(xi)** consolidar o Regulamento do Fundo.

DELIBERAÇÕES: Os Quotistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas:

(i) aprovar a reavaliação dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo representados por Investidas, de acordo com o laudo elaborado em 30 de março de 2017 pela empresa **JMB Assessoria Empresarial LTDA.**, sociedade limitada, com sede em Londrina, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.689.834/0001-96 ("Avaliadora"), que integra o Anexo I à presente Ata ("Laudo"). O Laudo foi elaborado em conformidade à legislação aplicável, especificamente o Art. 264 da Lei 6.404/76, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a uma taxa de desconto de 16,93% (dezesseis inteiros e noventa e três centésimos por cento), e, atribuiu às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de titularidade do Fundo, de emissão da Investida **Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.839.631/0001-24 ("Rover"), o valor total de R\$ 151.539.000,00 (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais), valor esse que ora é aceito e aprovado pelos Cotistas como o valor justo dos referidos ativos, sem qualquer ressalva;

(ii) aprovar a cisão parcial de 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo, representado por 85% (oitenta e cinco por cento) das ações emitidas pela Rover ("Parcela Cindida"), a ser efetivada na Data de Cisão (conforme definida abaixo); bem como aprovar o Protocolo de Justificação de 24 de abril de 2017, arquivado na sede do Administrador;

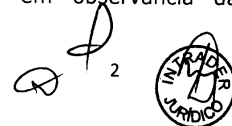
(iii) aprovar a alteração da denominação do **FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS MULTIESTRATÉGIA** para **FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTIESTRATÉGIA**;

(iv) autorizar o Administrador a levantar balancete do Fundo, na Data de Cisão, já considerando a reavaliação aprovada nos termos do item (i) acima, o qual dará suporte à realização da cisão parcial deliberada neste ato;

(v) aprovar a versão e consequente incorporação da Parcela Cindida a outro fundo de investimento em participações existente, denominado "**PERNAMBUCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA**", inscrito no CNPJ sob o nº 26.692.095/0001-20, igualmente administrado pelo Administrador ("FIP Patrimonial"). A cisão deverá ser efetivada tão logo a assembleia geral do FIP Patrimonial aprove a incorporação da respectiva parcela cindida do Fundo ("Data de Cisão");

(vi) determinar que as demonstrações contábeis do Fundo, levantadas na Data de Cisão, sejam auditadas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da Data de Cisão, pelos auditores independentes do Fundo, em observância da regulamentação aplicável.

2



MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

(vii) autorizar a adoção, pelo Administrador, na qualidade de representante legal do Fundo, das medidas necessárias ao cumprimento das deliberações desta Assembleia Geral, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito ao dever de informar à CVM acerca da cisão do Fundo, cuja divulgação se faça necessária nos termos da regulamentação aplicável;

(viii) Aprovar os novos prestadores de serviço do fundo, sendo na qualidade de Custodiante **BRB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede em Brasília/DF, na SBS, Quadra 01, Bloco E, Edifício Brasília, 7º Andar, Asa Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.850.686/0001-69, e, na qualidade de Escriturador **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar-parte, Itaim Bibi, Cidade e Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64, com as consequentes alterações no Regulamento para incluir os prestadores de serviços;

(ix) reformar integralmente o Regulamento do Fundo, modificando capítulos, artigos e parágrafos e, desta forma, o Regulamento totalmente modificado passa a vigorar nos exatos termos do Regulamento anexo; incluindo a criação do Comitê de Investimentos, conforme Capítulo X a seguir:

"CAPÍTULO X - COMITÊ DE INVESTIMENTOS"

Artigo 29 - O FUNDO possuirá Comitê de Investimentos que terá como função:

- (i) acompanhar e autorizar as decisões inerentes à composição da carteira do FUNDO, incluindo, mas não se limitando, a aquisição e/ou a venda de ativos da carteira do FUNDO, a partir de propostas apresentadas pelo GESTOR, e discutir metas e diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO;
- (ii) discutir acerca da antecipação do término do Período de Investimento e submeter à aprovação da Assembleia Geral de Cotistas proposta acerca de eventual prorrogação do término do Período de Investimento;
- (iii) discutir e deliberar sobre os projetos e propostas de investimento e desinvestimento do FUNDO, inclusive sobre a realização de investimentos pelo FUNDO após o término do Período de Investimento;
- (iv) discutir acerca das datas em que deverão ser realizadas as Chamadas de Capital, quando os Cotistas deverão aportar recursos no FUNDO, mediante a integralização das Cotas por eles subscritas de acordo com seus respectivos Compromissos de Investimento;
- (v) discutir sobre a remuneração, amortização e resgate das Cotas;
- (vi) acompanhar o desempenho do Ativo Alvo, e as atividades do FUNDO, do ADMINISTRADOR e do GESTOR, inclusive durante o Período de Desinvestimento, junto as Sociedades Investidas;
- (vii) orientar e instruir o GESTOR, quando do exercício dos direitos inerentes aos Valores Mobiliários e/ou aos Outros Ativos integrantes da Carteira, inclusive, mas não se limitando, indicando os representantes do FUNDO no conselho de administração e/ou da diretoria das Companhias Alvo, conforme o caso;

3



MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

SERVIDOR DA CAPITAL

(viii) opinar sobre o valor estabelecido em laudo de avaliação do Ativo Alvo a serem entregues por Cotista para fins de integralização das Cotas do FUNDO;

(ix) demais matérias não atribuídas à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O Comitê de Investimentos será composto por 3 (três) membros titulares, todos serão nomeados pelo GESTOR e exercerão seus mandatos pelo Prazo de Duração do FUNDO, podendo renunciar ao cargo ou serem substituídos antes do término do mandato.

Parágrafo 2º - Todos os membros do Comitê de Investimentos deverão ter reputação ilibada, a ser declarada quando da sua posse no cargo de membro do Comitê de Investimentos, podendo ser indicados funcionários, diretores e representantes do GESTOR. Somente poderá ser eleito para o Comitê de Investimentos, o profissional que preencher os seguintes requisitos: (i) possuir graduação em curso superior, em instituição reconhecida oficialmente no país ou no exterior; (ii) possuir disponibilidade e compatibilidade para participação das reuniões do Conselho de Supervisão; (iii) assinar termo de posse atestando possuir as qualificações necessárias para preencher os requisitos dos incisos (i) e (ii) acima; e (iv) assinar termo de confidencialidade e termo se obrigando a declarar eventual situação de Conflito de Interesses sempre que esta venha a ocorrer, hipótese em que se absterá não só de deliberar, como também de apreciar e discutir a matéria.

Parágrafo 3º - Havendo a renúncia de qualquer membro do Comitê de Investimentos no curso do respectivo mandato, será convocada nova Assembleia Geral de Cotistas para nomear novo membro, devendo o renunciante permanecer no cargo até sua efetiva substituição.

Parágrafo 4º - Em caso de manifesta negligência ou comprovada má-fé por parte de um membro do Comitê de Investimentos, ou de grave descumprimento das disposições deste Regulamento a ele aplicáveis, o referido membro poderá ser destituído de suas funções por decisão da maioria dos demais membros do Comitê de Investimentos, devendo ser convocada nova Assembleia Geral de Cotistas para nomear o respectivo substituto.

Parágrafo 5º - O Comitê de Investimentos será considerado devidamente instalado após a nomeação dos respectivos membros e suplentes em Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo 6º - Os membros do Comitê de Investimentos reunir-se-ão semestralmente ou, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os interesses do FUNDO, sempre na sede do GESTOR, mediante convocação por escrito ou por correio eletrônico (e-mail), feita com 15 (quinze) dias corridos de antecedência decorrente de solicitação do ADMINISTRADOR, do GESTOR ou de qualquer dos membros do Comitê de Investimentos, com cópia ao ADMINISTRADOR, da qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada tal reunião e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

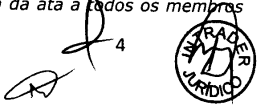
Parágrafo 7º - A convocação para as reuniões do Comitê de Investimentos será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimentos.

Parágrafo 8º - As reuniões do Comitê de Investimentos serão instaladas com a presença de pelo menos 2 (dois) membros e as decisões serão tomadas por maioria dos membros presentes à reunião.

Parágrafo 9º - Será permitida a participação de qualquer membro do Comitê de Investimentos nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de videoconferência, telefone e correio eletrônico (e-mail), sua sugestão de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.

Parágrafo 10 - O secretário de cada reunião do Comitê de Investimentos (i) lavrará ata da reunião, a qual deverá ser obrigatoriamente assinada por todos os membros presentes; (ii) disponibilizará cópia da ata ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR em até 03 (três) dias úteis contados da data de realização da respectiva reunião; e (iii) encaminhará cópia da ata a todos os membros

4





do Comitê de Investimentos dentro de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da realização da respectiva reunião.

Parágrafo 11 - Os membros do Comitê de Investimentos não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Parágrafo 12 - Os membros do Comitê de Investimentos deverão informar o ADMINISTRADOR, o qual deverá informar os Cotistas e o GESTOR, acerca de qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o FUNDO e, nestes casos, deverão se abster de deliberação sobre a matéria relativa a tal conflito."

(x) Neste ato, a Gestora, com anuência da totalidade dos Cotistas, indicou os membros do Comitê de Investimentos que exercerão seus mandatos pelo Prazo de Duração do FUNDO, podendo renunciar ao cargo ou serem substituídos antes do término do mandato:

- a. **VICENTE CONTE NETO**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.616.103-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 213.259.638-79, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Peixoto Gomide, nº 1.418, apto. 111, Cerqueira César, CEP 01409-002;
- b. **MARCO ANTONIO MAMED**, brasileiro, maior, divorciado, natural de Sertãozinho, Estado de São Paulo, nascido em 28 de dezembro de 1947, administrador de carteira, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH nº 02106141828 emitida pelo DETRAN SP data de emissão 28/11/2011 e inscrito no CPF sob nº 358.445.078-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Giovanni Gronchi, nº 3993, apartamento 32, Morumbi, CEP: 05.651-001; e
- c. **BRUNO BURILLI SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/SP 298.197, portador da cédula de identidade RG nº 25.951.053-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 364.288.048-75, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Doutor Augusto de Miranda, 597, apto. 102-A, Pompéia, CEP 05026-000.

(x).1 Cada membro ora eleito declara individualmente que: (i) compromete-se, desde já, a notificar de forma clara e tempestiva, reconhecendo o seu impedimento para exercício do direito de voto, os demais membros do Comitê de Investimentos, bem como o Administrador do FUNDO sobre eventual situação de conflito de interesse na qual eventualmente venha a se encontrar, abstendo-se de apreciar, discutir e deliberar sobre a matéria; (ii) compromete-se a não fazer nenhum uso, com qualquer propósito, de informação direta ou indiretamente relacionada ao FUNDO, da qual venha a tomar conhecimento em razão do exercício da função de membro do Comitê de Investimentos, sendo certo que tais informações não poderão ser divulgadas, reproduzidas, resumidas ou distribuídas.

(x).2 Cada membro do Comitê de Investimentos ora eleito e empossado declara, individualmente, estar ciente de que nos termos da Instrução CVM nº 578, o FUNDO

5

MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

não pode realizar operações nas quais os membros do Comitê de Investimentos, bem como seus sócios e respectivos cônjuges, figurem como contraparte, salvo mediante autorização prévia e expressa da assembleia geral de cotistas, comprometendo-se, neste ato, a não realizar e a solicitar a seus sócios e respectivo cônjuge que não realizem tais operações ou a solicitar previamente a aprovação para tanto em assembleia geral de cotistas. Tendo em vista as obrigações acima assumidas, os membros reconhecem, neste ato, que poderão ser responsabilizados, individualmente, por todo e qualquer prejuízo que o FUNDO ou o Administrador venha a sofrer em razão de seu descumprimento.

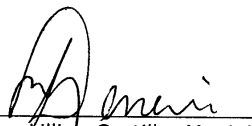
(xi) Consolidar o regulamento do FUNDO, anexo ao presente instrumento, nos termos do que fora deliberado acima, passando a vigor imediatamente após o seu registro e posterior remessa ao sistema CVMWeb;

Em decorrência da cisão ora aprovada, o **FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES LIFECARE MULTIESTRATÉGIA** passará a deter 1.606.565 (um milhão, seiscentas e seis mil, quinhentas e sessenta e cinco) Cotas, e o **PERNANBUCO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES PERNANBUMCO - MULTIESTRATÉGIA**, passará a deter 9.103.870,83 (nove milhões, cento e três mil, oitocentas e setenta inteiros e oitenta e três centésimos) de Cotas.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral de Cotistas encerrada com a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 25 de abril de 2017.

Mesa:


Lillian Castilho Menini
Presidente


Alexandre Lupércio
Secretário

[Assinaturas na página seguinte]

6



MICROFILMADO
SOB N°

001509495

[Página de Assinaturas de Ata da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios das
Multiestratégia realizada em 25 de abril de 2017]

Pelo Administrador:

INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Elisângela Kátia Capassi
RG 28.140.925-0
CPF 272.815.368-01

Nilson Luciano de Carvalho
CPF: 176.476.508-74
RG: 22.432.808-8

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

Pela Gestora:

HORUS INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS LTDA

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:



MICROFILMADO
SOB Nº

001509495

[Página de Assinaturas de Ata da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimento em Participações Alamedas
Multiestratégia realizada em 25 de abril de 2017]

5º RTD DA CAPITAL

Pelo Comitê de Investimentos:


MARCO ANTONIO MAMED


VICENTE CONTE NETO


BRUNO BURILLI SANTOS



Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça
M. Público
Iss

5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 18.404.753/0001-28

Paula da Silva Pereira Zaccaron - Oficial Titular

R\$ 869,53 Protocolado e prenotado sob o n. **1.516.794** em

R\$ 247,15 **18/05/2017** e registrado, hoje, em microfilme

R\$ 169,15 sob o n. **1.509.495**, em títulos e documentos,

R\$ 45,76 Averbado à margem do registro n.

R\$ 59,68 **1509483/18/05/2017**

R\$ 41,74 São Paulo, 18 de maio de 2017

R\$ 18,22

Total R\$ 1.451,23
Selos e taxas
Recolhidos p/verba

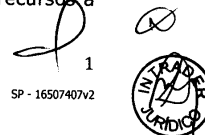
Paula da Silva Pereira Zaccaron - Oficial Titular
Jadriel Guimarães de Oliveira - Douglas Lourenço R. Braga



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE
MULTIESTRATÉGIA
CNPJ nº 17.158.705/0001-34**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS
REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2017**

- 1. Data, hora e local.** Às 10h00min do dia 05 de maio de 2017, na sede social da Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Administradora"), instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTIESTRATÉGIA ("Fundo")**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020.
- 2. Convocação e Presença.** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos cotistas do Fundo ("**Cotistas**") nesta data, conforme assinaturas apostas na Lista de Presença de Cotistas do Fundo, arquivada na sede da Administradora. Presentes, ainda, representantes da gestora do Fundo, a **Horus Investimentos - Gestora de Recursos Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Higienópolis, 1.601, 5º andar, conjunto 501, inscrita no CNPJ sob o nº 11.333.851/0001-72 ("**Gestora**"), além dos membros que compõem o Comitê de Investimento do Fundo, os Srs. **(i) Vicente Conte Neto**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.616.103-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 213.259.638-79, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Peixoto Gomide, nº 1.418, apto. 111, Cerqueira César, CEP 01409-002; **(ii) Marco Antonio Mamed**, brasileiro, divorciado, administrador de carteira, portador da Carteira Nacional de Habilitação - CNH nº 02106141828 emitida pelo DETRAN SP data de emissão 28/11/2011 e inscrito no CPF sob nº 358.445.078-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Avenida Giovanni Gronchi, nº 3993, apartamento 32, Morumbi, CEP: 05.651-001; e **(iii) Bruno Burilli Santos**, brasileiro, solteiro, maior, advogado inscrito na OAB/SP 298.197, portador da cédula de identidade RG nº 25.951.053-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 364.288.048-75, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo na Rua Doutor Augusto de Miranda, 597, apto. 102-A, Pompéia, CEP 05026-000.
- 3. Composição da Mesa.** Lillian Castilho Menini, na qualidade de Presidente e Alexandre Lupércio, na qualidade de Secretário.
- 4. Ordem do dia.** Deliberar sobre **(a)** a 2ª (segunda) emissão de cotas pelo Fundo ("**2ª Emissão**") ; **(b)** a aprovação para que o Fundo utilize os recursos a



serem captados no âmbito da 2ª Emissão para a aquisição de até 34% (trinta e quatro por cento) do capital social total da atual e única sociedade investida do Fundo, **Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.839.631/0001-24 ("**Rover**"), de modo que o Fundo possa ser titular de até 49% (quarenta e nove por cento) do capital social total da Rover; **(c)** a ratificação do cancelamento de quaisquer cotas emitidas pelo Fundo anteriormente a 19 de dezembro de 2014; e **(d)** a ratificação do cancelamento de quaisquer cotas emitidas pelo Fundo, conforme Instrumento de Deliberação do Administrador, datado de 19 de dezembro de 2014, que não tenham sido objeto de subscrição e integralização por parte de qualquer investidor.

5. Deliberações. Após leitura da ordem do dia, os cotistas titulares da totalidade das cotas de emissão do Fundo, sem quaisquer restrições, aprovaram:

- (a)** a 2ª Emissão de cotas do Fundo, a ser composta por até 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentas e setenta mil, seiscentas e cinquenta) cotas ("**Cotas**"), com valor unitário de emissão de R\$ 13,39 (treze reais e trinta e nove centavos), perfazendo o volume total de emissão de até **R\$ 250.000.003,50** (duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos) ("**Oferta**"). À Oferta poderá ser acrescida um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) do total das Cotas inicialmente ofertadas, sem prejuízo do lote adicional de até 20% (vinte por cento) das Cotas inicialmente ofertadas. As Cotas serão objeto de oferta pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, a ser coordenada pela própria Administradora. A Oferta poderá ser encerrada ainda que não seja colocada a totalidade das Cotas da 2ª Emissão, desde que sejam colocadas, no mínimo, 355.000 (trezentas e cinquenta e cinco mil) Cotas ("**Montante Mínimo da Oferta**"). No ato da aceitação da Oferta, os investidores poderão condicionar sua adesão a que haja distribuição **(a)** da totalidade das Cotas objeto da 2ª Emissão, e **(b)** de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas originalmente objeto da Oferta (desconsiderando-se o montante de Cotas objeto do lote adicional e do lote suplementar), definida conforme critério dos próprios investidores, mas que não poderá ser inferior ao Montante Mínimo da Oferta, na hipótese de encerramento da Oferta com a colocação parcial das Cotas da 2ª Emissão, na forma prevista no artigo 31 da Instrução CVM nº 400/03. Havendo o encerramento da Oferta com a colocação parcial das Cotas da 2ª Emissão, as Cotas que não tenham sido colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Administradora. Os demais termos e condições aplicáveis às Cotas encontram-se descritos no Suplemento ora aprovado pelos cotistas do Fundo, que integra o **Anexo I** a presente ata;
- (b)** a autorização para que o Fundo utilize os recursos captados com a 2ª Emissão para a aquisição de até 34% (trinta e quatro por cento) do capital social total da Rover ("**Opção de Compra**") ao preço certo e ajustado de até **R\$45.900.000,00** (quarenta e cinco milhões e novecentos mil reais) (o "**Preço do Exercício da Opção de Compra**"), de modo que o Fundo possa ser titular de até 49% (quarenta e nove por cento) do capital social total da Rover.



SP - 16507407v2



considerando sua atual participação societária na empresa. Destaca-se que foi atribuído um desconto de 10,89% (dez inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) ao valor justo apurado em laudo de avaliação elaborado por JMB Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 16.689.834/0001-96, a título de prêmio para os novos Cotistas ingressantes no Fundo em decorrência da Oferta ora aprovada, o que fora devidamente aprovado pela Gestora e anuído pelos Cotistas. Foi esclarecido pela Gestora e pela Administradora, fazendo com que se constasse da presente ata, o fato de que a Rover é controlada e administrada por pessoas que se enquadram como partes relacionadas ao sócio da Gestora **Tiago Oliva Schietti**, sendo que tal condição deverá ser consignada expressamente no Prospecto que embasará a Oferta. A aquisição de participação na Rover ora aprovada será concretizada nos termos do instrumento particular de opção de compra a ser celebrado entre o Fundo e os atuais detentores da parcela remanescente das ações de emissão da Rover, sendo certo que o exercício da Opção de Compra pelo Fundo dispensará qualquer outra aprovação pelo Comitê de Investimentos e/ou pelo Conselho de Supervisão do Fundo;

- (c) a ratificação do cancelamento de quaisquer cotas emitidas pelo Fundo anteriormente a 19 de dezembro de 2014; e
- (d) a ratificação do cancelamento de quaisquer cotas emitidas pelo Fundo, conforme Instrumento de Deliberação do Administrador, datado de 19 de dezembro de 2014, que não tenham sido objeto de subscrição e integralização por parte de qualquer investidor.

6. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata no livro próprio, que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, conforme Lista de Presença de Cotistas do Fundo, dos representantes da Gestora e Membros do Comitê de Investimento, arquivadas na sede do Adminsitrador.

São Paulo, 05 de maio de 2017.



Lillian Castilho Menini
Presidente



Alexandre Lupércio
Secretário



Elisângela Kátia Capassi
RG 28.140.925-0
CPF 272.815.368-01



Nilson Luciano de Carvalho
CPF: 176.476.508-74
RG: 22.432.809-8

INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



3
SP - 16507407v2





5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 18.404.753/0001-28

Paula da Silva Pereira Zaccaron - Oficial Titular

Emol.	R\$ 10.132,86	Protocolado e prenotado sob o n. 1.517.073 em
Estado	R\$ 2.879,89	19/05/2017 e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp	R\$ 1.971,11	sob o n. 1.509.607 , em títulos e documentos.
R. Civil	R\$ 533,30	Averbado à margem do registro n.
T. Justiça	R\$ 695,43	1509483/18/05/2017
M. Público	R\$ 486,38	São Paulo, 19 de maio de 2017
Iss	R\$ 212,38	

Total R\$ 16.911,35
Selos e taxas
Recolhidos p/verba

Paula da Silva Pereira Zaccaron - Oficial Titular
Natali G. Mendes de Oliveira - Douglas Lourenço R. Fraga

ANEXO I à assembleia geral de cotistas do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFECARE MULTIESTRATÉGIA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.158.705/0001-34, realizada em 05 de maio de 2017.

**SUPLEMENTO DA 2ª EMISSÃO DE COTAS DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
LIFECARE MULTIESTRATÉGIA**

1. O presente documento constitui o suplemento referente às cotas da 2ª (segunda) emissão do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFECARE MULTIESTRATÉGIA**, fundo de investimento em participações inscrito no CNPJ sob nº 17.158.705/0001-34 ("**Suplemento**", "**Cotas**" e "**Fundo**", respectivamente), com seu regulamento registrado em [•] de [•] de 2017, sob o nº [•], no [•]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante ("**Regulamento**"). O Fundo é administrado pela **INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, inscrita no CNPJ sob o nº 15.489.568/0001-95 ("**Administradora**").
2. Serão emitidas, nos termos deste Suplemento e do Regulamento, 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentas e setenta mil, seiscentas e cinquenta)) Cotas, com valor unitário de emissão de R\$ 13,39 (treze reais e trinta e nove centavos), perfazendo o volume total de emissão de até R\$ 250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos), para oferta pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, a ser coordenada pela própria Administradora ("**Oferta**").
 - 2.1 O montante total de Cotas da 2ª Emissão previsto no item 2 acima poderá ser acrescido em até 35% (trinta e cinco por cento) em razão da opção de colocação de Lote Adicional e Lote Suplementar no âmbito da Oferta, nos termos dos itens abaixo.
 - 2.2 Fica outorgada à Administradora, na qualidade de coordenadora líder da Oferta, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03, a opção de distribuição de lote suplementar, no montante de até 15% (quinze por cento) do total de Cotas objeto da 2ª Emissão, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.
 - 2.3 Sem prejuízo da opção de distribuição das Cotas do Lote Suplementar, a quantidade inicial total de Cotas da 2ª Emissão poderá ser, a critério da Administradora, em nome do Fundo, acrescida em até 20% (vinte por cento), sem

**MICROFILMADO
SOB N°**

001509607

5º RTD DA CAPITAL

4

SP - 16507407/2



considerar as Cotas do Lote Suplementar, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03 ("Lote Adicional").

3. A Oferta poderá ser encerrada ainda que não seja colocada a totalidade das Cotas da 2ª Emissão, desde que sejam colocadas, no mínimo, 355.000 (trezentas e cinquenta e cinco mil) Cotas ("**Montante Mínimo da Oferta**").

3.1 No ato da aceitação da Oferta, os investidores poderão condicionar sua adesão à Oferta, a que haja distribuição **(a)** da totalidade das Cotas objeto da 2ª Emissão, ou **(b)** de uma proporção ou quantidade mínima de Cotas originalmente objeto da Oferta (desconsiderando-se o montante de Cotas objeto do Lote Adicional e do Lote Suplementar), definida conforme critério dos próprios investidores, mas que não poderá ser inferior ao Montante Mínimo da Oferta. No caso do item (b) acima, o investidor deverá, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende receber a totalidade das Cotas por ele subscritas ou quantidade equivalente à proporção entre o número de Cotas efetivamente distribuídas e o número de Cotas originalmente ofertadas, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em receber a totalidade dos valores mobiliários por ele subscritos.

3.2 Serão consultados sobre as condições em que desejam manter o investimento realizado, na hipótese de encerramento da Oferta com a colocação parcial das Cotas da 2ª Emissão, na forma prevista na Instrução CVM nº 400/03, podendo optar por **(a)** manter a aceitação da Oferta no montante total solicitado para subscrição e integralização, **(b)** aceitar parcialmente a Oferta, subscrevendo e integralizando uma quantidade de quotas inferior à solicitada inicialmente, na mesma proporção do montante total colocado no âmbito da Oferta em relação ao montante total inicial objeto da Oferta (desconsiderando as Cotas do Lote Adicional e do Lote Suplementar) e **(c)** cancelar totalmente a aceitação da Oferta.

3.3 Havendo o encerramento da Oferta com a colocação parcial das Cotas da 2ª Emissão, as Cotas que não tenham sido colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Administradora.

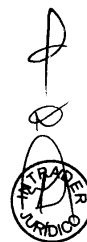
4. As Cotas serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, pelo seu respectivo valor calculado nos termos do Regulamento.

5. Quando não aqui expressamente definidos, os termos definidos utilizados neste Suplemento terão o mesmo significado a eles atribuído no Regulamento.

6. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições do Regulamento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições deste Suplemento. As Cotas terão as



5
SP - 16507407v2



características, poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídas pelo Regulamento.

7. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no [•]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, [•] de maio de 2017.

INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Administradora

MICROFILMADO
SOB N°

001509607

5º RTD DA CAPITAL

6
SP - 16507407v2



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

DECLARAÇÕES COORDENADOR E ADMINISTRADORA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

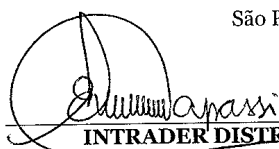
(artigo 56, da Instrução CVM nº 400/03)

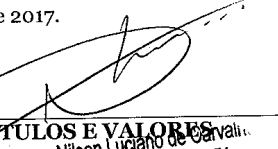
INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 13.646, de 5 de maio de 2014, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 152, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, inscrita no CNPJ sob o nº 15.489.568/0001-95 ("**Administradora**" e "**Coordenador Líder**"), na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFECARE MULTIESTRATÉGIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 17.158.705/0001-34 ("**Fundo**"), e instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição de cotas da 2ª (segunda) emissão do Fundo ("**Oferta**" e "**Cotas**", respectivamente), declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, e no âmbito da Oferta, que:

(a) o prospecto da Oferta (1) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (2) contém, na data de sua publicação, as informações relevantes sobre o Fundo, bem como sobre os riscos inerentes ao investimento nas Cotas, necessárias ao conhecimento pelos investidores; e

(b) as informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro de negociação das Cotas, inclusive aquelas constantes do estudo de viabilidade econômico-financeira que integra o prospecto da Oferta, são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes.

São Paulo, 23 de agosto de 2017.


INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Elisângela Kátia Capessi
RG: 22.432.809-8
CPF: 22.432.809-8


Nilson Luciano de Carvalho
CPF: 176.476.508-74
RG: 22.432.809-8



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CRITÉRIOS PARA CONTRATAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DE PRESTADORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CÓDIGO	ASSUNTO	EDIÇÃO
PO-01	SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E MONITORAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS	1º

POLÍTICA PARA SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E MONITORAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

1. Objetivo

Estabelecer as diretrizes que norteiam a seleção e contratação dos prestadores de serviços para Intrader DTVM, no exercício das atividades de gestão, custódia, controladoria, entre outros serviços, objetivando avaliar a capacidade do prestador de serviço em cumprir as normas legais, de regulação e melhores práticas.

2. Público alvo

Colaboradores, parceiros e prestadores de serviço da Intrader DTVM.

3. Valores analisados para a seleção do Prestador de Serviço

Os seguintes valores devem ser considerados no momento da análise e seleção do Prestador de Serviço:

- a) Competências essenciais: recursos exclusivos do prestador de serviço, seus pontos fortes e estratégicos, como uma equipe de trabalho bem treinada e flexível, instalações bem localizadas, e seus sistemas e tecnologias;
- b) Qualidades dos serviços prestados: Obter *feedback* de outras empresas que já usufruíram dos mesmos produtos e serviços, como forma de comprovar a qualidade ofertada;
- c) Agilidade e flexibilidade: prestadores de serviço que demonstram agilidade no atendimento e flexibilidade no atendimento tendem a ter maior capacidade de compreender e se adequar as necessidades do contratante;
- d) Cumprimento dos prazos: os prestadores devem ter e demonstrar seriedade e comprometimento no cumprimento dos prazos, além de segurança e confiabilidade na prestação de serviço;
- e) Estabilidade financeira: é importante ter certeza que o fornecedor possua uma boa "saúde financeira", pois disso poderá depender o cumprimento dos prazos e até mesmo a qualidade do serviço;

- f) Normas legais, de regulação e melhores práticas: os nossos prestadores de serviço devem ser preocupados com o atendimento das normas legais, de regulação e melhores práticas de mercado, assim como sejam empresas legalmente constituídas.

4. Processo interno para seleção e contratação do Prestador de Serviço

A identificação da necessidade de contratação do prestador de serviço é iniciada por qualquer uma das áreas da Intrader DTVM, em que define as necessidades para a prestação de serviços, encaminhando a área Administrativa para que analise junto com os diretores se a necessidade é de fato pertinente.

Em caso negativo, a área Administrativa informa ao solicitante a devolutiva dos diretores. Caso contrário, é iniciado pela área administrativa a seleção dos prestadores de serviços que serão analisados.

A Área Administrativa em conjunto com o Diretor Superintendente analisam os prestadores selecionados para análise, encaminhando para o Jurídico as empresas que mais se adequam as necessidades para a realização da prestação de serviço.

Em conjunto Jurídico e Compliance realizam as análises necessárias e em acordo com o Diretor Superintendente definem quem é a empresa escolhida, para que seja confeccionado o contrato entre a Intrader DTVM e o prestador de serviço.

5. Definição de Segregação entre Solicitante, Contratante e Aprovador.

Por premissa básica, em hipótese alguma as atividades de solicitação, aprovação e contratação deverão ser realizadas pela mesma área e/ou pelo mesmo solicitante.

6. Documentos Mínimos Exigidos

A documentação mínima exigida na contratação do prestador serviço, é:

- Plano de Continuidade dos Negócios;
- Procedimentos de segurança contra ameaças externas de sistemas;
- Relatório de Controles Internos;
- Política de Segurança da Informação.

No caso de prestador de serviço de Gestão de Recursos será solicitado o questionário padrão ANBIMA DE DUE DILIGENCE, atualizado e assinado pelo diretor responsável.

7. Processo de Avaliação do Prestador de Serviço

A avaliação do prestador de serviço será realizada pela área em que recebe o serviço prestado, a análise contempla a verificação da qualidade dos serviços prestados à área em acordo com o firmado em contrato, em base periódica.

O processo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo do prestador (PLDFT), deverá ser verificado pelo Compliance antes do início da Prestação de Serviço, o mesmo será feito por meio de questionários e pesquisas em sites oficiais.

7.1 Avaliação Gestor de Recursos:

No que tange a avaliação do Gestor de Recursos, será de responsabilidade da área de Administração de Recursos em conjunto com o Diretor Superintendente verificar a experiência do gestor de recursos para a estratégia de investimento.

Como também a estrutura de Gestão de Risco do Gestor de Recursos, se está em acordo com definido no controle para mitigação de risco do fundo de investimento.

O Compliance em conjunto com o Jurídico são responsáveis pela verificação das políticas de direito a voto e políticas e processos de PLDFT referente aos ativos negociados no fundos.

7.2 Avaliação de Prestador de Serviços Qualificados (Controladoria e Custódia):

Os prestadores de serviços qualificados devem estar em acordo com a estrutura e capacidade operacional para a prestação de serviço, nos termos da regulamentação vigente e das normas descritas pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais.

É verificado diariamente através do site do custodiante se as operações formalizadas pelo Gestor de Recursos estão em conformidade com as registradas pela área de Administração de Recursos.

Em D+1, é verificado pela área de Administração de Recursos se a variação da cota do fundo de investimento está correta conforme informação do Custodiante versus informações registradas no site CVM.

8. Monitoramento do Prestador de Serviço:

A periodicidade mínima de revisão dos documentos, processos e informações apresentadas pelo prestador, não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) meses, sendo de responsabilidade da área Administrativa realizar o monitoramento.

8.1 Monitoramento de Prestador Serviços Qualificados (Controladoria e Custódia):

O monitoramento de enquadramento de carteira é realizado pelo Compliance, em que é verificado em base diária posições novas e posições existentes na carteira, em acordo com o Regulamento de cada fundo de investimento.

O desenquadramentos verificados são enviados para a área Administração de Recursos, para que justifique o corrido e corrija o desenquadramento identificado.

8.1 Monitoramento de Gestor de Recursos:

A área Administração de Recursos é responsável pelo Gestor de Recursos em que deverá monitorar as seguintes atividades do Gestor de Recursos: cumprimento da política de investimento do fundo, gestão de risco do fundo, aderência ds preços praticas nas operações, critérios utilizados no rateio e divisão de ordens e o cumprimento das políticas de contratação dos prestadores de serviços referentes aos ativos negociados no fundo. Como também, realizar o acompanhamento do exercício de direito à voto.

Documento realizado	Mariana Groth – Resp Compliance	Abril/2016
Documento aprovado	Rodrigo Balassiano – Dir Compliance	Abril/2016

ANEXO V

LAUDO DE AVALIAÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



São Paulo - SP • Londrina - PR

Laudo de avaliação
ROVER NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS
IMOBILIÁRIOS S.A.

30 de março de 2017

jmiba.com.br

ROVER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A.



1. A JMB Assessoria Empresarial Ltda. ("JMB Advisors") foi contratada pela ROVER NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A. ("Companhia") e a totalidade dos seus acionistas para elaborar uma avaliação econômico financeira, pelo método do fluxo de caixa descontado, da Companhia ("Laudo de Avaliação" ou simplesmente "Laudo"), em conformidade com as leis aplicáveis, especificamente o artigo 264 da Lei 6.404/76 (Lei das S.A.).
2. A data-base utilizada para este Laudo de Avaliação é de 31 de dezembro de 2016.
3. Na elaboração deste Laudo de Avaliação, foram utilizados dados e informações gerenciais e contábeis não auditadas fornecidas pela Companhia, na forma de documentos e reuniões com empregados, consultores, gerentes, diretores, administradores e acionistas da Companhia. As premissas operacionais e financeiras que balizaram as projeções utilizadas para a elaboração do Laudo de Avaliação foram elaboradas pela Companhia e fornecidas aos representantes da JMB Advisors.
4. Este laudo de avaliação foi preparado exclusivamente para fins de apuração do valor justo através avaliação do valor econômico da Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários LTDA., sociedade investida do Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia, e, tem por objetivo também atender as exigências legais e regulamentares para embasar e fazer parte do processo de cisão parcial do Fundo de Investimento retromencionado, que após sua aprovação, terá a versão da parcela cindida para o Fundo de Investimento em Participações Rover Multiestratégia (Reorganização Societária).
5. A JMB Advisors não fez e não faz qualquer recomendação, explícita ou implícita, a respeito dos termos e condições da Reorganização Societária.
6. O presente Laudo de Avaliação não levou em consideração quaisquer avaliações prévias da Companhia no contexto de quaisquer operações ou negociações envolvendo a Companhia.
7. Este Laudo de Avaliação não constitui um julgamento, opinião ou recomendação à Administração ou acionista da Companhia ou qualquer terceiro quanto à conveniência e oportunidade, ou quanto à decisão de realização da Reorganização Societária.

1

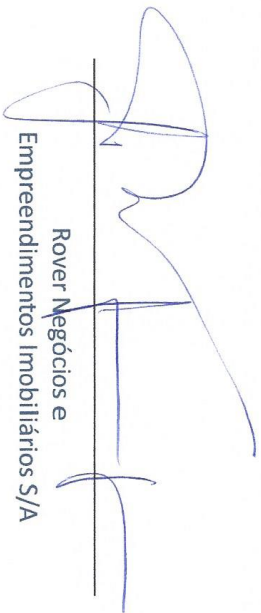
ROVER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A.




8. A JMB Advisors , seus administradores, empregados, consultores ou representantes não fazem, nem farão, expressa ou implicitamente, qualquer declaração ou garantia em relação à precisão ou completude de quaisquer informações disponibilizadas pela Companhia ou por terceiros por ela contratados utilizadas para a elaboração deste Laudo de Avaliação.
9. Para a elaboração deste Laudo de Avaliação, a JMB Advisors utilizou informações e dados não auditados por terceiros fornecidos pela Companhia. A JMB Advisors assumiu como verdadeiros os dados e informações e não tem qualquer responsabilidade com relação a sua veracidade.
10. O escopo do trabalho de Laudo de Avaliação realizado para a Companhia não incluiu auditoria das demonstrações financeiras de forma que a JMB Advisors não está expressando opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
11. Esta avaliação não reflete eventos e seus impactos ocorridos após a data de emissão deste Laudo de Avaliação, exceto aqueles indicados ao longo do documento.

Londrina, 30 de março de 2017.


Evandro Bazan de Carvalho Junior
JMB Advisors


Rover Negócios e
Empreendimentos Imobiliários S/A


Luciano Senna
CRC 054025/O-1 PR

Agenda



Sumário Executivo	03
Companhia avaliada	07
Metodologia de avaliação e Premissas	13
Fluxo de Caixa Descontado	28

Handwritten signatures and initials in blue ink.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Metodologia de Avaliação e Destaques das projeções financeiras e operacionais

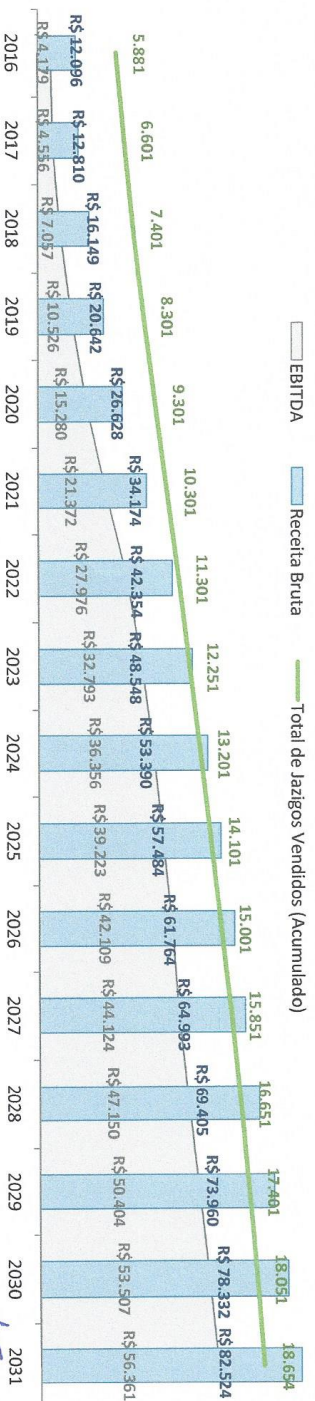


Metodologia de Avaliação – Fluxo de Caixa Descontado

- Data-base das projeções: 31 de dezembro de 2016.
- Metodologia utilizada: Fluxo de Caixa descontado. Os avaliadores consideraram a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado como a mais adequada para apurar o valor econômico da Companhia na data base definida. Com essa metodologia é possível capturar e mensurar os impactos das nuances macro e microeconômicas do setor, além das decisões estratégicas, financeiras e operacionais no desempenho da Companhia no curto, médio e longo prazo.
- As premissas de projeção, que compõe o fluxo de caixa projetado da companhia, foram fornecidas pela própria companhia através de sua equipe de gestão.
- Determinação do Valor da Empresa com base na geração de caixa futura, trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete a taxa de retorno média ponderada dos acionistas, calculada pelo método do WACC e CAPM.

Projeções de Unidades Vendidas (acumulado), EBITDA e Receita Bruta

Receita Bruta e EBITDA em milhares de R\$



SUMÁRIO EXECUTIVO

Taxa de desconto nominal



Custo de Capital Próprio (CAPM)	
Taxa Livre de risco	6,62%
Pêmito de Mercado	9,96%
Beta Alavancado	0,588
Size Premium Ibbotson 2014	3,81%
Custo de Capital Próprio (Ke) (6)	16,29%
Custo de Capital de Terceiros	
Custo Bruto da Dívida (a-a) Ki	12,25%
Alíquota IR e CSL	34,00%
Custo de Capital de Terceiros (Kd)	8,09%
WACC	
Proporção da Dívida (D/D+E)	0,8%
Proporção da PL (E/D+E)	99,2%
Kd	8,09%
Ke	16,29%
CMPC ou WACC	16,23%

- Taxa Livre de Risco (Rf)**
- Calculada, em termos nominais, a partir do título NTN-B Principal (5,22%)⁽¹⁾, ajustado pelo risco do país (2,79%)⁽²⁾ adicionado da projeção de inflação (4,16%)⁽³⁾
- Prêmio de Mercado (ERP)**
- Market Risk Premium Damodaran. Calculado pelo risco de crédito do país, com seus devidos ajustes.⁽⁴⁾
- Beta Alavancado (Beta)**
- Beta médio desalavancado dos peers da companhia, alavancado pela estrutura de capital da mesma.⁽⁵⁾
- Custo do Capital Próprio (Ke) – calculado pelo CAPM**
- $CAPM = Rf + \text{Beta}(\text{ERP}) + \text{SP}^{(6)}$
- Custo da Dívida (Ki)**
- Utilizada taxa meta SELIC do Banco Central na data base de 23/02/2017, baseado em discussões com a Companhia.
- Custo de Capital de Terceiros (Kd)**
- $Ki * (1 - \text{Alíquota Imposto})$.
- WACC**
- $WACC = D / (D + E) * Kd + E / (D + E) * Ki$

Notas

- (1): Fonte: Tesouro Nacional. Utilizado NTN-B Principal 2024 na data base de 23 de Fevereiro de 2017.
- (2): Metodologia que ajusta as taxas de retorno de títulos de longo prazo do país, como taxa livre de risco, dada a imaturidade do mercado financeiro brasileiro, quando comparada a mercados maduros como o norte americano, com frequentes oscilações nos retornos desses títulos. Utilizado EMBI – BR do IPEADATA na data base de 23 de Fevereiro de 2017.
- (3): Projeção de inflação de longo prazo dada por Bradesco Bli na data base de 23 de Fevereiro de 2017.
- (4): Damodaran Country Risk Premiums, partindo da taxa do mercado americano somado ao risco do país pelo CDS. Vide seção de Fluxo de Caixa Descontado para maiores informações sobre a taxa de desconto.
- (5): Beta médio dos peers de capital aberto do setor (CSL, STON, CVS) desalavancado e posteriormente avançado pela estrutura de capital da Companhia. Para as projeções considerou-se a mesma estrutura de capital na data base da avaliação de 31 de Dezembro de 2016. Vide seção de Fluxo de Caixa Descontado para maiores informações sobre a taxa de desconto.
- (6): Utilizado modelo CAPITAL ASSET PRICING MODEL, considerando um adicional de prêmio por tamanho (size premium) calculado por Ibbotson Associates. Vide seção de Fluxo de Caixa Descontado para maiores informações sobre a taxa de desconto.

5

SUMÁRIO EXECUTIVO

Equity Value e Perpetuidade



Considerações

Para fins de cálculo do Valor da Firma, considerou-se a somatória dos seguintes itens:

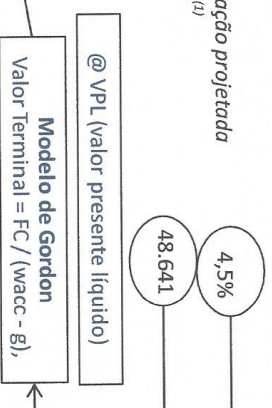
- Somatória do valor presente do fluxos de caixa operacionais projetados;
- Valor da Companhia na perpetuidade, calculado pelo Modelo de Gordon.

O Equity Value da Companhia, calculado pelo método do Fluxo de Caixa Descontado, do presente Laudo de Avaliação é de R\$ 151,5 milhões.

Valor da Firma e Equity Value

Valor da Empresa	
Fluxo de caixa descontado (projeção)	105.133
(+) Perpetuidade	45.437
= Valor da Firma	150.570
(-) Empréstimos e Financiamentos	-112
(+) Disponibilidades	1.081
= Equity value	151.539

Crescimento na perpetuidade – Inflação projetada
Fonte: Bradesco BBI Cenários (fev.2017)⁽¹⁾
Caixa gerado ano 2031



Perpetuidade (modelo de Gordon)	
Fluxo de Caixa Perpetuidade (ano n)*	48.641
Taxa de Crescimento perpetuidade (inflação a.a.) ⁽¹⁾	4,5%
WACC nominal último ano (2031)	16,23%
= VPL da perpetuidade	45.437

Notas

(1): A projeção dos fluxos de caixa e a taxa de desconto estão termos nominais o que representa, para o último ano de projeção em 2031, uma inflação anual de 4,5% (vide seção de Fluxo de Caixa Descontado para maiores informações). Dessa forma, assumiu-se, em discussão com a Companhia, um crescimento nominal na perpetuidade de 4,5% a.a. Fonte: Bradesco BBI, projeções econômicas de longo prazo, na data base de 23 de Fevereiro de 2017.

Agenda



Sumário Executivo	03
Companhia avaliada	07
Metodologia de avaliação e Premissas	13
Fluxo de Caixa Descontado	28

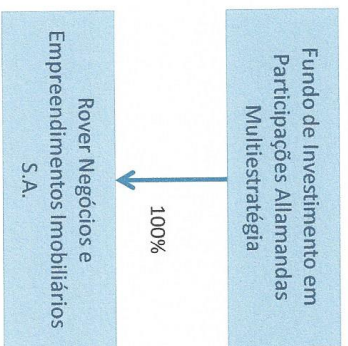
Handwritten signature and initials in blue ink, including a checkmark and the number 7.

COMPANHIA AVALIADA

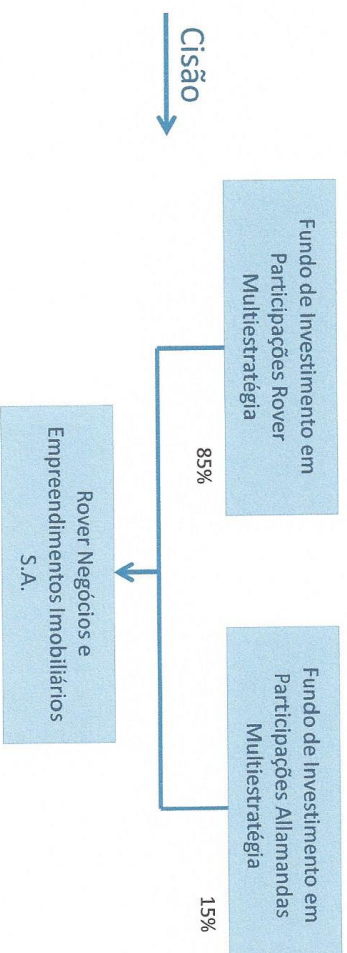
Quadro Acionário



Estrutura em 31/12/2016



Estrutura pretendida após a Reorganização Societária



COMPANHIA AVALIADA

Histórico



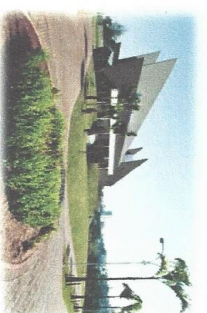
Objeto da Companhia

Compra, Venda e locação de Imóveis próprios ou de terceiros, Loteamentos, Construções Cíveis, Administração de Imóveis, Compra, Venda e Locação de Jazigos em Cemitérios Particulares, Projetos, Implantação e Gerenciamento de Cemitérios, Administração de Crematórios, Planos Assistenciais e Funerários e Serviços Funerários.

Breve histórico

A Companhia iniciou sua operação de venda de jazigos em 2011, com capacidade para 18.654 jazigos. Inicialmente, era uma empresa LTDA, mas em 3 de novembro de 2014, sofreu alteração do seu enquadramento societário, tornando-se uma Sociedade Anônima regida pela Lei 6.404/76 (Lei das S.A.). Assim sendo, a ROVER – NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/S LTDA teve sua razão social alterada para ROVER NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Estrutura Física



9

COMPANHIA AVALIADA

Estrutura Operacional e modelo comercial



Estrutura Operacional

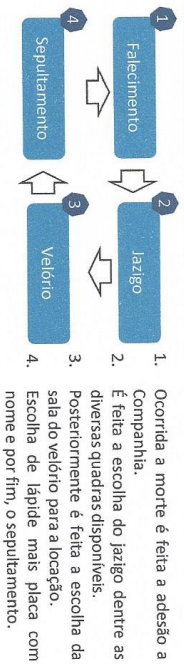
A estrutura operacional da Companhia consiste em :

- 18.654 mil jazigos, sendo 54 mil vagas para sepultamentos (3 Gavetas por Jazigo);
 - 5.881 Jazigos vendidos (até 31/dez/2016);
 - 4.206 Jazigos construídos (até 31/dez/16).
- Crematório;
- 4 salas para velório;
- Estacionamento com 99 vagas internas e mais 77 nos bolsões externos;
- Lanchonete;
- Salão Ecumênico;
- Saguão interno.

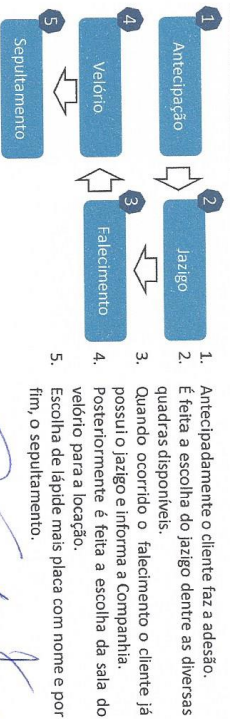
Modelo Comercial

A venda pode ocorrer antes do falecimento (antecipado) ou após o falecimento (pronto atendimento). Considera-se diferentes preços para cada uma das opções.

Pronto Atendimento



Preventivo





COMPANHIA AVALIADA

Demonstração de Resultados de 31 de dezembro de 2016



DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS - 31/12/2016

Receita operacional bruta	12.095.757,75
Cessão onerosa de uso de jazigos	8.162.695,53
Serviços - DAM	2.296.690,74
Serviços prestados Plano Assist. Funerário	1.090.204,16
Serviços prestados de cremação	210.757,00
Serviços - atendimento parque	335.410,32
Deduções da receita bruta	-700.188,42
Pls	-78.630,71
Cofins	-362.910,94
ISS	-196.653,14
Cancelamentos	-61.993,63
(=) Receita líquida	11.395.569,33
Custo de atividades operacionais	-480.616,24
Custo de jazigos vendidos	-39.511,66
Custos de serviços prestados	-441.104,58
(=) Lucro bruto	10.914.953,09
Despesas gerais e administrativas	-6.554.337,00
Despesas com vendas	-330.765,74
Despesas com pessoal	-3.071.587,59
Despesas administrativas	-3.151.983,67
Despesas tributárias	-54.397,45
Despesas financeiras	-220.940,65
Despesas indutíveis	-140.394,66
Receitas financeiras	98.105,91
Outras receitas e despesas	13.399,24
(=) Resultado antes da prov. p/ IR	4.056.388,48
Provisão p/ CS	-201.429,31
Provisão p/ IR	-453.898,89
(=) Lucro líquido do exercício	3.401.060,28

Considerações

A companhia possui enquadramento fiscal no Lucro Presumido, com reconhecimento de receita base caixa, ou seja, a receita bruta em seu resultado é na verdade a entrada de caixa do período.

No entanto, nem todos as contas de resultados seguem essa mesma característica. Algumas contas são reconhecidas no resultado por competência. Dentre elas:

- Impostos - PIS, COFINS, ISS, IR e CSLL são reconhecidos por competência com base na receita (entrada de caixa);
- Custos de jazigos;
- Despesas de Pessoal;
- Receitas Financeiras e despesas financeiras;

Observação: A contabilidade da Companhia não considerou depreciação nos demonstrativos do ano fiscal de 2016.

11

COMPANHIA AVALIADA

Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2016



BALANCETE ANALÍTICO EM 31/12/2016

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Disponibilidades imediatas	1.080.808,57	Fornecedores de materiais e serviços	626.170,41
Caixa	15.893,36	Obrigações com pessoal	320.145,49
Bancos Conta Movimento	96.168,52	Obrigações fiscais	218.477,14
Aplicações Financeiras	968.746,69	Empréstimos e financiamentos	0,00
Créditos	11.620.921,12	Outras obrigações	7.453,07
Cientes	9.985.709,12	Consórcios	2.358,50
Impostos a recuperar	5.171,96	Cheques a compensar	4.901,37
Demaís créditos	1.630.040,04	Outras contas a pagar	193,20
Estoque	698.569,67		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	13.400.299,36	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.172.246,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Créditos	38.315.399,47	Exigível a longo prazo	48.438.977,29
Empréstimos a sócios	1.650.752,19	Empréstimos e financiamentos	111.868,70
Créditos fiscais	210.433,75	Receita diferida	48.301.108,59
Depósitos judiciais	15.078,51	Provisão para contingências	26.000,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	40.191.663,92	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	48.438.977,29
ATIVO PERMANENTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	8.456.780,52	Capital social	9.500.000,00
Bens em Operações		Reserva de lucros	5.024.121,25
Imobilizado em andamento			
Adiantamento imobilizado	2.086.600,85		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	10.543.381,37	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.524.121,25
TOTAL DO ATIVO	64.135.344,65	TOTAL DO PASSIVO	64.135.344,65

Considerações

Da mesma forma como no resultado, os ativos e passivos patrimoniais possuem algumas peculiaridades.

Como o reconhecimento da receita se realiza por caixa, as vendas da Companhia são ratificadas no balanço em três contas:

1. Clientes,
2. Créditos de Longo Prazo, e
3. Receita Diferida.

Dessa maneira, os valores de venda são considerados como uma Receita Diferida, que será efetivamente reconhecida como receita quando se der seu recebimento.

Já os jazigos construídos são ratificados em estoque e são reconhecidos em resultado apenas quando são comprometidos com sepultamentos ou numerados.

12

Agenda



Sumário Executivo	03
Companhia avaliada	07
Metodologia de Avaliação e Premissas	13
Fluxo de Caixa Descontado	28

13

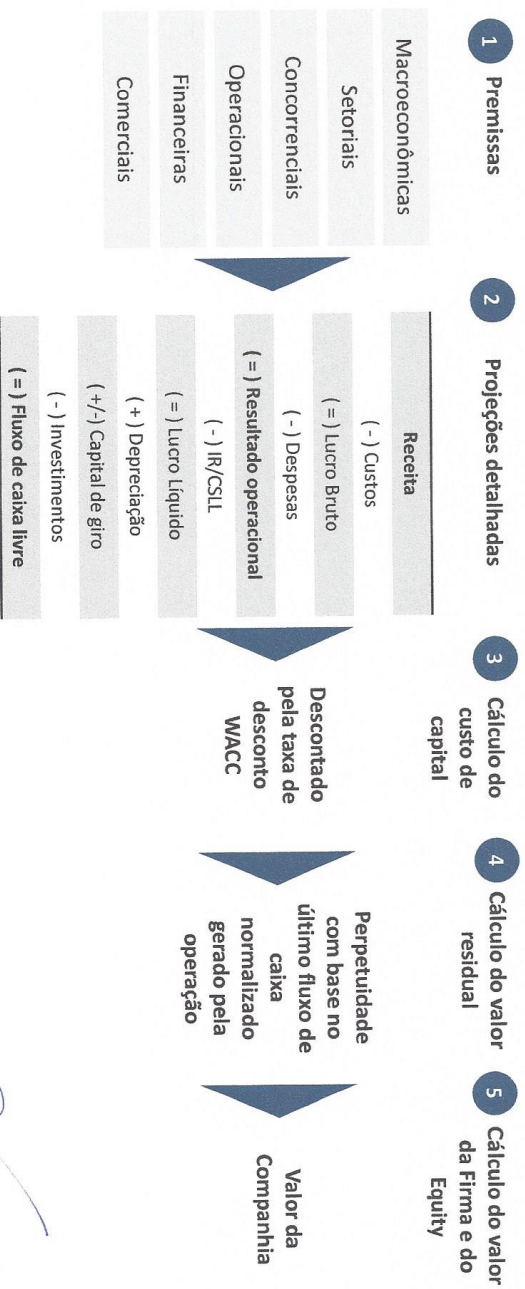
Handwritten in blue ink, there is a large, stylized signature above the number 13. To the right of the signature are two sets of initials, one appearing to be "J" and the other "B", both written in a cursive style.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Metodologia do Fluxo de Caixa Descontado

Fluxo de caixa descontado

- O método do Fluxo de Caixa Descontado considera que o valor económico de um negócio é resultante do valor presente dos fluxos de caixa líquidos a serem gerados pela operação no futuro.
- A metodologia do Fluxo de Caixa Descontado é apresentada a seguir:



Handwritten signature and initials.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Visão Geral das premissas operacionais, comerciais e financeiras.



Premissas operacionais e financeiras – Plano de negócios

- As premissas operacionais e financeiras que balizaram as projeções do Fluxo de Caixa Descontado foram elaboradas pela Companhia e apresentadas para os representantes da JIMB Advisors.
- Tais premissas compõe o plano de negócios da Companhia para os próximos anos com base na expectativa de geração de caixa na data-base.
- As premissas foram formuladas pela Companhia considerando a expectativa e cenários macroeconômico e operacional na data-base, podendo sofrer alterações com o tempo, refletindo assim em eventuais variações na expectativa de geração de caixa futura.

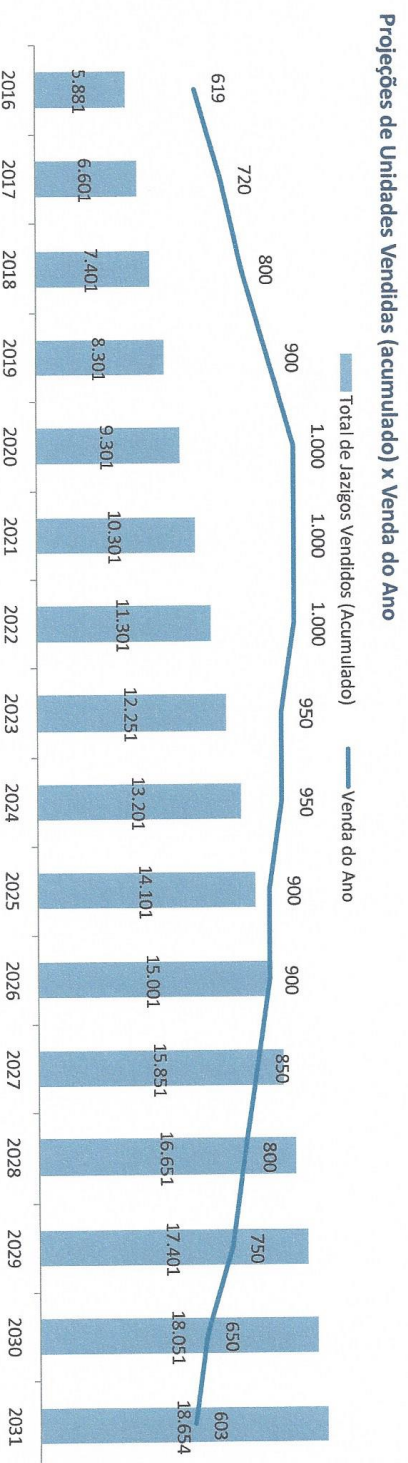
Premissas Comerciais

- **Venda de jazigos:** os 18.654 disponíveis para venda e serão comercializados em condições que consideram a quantidade de unidades vendidas, preço e plano de parcelamento.
 - Unidades vendidas: considerando a expectativa, na data-base, de velocidade de vendas de jazigos, a projeção da Administração espera vender as unidades disponíveis até o ano de 2031. Há ainda que considerar jazigos vendidos como Kits, ou seja, vendidos em planos conjuntos que agregam vários serviços em uma única parcela.
 - Preço por unidade: os preços por unidade variam de acordo com os respectivos planos de parcelamento para os clientes.
 - Planos de parcelamento: a Companhia trabalha com planos de parcelamento de até 120 parcelas.
- **Taxa de manutenção:** após a aquisição do jazigo, o cliente paga mensalmente a taxa de manutenção, que é uma mensalidade que visa o custeio da infraestrutura da Companhia.
- **Planos Assistenciais:** planos [?]
- **Outras receitas:** além da venda de jazigos e taxa de manutenção, a Companhia conta com receitas adicionais tais como: prestação de serviços de cremação, sepultamentos, velórios, venda de lápides, placas de identificação.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' followed by a series of loops and a final flourish.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Projeção de Unidades Vendidas (acumulado) x Venda do Ano



A Administração da Companhia assumiu que serão vendidas 18.654 unidades até o ano de 2031. Destaca-se, que a atual projeção de vendas da Companhia está abaixo da sua média de venda anual histórica líquida (aproximadamente 1.000 jazigos/ano), atingindo esses patamares apenas nos anos de 2020 a 2022 ao longo da projeção. As vendas projetadas são valores totais absolutos, englobando: as vendas de jazigos tradicionais, aqueles em que a venda do jazigo ocorre separadamente dos custos de taxa de administração e outros serviços, vendas de jazigos kits, que englobam diversos serviços em um kit de venda. As vendas consideradas na projeção são vendas líquidas, ou seja, livres de cancelamentos ou devoluções de vendas ocorridas durante o ano.

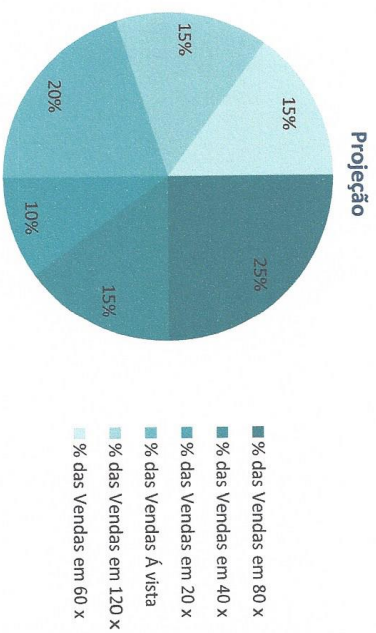
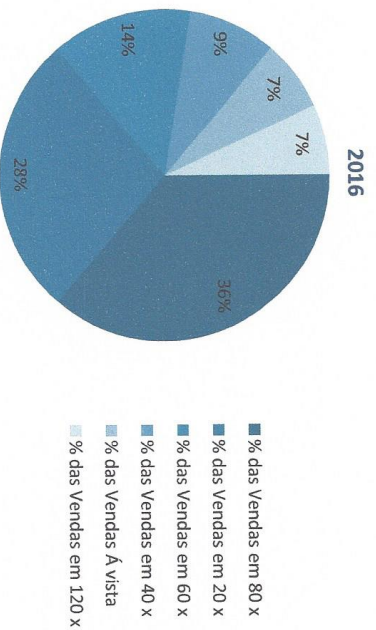
16

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Parcelamento das vendas



Preço de venda dos jazigos por condição de parcelamento

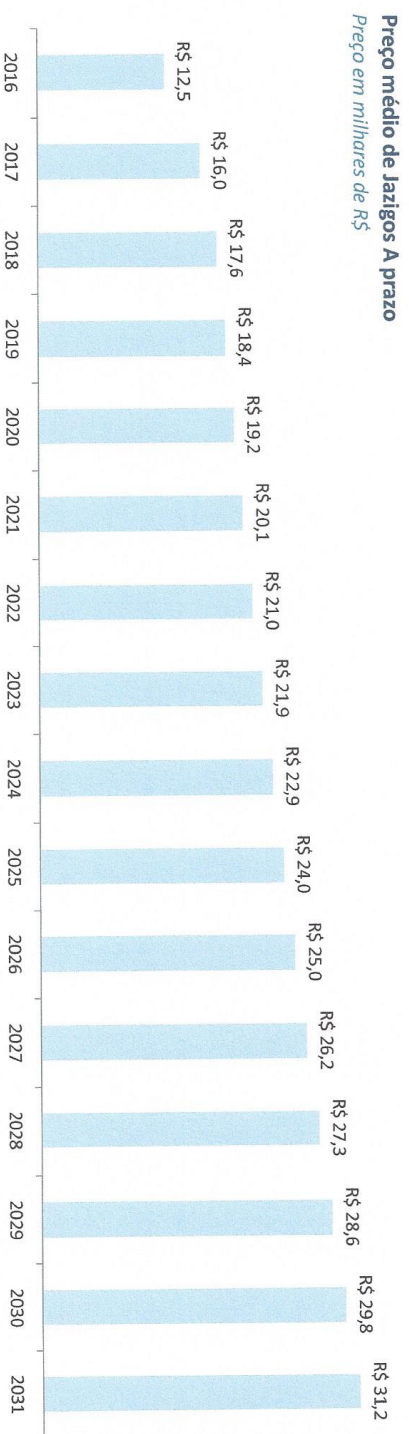


As premissas de quantidade de venda por tipo de parcelamento provêm da estratégia comercial da Companhia, base de seu plano de negócio para os próximos anos. O encurtamento dos prazos dos planos de vendas é parte ativa da estratégia da Companhia que, ao possuir base maior de ativos vendidos, gera mais receita de serviços que permitem um encurtamento dos prazos de vendas de jazigos. Para fins de projeção, assumiu-se a expectativa da Companhia baseada na estratégia comercial da data-base.

17

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Preço Médio de Venda de Jazigos a prazo



O preço médio de jazigos a serem vendidos “a prazo” que a companhia espera operar estão refletidos no gráfico acima. Ressalta-se que o preço médio da venda “a prazo” considera descontos menores que os praticados nas vendas “a vista” (em parcelamentos longos, maiores do que 20x), a depender dos planos de vendas escolhidos.

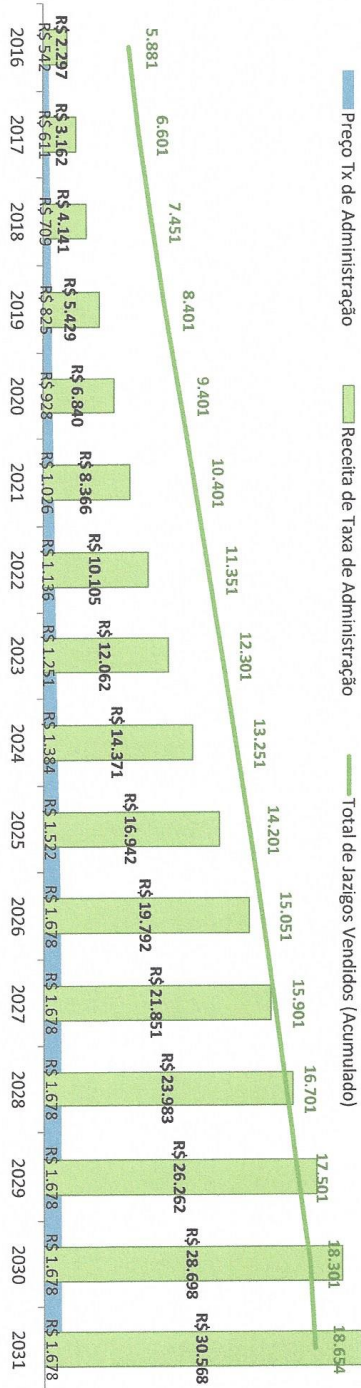
18

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Taxa de Administração



Projeção de preço da Taxa de Administração, Receita de Taxa de Administração e número de Jazigos Vendidos (Acumulado)
Receita de Tx em milhares de R\$
Preço anual em R\$



O valor da taxa de administração mensal na base de 2016 foi de R\$ 47,00 mensais, totalizando R\$ 564,00 anuais. O gráfico acima, demonstra a evolução do preço nominal da taxa de administração anual assumida na projeção. A taxa de administração se refere ao valor pago peloscessionários dos jazigos pela manutenção e conservação dos seus lotes. Seu pagamento é obrigatório e sua duração é por tempo indeterminado.

[Handwritten signature]

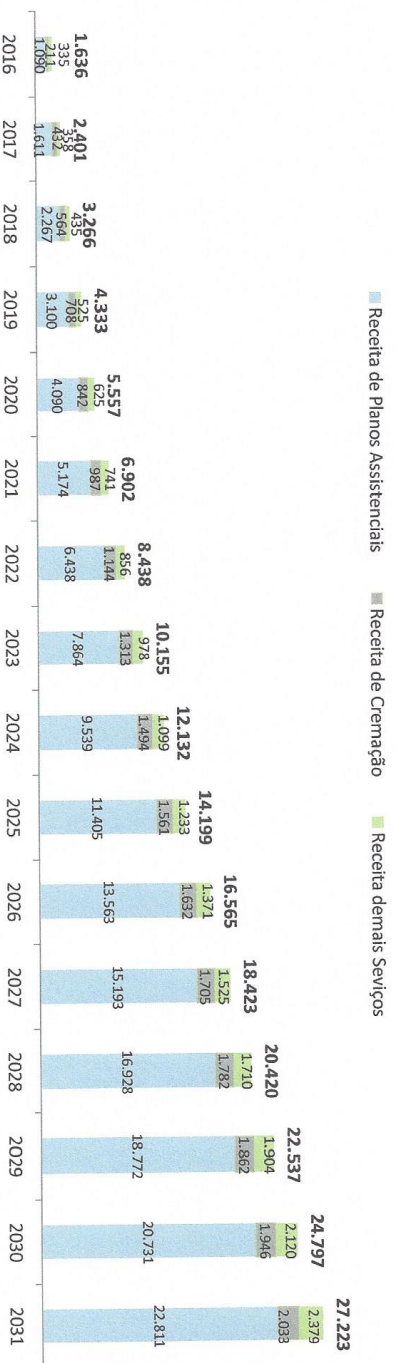
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Planos Assistenciais, Cremação e Demais Serviços



Planos Assistenciais, Cremação e Demais Serviços

Receitas em milhares de R\$



O gráfico acima demonstra as receitas geradas por categoria de serviço/produto. As receitas de Planos Assistenciais se referem aos planos funerários vendidos pela Companhia que dão cobertura de toda assistência a funeral (Velório, traslado, etc.).

As receitas de cremação se referem aos serviços daqueles que optam pela cremação ao invés de sepultamentos tradicionais em jazigos.

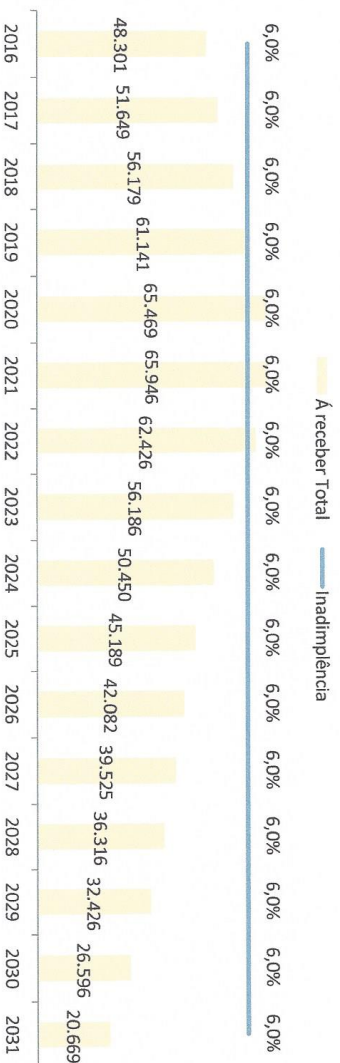
As outras receitas são referentes a velórios, sepultamentos, lápides, e outros pequenos serviços realizados pela Companhia.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Inadimplência e Taxa de Sinistralidade dos Planos

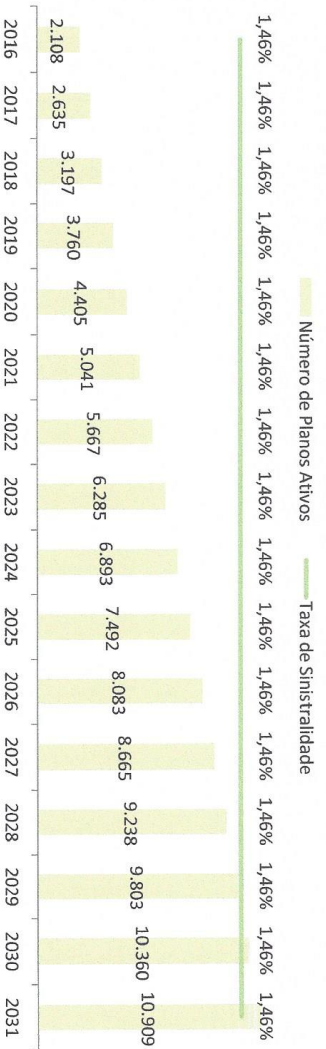


Inadimplência x Contas a receber total
Em milhares de R\$



A inadimplência histórica da Companhia, sobre os valores totais a Receber está em 6%, sendo tal valor utilizado como referência para a projeção.

Taxa de Sinistralidade x Número de Planos Ativos



A taxa de sinistralidade, ou seja, o número de atendimentos dos planos ativos em contrapartida ao total da massa coberta de pessoas do mesmo plano, está em 1,46%. Para fins de projeção, assumiu-se a mesma taxa ao longo dos anos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Enquadramento fiscal, alíquotas e bases de cálculo de impostos diretos e indiretos



Base de cálculo e alíquotas (em %)

Impostos	Alíquota	Base Calc.
PIS	0,65%	-
COFINS	3,0%	-
ISS	5,0%	-
IRPJ - Serviços	15,0%	32,0%
IRPJ - Produtos	15,0%	8,0%
CSLL - Serviços	9,0%	32,0%
CSLL - Produtos	9,0%	12,0%

A Companhia enquadra-se no lucro presumido com reconhecimento da receita por regime de caixa, sendo dessa forma a apuração dos impostos pelo recebimento.

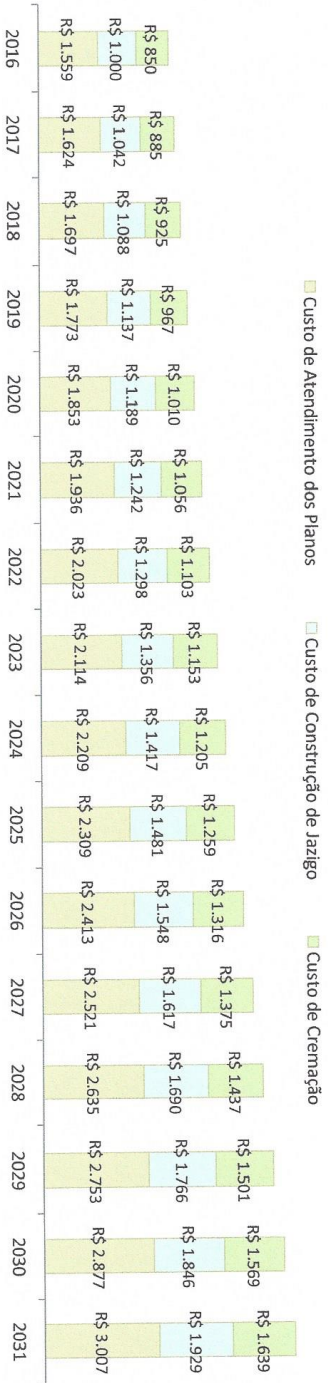
Para PIS e COFINS aplica-se a alíquota diretamente sobre o valor total de receita (recebimento). Para ISS aplica-se a alíquota ao total de serviços. Para IRPJ e CSLL aplica-se a base de cálculo referente ao tipo da receita (produto ou serviço) e posteriormente a alíquota sobre a base. Ainda nesse último caso, deve-se considerar uma alíquota adicional que deve ser aplicada. A alíquota adicional deve ser aplicada somente ao que for superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em base trimestral sobre a base de cálculo.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'G' followed by a series of loops and a final flourish.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Custos de atendimento dos planos, construção de jazigos e cremação unitários

Custos diretos unitários



Os custos unitários de atendimento dos planos, construção de jazigos e cremação estão representados no gráfico acima. A projeção assumiu as premissas definidas no plano estratégico da companhia.

A tabela ao lado é uma estimativa gerencial dos custos unitários dos produtos e serviços realizados pela Companhia, na data base de 31 de dezembro de 2016:

Produto/Serviços	Custo Médio Unit.
Jazigos	R\$ 1.000,00
Cremação	R\$ 850,00
Lápide	R\$ 106,50
Sepultamento	R\$ 200,00
Caixa Osuária	R\$ 30,00
Placa com Nome	R\$ 30,00
Atend. Plano	R\$ 158,87

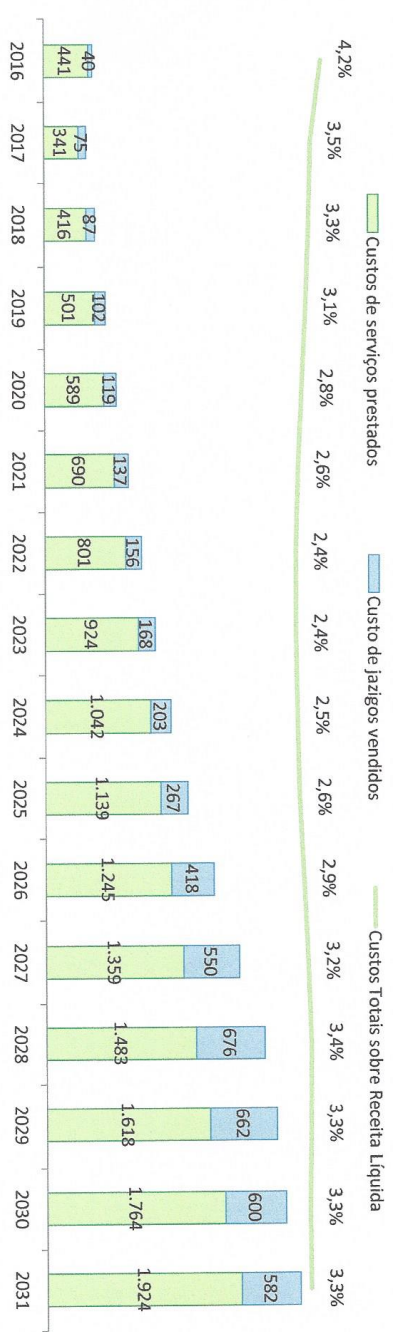
[Handwritten signature]

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Custos totais, por serviço e jazigo e % sobre a receita líquida



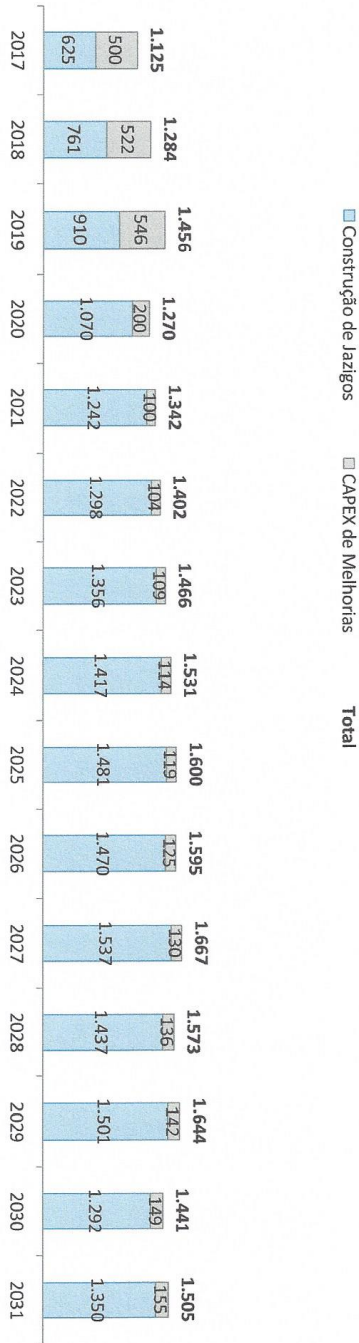
Custos dos Serviços Prestados, jazigo vendidos e % total sobre a Receita Líquida
Em milhares de R\$



A projeção dos custos unitários dos serviços e produtos da companhia resultou nos custos totais demonstrado acima. Ressalta-se que os custos de jazigos vendidos não correspondem necessariamente ao número de jazigos vendidos ou ao número de jazigos construídos (venda e construção ocorrem em tempos diferentes) mas ao número de jazigo comprometidos com sepultamentos ou mesmo aqueles numerados na venda. A diluição dos custos em relação ao total da receita líquida condiz com a estratégia de crescimento da companhia em serviços conforme premissas por ela fornecidas.

24

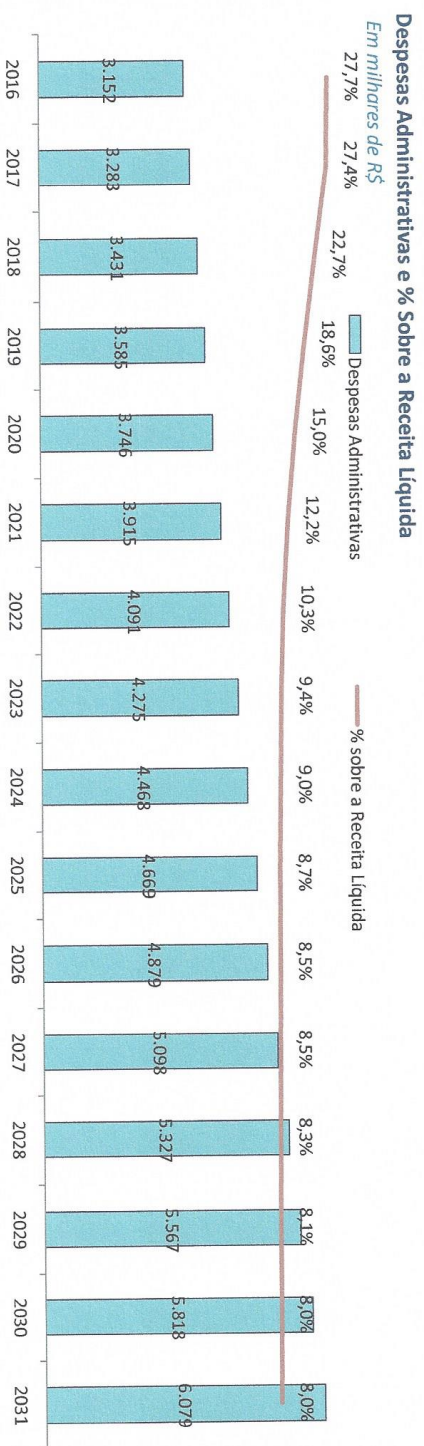
Construção de Jazigos, CAPEX de melhorias e Total de investimentos
Em milhares de R\$



Os investimentos ao longo da projeção, fazem parte do plano estratégico delineado pela Companhia. CAPEX em melhorias são principalmente reformas e expansões de estruturas já existentes. A construção de jazigos, se refere efetivamente ao gastos totais na construção de jazigos ao longo da projeção. Para os anos finais de projeção, e por conservadorismo da Administração da Companhia, será assumida a construção de quase a totalidade da sua capacidade de jazigos, de acordo com sua estimativa de uso dos jazigos vendidos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Despesas Administrativas



As Despesas Administrativas correspondem àquelas normais de operação da Companhia como despesas fixas de: água, energia elétrica, manutenção e jardinagem, segurança 24 horas entre outras. Tais despesas são de natureza fixa e tratam da manutenção e conservação da estrutura do ativo. Para fins de projeção, foram reajustadas conforme projeção de inflação do período. A diluição das despesas ao longo da projeção se deve ao crescimento da receita no período.

(Handwritten signature)

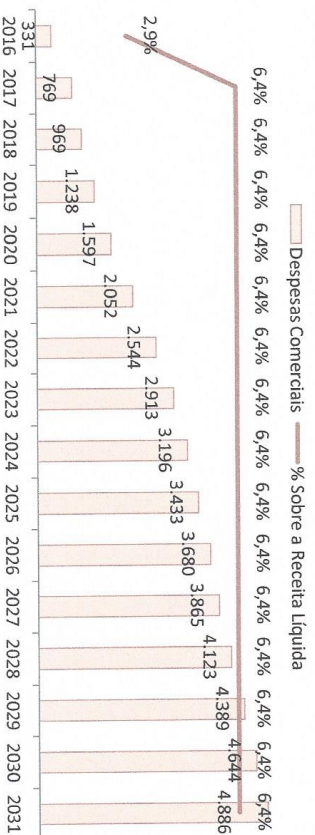
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PREMISSAS

Despesas Comerciais e Pessoal



Despesas Comerciais x % sobre a Receita Líquida

Em milhares de R\$



Despesas Comerciais

Despesas comerciais correspondem aos gastos relacionados ao esforço da equipe de venda, telemarketing e eventos realizados pela Companhia ao longo da projeção. Assim, assumiu-se seu comportamento histórico, com relação a receita líquida de vendas, para fins de projeção.

Despesas com Pessoal

Despesas com pessoal correspondem às despesas de pessoal administrativo, diretoria, operacional de toda a atividade da Companhia. Tais despesas são de natureza fixa e foram consideradas na projeção de acordo com expectativa do plano de negócio da companhia.

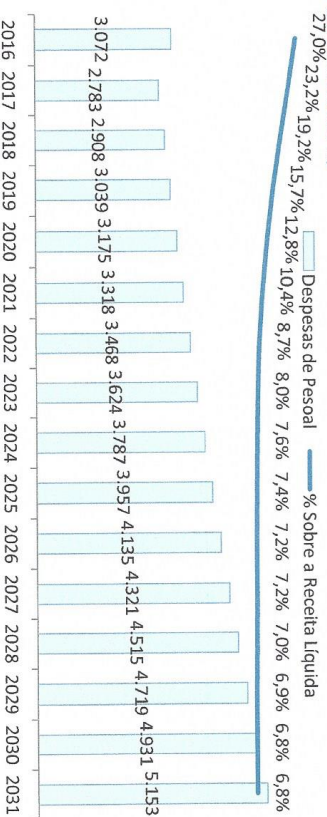
Ajuste de classificação de despesas para projeção

Resalta-se que um ajuste foi feito na composição das despesas Comerciais e de Pessoal. No ano de 2016, a contabilidade da Companhia lançou R\$402.377 de despesas de comissões em despesas de pessoal. Dessa forma, o ajuste citado realoca esse valor de comissão em vendas para fins de projeção.

27

Despesas com Pessoal x % sobre a Receita Líquida

Em milhares de R\$



Agenda



Sumário Executivo	03
Companhia avaliada	07
Metodologia de Avaliação e Premissas	13
Fluxo de Caixa Descontado	28

28

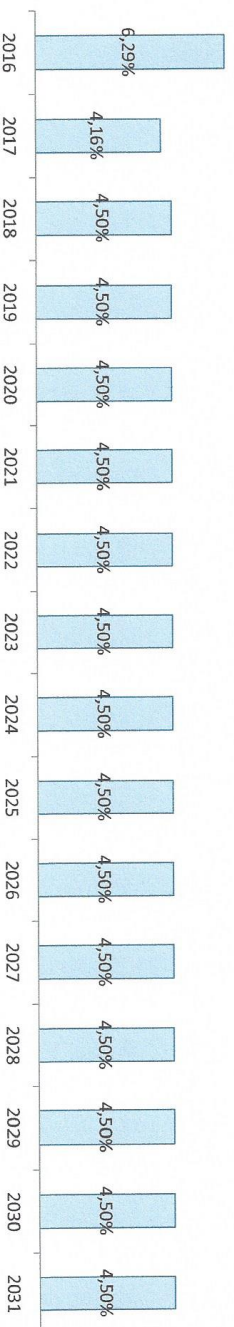
Handwritten blue ink marks, including a large checkmark-like signature and the initials "JP", located below the page number 28.

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Visão geral da Projeção Nominal e Inflação Anual

- Data-base das projeções: 31 de dezembro de 2016.
- Foram realizadas projeções de Demonstrativo de resultados, balanço patrimonial e fluxo de caixa entre os anos de 2017 e 2031, ano que se estimou a venda das últimas unidades de jazigos.
- As projeções são nominais, embutindo dessa forma a expectativa de inflação projetada abaixo:

Inflação - IPCA



Fonte: Bradesco BBI, projeções de longo prazo de 23 de fevereiro de 2017.

- A taxa de desconto considerada é nominal.
- Para fins de cálculo do Valor da Firma, considerou-se a somatória dos seguintes itens:
 - Somatória do valor presente do fluxos de caixa operacionais projetados
 - Valor da Companhia na perpetuidade, calculado pelo Modelo de Gordon

Handwritten signature and initials.

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Projeção de Resultado



Projeção do Demonstrativo de Resultados
em milhares R\$

DRE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Receita Bruta	12.096	12.810	16.149	20.642	26.628	34.174	42.354	48.548	53.390	57.484	61.764	64.993	69.405	73.960	78.332	82.524
Cessão onerosa de uso de jazigos	8.163	7.247	8.770	10.945	14.304	18.987	23.856	26.380	26.941	26.462	25.473	24.788	25.074	25.311	25.229	24.733
Serviços - DAM	2.297	3.162	4.114	5.364	6.767	8.286	10.060	12.013	14.317	16.822	19.726	21.782	23.911	26.112	28.306	30.568
Serviços prestados Plano Assist. Funerário	1.090	1.611	2.267	3.100	4.090	5.174	6.438	7.864	9.539	11.405	13.563	15.193	16.928	18.772	20.731	22.811
Serviços prestados de cremação	211	432	564	708	842	987	1.144	1.313	1.494	1.561	1.632	1.705	1.782	1.862	1.946	2.033
Serviços - atendimento parque	335	358	435	525	625	741	856	978	1.099	1.233	1.371	1.525	1.710	1.904	2.120	2.379
Deduções da Receita Bruta	-700	-811	-1.041	-1.344	-1.725	-2.182	-2.688	-3.129	-3.545	-3.944	-4.386	-4.716	-5.106	-5.511	-5.916	-6.325
Receita Líquida	11.396	11.998	15.108	19.298	24.904	31.993	39.666	45.419	49.845	53.540	57.379	60.277	64.299	68.449	72.416	76.199
Custos das Atividades Operacionais	-481	-416	-503	-603	-708	-826	-957	-1.092	-1.245	-1.406	-1.663	-1.909	-2.159	-2.280	-2.364	-2.506
Custo de jazigos vendidos	-40	-75	-87	-102	-119	-137	-156	-168	-203	-267	-418	-550	-676	-662	-600	-582
Custos de serviços prestados	-441	-341	-416	-501	-589	-690	-801	-924	-1.042	-1.139	-1.245	-1.359	-1.483	-1.618	-1.764	-1.924
Lucro Bruto	10.915	11.582	14.605	18.695	24.196	31.166	38.710	44.327	48.600	52.134	55.716	58.368	62.140	66.169	70.052	73.693
Despesas gerais e administrativas	-6.554	-6.835	-7.307	-7.861	-8.519	-9.285	-10.102	-10.811	-11.451	-12.059	-12.693	-13.285	-13.966	-14.675	-15.392	-16.119
Despesas tributárias	-54	-57	-72	-92	-119	-153	-189	-217	-238	-256	-274	-288	-307	-327	-346	-364
Despesas financeiras	-221	-10	-7	-3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas indenizáveis	-140	-148	-186	-238	-307	-394	-489	-560	-614	-660	-707	-743	-792	-843	-892	-939
Receitas financeiras	98	98	119	131	176	276	495	842	1.328	1.918	2.581	3.298	4.089	4.931	5.868	6.882
Outras receitas e despesas	13	14	18	23	29	38	47	53	59	63	67	71	76	80	85	90
Resultado Antes da Prov. p/ I.R.	4.056	4.644	7.170	10.655	15.456	21.648	28.471	33.635	37.684	41.141	44.690	47.422	51.239	55.334	59.375	63.243
Provisão p/ CS	-201	-238	-307	-397	-509	-642	-790	-923	-1.053	-1.179	-1.320	-1.426	-1.548	-1.674	-1.802	-1.931
Provisão p/ IR	-454	-538	-714	-943	-1.220	-1.543	-1.905	-2.249	-2.603	-2.959	-3.361	-3.660	-3.996	-4.346	-4.701	-5.066
Lucro Líquido	3.401	3.868	6.148	9.314	13.727	19.463	25.776	30.462	34.029	37.003	40.009	42.336	45.696	49.314	52.872	56.246
% Margem Líquida	29,8%	32,2%	40,7%	48,3%	55,1%	60,8%	65,0%	67,1%	68,3%	69,1%	69,7%	70,2%	71,1%	72,0%	73,0%	73,8%

[Handwritten signature]

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Projeção de Balanço Patrimonial



Projeção do Balanço Patrimonial

em milhares R\$

Balanço Patrimonial	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Ativo	64.135	68.566	74.781	82.041	89.587	94.476	96.654	97.053	98.596	101.095	106.257	112.335	118.435	124.601	129.516	135.039
Ativo Circulante	13.400	16.401	20.693	26.260	30.191	37.917	45.250	51.913	55.012	60.225	67.369	75.644	84.209	94.168	103.886	114.648
Disponibilidades imediatas	1.081	1.114	1.602	2.546	4.613	7.820	12.271	17.613	23.563	29.989	37.081	44.599	53.011	62.087	71.992	82.517
Créditos	11.621	14.038	17.168	20.984	21.897	25.311	27.050	27.183	23.117	20.690	19.689	19.459	18.852	18.896	18.017	17.485
Clientes	9.986	12.403	15.533	19.348	20.261	23.676	25.415	25.548	21.482	19.055	18.054	17.824	17.217	17.261	16.382	15.850
Impostos a recuperar	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Demais créditos	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630	1.630
Estoques	699	1.249	1.923	2.730	3.681	4.787	5.929	7.117	8.332	9.546	10.599	11.585	12.346	13.185	13.877	14.645
Ativo Não Circulante	40.192	41.122	42.522	43.669	47.084	44.147	38.888	32.514	30.844	28.011	25.904	23.577	20.976	17.041	12.090	6.695
Créditos	38.315	39.246	40.646	41.793	45.208	42.271	37.012	30.638	28.968	26.134	24.028	21.701	19.099	15.164	10.214	4.819
Empréstimos a sócios	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651	1.651
Créditos fiscais	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210	210
Depósitos judiciais	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
Ativo Não Circulante	10.543	11.043	11.566	12.112	12.312	12.412	12.516	12.626	12.740	12.859	12.984	13.114	13.250	13.392	13.541	13.696
Imobilizado	8.457	8.957	9.479	10.025	10.225	10.325	10.430	10.539	10.653	10.772	10.897	11.027	11.163	11.305	11.454	11.609
Imobilizado em andamento	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087	2.087
Passivo + Patrimônio Líquido	64.135	68.566	74.781	82.041	89.587	94.476	96.654	97.053	98.596	101.095	106.257	112.335	118.435	124.601	129.516	135.039
Passivo Circulante	1.172	1.056	1.159	1.308	1.487	1.696	1.913	2.112	2.302	2.484	2.671	2.839	3.009	3.202	3.374	3.573
Fornecedores de materiais e serviços	626	487	510	551	596	644	683	724	765	805	840	883	913	960	983	1.034
Obrigações com pessoal	320	387	426	470	524	589	660	720	770	816	863	905	954	1.006	1.058	1.110
Obrigações fiscais	218	174	215	279	360	455	562	661	759	855	960	1.043	1.134	1.229	1.325	1.422
Empréstimos e financiamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras obrigações	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Passivo Não Circulante	48.439	52.212	57.095	62.343	66.964	67.752	64.558	58.665	53.213	48.129	45.102	42.545	39.336	35.446	29.616	23.689
Exigível a Longo prazo	48.439	52.212	57.095	62.343	66.964	67.752	64.558	58.665	53.213	48.129	45.102	42.545	39.336	35.446	29.616	23.689
Patrimônio Líquido	14.524	15.298	16.527	18.390	21.136	25.028	30.183	36.276	43.081	50.482	58.484	66.951	76.090	85.953	96.521	107.777
Capital social	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500
Reserva de lucros	5.024	5.798	7.027	8.890	11.636	15.528	20.683	26.776	33.581	40.982	48.984	57.451	66.590	76.453	87.027	98.277

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Projeção de Fluxo de Caixa

Projeção do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto
em milhares R\$

Fluxo de Caixa pelo método Indireto	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
(+) Lucro Líquido	3.868	6.148	9.314	13.727	19.463	25.776	30.462	34.029	37.003	40.009	42.336	45.696	49.314	52.872	56.246	0
(+) Despesas Financeiras	10	7	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Receitas Financeiras	-98	-119	-131	-176	-276	-495	-842	-1.328	-1.918	-2.581	-3.298	-4.089	-4.931	-5.868	-6.882	-568
Variação dos Ativos e Passivos	-203	-181	-336	-478	-586	-600	-641	-741	-856	-786	-819	-591	-645	-521	-521	-568
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.577	5.854	8.850	13.073	18.601	24.681	28.979	31.959	34.229	36.643	38.219	41.016	43.738	46.483	48.796	-155
(Aquisição/Venda) Ativo imobilizado	-500	-522	-546	-200	-100	-104	-109	-114	-119	-125	-130	-136	-142	-149	-155	-155
(Aquisição/Venda) Ativo imobilizado em Andamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-500	-522	-546	-200	-100	-104	-109	-114	-119	-125	-130	-136	-142	-149	-155	-155
(+/-) Empréstimos e financiamentos	-37	-37	-37	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+/-) Consórcios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+/-) Empréstimos a sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Despesas Financeiras	-10	-7	-3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Receitas Financeiras	98	119	131	176	276	495	842	1.328	1.918	2.581	3.298	4.089	4.931	5.868	6.882	6.882
(-) Distribuição de Dividendos	-3.094	-4.919	-7.452	-10.981	-15.570	-20.621	-24.370	-27.223	-29.602	-32.007	-33.869	-36.557	-39.451	-42.298	-44.997	-44.997
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-3.044	-4.843	-7.361	-10.806	-15.294	-20.125	-23.528	-25.895	-27.684	-29.427	-30.571	-32.467	-34.520	-36.430	-38.115	-38.115
Fluxo de Caixa Final	33	489	943	2.068	3.206	4.451	5.342	5.950	6.426	7.092	7.518	8.412	9.075	9.905	10.526	10.526
Caixa Inicial	1.081	1.114	1.602	2.546	4.613	7.820	12.271	17.613	23.563	29.989	37.081	44.599	53.011	62.087	71.992	71.992
Caixa Final	1.081	1.114	1.602	2.546	4.613	7.820	12.271	17.613	23.563	29.989	37.081	44.599	53.011	62.087	71.992	82.517

(Handwritten signature and initials)

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Taxa de Desconto

A taxa de desconto (WACC) utiliza o custo de capital próprio (Ke) e o custo de capital de terceiros (Kd), ponderando-se pela participação de dívida (D) e patrimônio (E).

Capital Asset Pricing Model

$$CAPM = r_f + \text{Beta} * (ERP) + SP$$

Rf: risk free rate (taxa livre de risco).

Beta: medida de risco da Companhia ou do setor.

$$b = \text{Cov}(R_i, R_m) / \text{Var}(R_m)$$

$$\beta_{\text{não alavancado}} = \frac{\beta_{\text{alavancado}}}{1 + (1 - a) * (D/PL)_{\text{atual}}}$$

ERP: Equity risk premium.

SP: Size Premium. Representa o montante adicional de risco exigido pelo investidor conforme o tamanho da Companhia.

Inflação: para WACC nominal, utiliza-se projeção de índice de inflação.

Composição da taxa	Real	Nominal
Inflação		
Prêmio de risco e liquidez		
Taxa livre de risco		

33

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Taxa de Desconto



Custo de Capital Próprio (CAPM)	
Taxa Livre de risco	6,62%
Prêmio de Mercado	9,96%
Beta Alavancado	0,588
Size Premium Ibbotson 2014	3,81%
Custo de Capital Próprio (Ke) ⁽⁶⁾	16,29%
Custo de Capital de Terceiros	
Custo Bruto da Dívida (a.a) Ki	12,25%
Alíquota IR e CSL	34,00%
Custo de Capital de Terceiros (Kd)	8,09%
WACC	
Proporção da Dívida (D/D+E)	0,8%
Proporção da PL (E/D+E)	99,2%
Kd	8,09%
Ke	16,29%
CMPC ou WACC	16,23%

Notas

- (1): Fonte: Tesouro Nacional. Utilizado NTN-B Principal 2024 na data base de 23 de Fevereiro de 2017.
 (2): Metodologia que ajusta as taxas de retorno de títulos de longo prazo do país, como taxa livre de risco, dada a imaturidade do mercado financeiro brasileiro, quando comparada a mercados maduros como o norte americano, com frequentes oscilações nos retornos desses títulos. Utilizado EMBI – BR do IPEADATA na data base de 23 de Fevereiro de 2017.
 (3): Projeção de inflação de longo prazo dada por Bradesco BBI na data base de 23 de Fevereiro de 2017.
 (4): Damodaran *Country Risk Premiums*, partindo da taxa do mercado americano somado ao risco do país pelo CDS. Vide seção de Fluxo de Caixa Descontado para maiores informações sobre a taxa de desconto.
 (5): Beta médio dos *peers* de capital aberto do setor (CSL, STON, CVS) desalavancado e posteriormente alavancado pela estrutura de capital da Companhia. Para as projeções considerou-se a mesma estrutura de capital na data base da avaliação de 31 de Dezembro de 2016. Vide seção de Fluxo de Caixa Descontado para maiores informações sobre a taxa de desconto.
 (6): Utilizado modelo *CAPITAL ASSET PRICING MODEL* considerando um adicional de prêmio por tamanho (*size premium*) calculado por Ibbotson Associates. Vide seção de Fluxo de Caixa Descontado para maiores informações sobre a taxa de desconto.

- Taxa Livre de Risco (Rf)**
- Calculada, em termos nominais, a partir do título NTN-B Principal (5,22%)⁽¹⁾, ajustado pelo risco do país (2,79%)⁽²⁾ adicionado da projeção de inflação (4,16%)⁽³⁾.
- Prêmio de Mercado (ERP)**
- Market Risk Premium* Damodaran. Calculado pelo risco de crédito do país, com seus devidos ajustes.⁽⁴⁾
- Beta Alavancado (Beta)**
- Beta médio desalavancado dos *peers* da companhia, alavancado pela estrutura de capital da mesma.⁽⁵⁾
- Custo do Capital Próprio (Ke) – calculado pelo CAPM**
- $CAPM = Rf + Beta(ERP) + Sp^{(6)}$
- Custo da Dívida (Ki)**
- Utilizada taxa meta SELIC do Banco Central na data base de 23/02/2017, baseado em discussões com a Companhia.
- Custo de Capital de Terceiros (Kd)**
- $Ki * (1 - \text{Alíquota Imposto})$.
- WACC**
- $WACC = D / (D + E) * Kd + E / (D + E) * Ki$

34

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Taxa de Desconto



Cálculo do Beta

Em milhões US\$	BETA									
	Beta	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Divida Onerosa	Total	D/E PL	D/E Mercado	Alíquota Imposto	Beta Deslav.	Data
Carriage (CSV)	0.9629	USD 442	USD 178	USD 340	USD 340	191%	76.9%	40.0%	0.658911	31/12/2016
Stonemor (STON)	0.6698	USD 331	USD 182	USD 319	USD 319	175%	96.5%	40.0%	0.424164	31/12/2015
Service Corporation (SCI)	0.9065	USD 5.720	USD 1.093	USD 3.308	USD 3.308	303%	57.8%	40.0%	0.672980	31/12/2016
Em milhões US\$									Média	22/03/2017
									0.585352	

Beta dos "Peers" (empresas com modelos de negócios, serviços e produtos, estrutura de receita semelhantes) é desalavancado por sua estrutura de capital, relação proporcional da dívida total onerosa e valor de mercado, ajustado pela alíquota média de imposto direto (IR no caso do Brasil) do respectivo país de atuação das companhias. Posteriormente é calculada a média destes betas desalavancados e na sequência ele é novamente alavancado pela estrutura de capital da companhia avaliada (no caso de empresa de capital fechado a proporção da estrutura de capital é feita entre sua dívida total onerosa e seu patrimônio líquido).

Fontes: Yahoo Finance, Financial Times Market data, KPMG (Marginal Country Tax Rates) e relatórios administrativos das Companhias CSV, STON e SCI.

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO

Valor da Firma e Equity Value

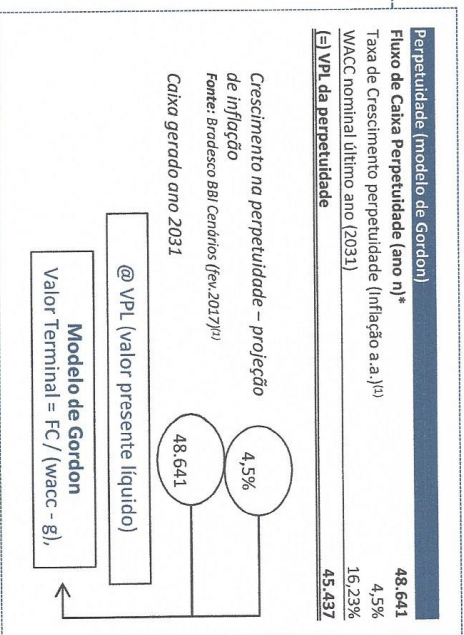
Projeção do Fluxo de Caixa Descontado

em milhares R\$

Fluxo de caixa descontado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
(=) Fluxo de Caixa da Firma (FCFF)	-	3.077	5.332	8.304	12.873	18.501	24.577	28.870	31.845	34.110	36.518	38.089	40.880	43.596	46.335	48.641
WACC	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%	16,23%
Fator ou Coeficiente de Desconto	1,1623	1,3509	1,5700	1,8248	2,1209	2,4650	2,8650	3,3299	3,8702	4,4982	5,2281	6,0764	7,0623	8,2083	9,5401	
Fluxo de Caixa Descontado	2.647	3.947	5.289	7.055	8.723	9.970	10.077	9.563	8.813	8.118	7.286	6.728	6.173	5.645	5.099	

Valor da Empresa	
Valor presente líquido do FCFF	105.133
(+) Perpetuidade	45.437
(=) Valor da Firma	150.570
(-) Empréstimos e Financiamentos	-112
(+) Disponibilidades	1.081
(=) Equity value	151.539

(1) Taxa de crescimento na perpetuidade: O cálculo do valor na Perpetuidade, através do Modelo de Gordon, assumiu como premissa o crescimento "na perpetuidade" 4,50% ao ano, refletindo no crescimento do fluxo de caixa apenas a expectativa de inflação. Embora haja a (i) expectativa de crescimento de PIB real e (ii) os Administradores da Companhia terem demonstrado expectativas de crescimentos reais, acima da inflação, dos fluxos de caixa, foi assumida a premissa de crescimento real zero para o cálculo na perpetuidade: apenas evolução pela inflação.





São Paulo - SP • Rua Funchal, 411 - sala 51 CEP: 04551-060 • +55 11 3254-7374
Londrina - PR • Rua Ayrton Senna da Silva, 500 - sala 1602 CEP: 86050-460 • +55 43 3323-7322

www.jmba.com.br
jmb@jmba.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTISTRATÉGIA

1. Introdução

O presente Estudo de Viabilidade foi elaborado pela Gestora, na qualidade de gestora da carteira de investimentos do Fundo. A Gestora tem como uma de suas funções primordiais, identificar oportunidades de investimento para o Fundo, com base na análise das sociedades a serem alvo de investimento pelo Fundo e na elaboração de estudos que visam a projetar seu desempenho em diferentes cenários de captação, de forma a verificar o potencial de retorno futuro do investimento e adequação desse potencial retorno aos objetivos do Fundo. O presente Estudo de Viabilidade apresenta, de uma forma resumida, esses estudos que foram elaborados com base na legislação brasileira. O Gestor do fundo acredita que o Estudo de Viabilidade foi preparado em base razoável, refletindo, atualmente, as melhores estimativas e julgamentos disponíveis, e apresenta, de acordo com o seu melhor conhecimento e opinião, a expectativa do curso do patrimônio do fundo e de seus ativos. Entretanto, estas informações não são fatos e não se deve considerá-las como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros. Os leitores deste Prospecto são advertidos para não colocar indevidas esperanças nas informações financeiras projetadas. Nem a KPMG nem qualquer outro auditor independente, nem os Coordenadores da Oferta, compilaram, examinaram ou executaram quaisquer procedimentos com respeito às informações financeiras projetadas usadas para preparar o Estudo de Viabilidade, nem expressaram sua opinião ou qualquer outra forma da declaração sobre tais informações ou a possibilidade de realizarem, e não assumem nenhuma responsabilidade por, e negam qualquer associação, com estas informações financeiras projetadas.

O Gestor acredita que a atuação ativa em suas investidas através de implementação de estratégia comercial estruturada, governança corporativa e gestão operacional podem trazer resultados robustos e de longo prazo para o Fundo.





O Fundo possuía em maio de 2017 um patrimônio líquido de R\$ 22.730.850,00 (vinte e dois milhões, setecentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta reais), investido em 15% (quinze por cento) das ações emitidas pela Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A. que por sua vez tem o direito de explorar com exclusividade o “Cemitério Parque das Allamandas”, sendo que em 05 de maio de 2017 em Assembleia Geral de Cotistas realizada na sede do Administrador, os cotistas aprovaram a 2ª emissão de cotas do Fundo no montante de R\$ 250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões, três reais e cinquenta centavos) (a “2ª Emissão”).

FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO ESTUDO DE VIABILIDADE

Não obstante a diligência e a capacidade técnica da Gestora em realizar tais trabalhos, não se pode afastar o risco das projeções constantes deste Estudo de Viabilidade se mostrarem incorretas, inclusive em virtude de uma avaliação incorreta da Gestora ou das premissas utilizadas para a elaboração deste Estudo de Viabilidade não serem verificadas no futuro ou se mostrarem insuficientes, em razão da existência de outros fatos, situações ou informações que não eram de conhecimento da Gestora na data de sua elaboração e/ou que não tenham sido considerados nessa análise.

Além disso, tendo em vista que a Rover é sociedade na qual participam Partes Relacionadas à Gestora, não se pode afastar o risco de conflito de interesses da Gestora na elaboração deste Estudo de Viabilidade. O conflito de interesses, nesse caso, pode ter resultado em uma análise da Rover que considere premissas ou cenários mais benéficos que aqueles que poderiam ser considerados caso uma empresa independente elaborasse o este Estudo de Viabilidade, refletindo em projeções mais otimistas que aquelas que poderiam traçadas pela eventual empresa independente.

Qualquer inadequação, erro e/ou inconsistência deste Estudo de Viabilidade, assim como a não verificação de qualquer de suas premissas ou cenários, pode resultar em um desempenho das Investidas abaixo das expectativas, afetando negativamente o Fundo e a rentabilidade das Cotas.

2. Objetivo

Este documento tem como objetivo principal apresentar o Estudo de Viabilidade do Fundo, nos termos do Art. 32 da Instrução CVM nº 400/03, descrevendo a metodologia utilizada, as premissas estabelecidas e os resultados encontrados.

3. Premissas

3.1. Premissas macroeconômicas

Taxas de juros e inflação foram extraídas a partir das taxas dos títulos públicos pré-fixados e atrelados ao IPCA.

3.2. Período de análise

O período de análise dedicado para este estudo é o mesmo prazo de duração do fundo, isto é, 10 (dez) anos, contados a partir da data base estabelecidos para maio de 2017.

3.3. Premissas de Receitas do Fundo

As receitas do Fundo decorrem da distribuição de dividendos das sociedades investidas e do ganho de capital oriundo da venda da participação dessas participações no período de desinvestimento do fundo.

Isto posto, para ser encontrado o fluxo de caixa consolidado dos ativos do Fundo, foi considerado o fluxo de caixa das sociedades investidas somado ao desinvestimento através de venda das participações societárias adquiridas pelo fundo durante o período de investimento.

3.4. Premissas de despesas do Fundo

As despesas do Fundo são subdivididas em dois grupos (i) despesas da 2ª emissão; e (ii) despesas recorrentes do Fundo.





(ii) Despesas da 2ª Emissão

Custos da Oferta		
	%	Valor
Registro das Cotas na CETIP	0,004%	R\$ 12.760,00
CETIP (distribuição de ativos)	0,002%	R\$ 6.414,21
Taxa de registro na CVM	0,084%	R\$ 283.281,00
Assessores legais	0,057%	R\$ 192.000,00
Cartório	0,009%	R\$ 30.000,00
Publicidade	0,012%	R\$ 40.000,00
	0,167%	R\$ 564.455,21

Além das despesas mencionadas, o Fundo terá como despesas à título de Taxa de Estruturação o percentual de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) incidentes sob os valores captados na 2ª Emissão; e Taxa de Distribuição de Cotas da 2ª Emissão de 4% (quatro por cento) incidentes sob os valores captados no âmbito da Oferta Pública.

(ii) Despesas Recorrentes

Nos termos do Capítulo XII de seu Regulamento, o Fundo terá como despesas recorrentes, em base anual:

- **Taxa de Administração:** 2% do patrimônio líquido contando com um mínimo mensal de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), estando incluído neste valor, 0,10% (dez centésimos por cento) a título de Taxa de custódia e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de Taxa de Escrituração;
- **Taxa de Performance:** ao final do fundo, será devido ao Gestor 20% (vinte por cento) da rentabilidade do FUNDO, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a Taxa de Administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% (oito por cento) ao ano.



4. Análise dos Resultados e Conclusões

Com base na metodologia descrita no presente Estudo de Viabilidade, bem como nas premissas estabelecidas para os outros ativos, receitas e despesas do Fundo, e, considerando três diferentes volumes de colocação da Oferta, onde se alcançou os seguintes resultados:

4.1. Cenário 1

Neste cenário foi considerado um volume de captação de R\$ 4.753.450,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais) decorrente da colocação do montante mínimo da Oferta. A TIR (Taxa Interna de Retorno) calculada nesta condição foi de 21,81% (vinte e um inteiros e oitenta e um centésimos por cento), que corresponde à devolução de aproximadamente 3,89 (três inteiros e oitenta e nove centésimos) vezes o capital investido. Tais resultados foram obtidos com as Premissas e estão pormenorizados no Anexo I.

4.2. Cenário 2

Neste cenário foi considerado um volume de captação de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A TIR (Taxa Interna de Retorno) calculada nesta condição foi de 23,63% (vinte e três inteiros e sessenta e três centésimos por cento), que corresponde à devolução de aproximadamente 3,83 (três inteiros e oitenta e três centésimos) vezes o capital investido. Tais resultados foram obtidos com as Premissas e estão pormenorizados no Anexo II.

4.3. Cenário 3

Neste cenário foi considerado um volume de captação de R\$ 250.000.003,50 (duzentos e cinquenta milhões, três de reais e cinquenta centavos). A TIR (Taxa Interna de Retorno) calculada nesta condição foi de 24,27% (vinte e quatro inteiros e vinte e sete centésimos por cento), que corresponde à devolução de aproximadamente 3,33 (três inteiros e trinta e três centésimos) vezes o capital investido. Tais resultados foram obtidos com as Premissas e estão pormenorizados no Anexo III.

HORUS INVESTIMENTOS - GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Marco Antônio Mamed
Gestor

ANEXO I

CENÁRIO I – R\$ 4.753.450,00

		Projeção em R\$ milhões													
		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Fluxo Projetos Portfólio Atual	Fluxo Novo Projeto	21,81%	938.129	1.482.696	2.189.008	3.100.596	3.758.023	4.404.371	4.977.832	5.252.951	5.635.018	84.525.277	94.048.355		
	Fluxo Projeto Hipotético 1	20,62%	156.355	247.116	364.835	516.766	628.337	734.062	821.305	875.392	939.170	11.270.037	12.598.069		
Fluxo Total Projetos	Receita Financeira	21,81%	1.094.483	1.729.812	2.553.843	3.617.362	4.386.360	5.138.433	5.799.137	6.127.743	6.574.188	95.795.314	107.646.422		
	Despesas		47.528	102.006	110.901	157.064	190.391	223.136	249.656	266.097	283.484	(8.263.719)			
	Saldo após integralização 2ª emissão		(522.797)	(577.691)	(658.348)	(705.375)	(779.439)	(861.280)	(951.714)	(1.051.644)	(1.162.067)				
	Saldo em Caixa		619.214	1.873.342	2.025.395	3.069.071	3.795.312	4.500.290	5.047.079	5.342.196	5.697.605	87.531.595			
Resultado Consolidado Exercício			619.214	1.873.342	2.025.395	3.069.071	3.795.312	4.500.290	5.047.079	5.342.196	5.697.605	87.531.595			
Distribuição resultados % base anual		0,00%	2,37%	6,49%	6,55%	8,70%	9,74%	10,45%	10,61%	10,18%	9,81%	150,65%			

Observações:

- (i) Cálculo considerando 100% (cem por cento) de distribuição do lucro líquido das investidas a título de dividendos no final de cada exercício;
- (ii) No último exercício é considerado o desinvestimento do Fundo, através da venda de seus ativos precificados a 15 (quinze) vezes seu lucro líquido neste exercício. Neste mesmo exercício é apurada a performance do fundo.

ANEXO II

CENÁRIO II - R\$ 150.000.000,00

Horus Investimentos		Cenário II - Capitalização de R\$ 150 milhões										
Exercício		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Fluxo Financeiro - Ativo Atual		565.902	938.129	1.482.696	2.189.008	3.100.596	3.758.023	4.404.371	4.927.832	5.252.351	5.635.018	84.525.277
Fluxo Financeiro - Ativo 1		(44.617.289)	2.126.425	3.360.777	4.961.751	7.028.018	8.518.185	9.983.242	11.169.753	11.905.329	12.772.709	191.590.628
Fluxo Financeiro - Ativo 2		(6.988.907)	1.131.871	1.160.903	1.188.375	1.219.101	1.249.699	1.280.587	1.312.382	1.344.904	1.378.170	20.677.551
Fluxo Financeiro - Ativo 3		(14.096.986)	2.093.316	2.260.781	2.328.604	2.398.462	2.470.416	2.544.529	2.620.855	2.699.490	2.780.475	41.707.127
Fluxo Financeiro - Ativo 4		(73.920.576)	14.115.805	17.479.841	17.137.835	15.039.032	12.408.494	11.482.643	12.056.775	12.659.613	13.292.594	199.388.913
Fluxo Total Projatos		(139.057.855)	20.405.545	25.744.398	27.805.574	28.785.209	28.404.537	29.695.371	32.087.606	33.861.687	35.838.966	537.884.496
Recetta Financeira		0	889.774	1.117.951	1.207.500	1.249.998	1.233.468	1.289.521	1.393.404	1.470.444	1.557.176	19.557.176
Despesas		(10.857.783)	(3.293.328)	(3.639.127)	(4.021.236)	(4.443.465)	(4.910.029)	(5.425.582)	(5.995.269)	(6.624.772)	(7.320.373)	(47.795.614)
Saldo após integralização 2ª emissão		139.142.217	84.362	18.001.591	25.223.222	24.992.839	25.591.741	26.727.986	25.559.810	27.485.742	30.095.769	490.088.882
Saldo em Caixa		84.362	18.001.591	25.223.222	24.992.839	25.591.741	26.727.986	25.559.810	27.485.742	30.095.769	30.095.769	490.088.882
Resultado Consolidado Exercício		84.362	18.001.591	25.223.222	24.992.839	25.591.741	26.727.986	25.559.810	27.485.742	30.095.769	30.095.769	490.088.882
Distribuição resultados % base anual		0,04%	11,16%	12,79%	12,46%	11,54%	10,10%	9,44%	9,19%	8,69%	8,24%	134,20%

Observações:

- (i) Cálculo considerando 100% (cem por cento) de distribuição do lucro líquido das investidas a título de dividendos no final de cada exercício;
- (ii) No último exercício é considerado o desinvestimento do Fundo, através da venda de seus ativos precificadas a 15 (quinze) vezes seu lucro líquido neste exercício. Neste mesmo exercício é apurada a performance do fundo.

[Assinatura]



ANEXO III

CENÁRIO III - R\$ 250.000.003,50

Período de Especiação (R\$)		Cenário III - R\$ 250.000.003,50										Total	
		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Investimento	Total
Fluxo Financeiro - Ativo Atual Fluxo Novo Projeto	Fluxo Financeiro - Ativo 1	565.902	938.129	1.482.696	2.189.008	3.100.596	3.758.023	4.404.371	4.977.832	5.552.351	5.635.018	84.325.277	116.779.203
	Fluxo Financeiro - Ativo 2	(44.617.289)	2.126.425	3.360.777	4.961.751	7.028.018	8.518.185	9.983.242	11.169.753	11.905.239	12.772.709	191.590.628	218.799.527
	Fluxo Financeiro - Ativo 3	(6.968.507)	1.131.871	1.164.963	1.189.375	1.219.101	1.249.499	1.280.587	1.312.382	1.344.904	1.378.170	20.672.551	24.949.856
	Fluxo Financeiro - Ativo 4	(14.066.586)	2.093.316	2.260.781	2.378.604	2.538.462	2.670.418	2.844.529	2.970.865	3.099.490	3.218.475	41.707.127	49.807.079
	Fluxo Financeiro - Ativo 5	(124.920.576)	23.528.341	29.133.068	28.563.059	25.065.053	20.680.724	19.137.738	20.094.625	21.099.556	22.154.324	332.314.854	416.848.566
		(37.862.400)	2.516.400	2.824.200	3.137.200	3.392.400	3.751.000	4.193.800	4.708.800	5.289.600	5.554.080	83.311.200	80.816.280
Fluxo Total Projeto Recita Financeira Despesas Saldo após integralização 2ª emissão Saldo em Caixa		(227.920.235)	32.332.481	40.221.826	42.368.997	42.205.630	40.427.847	41.544.266	44.834.256	47.591.030	50.274.776	754.121.638	906.000.492
		0	1.463.615	1.748.638	1.839.874	1.837.693	1.755.579	1.804.060	1.946.928	2.066.640	2.183.182		
		(20.707.783)	(5.683.377)	(6.280.132)	(6.939.546)	(7.668.188)	(8.473.359)	(9.363.062)	(10.346.183)	(11.422.332)	(12.632.948)	(32.272.722)	
		229.292.217	1.371.962	28.112.719	35.688.526	36.988.125	33.710.067	33.985.264	36.435.001	38.225.138	39.825.010	701.848.916	
Resultado Consolidado Exercício		1.371.962	28.112.719	35.688.526	37.209.325	36.988.125	33.710.067	33.985.001	36.435.001	38.225.138	39.825.010	701.848.916	
Distribuição resultados % base anual		0,63%	17,42%	19,66%	18,58%	16,41%	15,76%	12,56%	12,18%	11,57%	10,91%	192,19%	

Observações:

- (i) Cálculo considerando 100% (cem por cento) de distribuição do lucro líquido das investidas a título de dividendos no final de cada exercício;
- (ii) No último exercício é considerado o desinvestimento do Fundo, através da venda de seus ativos precificadas a 15 (quinze) vezes seu lucro líquido neste exercício. Neste mesmo exercício é apurada a performance do fundo.

ANEXO VII

OPÇÃO DE COMPRA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Pelo presente Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”) e na melhor forma de direito, as partes a seguir qualificadas e nomeadas, em conjunto designadas simplesmente como “Partes”,

PERNAMBUCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – MULTIESTRATÉGIA - (o “FIP Pernambuco”) inscrito no CNPJ/MF sob o nº 26.691.095/0001-20, neste ato representado por seu administrador fiduciário **INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Rua Ramos Batista, 152, 1º andar, conjunto 11, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.489.568/0001-95 (“FIP”) por seus representantes legais, qualificado ora na condição de “**OUTORGANTE**”; e

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTIESTRATÉGIA, (atual denominação do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS) - (o “FIP Life Care”) inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.158.705/0001-34, neste ato representado por sua administrador fiduciário, **INTRADER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Rua Ramos Batista, 152, 1º andar, conjunto 11, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.489.568/0001-95, (“FIP LIFECARE”), por seus representantes legais, qualificado doravante simplesmente “**OUTORGADO**”;

E, ainda, na qualidade de interveniente anuente:

ROVER-NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., com sede na Rua Joana Rodrigues Jondral, nº 155, Lote 104 G/H – Gleba Cambé – Londrina, CEP 86.067-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.839.631/0001-24, neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social por seus administradores, doravante denominada simplesmente **ROVER** ou **COMPANHIA**;

HORUS INVESTIMENTOS – GESTÃO DE RECURSOS LTDA., com sede na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Cacilda Becker, 50, sala 503, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.333.851/0001-72 e devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.572, expedido em 14 de março de 2011, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante simplesmente denominada **HORUS**.

CONSIDERANDO que a **SOCIEDADE** está regularmente constituída na forma de sociedade por ações nos termos da Lei 6.404/76 e suas alterações, atualmente seu capital social é R\$ 10.623.365,00 (dez milhões, seiscentos e vinte e três mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias, nominativas;

CONSIDERANDO que em decorrência da cisão do FIP Life Care deliberada e aprovada em 25 de abril de 2017 a o FIP Pernambuco passou ser Acionista da Companhia, nos seguintes termos:

Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações firmado em 25 de abril de 2017 por Pernambuco - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia

Acionista	Ações	%
FIP Life Care	45.000	15%
FIP Pernambuco	255.000	85%
TOTAL	300.000	100%

CONSIDERANDO que o Outorgado é um fundo de investimentos que tem como objetivo promover uma potencial consolidação no setor funerário, e, em consonância com sua estratégia de investimento, deseja aumentar sua participação acionária no capital social da **Companhia**;

RESOLVEM, na melhor forma de direito, estabelecer o presente Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas ("CONTRATO"), que mutuamente aceitam e se comprometem a cumprir por si, seus herdeiros e sucessores, a qualquer título e que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA OPÇÃO

1.1. Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito a **OUTORGANTE** outorga ao **OUTORGADO** a Opção de adquirir até 102.000 (cento e duas mil) ações ordinárias nominativas que correspondem ao percentual de 34% (trinta e quatro por cento) das ações emitidas pela **Companhia**, pelo prêmio certo de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por ação ("Valor"), perfazendo um montante total de R\$45.900.000,00 (quarenta e cinco milhões e novecentos mil reais), Opção esta que será exercível a qualquer momento mediante envio de notificação pela **OUTORGANTE** (a "Notificação de Exercício"). O Valor para outorga da Opção foi suportado pelo laudo de avaliação elaborado por avaliador independente (JMB Advisors), em 30 de março de 2017, sendo concedido um deságio (prêmio) para aquisição das ações no percentual de 11,24% incidentes seu valor econômico da sociedade.

1.1.1. A Notificação de Exercício será encaminhada pela **HORUS** na qualidade de Gestora do **FIP Life Care** devendo ser endereçada aos cuidados do Administrador do **FIP Pernambuco**, onde constará necessariamente o detalhamento do exercício, com a quantidade de ações que deseja adquirir, indicando o prazo e condições de pagamento.

1.1.2. Fica acordado que a presente Opção poderá ser exercida parcialmente em tranches, a critério do **OUTORGADO**, sendo que o saldo remanescente não exercido permanecerá com sua opção de compra plenamente válida para ser exercida posteriormente, observado o Prazo da Opção constante da Cláusula Segunda abaixo.

1.1.3. Após o exercício da Opção prevista na Cláusula 1.1 acima com o consequente pagamento do prêmio o **OUTORGANTE** e a **Companhia** se comprometem a, em até 5 (cinco) dias corridos contados do recebimento da notificação, promover as anotações no livro de transferência de ações perante o agente escriturador.

2. DO PRAZO DA OPÇÃO

2.1. A presente Opção é válida por 10 (dez) anos e é outorgada em caráter irrevogável e irretratável, renunciando as Partes, a faculdade de arrependimento concedido pelo artigo 1.095 do Código Civil, obrigando as Partes, seus herdeiros e sucessores a qualquer título.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Além de outras responsabilidades constantes do presente contrato ou decorrentes das mais diversas disposições legais, é de responsabilidade da **OUTORGANTE**:

3.1.1. Enviar ao **OUTORGADO**, cópia de todos os atos societários realizados, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da data de sua realização, desde que seja solicitado pelo Gestor do **OUTORGADO**.

3.1.2. Enviar comunicação escrita ao **OUTORGADO** em até 15 (quinze) dias corridos antes da data prevista para ocorrer quaisquer reuniões de sócios, ou, no caso de transformação de tipo societário da sociedade, das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, reuniões de administração ou conselho fiscal da **SOCIEDADE**, informando a data, horário e local onde referida reunião ocorrerá, bem como a matéria a ser deliberada.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. As **PARTES** obrigam-se a agir com lealdade e boa fé umas com as outras no cumprimento e execução deste Contrato.

4.2. A eventual aceitação, por uma das partes, da inexecução de qualquer cláusula ou disposição do presente instrumento, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não constituindo em novação e não implicando, portanto, desistência de exigir o cumprimento desta cláusula ou disposição ou do direito de pleitear, futuramente, sua execução.

4.3. As Partes reconhecem que este Contrato constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, III do Código de Processo Civil, sendo apto, inclusive, para embasar execução específica de suas obrigações nos termos do artigo 815 do Código de Processo Civil.

4.4. Na hipótese das Partes, em qualquer momento, não aplicarem a penalidade cabível decorrente de infringência às disposições contratuais ou legais, ou relevarem infração cometida, ou de algum modo, praticarem algum ato em benefício da outra, fica claro que tais procedimentos não se constituirão em novação contratual, caracterizando-se como simples ato de liberalidade.

4.5. Este Contrato só poderá ser alterado, em qualquer de suas disposições, mediante a celebração, por escrito, de termo aditivo contratual.

4.6. As Partes entendem e concordam que na presente Permuta não existem quaisquer conflitos de interesses, bem como qualquer fato que possa inviabilizar ou invalidar o presente negócio jurídico, ou ainda, qualquer fato seja ele técnico, financeiro-econômico, reputacional, que possa vir a prejudicar em qualquer aspecto os Ativos/Sociedades.

Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações firmado em 25 de abril de 2017 por Pernambuco - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia



- 4.7. As Partes aceitam as condições acima mencionadas, obrigando-se a respeitá-las e cumpri-las, por si, sujeitando-se em caso de inadimplemento, a pagar indenização das perdas e danos causados à outra Parte.
- 4.8. Fica estabelecido que qualquer evento que envolva ou afete qualquer das partes e que possa prejudicar o regular cumprimento das obrigações assumidas por tal parte no presente contrato deverá ser imediatamente comunicado por esta parte à outra.
- 4.9. O inadimplemento do disposto nas cláusulas anteriores, por culpa sujeitará a parte infratora ao pagamento das perdas e danos a que der causa.
- 4.10. Havendo a declaração por jurisdição competente sobre a invalidez ou inexecutabilidade de qualquer das disposições do presente instrumento, as Partes negociarão de boa fé os seus novos termos, que, na medida do possível, deverão refletir ao máximo a intenção original das partes aqui expressa, bem como restaurar a vontade e efeito original deste instrumento.
- 4.11. Todos os títulos das Cláusulas e outras divisões do presente instrumento e seus anexos, são usados somente como referência e, portanto, não afetarão o conteúdo dos mesmos, cuja interpretação será feita de acordo com a intenção das Partes.
- 4.12. As **PARTES** aceitam as condições acima mencionadas, obrigando-se a respeitá-las e cumpri-las, por si, sujeitando-se em caso de inadimplemento, a pagar indenização das perdas e danos causados à outra Parte.
- 4.13. Fica estabelecido que qualquer evento que envolva ou afete qualquer das partes e que possa prejudicar o regular cumprimento das obrigações assumidas por tal parte no presente contrato deverá ser imediatamente comunicado por esta parte à outra.
- 4.14. O inadimplemento do disposto nas cláusulas anteriores, por culpa sujeitará a parte infratora ao pagamento das perdas e danos a que der causa.
- 4.15. As partes declaram e reconhecem, para todos os fins e efeitos, de forma irrevogável e irrevogável, que:
- I- receberam de forma clara, concisa e tempestiva, todas as informações que julgaram necessárias para a livre escolha e a tomada de decisão com relação à celebração do presente Contrato;
 - II- estão inequivocamente cientes dos direitos, deveres, responsabilidades, custos, ônus, penalidades imputados em decorrência deste contrato;
 - III- a presente contratação foi avaliada de maneira independente por seus respectivos advogados, assessores, consultores, administradores e contratados, tendo sido todos os termos e condições ora avençados negociados de maneira livre, equilibrada e de boa fé junto; e
 - IV- o presente Contrato adequa-se irrestritamente às suas necessidades, interesses e objetivos, tratando-se de negócios jurídicos dotados de legitimidade de fato e de direito.
- 4.16. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irrevogável renunciando as **PARTES**, à faculdade de arrependimento concedido pelo artigo 1.095 da lei 10.406/02 e obriga, em todas as suas cláusulas e condições, tanto as **PARTES** como seus herdeiros e sucessores.
- 4.17. O presente Contrato será ratificado pelos Cotistas do FIP Pernambuco.

5. CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

- 5.1. De comum acordo, elegem as partes o Fórum Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como único competente para dirimir qualquer dúvida ou divergência que surgir na interpretação e/ou no cumprimento do presente contrato.

Destarte, por estarem justas e contratadas, assinam as **PARTES** o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas e a tudo presentes, declarando-se perfeitamente conhecedoras das condições que integram o presente contrato, aceitando-as na forma como se encontram redigidas.


São Paulo, 25 de abril de 2017.

Pelo Outorgante:



Elisângela Kátia Capassi
CPF: 176.476.508-74
RG: 22.432.809-8

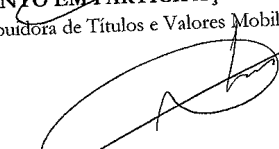
PERNAMBUCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
Por seu Administrador Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.

Pelo Outorgado:


Elisângela Kátia Capassi
CPF: 176.476.508-74
RG: 22.432.809-8

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTIESTRATÉGIA
Por seu Administrador Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.


Nilson Luciano de Carvalho
CPF: 176.476.508-74
RG: 22.432.809-8


Nilson Luciano de Carvalho
CPF: 176.476.508-74
RG: 22.432.809-8

Intervenientes Anuentes:

ROVER-NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A

HORUS INVESTIMENTOS – GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Tiago Oliva Schietti
Sócio Administrador

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações firmado em 25 de abril de 2017 por Pernambuco - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE

CNPJ nº 17.158.705/0001-34

(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégias) - Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95

Demonstrações Financeiras

Período de 01 de março à 26 de abril de 2017 – Após Cisão

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

26 de abril de 2017

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE
Demonstrações Financeiras do período de 01 de março à 26 de abril de 2017 e o
Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente	3 a 5
Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira	6
Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	8 a 16

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e à Administradora do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Fundo de Investimento em Participações Life Care ("Fundo")**, anteriormente denominado **Fundo de Investimento em Participações Allamandas**, administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 26 de abril de 2017 (após cisão) e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido do período de 01 de março à 26 de abril de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Participações Life Care em 26 de abril de 2017 (após cisão) e o desempenho de suas operações para o período de 01 de março a 26 de abril de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Demonstrações financeiras após a cisão patrimonial

Chamamos a atenção para o assunto comentado na nota explicativa nº 2, que trata da elaboração das demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Participações Life Care em 26 de abril de 2017, cujo objetivo exclusivo é apresentar a posição patrimonial do fundo antes do processo de cisão patrimonial, razão pela qual não estão sendo apresentados os saldos comparativos do exercício social anterior. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do **Fundo de Investimento em Participações Life Care (“Fundo”), anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas**, para o período de 01 de março à 26 de abril de 2017 (após cisão), foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria, datado de 03 de outubro de 2017, conteve opinião não modificada.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de outubro de 2017.

MOORE STEPHENS PRIME
AUDITORES E CONSULTORES SOCIEDADE SIMPLES
CRC RS nº 4.316
CVM nº 10.510



Jarbas Lima da Silva
Contador CRC RS nº 37.815/O-9

As firmas-membro da Moore Stephens no Brasil, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente, são associadas à Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
 CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após cisão)

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 26 de abril de 2017 (Após a cisão)

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Tipo	Quantidade	Custo total	Valor de mercado	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				5	0,02
Valores mobiliários de renda variável					
Ações de companhia de capital fechado:					
Rover - Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A.	ON	45.000	22.731	22.731	100,03
Valor a receber				4	0,02
Valores a pagar				(16)	(0,07)
Taxa de administração				(4)	(0,02)
Taxa de gestão				(4)	(0,02)
Custódia				(7)	(0,03)
Taxa fiscalização CVM				(1)	-
Patrimônio líquido				22.724	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

Demonstração das evoluções do patrimônio líquido

Período de 1º de março a 26 de abril de 2017 (Após a Cisão)

(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)

	Período de 1/3/2017 a 26/04/2017
Patrimônio líquido no início do período	
10.710.435,83 cotas a R\$ 0,989135	10.594
Cotas resgatadas	
9.103.870,83 cotas resgatadas por cisão	(9.104)
Variação resgate por cisão	(119.704)
Patrimônio líquido antes do resultado do período	<u>(118.214)</u>
Composição do resultado do período	
Ações	<u>140.956</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio	40
Ajuste a valor de mercado - ações Rover	140.916
Despesas	<u>(18)</u>
Taxa de administração e gestão	(16)
Taxa de fiscalização CVM	(2)
Despesas diversas	-
Resultado do período	<u>140.938</u>
Patrimônio líquido no final do período	<u><u>22.724</u></u>
1.606.565,00 cotas a R\$ 14,144358	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Participações Life Care (“Fundo”) anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 3 de agosto de 2015 e possui prazo de duração de dez anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 anos, caso a assembleia geral de cotistas não delibere em sentido contrário.

O Fundo tem como objetivo buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que, se fechadas, atendam à política de investimento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos das instruções emanadas da CVM.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Administradora”), do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, este está sujeito às oscilações de mercado, podendo, inclusive, ocorrer perda de capital investido.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, incluindo as normas e as orientações emanadas da CVM. A Instrução nº 391/03 da CVM e suas alterações posteriores regulamentam a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento em participações, incluindo a obrigatoriedade de elaboração das demonstrações contábeis. Entretanto, essa instrução não definiu a forma de apresentação das demonstrações contábeis desses fundos. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos modelos de apresentação dispostos na Instrução nº 438/06 da CVM, aplicável a outros fundos de investimento também regulados pela CVM.

A CVM publicou, em 30 de agosto de 2016, as Instruções nos 578 e 579, que dispõem sobre a constituição, a administração, o funcionamento, a elaboração e a divulgação de informações dos fundos de investimento em participações, em substituição à Instrução nº 391 da CVM. As alterações introduzidas pelas instruções entraram em vigor para os fundos com exercício social iniciado em ou após 1º de janeiro de 2017. Dessa forma, os investimentos detidos pelos Fundos classificados como entidades de investimento, deverão ser avaliados a valor justo. Os fundos não qualificados nessa categoria deverão ter seus investimentos avaliados por equivalência patrimonial.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

Essas demonstrações financeiras têm como objetivo exclusivo a apresentação da posição patrimonial do Fundo antes da cisão e a evolução do patrimônio líquido referente ao período de 1º de março à 26 de abril de 2017, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, e, portanto, não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Títulos e valores mobiliários de renda variável

As ações de companhias fechadas estão registradas ao seu valor econômico-financeiro, conforme previsto no Regulamento do Fundo. É facultada, a critério do administrador e no melhor interesse do Fundo, a avaliação a preço de mercado, pelo valor econômico-financeiro, ou pelo valor patrimonial.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

	Valor contábil	Faixas de Vencimento
Valores mobiliários de renda variável: (Nota Explicativa nº 4.1)		
Ações de companhia de capital fechado – antes da valorização	10.623	-
Ajuste a valor de mercado	140.916	-
Ações de companhia de capital fechado – após a valorização	151.539	-
Cisão	(128.808)	-
Ações de companhia de capital fechado – após a cisão	22.731	-

4.1 Rover - Negócios Empreendimentos Imobiliários S.A

A Rover - Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A (“Rover”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Joanna Rodrigues Jondral, nº 155, Gleba Cambé, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, que tem por objetivo social a gestão e manutenção de cemitérios.

Em 3 de agosto de 2015, os cotistas do Fundo, como forma de integralização de suas cotas subscritas, transferiram 300.000 ações ordinárias de emissão da Rover, pelo valor de R\$10.623.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

Em 31 de dezembro de 2015, conforme suas demonstrações financeiras, a Rover apresentou lucro no exercício de R\$307 (prejuízo de R\$871 em 2014), prejuízos acumulados de R\$15.418 (R\$4.800 em 2014), capital circulante líquido positivo de R\$3.055 (R\$2.162 em 2014) e passivo a descoberto naquela data correspondente a R\$5.918 (R\$4.500 em 2014).

Em 26 de abril de 2017, o Fundo reavaliou seu ativo representado pela investida Rover, de acordo com laudo de avaliação elaborado pela empresa JMB Assessoria Empresarial Ltda. O Laudo foi elaborado em conformidade à legislação aplicável, especificamente o Art. 264 da Lei 6.404/76, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a uma taxa de desconto de 16,93% (dezesseis inteiros e noventa e três centésimos por cento), e, atribuiu às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de titularidade do Fundo, de emissão da Investida Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A., o valor total de R\$151.539 (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais). (Nota 17)

Na mesma data, após a reavaliação do ativo, houve a cisão parcial de 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo, representado por 85% (oitenta e cinco por cento) das ações emitidas pela Rover, totalizando 45.000 ações ordinária, pelo montante de \$22.731, que representam 15% do capital social da Companhia.

5 Instrumentos financeiros derivativos

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no período de 1º de março à 26 de abril de 2017.

6 Gerenciamento e fatores de risco

Mercado

Os ativos que integram a carteira do Fundo podem sofrer oscilações em seus preços, afetados por fatores macroeconômicos, representados, mas não limitados a mudanças na política econômica e na legislação fiscal, a oscilações nas taxas de juros, bem como por fatores microeconômicos como alterações na situação financeira de determinada empresa ou grupo ou em sua capacidade competitiva.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

Liquidez

As aplicações em valores mobiliários do Fundo apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, em razão das características de prazo e duração deste. Caso o Fundo precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas.

Crédito

Consiste no risco dos emissores de valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira do Fundo e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

Concentração da carteira

O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em uma única companhia emissora de títulos, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal emissora. O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única companhia investida, do mesmo setor econômico e região geográfica, sem restrições quanto a condições econômica, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

Controles relacionados aos riscos

Os investimentos previstos para o Fundo são predominantemente participações em ativos para os quais não existem preços públicos, de forma que medidas de risco de mercado como VaR, *stresstest*, simulação histórica etc. não são aplicáveis. A administração do risco dos investimentos, nesse caso, dá-se por meio do monitoramento e da participação na governança na empresa investida.

Embora seja mantido sistema de gerenciamento de risco das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas.

7 Emissões, resgates e amortizações de cotas

As cotas do Fundo terão a forma nominativa, serão escriturais e corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, dividido pelo número total de cotas emitidas.

Na hipótese de a Administradora entender necessária a aprovação sobre emissão e distribuição de novas cotas, será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

Não haverá resgate de Cotas, a não ser por ocasião do término do prazo de duração, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no regulamento.

As cotas serão objeto de oferta restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados e somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Admite-se, ainda, a critério da Administradora, a integralização de cotas por meio da utilização de bens e direitos, inclusive ativos-alvo, avaliados por seu custo de aquisição, a preço de mercado, por seu valor econômico ou por seu valor patrimonial, conforme o caso, observadas disposições legais e regulamentares a esse respeito.

Os recursos provenientes da alienação dos Ativos-Alvo, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos, forma e condições do regulamento, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de cotas, pela assembleia geral de cotistas. A amortização abrangerá todas as cotas do Fundo, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.

8 Tributação

Não há incidência de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pela carteira do Fundo.

De acordo com a Lei nº 11.312/06, os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das cotas, àqueles cotistas sujeitos à tributação.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medidas judiciais específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

9 Política de distribuição de resultados

As quantias que forem atribuídas ao Fundo a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelas companhias emissoras das ações integrantes da carteira do Fundo poderão, a exclusivo critério do Gestor: (i) ser distribuídas diretamente aos cotistas; ou (ii) ser incorporadas ao patrimônio líquido do Fundo.

Caso o Gestor opte pela distribuição das referidas quantias diretamente aos cotistas, quando ocorrer de o dia previsto para o pagamento não ser dia útil na sede do Administrador, o pagamento aos cotistas deverá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte ao previsto.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

10 Taxa de administração

Como remuneração pelos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará taxa de administração de 2% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$40 (quarenta mil). A remuneração deverá ser provisionada diariamente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, e paga mensalmente por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A despesa de taxa de administração, no período de 1º de março a 26 de abril de 2017, foi de R\$16.

Adicionalmente será devida ao Gestor, uma taxa de performance equivalente a 20% da rentabilidade do Fundo, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a Taxa de administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% ao ano. A qual será apurada a partir da data em que a soma das distribuições de resultados aos cotistas, conforme disposto em regulamento, totalizarem montante superior ao valor das cotas integralizadas ("Capital Integralizado").

No período de 1º de março a 26 de abril de 2017, não houve cobrança de taxa de performance.

11 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

12 Direito de voto

A política relativa ao exercício do direito de voto, pela Administradora ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o Fundo seja acionista, será de comparecer àquelas cujas ordens do dia seja considerada, pelo departamento técnico, relevante para o desempenho futuro da companhia, e votar de acordo com os interesses do Fundo.

13 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade

A rentabilidade proporcionada pelo Fundo e o valor nominal da cota, nos encerramentos dos períodos, estão demonstrados como segue:

Período	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade (%)
De 1º de março a 26 de abril de 2017 (após a cisão)	10.690	1.329,97

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

14 Contrato de prestação de serviço de auditoria

O Fundo não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria das demonstrações contábeis.

15 Prestadores de serviços

Os prestadores de serviços são:

Administração:	Intrader distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Controladoria:	Intrader distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Distribuição:	Horus Investimentos - Gestora de Recursos LTDA.
Custódia:	Intrader distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Gestão:	Horus Investimentos - Gestora de Recursos LTDA.

16 Partes relacionadas

A remuneração paga pelo Fundo as entidades Administradora e Gestora da carteira no período de 1º de março a 26 de abril de 2017 totalizam R\$16.

17 Alterações estatutárias

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 25 de Abril de 2017, foram deliberadas: (i) a aprovação da reavaliação dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo representados por Investidas, de acordo com o laudo elaborado em 30 de março de 2017, para data base 31 de dezembro de 2016, pela empresa JMB Assessoria Empresarial LTDA. O Laudo foi elaborado em conformidade à legislação aplicável, especificamente o Art. 264 da Lei 6.404/76, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a uma taxa de desconto de 16,93% (dezesesseis inteiros e noventa e três centésimos por cento), e, atribuiu às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de titularidade do Fundo, de emissão da Investida Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A., o valor total de R\$151.539 (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais); (ii) aprovação da cisão parcial de 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo, representado por 85% (oitenta e cinco por cento) das ações emitidas pela Rover; (iii) alteração da denominação do Fundo de Investimento em Participações Allamandas para Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia; (iv) aprovar a versão e consequente incorporação da Parcela Cindida a outro fundo de investimento em participações existente, denominado "Pernambuco Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia"; (v) aprovação dos novos prestadores de serviço do fundo, sendo na qualidade de Custodiante BRB DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A., e, na qualidade de Escriturador ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., com as consequentes alterações no Regulamento para incluir os prestadores de serviços.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (após a cisão)

18 Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias sobre o Fundo são divulgadas na sede da Administradora e por meio do serviço de atendimento ao cotista pelo endereço adm@intrader.com.br, ou pelo telefone (55) (11) 3198-5151.

19 Eventos Subsequentes

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 05 de Maio de 2017, foram deliberadas: (i) a 2ª emissão de cotas do Fundo, a ser composta por até 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentos e setenta mil, seiscentas e cinquenta) cotas, com valor unitário de emissão de R\$13,39, perfazendo o volume total de emissão de até R\$250.000; (ii) a autorização para que o Fundo utilize os recursos captados com a 2ª emissão para a aquisição de até 34% do capital social total da Rover, ao preço de até R\$45.900, de modo que o Fundo possa ser titular de até 49% do capital social total da Rover.

O diretor executivo e o contabilista responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Edson Hydalgo Junior
Diretor Executivo

Efigenia Queiroz da Silva
Contador CRC: 1SP208668

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE

CNPJ nº 17.158.705/0001-34

(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégias) - Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95

Demonstrações Financeiras

Período de 01 de março à 26 de abril de 2017 – Antes da Cisão

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

26 de abril de 2017

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE
Demonstrações Financeiras do período de 01 de março à 26 de abril de 2017 e o
Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente	3 a 5
Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira	6
Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	8 a 16

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e à Administradora do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Fundo de Investimento em Participações Life Care ("Fundo")**, anteriormente denominado **Fundo de Investimento em Participações Allamandas**, administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 26 de abril de 2017 (antes da cisão) e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido do período de 01 de março à 26 de abril de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Participações Life Care em 26 de abril de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Demonstrações financeiras antes da cisão patrimonial

Chamamos a atenção para o assunto comentado na nota explicativa nº 2, que trata da elaboração das demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Participações Life Care em 26 de abril de 2017, cujo objetivo exclusivo é apresentar a posição patrimonial do fundo antes do processo de cisão patrimonial, razão pela qual não estão sendo apresentados os saldos comparativos do exercício social anterior. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do **Fundo de Investimento em Participações Life Care (“Fundo”), anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas**, para o período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria, datado de 03 de outubro de 2017, conteve opinião modificada devido ao Fundo possuir investimentos em ações da Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A (Companhia), avaliadas pelo custo de aquisição, no montante de R\$10.623 mil e estar em desacordo com a Instrução 391/03 da CVM, que requer a auditoria das demonstrações financeiras das Companhias investidas pelos fundos de investimentos em participações.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de outubro de 2017.

MOORE STEPHENS PRIME
AUDITORES E CONSULTORES SOCIEDADE SIMPLES
CRC RS nº 4.316
CVM nº 10.510



Jarbas Lima da Silva
Contador CRC RS nº 37.815/O-9

As firmas-membro da Moore Stephens no Brasil, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente, são associadas à Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da cisão)

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 26 de abril de 2017 (Antes da cisão)

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Tipo	Quantidade	Custo total	Valor de mercado	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				5	-
Valores mobiliários de renda variável					
Ações de companhia de capital fechado:					
Rover - Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A.	ON	300.000	151.539	151.539	100,00
Valor a receber				4	-
Valores a pagar				(16)	-
Taxa de administração				(4)	-
Taxa de gestão				(4)	-
Custódia				(7)	-
Taxa fiscalização CVM				(1)	-
Patrimônio líquido				151.532	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)

Demonstração das evoluções do patrimônio líquido

Período de 1 de março a 26 de abril de 2017 (Antes da Cisão)

(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)

	Período de 1/3/2017 a 26/04/2017
Patrimônio líquido no início do período	
10.710.435,83 cotas a R\$ 0,989135	10.594
Patrimônio líquido antes do resultado do período	<u>10.594</u>
Composição do resultado do período	
Ações	<u>140.956</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio	40
Ajuste a valor de mercado - ações Rover	140.916
Despesas	<u>(18)</u>
Taxa de administração e gestão	6
Custódia	(22)
Taxa de fiscalização CVM	(2)
Resultado do período	<u>140.938</u>
Patrimônio líquido no final do período	<u>151.532</u>
10.710.435,83 cotas a R\$ 14,14807	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia)

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da cisão)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Participações Life Care (“Fundo”) anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 3 de agosto de 2015 e possui prazo de duração de dez anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 anos, caso a assembleia geral de cotistas não delibere em sentido contrário.

O Fundo tem como objetivo buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que, se fechadas, atendam à política de investimento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos das instruções emanadas da CVM.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Administradora”), do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, este está sujeito às oscilações de mercado, podendo, inclusive, ocorrer perda de capital investido.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, incluindo as normas e as orientações emanadas da CVM. A Instrução nº 391/03 da CVM e suas alterações posteriores regulamentam a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento em participações, incluindo a obrigatoriedade de elaboração das demonstrações contábeis. Entretanto, essa instrução não definiu a forma de apresentação das demonstrações contábeis desses fundos. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos modelos de apresentação dispostos na Instrução nº 438/06 da CVM, aplicável a outros fundos de investimento também regulados pela CVM.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

*Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)*

A CVM publicou, em 30 de agosto de 2016, as Instruções nos 578 e 579, que dispõem sobre a constituição, a administração, o funcionamento, a elaboração e a divulgação de informações dos fundos de investimento em participações, em substituição à Instrução nº 391 da CVM. As alterações introduzidas pelas instruções entraram em vigor para os fundos com exercício social iniciado em ou após 1º de janeiro de 2017. Dessa forma, os investimentos detidos pelos Fundos classificados como entidades de investimento, deverão ser avaliados a valor justo. Os fundos não qualificados nessa categoria deverão ter seus investimentos avaliados por equivalência patrimonial.

Essas demonstrações financeiras têm como objetivo exclusivo a apresentação da posição patrimonial do Fundo antes da cisão e a evolução do patrimônio líquido referente ao período de 1º de março à 26 de abril de 2017, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, e, portanto, não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Títulos e valores mobiliários de renda variável

As ações de companhias fechadas estão registradas ao seu valor econômico-financeiro, conforme previsto no Regulamento do Fundo. É facultada, a critério do administrador e no melhor interesse do Fundo, a avaliação a preço de mercado, pelo valor econômico-financeiro, ou pelo valor patrimonial.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

		Faixas de Valor contábil vencimento
Valores mobiliários de renda variável: (Nota Explicativa nº 4.1)		
Ações de companhia de capital fechado	10.623	-
Valorização	140.916	-
Ações de companhia de capital fechado	151.539	-

4.1 Rover - Negócios Empreendimentos Imobiliários S.A

A Rover - Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A ("Rover") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Joanna Rodrigues Jondral, nº 155, Gleba Cambé, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, que tem por objetivo social a gestão e manutenção de cemitérios.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

*Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)*

Em 3 de agosto de 2015, os cotistas do Fundo, como forma de integralização de suas cotas subscritas, transferiram 300.000 ações ordinárias de emissão da Rover, pelo valor de R\$10.623.

Em 31 de dezembro de 2015, conforme suas demonstrações financeiras, a Rover apresentou lucro no exercício de R\$307 (prejuízo de R\$871 em 2014), prejuízos acumulados de R\$15.418 (R\$4.800 em 2014), capital circulante líquido positivo de R\$3.055 (R\$2.162 em 2014) e passivo a descoberto naquela data correspondente a R\$5.918 (R\$4.500 em 2014).

Em 26 de abril de 2017, o Fundo reavaliou seu ativo representado pela investida Rover, de acordo com laudo de avaliação elaborado pela empresa JMB Assessoria Empresarial Ltda. O Laudo foi elaborado em conformidade à legislação aplicável, especificamente o Art. 264 da Lei 6.404/76, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a uma taxa de desconto de 16,93% (dezesesseis inteiros e noventa e três centésimos por cento), e, atribuiu às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de titularidade do Fundo, de emissão da Investida Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A., o valor total de R\$151.539 (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais). (Nota 17)

Na mesma data, após a reavaliação do ativo, houve a cisão parcial de 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo, representado por 85% (oitenta e cinco por cento) das ações emitidas pela Rover, totalizando 45.000 ações ordinária, pelo montante de \$22.731, que representam 15% do capital social da Companhia.

5 Instrumentos financeiros derivativos

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no período de 1º de março à 26 de abril de 2017.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

*Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)*

6 Gerenciamento e fatores de risco

Mercado

Os ativos que integram a carteira do Fundo podem sofrer oscilações em seus preços, afetados por fatores macroeconômicos, representados, mas não limitados a mudanças na política econômica e na legislação fiscal, a oscilações nas taxas de juros, bem como por fatores microeconômicos como alterações na situação financeira de determinada empresa ou grupo ou em sua capacidade competitiva.

Liquidez

As aplicações em valores mobiliários do Fundo apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, em razão das características de prazo e duração deste. Caso o Fundo precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas.

Crédito

Consiste no risco dos emissores de valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira do Fundo e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

Concentração da carteira

O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em uma única companhia emissora de títulos, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal emissora. O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única companhia investida, do mesmo setor econômico e região geográfica, sem restrições quanto a condições econômica, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

*Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)*

Controles relacionados aos riscos

Os investimentos previstos para o Fundo são predominantemente participações em ativos para os quais não existem preços públicos, de forma que medidas de risco de mercado como VaR, *stresstest*, simulação histórica etc. não são aplicáveis. A administração do risco dos investimentos, nesse caso, dá-se por meio do monitoramento e da participação na governança na empresa investida.

Embora seja mantido sistema de gerenciamento de risco das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas.

7 Emissões, resgates e amortizações de cotas

As cotas do Fundo terão a forma nominativa, serão escriturais e corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, dividido pelo número total de cotas emitidas.

Na hipótese da Administradora entender necessária a aprovação sobre emissão e distribuição de novas cotas, será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar.

Não haverá resgate de Cotas, a não ser por ocasião do término do prazo de duração, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no regulamento.

As cotas serão objeto de oferta restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados e somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Admite-se, ainda, a critério da Administradora, a integralização de cotas por meio da utilização de bens e direitos, inclusive ativos-alvo, avaliados por seu custo de aquisição, a preço de mercado, por seu valor econômico ou por seu valor patrimonial, conforme o caso, observadas disposições legais e regulamentares a esse respeito.

Os recursos provenientes da alienação dos Ativos-Alvo, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos, forma e condições do regulamento, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de cotas, pela assembleia geral de cotistas. A amortização abrangerá todas as cotas do Fundo, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

*Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)*

8 Tributação

Não há incidência de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pela carteira do Fundo.

De acordo com a Lei nº 11.312/06, os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das cotas, àqueles cotistas sujeitos à tributação.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medidas judiciais específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

9 Política de distribuição de resultados

As quantias que forem atribuídas ao Fundo a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelas companhias emissoras das ações integrantes da carteira do Fundo poderão, a exclusivo critério do Gestor: (i) ser distribuídas diretamente aos cotistas; ou (ii) ser incorporadas ao patrimônio líquido do Fundo.

Caso o Gestor opte pela distribuição das referidas quantias diretamente aos cotistas, quando ocorrer de o dia previsto para o pagamento não ser dia útil na sede do Administrador, o pagamento aos cotistas deverá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte ao previsto.

10 Taxa de administração

Como remuneração pelos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará taxa de administração de 2% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$40 (quarenta mil). A remuneração deverá ser provisionada diariamente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, e paga mensalmente por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A despesa de taxa de administração, no período de 1º de março a 26 de abril de 2017, foi de R\$16.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

*Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)*

Adicionalmente será devida ao Gestor, uma taxa de performance equivalente a 20% da rentabilidade do Fundo, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a Taxa de administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% ao ano. A qual será apurada a partir da data em que a soma das distribuições de resultados aos cotistas, conforme disposto em regulamento, totalizarem montante superior ao valor das cotas integralizadas (“Capital Integralizado”).

No período de 1º de março a 26 de abril de 2017, não houve cobrança de taxa de performance.

11 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

12 Direito de voto

A política relativa ao exercício do direito de voto, pela Administradora ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o Fundo seja acionista, será de comparecer àquelas cujas ordens do dia seja considerada, pelo departamento técnico, relevante para o desempenho futuro da companhia, e votar de acordo com os interesses do Fundo.

13 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade

A rentabilidade proporcionada pelo Fundo e o valor nominal da cota, nos encerramentos dos períodos, estão demonstrados como segue:

Período	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade (%)
De 1º de março a 26 de abril de 2017 (antes a cisão)	13.910	1.330,35

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

14 Contrato de prestação de serviço de auditoria

O Fundo não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria das demonstrações contábeis.

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

*Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)*

15 Prestadores de serviços

Os prestadores de serviços são:

Administração:	Intrader distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Controladoria:	Intrader distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Distribuição:	Horus Investimentos - Gestora de Recursos LTDA.
Custódia:	Intrader distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Gestão:	Horus Investimentos - Gestora de Recursos LTDA.

16 Partes relacionadas

A remuneração paga pelo Fundo as entidades Administradora e Gestora da carteira no período de 1º de março a 26 de abril de 2017 totalizam R\$16.

17 Alterações estatutárias

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 25 de Abril de 2017, foram deliberadas: (i) a aprovação da reavaliação dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo representados por Investidas, de acordo com o laudo elaborado em 30 de março de 2017, para data base 31 de dezembro de 2016, pela empresa JMB Assessoria Empresarial LTDA. O Laudo foi elaborado em conformidade à legislação aplicável, especificamente o Art. 264 da Lei 6.404/76, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a uma taxa de desconto de 16,93% (dezesesseis inteiros e noventa e três centésimos por cento), e, atribuiu às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de titularidade do Fundo, de emissão da Investida Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A., o valor total de R\$151.539 (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais); (ii) aprovação da cisão parcial de 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo, representado por 85% (oitenta e cinco por cento) das ações emitidas pela Rover; (iii) alteração da denominação do Fundo de Investimento em Participações Allamandas para Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia; (iv) aprovar a versão e consequente incorporação da Parcela Cindida a outro fundo de investimento em participações existente, denominado "Pernambuco Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia"; (v) aprovação dos novos prestadores de serviço do fundo, sendo na qualidade de Custodiante BRB DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A., e, na qualidade de Escriturador ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., com as consequentes alterações no Regulamento para incluir os prestadores de serviços

**Fundo de Investimento em Participações Life Care
(Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Multiestratégia)**

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ:15.489.568/0001-95)

*Demonstrações financeiras Período de 1º de março à 26 de abril de 2017 (antes da
cisão)*

18 Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias sobre o Fundo são divulgadas na sede da Administradora e por meio do serviço de atendimento ao cotista pelo endereço adm@intrader.com.br, ou pelo telefone (55) (11) 3198-5151.

19 Eventos Subsequentes

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 05 de Maio de 2017, foram deliberadas: (i) a 2ª emissão de cotas do Fundo, a ser composta por até 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentos e setenta mil, seiscentas e cinquenta) cotas, com valor unitário de emissão de R\$13,39, perfazendo o volume total de emissão de até R\$250.000; (ii) a autorização para que o Fundo utilize os recursos captados com a 2ª emissão para a aquisição de até 34% do capital social total da Rover, ao preço de até R\$45.900, de modo que o Fundo possa ser titular de até 49% do capital social total da Rover.

O diretor executivo e o contabilista responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Edson Hydalgo Junior
Diretor Executivo

Efigenia Queiroz da Silva
Contador CRC: 1SP208668

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS MULTISTRATÉGIA

CNPJ nº 17.158.705/0001-34

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95)

Demonstrações Financeiras

Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, período de 01 de março de 2016 à 18 de janeiro de 2017 (data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

28 de fevereiro de 2017

FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS MULTIESTRATÉGIA
Demonstrações Financeiras do período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017,
período de 01 de março de 2016 à 18 de janeiro de 2017 (data da transferência) e 29 de
fevereiro de 2016 e o Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente	3 a 5
Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira	6
Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	8 a 16

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e à Administradora do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ALLAMANDAS MULTIESTRATÉGIA
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia (“Fundo”)**, administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 28 de fevereiro de 2017 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido de 19 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia em 28 de fevereiro de 2017 e o desempenho de suas operações para o período de 19 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4 das demonstrações financeiras, de 28 de fevereiro de 2017, o Fundo possuía investimentos em ações da Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A (Companhia), avaliadas pelo custo de aquisição, no montante de R\$10.623 mil. Até a data de emissão deste relatório as demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não tinham sido auditadas, estando assim, em desacordo com a Instrução CVM 391/03, que requer a auditoria das demonstrações financeiras das Companhias investidas pelos fundos de investimentos em participações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do **Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia (“Fundo”)**, para o período de 1º de março de 2016 à 18 de janeiro de 2017, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria, datado de 18 de setembro de 2017, conteve opinião modificada devido ao Fundo possuir investimentos em ações da Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A (Companhia), avaliadas pelo custo de aquisição, no montante de R\$10.623 mil e estar em desacordo com a Instrução 391/03 da CVM, que requer a auditoria das demonstrações financeiras das Companhias investidas pelos fundos de investimentos em participações.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 03 de outubro de 2017.

MOORE STEPHENS PRIME
AUDITORES E CONSULTORES SOCIEDADE SIMPLES
CRC RS nº 4.316
CVM nº 10.510



Jarbas Lima da Silva
Contador CRC RS nº 37.815/O-9

As firmas-membro da Moore Stephens no Brasil, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente, são associadas à Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

CNPJ: 17.158.705/0001-44

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - 15.489.568/0001-95)

(Anteriormente Administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A.)

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Tipo	Quantidade	Custo total	Valor de mercado 2017	% sobre o patrimônio líquido	Tipo	Quantidade	Custo total	Valor de mercado 2016	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				10	0,09				30	0,28
Valores mobiliários de renda variável										
Ações de companhia de capital fechado:										
Rover - Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A.	ON	300.000	10.623	10.623	100,27	ON	300.000	10.623	10.623	99,97
Valor a receber				2	0,02				2	0,02
Valores a pagar				(41)	(0,39)				(29)	(0,27)
Patrimônio líquido				10.594	100,00				10.626	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 de janeiro de 2017 (data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

CNPJ: 17.158.705/0001-44

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - 15.489.568/0001-95))

(Anteriormente Administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A.)

Demonstração das evoluções do patrimônio líquido

Período de 19 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017,

Período de 01 de março de 2016 a 18 de janeiro de 2017 (data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)

	Período de 19/01/2017 a 28/02/2017	Período de 1/3/2016 a 18/01/2017	Período de 3/8/2015 a 29/02/2016
Patrimônio líquido no início do período			
10.710.435,83 cotas a R\$ 0,99213754	10.626	-	-
10.710.435,83 cotas a R\$ 0,986033	-	10.561	-
75.01.117,26 cotas a R\$ 1,000000	-	-	7.501
Cotas emitidas			
3.209.318,57 cotas	-	-	3.209
Patrimônio líquido antes do resultado do período	<u>10.626</u>	<u>10561</u>	<u>10.710</u>
Composição do resultado do período			
Ações			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	<u>10</u>	<u>252</u>	<u>-</u>
Cotas de fundo			
Resultado com aplicações em cotas de fundo	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>(12)</u>
Receita			
Receitas diversas	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>-</u>
Despesas	<u>(44)</u>	<u>(187)</u>	<u>(187)</u>
Taxa de administração	(23)	(72)	(56)
Auditoria e custódia	-	(73)	(75)
Taxa de fiscalização	(1)	(4)	(3)
Despesas diversas	(20)	(38)	(3)
Resultado do período	<u>(32)</u>	<u>65</u>	<u>(149)</u>
Patrimônio líquido no final do período			
10.710.435,83 cotas a R\$ 0,989135	<u>10.594</u>		
10.710.435,83 cotas a R\$ 0,99213754		<u>10.626</u>	
10.710.435,83 cotas a R\$ 0,986033			<u>10.561</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia (“Fundo”) foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 3 de agosto de 2015 e possui prazo de duração de 10 anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 anos, caso a assembleia geral de cotistas não delibere em sentido contrário.

O Fundo tem como objetivo buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que, se fechadas, atendam à política de investimento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos das instruções emanadas da CVM.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Administradora”), do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, este está sujeito às oscilações de mercado, podendo, inclusive, ocorrer perda de capital investido.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, incluindo as normas e as orientações emanadas da CVM. A Instrução nº 391/03 da CVM e suas alterações posteriores regulamentam a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento em participações, incluindo a obrigatoriedade de elaboração das demonstrações contábeis. Entretanto, essa instrução não definiu a forma de apresentação das demonstrações contábeis desses fundos. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos modelos de apresentação dispostos na Instrução nº 438/06 da CVM, aplicável a outros fundos de investimento também regulados pela CVM.

A CVM publicou, em 30 de agosto de 2016, as Instruções nos 578 e 579, que dispõem sobre a constituição, a administração, o funcionamento, a elaboração e a divulgação de informações dos fundos de investimento em participações, em substituição à Instrução nº 391 da CVM. As alterações introduzidas pelas instruções entraram em vigor para os fundos com exercício social iniciado em ou após 1º de janeiro de 2017. Dessa forma, os investimentos detidos pelos Fundos classificados como entidades de investimento, deverão ser avaliados a valor justo. Os fundos não qualificados nessa categoria deverão ter seus investimentos avaliados por equivalência patrimonial.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

Neste contexto, foram tomadas as medidas necessárias para adaptação às novas instruções, e por meio de assembleia geral de cotistas, realizada em 25 de abril de 2017 foi aprovada a alteração no regulamento e qualificação do fundo como entidade de investimento.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Títulos e valores mobiliários de renda variável

As ações de companhias fechadas estão registradas ao seu valor de custo de aquisição, conforme previsto no Regulamento do Fundo. É facultada, a critério do administrador e no melhor interesse do Fundo, a avaliação a preço de mercado, pelo valor econômico-financeiro, ou pelo valor patrimonial.

Cotas de fundos

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informado pelos Administradores e estão classificadas na categoria de “Títulos para negociação”. A valorização e/ou a desvalorização das cotas de fundos de investimentos estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

	Valor contábil	Faixas de vencimento
Valores mobiliários de renda variável:		
Ações de companhia de capital fechado (Nota Explicativa nº 4.1)	10.623	-

4.1 Rover - Negócios Empreendimentos Imobiliários S.A

A Rover - Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A (“Rover”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Joanna Rodrigues Jondral, nº 155, Gleba Cambé, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, que tem por objetivo social a gestão e manutenção de cemitérios.

Em 3 de agosto de 2015, os cotistas do Fundo, como forma de integralização de suas cotas subscritas, transferiram 300.000 ações ordinárias de emissão da Rover, pelo valor de R\$10.623.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

Em 31 de dezembro de 2015, conforme suas demonstrações financeiras, a Rover apresentou lucro no exercício de R\$307 (prejuízo de R\$871 em 2014), prejuízos acumulados de R\$15.418 (R\$4.800 em 2014), capital circulante líquido positivo de R\$3.055 (R\$2.162 em 2014) e passivo a descoberto naquela data correspondente a R\$5.918 (R\$4.500 em 2014).

Em 28 de fevereiro de 2017, o Fundo possui 300.000 ações ordinárias da Rover, pelo montante de R\$10.623, que representam 100% do capital social da Companhia. As ações estão registradas no Fundo ao custo de aquisição. Consequentemente, quando da efetiva realização desse investimento, o valor de realização poderá vir a ser substancialmente diferente daquele registrado. Com base em análises da empresa investida, a Administradora concluiu que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

5 Instrumentos financeiros derivativos

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no período de 19 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017.

6 Gerenciamento e fatores de risco

Mercado

Os ativos que integram a carteira do Fundo podem sofrer oscilações em seus preços, afetados por fatores macroeconômicos, representados, mas não limitados a mudanças na política econômica e na legislação fiscal, a oscilações nas taxas de juros, bem como por fatores microeconômicos como alterações na situação financeira de determinada empresa ou grupo ou em sua capacidade competitiva.

Liquidez

As aplicações em valores mobiliários do Fundo apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, em razão das características de prazo e duração deste. Caso o Fundo precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos cotistas.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

Crédito

Consiste no risco dos emissores de valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira do Fundo e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

Concentração da carteira

O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em uma única companhia emissora de títulos, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal emissora. O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única companhia investida, do mesmo setor econômico e região geográfica, sem restrições quanto a condições econômica, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

Controles relacionados aos riscos

Os investimentos previstos para o Fundo são predominantemente participações em ativos para os quais não existem preços públicos, de forma que medidas de risco de mercado como VaR, *stresstest*, simulação histórica etc. não são aplicáveis. A administração do risco dos investimentos, nesse caso, dá-se por meio do monitoramento e da participação na governança na empresa investida.

Embora seja mantido sistema de gerenciamento de risco das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas.

7 Emissões, resgates e amortizações de cotas

As cotas do Fundo terão a forma nominativa, serão escriturais e corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, dividido pelo número total de cotas emitidas.

Na hipótese de a Administradora entender necessária a aprovação sobre emissão e distribuição de novas cotas, será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar.

Não haverá resgate de Cotas, a não ser por ocasião do término do prazo de duração, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no regulamento.

As cotas serão objeto de oferta restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados e somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

Admite-se, ainda, a critério da Administradora, a integralização de cotas por meio da utilização de bens e direitos, inclusive ativos-alvo, avaliados por seu custo de aquisição, a preço de mercado, por seu valor econômico ou por seu valor patrimonial, conforme o caso, observadas disposições legais e regulamentares a esse respeito.

Os recursos provenientes da alienação dos Ativos-Alvo, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos, forma e condições do regulamento, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de cotas, pela assembleia geral de cotistas. A amortização abrangerá todas as cotas do Fundo, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.

8 Tributação

Não há incidência de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pela carteira do Fundo.

De acordo com a Lei nº 11.312/06, os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das cotas, àqueles cotistas sujeitos à tributação.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medidas judiciais específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

9 Política de distribuição de resultados

As quantias que forem atribuídas ao Fundo a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelas companhias emissoras das ações integrantes da carteira do Fundo poderão, a exclusivo critério do Gestor: (i) ser distribuídas diretamente aos cotistas; ou (b) ser incorporadas ao patrimônio líquido do Fundo.

Caso o Gestor opte pela distribuição das referidas quantias diretamente aos cotistas, quando ocorrer de o dia previsto para o pagamento não ser dia útil na sede do Administrador, o pagamento aos cotistas deverá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte ao previsto.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

10 Taxa de administração

Como remuneração pelos serviços de administração, o Fundo pagará taxa de administração de 2% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$40 (quarenta mil). A remuneração deverá ser provisionada diariamente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, e paga mensalmente por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A despesa de taxa de administração, no período de 19 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017, foi de R\$23.

Adicionalmente será devida ao Gestor, uma taxa de performance equivalente a 20% da rentabilidade do Fundo, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a Taxa de administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% ao ano. A qual será apurada a partir da data em que a soma das distribuições de resultados aos cotistas, conforme disposto em regulamento, totalizarem montante superior ao valor das cotas integralizadas ("Capital Integralizado").

No período de 19 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017, não houve cobrança de taxa de performance.

11 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

12 Direito de voto

A política relativa ao exercício do direito de voto, pela Administradora ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o Fundo seja acionista, será de comparecer àquelas cujas ordens do dia seja considerada, pelo departamento técnico, relevante para o desempenho futuro da companhia, e votar de acordo com os interesses do Fundo.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 de janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

13 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade

A rentabilidade proporcionada pelo Fundo e o valor nominal da cota, nos encerramentos dos períodos, estão demonstrados como segue:

Período	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade (%)
De 19 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017	10.610	(0,30)
De 1º de março de 2016 a 18 de janeiro de 2017 (data de substituição da Administradora)	10.582	0,62
De 3 de Agosto 2015 (data de início das operações) a 29 de fevereiro de 2016	9.796	(1,40)

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

14 Contrato de prestação de serviço de auditoria

O Fundo não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras.

15 Prestadores de serviços

Os prestadores de serviços são:

Administração:	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Controladoria:	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Distribuição:	Horus Investimentos - Gestora de Recursos LTDA
Custódia:	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Gestão:	Horus Investimentos - Gestora de Recursos LTDA.

16 Partes relacionadas

A remuneração paga pelo Fundo as entidades Administradora e Gestora da carteira no período de 19 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017 totalizam R\$23.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

17 Alterações estatutárias

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 3 de janeiro de 2017, foram deliberadas: (i) a transferência da administração do Fundo para a Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; (ii) alteração do prestador dos serviços de custódia e controladoria do Fundo, que passará a ser realizado pelo novo administrador; (iii) a contratação da Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes, para a prestação dos serviços de auditoria independente das atividades do Fundo; (iv) A destituição da Geração Futuro Corretora de Valores S.A da função de distribuidor das cotas do Fundo, de forma que os signatários da presente ata concordam em isentá-la de qualquer responsabilidade pela distribuição das cotas do Fundo a partir da data de transferência; (v) A ratificação do prestador de serviço de gestão, que continuará a ser prestado pela Horus Investimentos – Gestora de Recursos Ltda. (vi) a alteração da taxa de administração do Fundo, que passa a ser de 2% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$40; (vii) a criação da taxa de performance para o Fundo, em montante equivalente a 20% da rentabilidade do Fundo, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a taxa de administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% ao ano; (viii) A alteração da política de investimentos do Fundo; (ix) alteração do prazo de duração do Fundo que passa a ser de 10 anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 anos, caso a assembleia geral de cotistas não delibere em sentido contrário; (x) o encerramento de qualquer distribuição de cotas do Fundo em aberto; (xi) alteração da denominação social para Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia. Tais deliberações entraram em vigor a partir do fechamento das operações do dia 18 de janeiro de 2017 (“data de transferência”).

18 Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias sobre o Fundo são divulgadas na sede da Administradora e por meio do serviço de atendimento ao cotista pelo endereço eletrônico adm@intrader.com.br, ou pelo telefone (55) (11) 3198-5151.

19 Eventos Subsequentes

- a. Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 05 de Maio de 2017, foram deliberadas: (i) a 2ª emissão de cotas do Fundo, a ser composta por até 18.670.650 (dezoito milhões, seiscentos e setenta mil, seiscentas e cinquenta) cotas, com valor unitário de emissão de R\$13,39, perfazendo o volume total de emissão de até R\$250.000; (ii) a autorização para que o Fundo utilize os recursos captados com a 2ª emissão para a aquisição de até 34% do capital social total da Rover, ao preço de até R\$45.900, de modo que o Fundo possa ser titular de até 49% do capital social total da Rover.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia

(Administrado pela Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ nº 15.489.568/0001-95) Período de 19 de janeiro à 28 de fevereiro de 2017, Período de 01 de março de 2016 à 18 janeiro de 2017(data da transferência) e 29 de fevereiro de 2016

- b. Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 25 de Abril de 2017, foram deliberadas: (i) a aprovação da reavaliação dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo representados por Investidas, de acordo com o laudo elaborado em 30 de março de 2017, para data base 31 de dezembro de 2016, pela empresa JMB Assessoria Empresarial LTDA. O Laudo foi elaborado em conformidade à legislação aplicável, especificamente o Art. 264 da Lei 6.404/76, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a uma taxa de desconto de 16,93% (dezesseis inteiros e noventa e três centésimos por cento), e, atribuiu às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de titularidade do Fundo, de emissão da Investida Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A., o valor total de R\$151.539 (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais); (ii) aprovação da cisão parcial de 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo, representado por 85% (oitenta e cinco por cento) das ações emitidas pela Rover; (iii) alteração da denominação do Fundo de Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia para Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia; (iv) aprovar a versão e consequente incorporação da Parcela Cindida a outro fundo de investimento em participações existente, denominado "Pernambuco Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia"; (v) aprovação dos novos prestadores de serviço do fundo, sendo na qualidade de Custodiante BRB DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A., e, na qualidade de Escriturador ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., com as consequentes alterações no Regulamento para incluir os prestadores de serviços

O diretor executivo e o contabilista responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Edson Hydalgo Junior
Diretor executivo

Efigenia Queiroz da Silva
Contador CRC: 1SP208668

Fundo de Investimento em Participações Allamandas

CNPJ: 17.158.705/0001-34
(Administrado pela Geração Futuro
Corretora de Valores S.A.
CNPJ: 27.652.684/0001-62)

Demonstrações financeiras

Período de 3 de agosto de 2015 (data
de início das operações) a 29 de
fevereiro de 2016.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	5
Demonstração das evoluções do patrimônio líquido	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e à Administradora do
Fundo de Investimento em Participações Allamandas
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Investimento em Participações Allamandas ("Fundo"), administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A., que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 29 de fevereiro de 2016 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido para o período de 3 de agosto de 2015 (data de início das operações) a 29 de fevereiro 2016, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Participações Allamandas em 29 de fevereiro de 2016 e o desempenho das suas operações para o período de 3 de agosto de 2015 (data de início das operações) a 29 de fevereiro 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Fundo de Investimento em Participações Allamandas

CNPJ: 17.158.705/0001-34

(Administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A.)

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Tipo	Quantidade	Custo total	Valor de mercado	% sobre o patrimônio líquido
Valores mobiliários de renda variável					
Ações de companhia de capital fechado:					
Rover - Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A.	ON	300.000	10.623	10.623	100,59
Valor a receber				1	0,01
Valores a pagar				(63)	(0,60)
Taxa de administração				(19)	(0,18)
Auditoria e custódia				(44)	(0,42)
Patrimônio líquido				10.561	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações Allamandas

CNPJ: 17.158.705/0001-34

(Administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A)

Demonstração das evoluções do patrimônio líquido

Período de 3 de agosto de 2015 (data de início das operações) a 29 de fevereiro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)

	Período de 3/8/2015 a 29/02/2016
Patrimônio líquido no início do período	
Emissão inicial de 7.501.117,26 cotas a R\$ 1,00000	7.501
Cotas emitidas	
3.209.318,57 cotas	<u>3.209</u>
Patrimônio líquido antes do resultado do período	<u>10.710</u>
Composição do resultado do período	
Cotas de fundo	
Resultado com aplicações em cotas de fundo	<u>(12)</u>
Despesas	<u>(137)</u>
Taxa de administração	(56)
Auditoria e custódia	(75)
Taxa de fiscalização	(3)
Despesas diversas	(3)
Resultado do período	<u>(149)</u>
Patrimônio líquido no final do período	
10.710.435,83 cotas a R\$ 0,986033	<u><u>10.561</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Participações Allamandas (“Fundo”) foi constituído sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 3 de agosto de 2015 e possui prazo de duração de oito anos, contados da data da primeira integralização de cotas, podendo ser prorrogado mediante deliberação em Assembleia Geral de Cotistas.

O Fundo tem como objetivo buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de companhias brasileiras com registro ou não de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que, se fechadas, atendam à política de investimento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos das instruções emanadas da CVM.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia da Geração Futuro Corretora de Valores S.A. (“Administradora”), do Gestor, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, este está sujeito às oscilações de mercado, podendo, inclusive, ocorrer perda de capital investido.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, incluindo as normas e as orientações emanadas da CVM. A Instrução nº 391/03 da CVM e suas alterações posteriores regulamentam a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento em participações, incluindo a obrigatoriedade de elaboração das demonstrações contábeis. Entretanto, essa instrução não definiu a forma de apresentação das demonstrações contábeis desses fundos. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos modelos de apresentação dispostos na Instrução nº 438/06 da CVM, aplicável a outros fundos de investimento também regulados pela CVM.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Títulos e valores mobiliários de renda variável

As ações de companhias fechadas estão registradas ao seu valor de custo de aquisição, conforme previsto no Regulamento do Fundo. É facultada, a critério do administrador e no melhor interesse do Fundo, a avaliação a preço de mercado, pelo valor econômico-financeiro, ou pelo valor patrimonial.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

	Valor contábil	Faixas de vencimento
Valores mobiliários de renda variável:		
Ações de companhia de capital fechado (Nota Explicativa nº 4.1)	10.623	-

4.1 Rover - Negócios Empreendimentos Imobiliários S.A

A Rover - Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A (“Rover”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Joanna Rodrigues Jondral, nº 155, Gleba Cambé, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, que tem por objetivo social a gestão e manutenção de cemitérios.

Em 3 de agosto de 2015, os cotistas do Fundo, como forma de integralização de suas cotas subscritas, transferiram 300.000 ações ordinárias de emissão da Rover, pelo valor de R\$ 10.623.

Em 31 de dezembro de 2015, conforme suas demonstrações financeiras, a Rover apresentou lucro no exercício de R\$ 307 (prejuízo de R\$ 871 em 2014), prejuízos acumulados de R\$ 15.418 (R\$ 4.800 em 2014), capital circulante líquido positivo de R\$ 3.055 (R\$ 2.162 em 2014) e passivo a descoberto naquela data correspondente a R\$ 5.918 (R\$ 4.500 em 2014).

Em 29 de fevereiro de 2016, o Fundo possui 300.000 ações ordinárias da Rover, pelo montante de R\$ 10.623, que representam 100% do capital social da Companhia. As ações estão registradas no Fundo ao custo de aquisição. Consequentemente, quando da efetiva realização desse investimento, o valor de realização poderá vir a ser substancialmente diferente daquele registrado. Com base em análises da empresa investida, a Administradora concluiu que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

5 Instrumentos financeiros derivativos

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

O Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no período de 3 de agosto de 2015 a 29 de fevereiro de 2016.

6 Gerenciamento e fatores de risco

Mercado

Os ativos que integram a carteira do Fundo podem sofrer oscilações em seus preços, afetados por fatores macroeconômicos, representados, mas não limitados a mudanças na política econômica e na legislação fiscal, a oscilações nas taxas de juros, bem como por fatores microeconômicos como alterações na situação financeira de determinada empresa ou grupo ou em sua capacidade competitiva.

Liquidez

As aplicações em valores mobiliários do Fundo apresentam peculiaridades em relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, em razão das características de prazo e duração deste. Caso o Fundo precise se desfazer de parte desses valores mobiliários como debêntures, bônus, ações de companhias fechadas, ou abertas com pouca negociação, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser reduzido devido à baixa liquidez no mercado de mobiliário no país, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos cotistas.

Crédito

Consiste no risco dos emissores de valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa que integram ou que venham a integrar a carteira do Fundo e/ou outras partes envolvidas em operações realizadas pelo Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

Concentração da carteira

O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em uma única companhia emissora de títulos, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de tal emissora. O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única companhia investida, do mesmo setor econômico e região geográfica, sem restrições quanto a condições econômica, operacionais, regulatórias ou estratégicas.

Controles relacionados aos riscos

Os investimentos previstos para o Fundo são predominantemente participações em ativos para os quais não existem preços públicos, de forma que medidas de risco de mercado como VaR, *stresstest*, simulação histórica etc. não são aplicáveis. A administração do risco dos investimentos, nesse caso, dá-se por meio do monitoramento e da participação na governança na empresa investida.

Embora seja mantido sistema de gerenciamento de risco das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas.

7 Emissões, resgates e amortizações de cotas

As cotas do Fundo terão a forma nominativa, serão escriturais e corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, dividido pelo número total de cotas emitidas.

Na hipótese da Administradora entender necessária a aprovação sobre emissão e distribuição de novas cotas, será convocada Assembleia Geral de Cotistas para deliberar.

Não haverá resgate de Cotas, a não ser por ocasião do término do prazo de duração, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no regulamento.

As cotas serão objeto de oferta restrita destinada exclusivamente a investidores qualificados e somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Admite-se, ainda, a critério da Administradora, a integralização de cotas por meio da utilização de bens e direitos, inclusive ativos-alvo, avaliados por seu custo de aquisição, a preço de mercado, por seu valor econômico ou por seu valor patrimonial, conforme o caso, observadas disposições legais e regulamentares a esse respeito.

Os recursos provenientes da alienação dos Ativos-Alvo, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos, forma e condições do regulamento, exceto se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de cotas, pela assembleia geral de cotistas. A amortização abrangerá todas as cotas do Fundo, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.

8 Tributação

Não há incidência de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pela carteira do Fundo.

De acordo com a Lei nº 11.312/06, os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate ou amortização e o custo de aquisição das cotas, àqueles cotistas sujeitos à tributação.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medidas judiciais específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

9 Política de distribuição de resultados

As quantias que forem atribuídas ao Fundo a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelas companhias emissoras das ações integrantes da carteira do Fundo poderão, a exclusivo critério do Gestor: (i) ser distribuídas diretamente aos cotistas; ou (b) ser incorporadas ao patrimônio líquido do Fundo.

Caso o Gestor opte pela distribuição das referidas quantias diretamente aos cotistas, quando ocorrer de o dia previsto para o pagamento não ser dia útil na sede do Administrador, o pagamento aos cotistas deverá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte ao previsto.

10 Taxa de administração

Como remuneração pelos serviços de administração e gestão, o Fundo pagará taxa de administração e gestão de 0,10% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 9. A remuneração deverá ser provisionada diariamente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, e paga mensalmente por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Não haverá remuneração para os Distribuidores.

Não há taxa de ingresso, saída ou taxa de performance do Fundo.

A despesa de taxa de administração, no período de 3 de agosto de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, foi de R\$56.

11 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

12 Direito de voto

A política relativa ao exercício do direito de voto, pela Administradora ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o Fundo seja acionista, será de comparecer àquelas cuja ordem do dia seja considerada, pelo departamento técnico, relevante para o desempenho futuro da companhia, e votar de acordo com os interesses do Fundo.

13 Demonstração da evolução do valor da cota e da rentabilidade

A rentabilidade proporcionada pelo Fundo e o valor nominal da cota, nos encerramentos dos períodos, estão demonstrados como segue:

Período	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade (%)
De 3 de agosto de 2015 (data de início das operações) a 29 de fevereiro de 2016	9.796	(1,40)

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

14 Contrato de prestação de serviço de auditoria

O Fundo não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria das demonstrações contábeis.

15 Prestadores de serviços

Os prestadores de serviços são:

Administração:	Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Controladoria:	Oliveira Trust Servicer S.A.
Distribuição:	Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Custódia:	Oliveira Trust Distribuidora de Titylos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão:	Horus Investimentos - Gestora de Recursos LTDA.

16 Partes relacionadas

O Fundo apresenta uma exigibilidade no final do exercício com a Administradora referente a taxa de administração, no valor de R\$19 e o resultado dessa remuneração no montante de R\$56.

17 Alteração estatutária

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2016, foi deliberado alterações nos critérios que tratam amortização de cotas e pagamento de rendimentos aos cotistas.

18 Informações adicionais

O Fundo é administrado pela Geração Futuro Corretora de Valores S.A., tendo como diretor responsável pelo Fundo o Sr. Eduardo Alvares Moreira e a responsabilidade pela contabilidade do Fundo é do Sr. Roberto Luis Cardoso Inacio, inscrito no CRC RJ 111109/0-4.

19 Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias sobre o Fundo são divulgadas na sede da Administradora e por meio do serviço de atendimento ao cotista pelo endereço eletrônico sai@gerafuturo.com.br, ou pelo telefone (55) (11) 2137-8888.

20 Eventos Subsequentes

- a. Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 5 de maio de 2017, foram deliberadas: (i) a 2ª emissão de cotas do Fundo, a ser composta por até 18.670.650 cotas, com valor unitário de emissão de R\$13,39, perfazendo o volume total de emissão de até R\$250.000; (ii) a autorização para que o Fundo utilize os recursos captados com a 2ª emissão para a aquisição de até 34% do capital social total da Rover, ao preço de até R\$45.900, de modo que o Fundo possa ser titular de até 49% do capital social total da Rover.
- b. Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 25 de Abril de 2017, foram deliberadas: (i) a aprovação da reavaliação dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo, representados por Companhias Investidas, de acordo com o laudo elaborado em 30 de março de 2017 pela empresa JMB Assessoria Empresarial LTDA. O Laudo foi elaborado em conformidade à legislação aplicável, especificamente o Art. 264 da Lei 6.404/76, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a uma taxa de desconto de 16,93% (dezesseis inteiros e noventa e três centésimos por cento) e atribuiu, às 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias de titularidade do Fundo, de emissão da Rover Negócios e Empreendimentos Imobiliários S.A., o valor total de R\$ 151.539 (cento e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais); (ii) aprovação da cisão parcial de 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio do Fundo, representado por 85% (oitenta e cinco por cento) das ações emitidas pela Rover; (iii) alteração da denominação do Fundo, de Investimento em Participações Allamandas para Fundo de Investimento em Participações Life Care Multiestratégia; (iv) aprovar a versão e consequente incorporação da Parcela Cindida a outro fundo de investimento em participações existente, denominado “Pernambuco Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia”; e (v) aprovação dos novos prestadores de serviço do fundo, sendo na qualidade de Custodiante a BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e, na qualidade de Escriturador, o Itaú Corretora de Valores S.A., com as consequentes alterações no Regulamento para incluir os prestadores de serviços.
- c. Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 3 de janeiro de 2017, foram deliberadas: (i) a transferência da administração do Fundo, para a Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; (ii) alteração do prestador dos serviços de custódia e controladoria do Fundo, que passará a ser realizado pelo novo administrador; (iii) A destituição da Geração Futuro Corretora de Valores S.A da função de distribuidor das cotas do Fundo, de forma que os signatários da presente ata concordam em isentá-la de qualquer responsabilidade pela distribuição das cotas do Fundo a partir da data de transferência; (iv) a alteração da taxa de administração do Fundo, que passa a ser de 2% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$ 40; (v) a criação da taxa de performance para o Fundo, em montante equivalente a 20% da rentabilidade do Fundo, depois de deduzidas todas as despesas, inclusive a taxa de administração, que exceder o IPCA acrescido de 8% ao ano; (vi) A alteração da política de investimentos do Fundo; (vii) alteração do prazo de duração do Fundo que passa a ser de 10 anos, prorrogáveis automaticamente por mais 10 anos, caso a assembleia geral de cotistas não delibere em sentido contrário; (viii) o encerramento de qualquer distribuição de cotas do Fundo em aberto; (ix) alteração da denominação social para Fundo de

Investimento em Participações Allamandas Multiestratégia. Tais deliberações entraram em vigor a partir do fechamento das operações do dia 18 de janeiro de 2017 (“data de transferência”).

- d. A CVM publicou, em 30 de agosto de 2016, as Instruções nos 578 e 579, que dispõem sobre a constituição, a administração, o funcionamento, a elaboração e a divulgação de informações dos fundos de investimento em participações, em substituição à Instrução nº 391 da CVM. As alterações introduzidas pelas instruções entraram em vigor para os fundos com exercício social iniciado em ou após 1º de janeiro de 2017. Dessa forma, os investimentos detidos pelos Fundos classificados como entidades de investimento, deverão ser avaliados a valor justo. Os fundos não qualificados nessa categoria deverão ter seus investimentos avaliados por equivalência patrimonial.
- e. Em Instrumento Particular de Alteração do Regulamento de 16 de junho de 2016 foi excluído a Oliveira Trust Servicer S.A. como prestador do serviço de controladoria dos ativos do Fundo, passando o mesmo para a responsabilidade da Administradora.

ANEXO IX

INFORME TRIMESTRAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

23/08/2017

Informe Trimestral

Informe Trimestral

CNPJ:	17.158.705/0001-34		
Nome:	FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES LIFE CARE MULTIESTRATEGIA		
Administrador:	INTRADER DTVM LTDA CNPJ: 15.489.568/0001-95		
Diretor:	ELISANGELA KATIA CAPASSI		
Período de competência:	Abr/2017 até Jun/2017 ▼	Exibir	

Patrimônio líquido: (em R\$)	22.619.380,50
Número de Cotistas:	11
Quantidade de Cotas:	1606565,000000000000
Valor Patrimonial da Cota:	14,079343000000

Fale com a CVM

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)